

Universidade de Brasília

Caio Pinheiro Della Giustina

Ilusão Desenvolvimentista no Planalto de Santarém/PA:
um estudo sobre ideologias, discursos e conflitos na comunidade de Boa Esperança

Dissertação apresentada ao Centro de Desenvolvimento
Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília como parte
dos requisitos para a obtenção do título de mestre em
Desenvolvimento Sustentável

Orientadora: Prof. Dra. Stéphanie Nasuti

Brasília

2020

Por todos que vieram, por todos que virão. Pela nossa Mãe Terra que nos oferece vida e sustento. Para que nós, seres humanos, possamos olhar para o semelhante e celebrar a diversidade da vida e dos direitos em nosso planeta.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer minha orientadora por toda a ajuda e apoio que ela pode oferecer para a elaboração dessa pesquisa. Sou muito feliz em acreditar que a Stéphanie Nasuti foi a melhor orientadora que eu poderia ter para elaborar tal dissertação. Também gostaria de agradecer todos meus professores e professoras do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) por todo o processo de aprendizado que pude ter com eles. Um agradecimento especial para a Doris Sayago, Coordenadora da pós-graduação do CDS, que me ajudou, me orientou e me ensinou em diversos momentos. Também devo agradecer especialmente minha querida amiga Ana Catarina Zema por sempre me inspirar no caminho científico.

Também quero agradecer minha família: meu pai, minha mãe, meu irmão, meus avôs, que sempre tiveram grandes expectativas e que sempre me incentivaram e ajudaram nesse processo de pós-graduação. Mando também um agradecimento especial aos meus amigos que acompanharam de perto minha trajetória no mestrado: ao Talisson, à Maira, e à Isadora.

Com certeza também devo expressar minha gratidão aos amigos e pessoas que me receberam bem em Santarém: uma lembrança muito especial para as amizades que lá fiz. Para a Bia e Mariana: vocês são de mais! Foi tão mais legal ter feito o processo de pesquisa com vocês por perto e me acolhendo. Quanta gratidão! Também devo lembrar da companhia das cadelinhas que fizeram os dias em Alter do Chão mais animados e divertidos: Dorothy, Mamita e Quinha! Eu, que não sou dono de nenhum pet, adorei a companhia delas. Também agradeço ao parceiro Andinho. Devo muito a ti! Companhia, parceria e ajuda nos rolês de Santarém-Alter do Chão. Também agradeço à Marina Hohl pelas conversas, por sua sempre boa vontade em ajudar e desenrolar as coisas do projeto. Um reconhecimento de minha gratidão para toda estrutura e participantes dos projetos ODYSSEA e ODISSEIA. Não poderia esquecer de todos e todas que conheci em Santarém que viabilizaram o acontecimento dessa pesquisa: Sônia e família, Seu Macaxeira, Jefferson, Lucélia e família, Brenda e Bianca, Luísa, Gilson, Pe. Edilberto, Lucilene, Anselmo e ao Instituto Cultural Boanerges Sena. Minha gratidão à todas e todos.

Também devo agradecer à banca de qualificação e à banca de defesa por reconhecer que a elaboração de trabalhos científicos se dá a partir da contribuição dos pares. Suas recomendações foram analisadas com muito cuidado e carinho com o intuito de melhorar este trabalho. Dessa forma, gratidão pelo envolvimento de Emilie Coudel, Eduardo di Deus, Ricardo Folhes e Felipe Milanez.

Por fim, um agradecimento especial à CAPES, pelo programa PROEX, que financiou minha bolsa de estudos durante o período da pós-graduação.

Resumo

Esta dissertação procura contribuir para as discussões sobre ecologia política e conflitos socioambientais no contexto brasileiro, e mais especificamente, amazônico da região de Santarém (PA). Os objetivos desta pesquisa se ancoram na investigação do conflito a partir dos elementos discursivos, simbólicos, históricos, ideológicos e sociais que os atores envolvidos nele manifestam. Como forma de atingir esse resultado utilizamos as metodologias de: análise documental, análise de discurso, pesquisa de campo, observação participante, caderno de campo, entrevistas semi-estruturadas e consulta a dados secundários. A partir disso, seguimos o seguinte caminho durante a dissertação: o capítulo 1 se concentrou nas investigações históricas afim de evidenciar as ideologias que buscaram o “desenvolvimento” para a região; o capítulo 2 está baseado nas ferramentas da observação participante de origem antropológica cuja finalidade foi entender a realidade local de Boa Esperança (comunidade rural de Santarém). Por fim capítulo 3 utilizou de todo o caminho analítico percorrido para compreender as nuances de como o conflito se manifesta em situações de extrema disparidade de poder. Dessa forma, a discussão realizada nessa dissertação contribui, principalmente, para a compreensão: 1) sobre o potencial conflitivo que as “ideologias de desenvolvimento” exercem em contextos de aplicação *top-down*, e 2) de casos em que conflitos são negados pela parcela da população, que concentra menos poder, observando que a negação não elimina a existência do conflito, mas sim funciona como uma estratégia de reprodução e adaptação de tal grupo.

Palavras chave: Amazônia; Soja; Ideologias; Agricultura Familiar.

Abstract

This dissertation aims to contribute on the discussions regarding political ecology and socioenvironmental conflicts in a Brazilian context, specifically, in the Amazon region of Santarém, in the state of Pará (PA). The goals of the research are firmly anchored in the investigation of conflicts based on discursive, symbolic, historical, ideological and social elements that the actors involved in it manifested. As a way to achieve this result we applied the following methodologies: document and discourse analysis, field research, participant observation, fieldwork notebook, semi-structured interviews and consultation of secondary data. In this way, we proceeded as follows: in chapter 1 we focused on historical investigations in order to highlight the ideologies that sought “development” for the region; the chapter 2 is based on participatory observation tools of anthropological origin whose purpose was to understand the local reality of Boa Esperança (rural community in Santarém). Finally, the third chapter used all the analytical path taken to understand the nuances of how conflict manifests itself in situations of extreme disparity of power. Thus, the discussion held in this dissertation contributes, mainly, to the understanding of: 1) the conflict potential that “development ideologies” exert in contexts of top-down application and; 2) cases in which conflicts are denied by a portion of the population, that concentrates less power, noting that this denial does not eliminate the existence of any conflict, but works as a strategy of the reproduction and adaptation of such group.

Key-words: Amazon; Soy; Ideologies; Family-based agriculture.

Lista de ilustrações

Figura 1 - Municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.	17
Figura 2 - Localização de Boa Esperança em relação aos três municípios.	18
Figura 3 - Limites da comunidade de Boa Esperança	18
Figura 4 - Propaganda da SUDAM.	40
Figura 5 - Avanço da soja.....	45
Figura 6 Trechos da cartilha da campanha "Não abra mão da sua terra!" atualizada para veiculação no governo Temer (2016-2018).....	71
Figura 7 - Localização da Gleba Ituqui e seus limites nos territórios municipais de Santarém e Prainha.....	84
Figura 8 - Casa de farinha.....	86
Figura 9 - Casa de farinha abandonada	86
Figura 10 - Caminho percorrido para conhecer o Igarapé da Bica.....	101
Figura 11 - O mato próximo à mata é denso e um pouco maior que a altura de um adulto...	102
Figura 12 - Erosão na descida para o igarapé.....	103
Figura 13 - Contraste: floresta e sojicultura	103
Figura 14 - Para retornar à comunidade é preciso passar por cima da plantação.....	104
Figura 15 - Quadro em homenagem à Irmã Dorothy	117
Figura 16 - Divulgação da 42ª Feira.....	127
Figura 17 - Tripé da "Sustentabilidade Fraca"	130
Figura 18 - Esquema Mickey Mouse.....	130
Figura 19 - Chapadão, HDE Curuá-Una, Boa Esperança e os centros urbanos.....	144
Figura 20 - Este polígono de área desmatada tem cerca de 1000 hectares.....	145
Figura 21- Ameaças de morte no Orkut	175
Figura 22 - Fluxograma dos problemas.....	183

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Períodos do processo da sojicultura na região de Santarém. Elaboração própria ...	48
Tabela 2 - Preço de cada hectare por ano em Santarém. Complementação minha a partir de Costa (2011)	55
Tabela 3 - Atores envolvidos na temática de acordo com posicionamento frente à sojicultura. Elaboração própria.....	58
Tabela 4 - Relação entre grupos e data de chegada dos primeiros migrantes	83
Tabela 5 - Ciclos produtivos por períodos e por grupo responsável	96
Tabela 6 - Taxas anuais de desmatamento e degradação florestal em Santarém. Fonte: https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/outros/10_Folder_Santarem_web.pdf	107
Tabela 7 - Características das diferenças entre os gaúchos	139
Tabela 8 - Os prejuízos da sojicultura de acordo com as famílias de Boa Esperança.....	142
Tabela 9 - Relação problemas por municípios	177
Tabela 10 - Os tipos de conflito. Fonte: questionário famílias.....	180

Lista de abreviaturas e siglas

ABIOVE - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
ANEC - Associação Nacional dos Exportadores de Cereais
APRUSAN - Associação dos Produtores Rurais de Santarém
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
ECAM - Equipe de Conservação da Amazônia
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPS – Empresa Brasileira de Portos de Santarém
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais
ICBS – Instituto Cultural Boanerges Sena
MPF – Ministério Público Federal
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PIN – Programa de Integração Nacional
PNUMA – Programa das Nações Unidas pelo Meio Ambiente
PV – Partido Verde
PT – Partido dos Trabalhadores
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
STTR-STM – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém

Sumário

Introdução.....	13
Capítulo 1	22
1. Santarém e Discursos: da fundação à soja.....	22
1.1. Comentários Iniciais	22
2. Ideologias do Desenvolvimento	22
2.1. Conceituando “ideologia”.....	23
2.2. Formação do desenvolvimento enquanto ideologia	25
3. Leitura Sobre o Passado: Da Fundação de Santarém à Consolidação da Soja.....	30
3.1. Santarém	30
3.1.1. A importância da estrada Cuiabá-Santarém e os planos militares para a Amazônia 37	
3.1.2. As comunidades rurais	41
3.2. Processo da sojicultura: formação até a chegada e consolidação em Santarém.....	43
3.2.1. Soja.....	43
3.2.2. A chegada (1995 a 2002).....	50
3.2.3. Conflitos (2003 a 2006).....	57
3.2.4. Consolidação da soja na região (2007 a 2009).....	65
4. A Década de 2010 e as fases que influenciaram a sojicultura.....	67
5. Conclusão do capítulo 1	72
Capítulo 2	76
1. Introdução.....	76
2. Formação e Histórico de Boa Esperança.....	79
2.1. O Início.....	79
2.2. As primeiras migrações	81
2.3. As primeiras atividades	84
2.4. Casas de farinha como local de produção familiar e também de renda	85

2.5.	Época de ouro e os ciclos produtivos: as mudanças socioeconômicas.....	87
2.6.	As consequências do fim da “era de ouro”	90
2.7.	A dinâmica de crescimento da comunidade	92
2.8.	A soja e a segunda migração gaúcha	95
2.9.	As mudanças ambientais que ocorreram em Boa Esperança	99
3.	A soja como um marco: o que ocorreu após a chegada da sojicultura?	109
3.1.	Quais as características dos grupos presentes em Boa Esperança?	110
3.1.1.	O Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	111
3.1.2.	As Igrejas	115
3.1.3.	O Estado	121
3.1.4.	Os sojicultores	125
3.1.5.	Os moradores	137
3.2.	A relação dos moradores com os agrotóxicos e com o desmatamento	141
3.2.1.	Percepções sobre o desmatamento	145
3.2.2.	Percepções sobre os agrotóxicos	148
3.3.	A oposição entre moradores e sojicultores	150
4.	Conclusão do capítulo 2	155
	Capítulo 3	160
1.	Introdução.....	160
2.	Antecedentes (ou os conflitos do passado).....	164
2.1.	Esforços da ditadura	164
2.2.	Os conflitos após a chegada da sojicultura.....	169
3.	Contradições aparentes (ou os discursos contextuais).....	176
3.1.	Dados primários e secundários	176
3.1.1.	Os dados do INCT-ODISSEIA.....	176
3.1.2.	Os dados da pesquisa de campo	181
3.2.	Problemas enfrentados pela comunidade	182

3.3. Os conceitos de conflito	189
3.3.1. Os conceitos acadêmicos	189
3.3.2. Conceito Nativo	194
4. Comportamentos e Discursos mobilizados	196
4.1. Dos sojicultores	197
4.2. Dos moradores	200
5. Conclusão do Capítulo 3	205
Conclusões Gerais	210
Referências Bibliográficas.....	218
Anexos.....	224
Anexo 1	224
Anexo 2	225
Anexo 3	226
Anexo 4	230
Anexo 5	231
Anexo 6	235

Introdução

Essa dissertação propõe uma análise interpretativa das dinâmicas de conflitos que a sojicultura instaurou na região do Planalto de Santarém/PA, a partir de um estudo de caso, realizado na comunidade de Boa Esperança, localizada no município de Santarém.

Contextualização

Para introduzir essa reflexão, podemos tomar como ponto de partida a expansão da sojicultura pelo Brasil devido às influências diretas e indiretas que o governo militar (1964-1985) exerceu sobre as atividades econômicas (WARNKEN, 1999), e de ocupação do território nacional (SAUER & MARTINS, 2016). Dessa forma, a Operação Amazônia, de 1966, e a Política de Integração Nacional (PIN), de 1970, tiveram papéis centrais para a criação das condições políticas e de infraestrutura para incentivar um incremento populacional por toda a Amazônia e, assim, também aumentar o número de atividades econômicas na região (BRASIL, 1997).

No Brasil, o cultivo da soja se origina na região Sul do Brasil, em meados da década de 1960. Com a explosão do preço da soja no mercado internacional, o Brasil passa a investir de forma sistemática no cultivo na década de 1970, buscando expandir suas fronteiras agrícolas em direção ao Cerrado (WARNKEN, 1999), com base nos avanços das pesquisas agronômicas sobre variedades de grãos da soja, que permitiram o cultivo em terrenos com baixos níveis de fósforo no solo - que significou a possibilidade de seu plantio no bioma cerrado (FEARNSIDE, 2006).

Como apontam Sauer e Martins (2016), a expansão da sojicultura no Brasil traz elementos essenciais para entender a construção de uma fronteira agrícola:

- a) incentivos governamentais, especialmente concessão de créditos com taxas de juros compensadoras, mas também investimentos em infraestrutura e desoneração tributária nas exportações [...]; b) a boa margem de lucro obtida nas lavouras de grãos, em especial nas de soja e; c) a disponibilidade de terras, ainda relativamente baratas nas regiões de fronteiras, mas com boas perspectivas de valorização[...].” (p.36)

A construção da rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163), no âmbito do PIN, foi uma das ações estruturantes para possibilitar a subida da sojicultura do Cerrado ao bioma amazônico: já foi demonstrado que os custos de transporte é um dos elementos que mais influenciam na tomada de decisão dos agricultores da soja (PNUMA, 2006). A existência de uma rodovia que ligava Cuiabá à Santarém – sendo que em Santarém já existia uma infraestrutura portuária que

possibilitava o escoamento internacional de mercadorias – fez com que toda a área de influência da BR-163 fosse impactada pela expansão da fronteira agrícola em direção à Amazônia devido aos cortes nos custos de transporte que tal região oferecia (em comparação com outros portos).

Muito possivelmente aproveitando esse contexto, o ex-prefeito da cidade de Santarém, Joaquim de Lira Maia (1996-2004), articulou ações de parceria público-privada para realizar testes sobre a viabilidade do cultivo de soja em Santarém. Esses testes foram bem-sucedidos e sua equipe buscou atrair interessados divulgando que “dava soja” em Santarém com “uma produtividade igual, e em algumas [vezes] até maior do que a média nacional”. Como o valor do preço da terra também é um grande atrativo para a tomada de decisão dos sojicultores (PNUMA, 2006; SAUER & MARTINS, 2016; COSTA, 2011), e o valor de um hectare de terra em Santarém compensava a instalação de novos campos (COSTA, 2011), logo houve um rápido crescimento das áreas plantadas de soja em Santarém. Dessa forma, o tamanho das áreas plantadas passou de 2,6 mil hectares em 1997/1998 para 79,7 mil hectares em 2005/2006, e para 565,3 mil hectares previstos para o período de 2019/2020¹.

É preciso observar que a partir dos anos 2000 a 2003, toda a América Latina sofre com as consequências da adoção do “consenso das commodities” (SVAMPA, 2019). A expressão “consenso das commodities” aponta para o aproveitamento, pelos governos latino-americanos, das vantagens comparativas da região em um contexto de alta dos preços dos produtos primários (as *commodities*) no mercado internacional. Praticamente todos os países da América do Sul optaram por “perseguir” o desenvolvimento a partir de atividades exploratórias da natureza, “exportação em larga escala de bens primários, no crescimento econômico e na expansão do consumo” (SVAMPA, 2019, p.36). Dessa forma, se observa no bloco, como um todo, um incentivo e incremento às atividades agropecuárias, de mineração, exploração de petróleo e madeiras que estão voltadas para abastecer o mercado exterior (PNUMA, 2006; SVAMPA, 2019). O conceito de “neoeextrativismo” (SVAMPA, 2019) se refere a essas práticas de exploração da natureza.

Foi no início desse período que o porto da Cargill é inaugurado em Santarém, com as esperanças de oferecer desenvolvimento e crescimento à região. No entanto, devido ao processo fundiário e produtivo da sojicultura, impactos socioambientais foram rapidamente sentidos pelas populações rurais e urbanas do Planalto de Santarém (área em que a sojicultura ocorre). Rapidamente as críticas a esse processo produtivo surgiram, bem como as reações mais

¹ De acordo com as tabelas fornecidas pela CONAB. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras?start=30>, acessado em 11/12/2019.

acentuadas de ambas as partes: os defensores do desenvolvimento da soja versus os críticos a esse tipo de desenvolvimento. Junto a essas críticas, surgiram os conflitos, tanto no campo quanto na cidade: ameaças de morte, violência contra moradores, ações judiciais, protestos contra e a favor da sojicultura na região, violação de direitos, aumento nas taxas de desmatamento, e várias outras problemáticas foram registradas através dessa pesquisa.

No campo, o que se percebeu durante o processo de chegada da sojicultura nas comunidades rurais foram relacionados a duas grandes problemáticas: problemas fundiários, nos quais a pressão por terrenos expulsava agricultores familiares de suas propriedades rurais, e problemas relacionados aos agrotóxicos, contaminando os igarapés e a produção das comunidades rurais.

Dessa forma, podemos realizar um paralelo com uma das ideias de Svampa (2019) sobre *ilusão desenvolvimentista*. Esse termo diz respeito à esperança de crescimento e desenvolvimento, oferecido pelo *boom* das commodities, que não foram concretizadas da maneira como os governos imaginaram, nem mesmo foi o suficiente para alcançar os indicadores socioeconômicos “desejáveis”. O que se pode observar é que durante o período de adoção do consenso das commodities, que nos influencia até os dias atuais, teve-se como resultado a seguinte equação: “mais extrativismo, menos democracia”. Em outras palavras isso significa que quanto mais atividades econômicas orientadas ao desenvolvimento, característica do neoextrativismo (SVAMPA, 2019), mais são sacrificados grupos humanos que estão em áreas de fronteiras.

Problematização

É nesse contexto que se insere o trabalho do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Observatório das Dinâmicas Socioambientais na Amazônia² (INCT-Odisseia). Esse INCT, do qual faço parte devido ao convite de minha orientadora, realiza em parceria com os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, estudos sobre segurança fundiária, agrotóxicos e agroecologia na agricultura familiar. A finalidade era produzir dados e informações para que os membros dos Sindicatos e suas lideranças pudessem criar estratégias de adaptação e resiliência frente aos contextos de mudanças socioambientais e climáticas recentes.

Mesmo estando vinculado ao projeto, pude ter a liberdade de escolha quanto ao tema a ser pesquisado (desde que estivesse relacionado às temáticas do escopo de trabalho), o qual eu

² <http://inct-odisseia.i3gs.org/o-que-e-inct/>, acessado em 20/07/2020

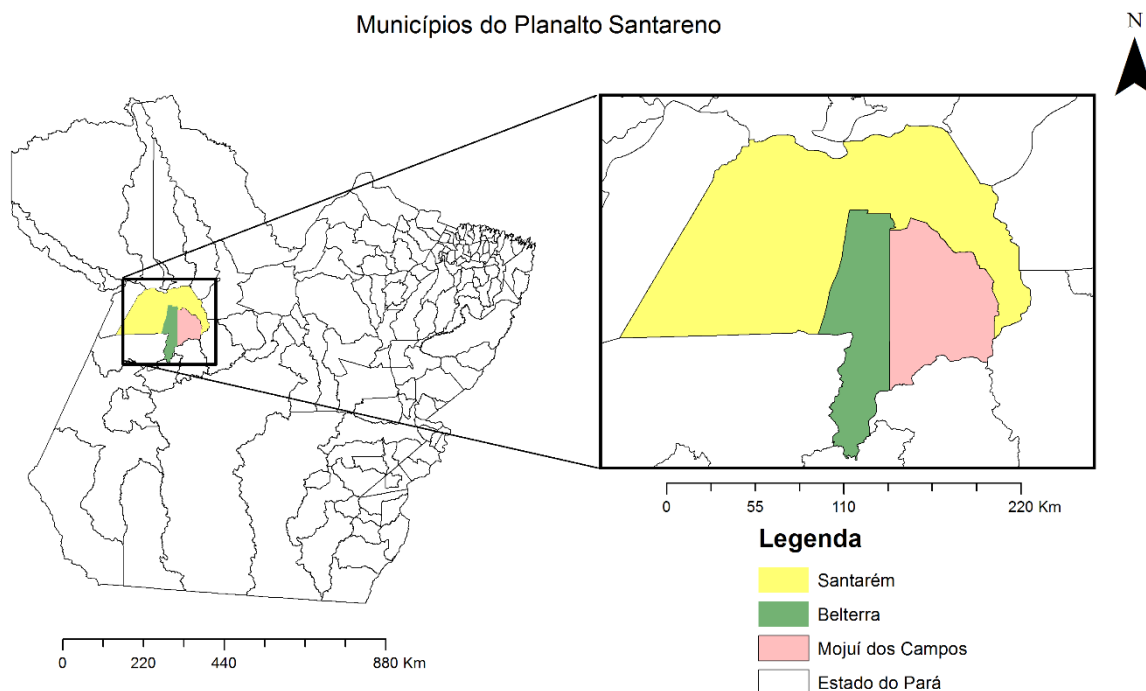
optei pela investigação das dinâmicas de conflitos que a sojicultura instaurou na região. Ao todo fui 4 vezes ao município de Santarém, totalizando 58 dias de trabalhos de campo. Durante essas idas a campo pude refinar a pergunta de pesquisa à medida que novos dados sobre a realidade das comunidades desses três municípios iam surgindo.

O que me despertou atenção e veio a se tornar o elemento que originou a pergunta de pesquisa foi o fato que muitos dos moradores das comunidades rurais narravam casos de degradação ambiental, de perda na qualidade de vida, de dificuldades produtivas devido às externalidades da sojicultura (principalmente com relação à pressão fundiária e aos agrotóxicos). Para além disso, muitas vezes os mesmos moradores negavam a existência do conflito, e quando existia era somente entre os próprios moradores, nunca, ou quase nunca, contra os sojicultores – que são os agentes responsáveis pelas degradações ambientais e pressões fundiárias. Dado esse cenário elaborei a seguinte pergunta de pesquisa: como a sojicultura influenciou a dinâmica dos conflitos socioambientais na região do Planalto Santareno?

Área de Estudo

Para dar forma à pesquisa, foi necessário optar por uma localidade de estudo dentre as várias comunidades rurais existentes no Planalto Santareno. O Planalto Santareno é a área de planícies que incide sob os municípios Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. Esses municípios estão destacados na Figura 1.

Figura 1 - Municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos localizados no estado do Pará.. Elaborado por Tomás Pinheiro Della Giustina



Com a ajuda de colegas do projeto ODISSEIA, conheci a comunidade de Boa Esperança pelos dados que já haviam sido recolhidos pelo projeto. Assim, optei por estudar as dinâmicas do conflito nessa comunidade, em função de três aspectos principais: é uma comunidade rural que está hoje rodeada pela soja; é uma comunidade referência em saúde e educação, ao mesmo tempo que possui o título de “distrito” do município de Santarém; e, após a chegada da sojicultura, houve uma “explosão” de casos de câncer. Para melhor dimensionar essa comunidade é preciso citar a estimativa do Censo 2010 do IBGE: a população de Boa Esperança era de 1432 habitantes. De acordo com um dos autores citados (SANTOS, 2012), essa população estaria dividida em 441 famílias. Já no censo de 2000, havia 1134 habitantes em 259 domicílios particulares permanentes.

Para auxiliar a compreensão do leitor ou leitora, disponibilizo duas imagens para localizar Boa Esperança: a primeira (Figura 2) é demonstrando sua localização dentro do município de Santarém; e a segunda (Figura 3) é demonstrando o perímetro da comunidade.

Figura 2 - Localização de Boa Esperança em relação aos três municípios. Fonte: Google Earth. Elaborado por Caio Pinheiro Della Giustina

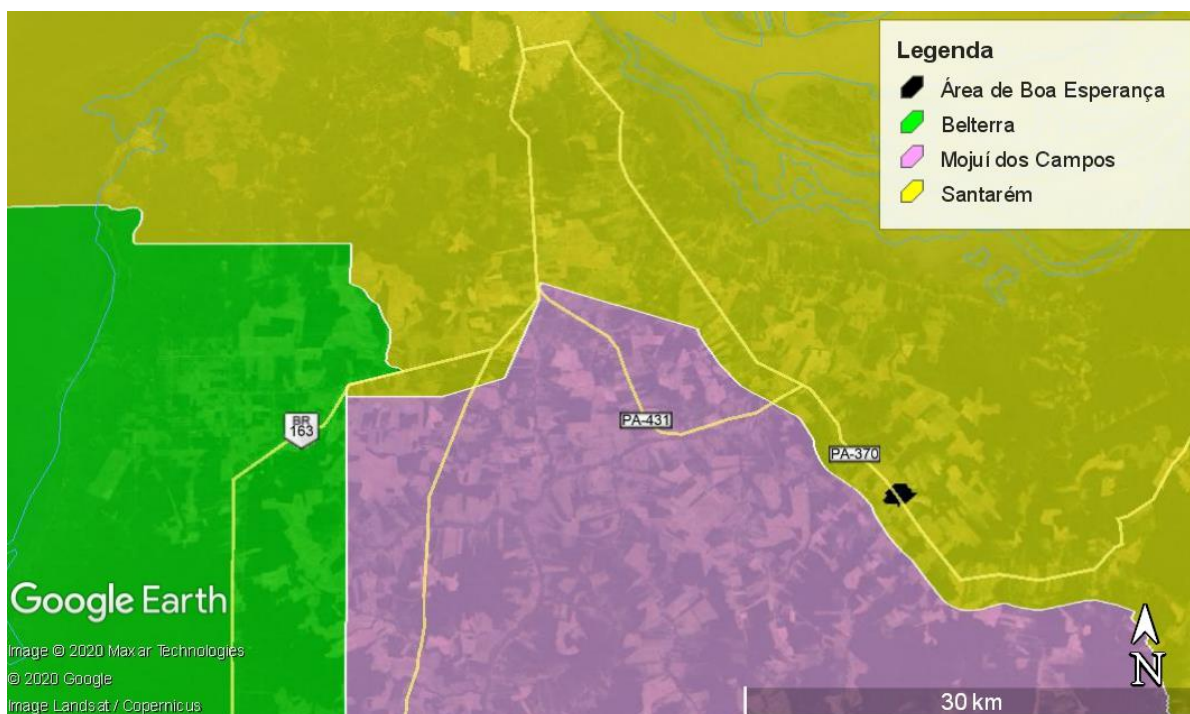


Figura 3 - Limites da comunidade de Boa Esperança. Fonte: Google Earth. Elaborado por Caio Pinheiro Della Giustina



Metodologia e Estrutura da Dissertação

Para buscar entender a realidade local e responder à pergunta de pesquisa, busquei metodologias e caminhos teóricos de caráter interdisciplinar. Para entender o conflito foi necessário percorrer um caminho que observa o passado histórico da região para compreender

como o desenvolvimento de ideologias, e mais especificamente da ideologia sobre o “desenvolvimento”, influenciou o curso dos acontecimentos criando as bases para fenômenos que são observados atualmente. A noção de “ideologia” (CHAUÍ, 2008) também é central para se compreender que indivíduos e grupos agem orientados pela ideologia que acreditam. Para identificar as ideologias, optei por trabalhar com as ferramentas oferecidas pela análise de discurso (ORLANDI, 2009), como uma forma de investigar as ações de indivíduos ou grupos a partir do estudo dos elementos simbólicos e históricos contidos na fala e em outros atos comunicativos. Todo esse esforço está presente no capítulo 1.

Quando compreendemos esse contexto geral dos acontecimentos históricos e das ideologias que estiveram em jogo, passamos a observar como a comunidade de Boa Esperança sofreu e reagiu a essas tendências regionais. Dessa forma, realizamos pesquisa etnográfica e observação participante para compreender as formas como os nativos³ enxergam e lidam com a realidade. Esforço que orientou o capítulo 2.

Por fim, tendo como base a experiência etnográfica, pude analisar quais elementos estavam em jogo para tecer uma leitura local sobre o conflito. Como um quebra-cabeça, montamos um cenário, peça por peça, para ao final do processo vislumbrar uma explicação dos motivos pelos quais moradores de comunidades rurais estariam negando a existência de conflitos com os sojicultores. É com essa discussão que encerramos a dissertação no capítulo 3. Em outras palavras, esta dissertação foi estruturada para compreender a dinâmica do conflito na comunidade de Boa Esperança. Dessa forma, percorremos o seguinte caminho por capítulos: Capítulo 1 - Identificação de tendências históricas e ideológicas; Capítulo 2 - Compreensão da realidade local pesquisada; Capítulo 3 - Compreensão dos elementos sociológicos que influenciam nas dinâmicas do conflito.

Outro detalhe metodológico é que durante o processo do INCT foram realizadas capacitações de jovens moradores das comunidades rurais e lideranças com a finalidade de eles executarem entrevistas por meio do aplicativo de pesquisa Kobo Toolbox. Essas entrevistas serviram como instrumento para quantificar e melhor conhecer a realidade das múltiplas comunidades rurais desses três municípios (uma demanda dos Sindicatos). Dessa forma, dois formulários distintos foram elaborados e utilizados para realizar as entrevistas: o primeiro, focado na dinâmica familiar, foi chamado de “questionário famílias”; o segundo, focado na

³O termo “nativo” refere-se à um jargão da Antropologia que se refere às pessoas que são originários de um determinado contexto ou grupo. Nesse sentido, esvazia-se qualquer carga negativa que possa remeter a atribuições étnicas ou subordinações entre grupos devido às diferentes relações de poder. Nesse sentido, quando escrevo “nativos” estou me referindo à população que viveu e experienciou a introdução e consolidação da sojicultura no Planalto Santareno.

dinâmica da comunidade foi chamado de “questionário comunidades”. Ao final desse processo de pesquisa, foram aplicados 544 questionários famílias e 37 questionários comunidades. Ambos os questionários foram tabulados por pesquisadores acadêmicos e fornecem uma das bases de dados que essa pesquisa utilizará como fonte de dados.

Por outro lado, como o conflito é um tema delicado, na qual falar sobre ele é também denunciá-lo, optei por conceder anonimato à praticamente todos os entrevistados e entrevistadas desta pesquisa. Dessa forma conferi nomes fictícios para as pessoas e/ou utilizei apenas o cargo que desempenhavam a fim de ocultar suas identidades. Os nomes fictícios foram conferidos de forma a sempre fazer referência a uma pessoa específica: quando cito a “Maria” estou fazendo referência a apenas uma pessoa entrevistada. Para além das entrevistas realizadas pelo INCT/ODISSEIA, realizei questionários semi-estruturados de caráter qualitativo. Prosseguindo dessa forma: explicava o que seria o tema da conversa, entregava o termo de consentimento livre e esclarecido (disponível no anexo 1), perguntava se a pessoa aceitaria conversar, e somente ao final da conversa pedia para ela assinar. Optei pela assinatura do entrevistado ao final da entrevista pois assim foi possível balancear os assuntos delicados na qual conversamos e perguntava ao entrevistado se haveria algum tema ou momento que ele desejaria que não fosse utilizado na pesquisa. Essas perspectivas se devem à preocupação do pesquisar com uma Antropologia feita com responsabilidade social (ABA, 2015; RIVAS, 2010). Para além das entrevistas semi-estruturadas, utilizei as metodologias de observação participante, análise documental, análise de discurso, utilização de dados primários e secundários (como os fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)).

Também utilizei cópia do acervo pessoal do diretor do Instituto Cultural Boanerges Sena (ICBS). Esse acervo contava com mais de 500 reportagens de jornais que ele havia separado desde 1995 até 2009, sobre a sojicultura na região. Esse material foi central para utilizarmos a metodologia de análise de discurso sob o texto das reportagens. Outro material que foi central para essa pesquisa é com relação aos livros produzidos por Raimundo Alberto dos Santos, um “historiador” informal morador de Boa Esperança. Ele escreveu três livros compilando dados, informações e histórias sobre a região de Santarém. Um desses livros conta a história da comunidade de Boa Esperança. Tive a oportunidade de comprar um exemplar desse livro e o cito durante o texto.

Por fim, um último comentário se faz necessário. Essa dissertação tem por finalidade acadêmica contribuir com os trabalhos e estudos realizados pelo INCT/ODISSEIA, bem como

visa contribuir para as discussões sobre: conflitos socioambientais (LITTLE, 2001, 2006; ZHOURI & LASCHEFSKI, 2014(?); SVAMPA, 2014, SAUER & MARTINS, 2016); ações de expansão das atividades do agronegócio (PNUMA, 2006; ALMEIDA, 2009, 2010, 2011; COSTA, 2010); além do fornecer novas perspectivas sobre interação entre dois grupos culturalmente diferente a partir das ferramentas oferecidas pelas Ciências Sociais (GEERTZ, 2008; ELIAS & SCOTSON, 2000; SAHLINS, 1997, 2016). É assim que essa dissertação pretende contribuir ao conhecimento científico revisando contribuições de autores e disponibilizando novas análises sobre 1) temas recorrentes e 2) realidades locais, como aquelas percebidas no nível de Boa Esperança. Sem mais comentários, desejo uma ótima leitura aos que se aventurarem nas páginas a seguir.

Capítulo 1

1. Santarém e Discursos: da fundação à soja

1.1. Comentários Iniciais

Este capítulo concentra reflexões para pensarmos o contexto de Santarém, as ideologias utilizadas como meio de interação entre pessoas e meio ambiente, acontecimentos e fatos históricos, até iniciarmos a discussão sobre a comunidade de Boa Esperança. Assim, aspectos econômicos, históricos, sociais, discursivos serão utilizados para criar uma linha narrativa que se inicia com as missões jesuíticas para a região de Santarém, até os tempos atuais. Essa linha narrativa não é um exercício historiográfico; é um exercício discursivo para se criar uma narrativa com começo, meio e fim. Em outras palavras, é um exercício cuja finalidade é revelar aspectos contextuais para entrarmos no nível da comunidade de Boa Esperança: essa discussão estrutura o capítulo 2. Dessa forma, o retorno ao passado é relevante para entendermos o progresso de processos que influenciam a região do Planalto Santareno atualmente.

O capítulo está dividido da seguinte maneira: inicialmente com essa seção de comentário iniciais; depois partiremos para a investigação das ideologias sobre progresso e desenvolvimento e como essas se manifestam no discurso; logo após chegaremos na seção sobre o histórico de Santarém até a chegada e consolidação do agronegócio da soja. Essa seção é dividida em subtópicos pois oferece maior quantidade de elementos à dissertação. Apresentamos, também, um breve relato sobre acontecimentos e tendências que continuam e/ou se iniciam na década de 2010 até 2020. Por fim há uma conclusão reflexiva do capítulo que serve como gancho para o segundo capítulo da pesquisa.

2. Ideologias do Desenvolvimento

A finalidade desta seção é apresentar ao leitor ou leitora a relevância de perceber os elementos ideológicos que estão presentes nos mais diversos discursos analisados pela pesquisa. De forma específica, veremos quais ideias sobre o “desenvolvimento” são utilizadas como forma de legitimar empreendimentos, econômicos, sociais, militares e ambientais que ocorreram (e ainda ocorrem) na região. Nesse sentido, o primeiro passo é conceituar o que estamos chamando de “ideologia”.

2.1. *Conceituando “ideologia”*

Bottomore (1988) apresenta dois entendimentos sobre “ideologia”. O primeiro é aquele descrito por Marx como uma “falsa consciência”, como uma “distorção do pensamento que nasce das contradições sociais e as oculta” (p.184). A segunda forma de pensar ideologia, dentro de uma tradição marxista, é relativa à consciência política das classes manifestada nos indivíduos por meio de suas ações. Assim, para além de um sistema de ideias, a ideologia “está relacionada com a capacidade de inspirar atitudes concretas e proporcionar orientação para a ação. A ideologia está socialmente generalizada, “pois os homens não podem agir sem regras de conduta, sem orientações” (p.186). Esse autor também entende que a ideologia funciona como um “terreno no qual os homens se movimentam, tomam decisões, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (p.186).

Entretanto, como alguns eventos em campo me permitiram observar, a ideologia pode funcionar ainda como uma forma de cooptação de indivíduos para agirem em favor de uma ideologia não condizente com a classe social à qual pertence – como por exemplo agricultores familiares que sonham em plantar soja. Dessa forma, sojicultores e agricultores Familiares não pertencem a mesma classe. São classes diferentes por possuírem condições e finalidades de produção bastante diferentes entre si. Esta pesquisa toma como estruturante a oposição entre sojicultores e agricultores familiares pois o modo de produção de cada grupo representa dois extremos possíveis da produção agrícola. Esse pensamento será melhor abordado à frente. De qualquer modo, para superar essa dificuldade teórica com relação à classe, uma noção de ideologia não tão impregnada de pensamentos de classe serve melhor para nosso objetivo.

Marilena Chauí (2008) argumenta que a partir de meados do século XX houve mudanças no conceito de ideologia, que ainda era muito influenciado por pensadores que se dedicaram a entender tal fenômeno na sociedade burguesa. Justamente pelas mudanças laborais que ocorreram na primeira metade do século XX, um conceito de ideologia baseado unicamente em relações de classes já era insuficiente para explicar os acontecimentos sociais e a forma como os indivíduos se associam com ideias. Dessa forma, Chauí apresenta o conceito de ideologia que baseará as reflexões desta pesquisa:

“A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como

devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como por exemplo, a Humanidade, A Liberdade, a Igualdade, a Nação ou o Estado” (2008, p.108-109)

A partir daí surge a pergunta: como perceber a ideologia nas ações e fatos que podem ser estudados? Nossa perspectiva se ancora em responder a tal questão com as contribuições dadas por Eni Orlandi. Em sua obra “Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos” (2009) a autora se dedica em oferecer ferramentas para analisar discursos em busca de perceber quais são as ideologias geradoras de tais atos. Isso significa não entender o processo comunicativo como algo claro em si mesmo, mas sim percebendo-o como algo opaco, que esconde, aponta para outros caminhos, esquece e cria metáforas sobre uma ideologia que o indivíduo compartilha e que estrutura seu discurso. Portanto, a análise de discurso que Orlandi propõe está além de um exercício meramente linguístico (de análise textual).

É interessante notar que as filiações teóricas desta abordagem da análise de discurso, oferecida por Orlandi (2009) se constroem a partir das contribuições da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise. Antes de dominar a teoria e as ferramentas destas três filiações teóricas – com exceção do marxismo que é bastante citado nesta pesquisa -, quero focar nas ideias que essas disciplinas inserem.

A contribuição da linguística surge para entender que a língua tem sua ordem própria. “Esta afirmação é fundamental para a Análise de Discurso, que procura mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo-a-termo” (2009, p.19). Quanto ao marxismo, a análise de discurso bebe na fonte do materialismo histórico, em outras palavras Orlandi explica desta forma: é necessário entender que “há um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente” (2009, p.19). Ela completa: “Conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai-se chamar a forma material [...] que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é portanto linguístico-histórica” (p.19). Por fim, a contribuição da Psicanálise vem do “deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história” (p.19).

Em resumo, a Análise de Discurso, nessa perspectiva de Orlandi (2009), surge como abordagem teórica e metodológica para desvendar “reais” na história e no simbólico. É um processo que investiga a passagem da língua (texto) para sentido (discurso) e assim, finalmente, chegar na ideologia. Antes de tudo, a Análise de Discurso é uma forma de investigar a ideologia que “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (2009, p.46). Todo este processo é atravessado pelo funcionamento da língua, a influência da história no sujeito e a relação pessoal com o simbólico.

Como a análise de Orlandi não foca na relação pessoal com o simbólico – pelo fato de a autora não poder entrar na dimensão psíquica dos atores individualmente -, busco explicar a dimensão do simbólico a partir da perspectiva social. Essa perspectiva não é inovadora pois grandes expoentes da Antropologia (como GEERTZ, 2008), e até mesmo da Sociologia (DURKHEIM, 2000) e da Psicanálise (FREUD, 2010) já procederam dessa forma. Assim sendo, a Análise de Discurso é operacionalizada para entender sentidos que grupos e atores dão para a soja enquanto símbolo e acontecimento histórico.

2.2. Formação do desenvolvimento enquanto ideologia

Entendido a relevância da Análise de Discurso para o estudo da ideologia, passamos agora para a última etapa dessa seção teórica: perceber o “desenvolvimento” como uma ideologia. O primeiro passo é trazer à luz as raízes históricas deste conceito.

De acordo com a visão clássica sobre desenvolvimento, só podemos pensar em desenvolvimento para aqueles lugares do mundo que ainda não são desenvolvidos. Temos aí uma relação que divide o mundo entre os países que já alcançaram patamares de países desenvolvidos e países que ainda não chegaram neste patamar. Essa foi a ideia popularizada pelo Presidente norte-americano Henry Truman - em seu discurso de posse em 20 de janeiro de 1949. Dessa forma, os Estados Unidos da América, como exemplo de país com avanços científicos e progresso industrial, iria auxiliar e guiar países “subdesenvolvidos” a melhorarem suas condições de vida. Arturo Escobar (2014) nos conta que é comum considerar esse discurso como o responsável pela consolidação retórica do termo “desenvolvimento”. De acordo com Escobar:

“Na visão do famoso Ponto IV, a chave para reproduzir, no mundo inteiro, as características das sociedades avançadas (altos níveis de industrialização e urbanização, mecanização da agricultura, rápido crescimento da produção material e dos nível de vida, e adoção generalizada da educação e valores ‘modernos’) era uma

criterosa combinação de capital, conhecimentos especializados e tecnologia.” (2014, p.26)⁴.

Mas Truman não foi o responsável por cunhar esse termo – talvez apenas populariza-lo. A ideia de desenvolvimento vem de séculos um pouco anteriores ao século XX, e está relacionada com um outro conceito: o de progresso. Progresso e desenvolvimento são entendidos, em alguns momentos, como sinônimos - contudo, conceitualmente são termos que remetem a momentos históricos diferentes.

A ideia do progresso nasce a partir do embate entre ciência emergente e magia no contexto Europeu do século XVII. Aqueles que se posicionaram do lado da ciência naquela época, defendiam a ideia de que

“o saber não é apenas contemplação da verdade, mas é também potência, domínio sobre a natureza [...]. Mas esse tema – haurido na tradição mágico-hermética – foi inserido num discurso que recusava com decisão a imagem do sábio e a noção de saber que serviam de fundo à cultura hermética”. (ROSSI, 2000, p.48).

Rossi nos diz que essa imagem “‘moderna’ da ciência desempenhou um papel decisivo e determinante na formação da ideia de progresso.” (2000, p.49). Essa visão científica, contraposta à visão mágica-hermética, implicava os seguintes fatos: havia a convicção de 1) que o saber científico é um conhecimento que avança, cresce, aumenta, mediante um processo de contínua contribuição daqueles que a praticam; 2) que tal processo nunca é completo. A busca pelo progresso jamais é completa, sempre é uma busca mais conhecimento. Rossi também complementa que “a ideia de progresso não é marginal, mas constitutiva da imagem moderna da ciência” (2000, p.49).

O sentimento que havia por trás, aquele que motivava a busca pelo progresso, estava fundamentada em um senso de limitação, de insuficiência e inaceitabilidade do presente – isso sempre associado à espera ou esperança de um futuro melhor (ROSSI, 2000, p.52). Esse autor argumenta que a empreitada científica coincide com o abandono da busca por segurança ou por um apoio que os antigos buscavam, a ciência já fornecia a “capacidade de olhar o mundo sem mais necessidades de guias” (p.67). Isso implicou na ruptura entre empreendimentos colonizadores que sempre reportavam suas descobertas e atividades à igreja. Nesse momento, cientistas compartilham entre si seus achados sem a necessidade de validar suas descobertas nas crenças religiosas. A fé em Deus deu lugar à fé no progresso.

“Essa fé repousava principalmente sobre três convicções: 1. Na história está presente uma lei que tende [...] à perfeição e à felicidade do gênero humano; 2. Tal processo

⁴ Tradução minha

de aperfeiçoamento é geralmente identificado como o desenvolvimento e como o crescimento do saber científico e da técnica; 3. Ciência e técnica são a fonte principal do progresso político e moral [...]” (ROSSI, 2000, p.95).

Assim, em suas concepções históricas, o progresso seria um processo ilimitado. Dessa forma, a ideologia de progresso compreende que obstáculos seriam provisórios e sempre superáveis devido aos conhecimentos científicos.

Entretanto, no período que compreende a primeira guerra mundial e a crise dos anos 1930, a ideia de progresso começa a ruir. Os traumas da Primeira Guerra Mundial, da crise dos anos 1930 e da Segunda Guerra Mundial abalaram a fé pelo “progresso”. O mundo não seria tão controlável como pretendiam os entusiastas dessa ideia. É nesse contexto que surge o conceito de “desenvolvimento” enquanto síntese do processo dialético do “progresso”. Entretanto, nesse processo dialético, o desenvolvimento surgiu por meio de tentativa de consolidação hegemônica global pelos EUA. Enquanto o “progresso”, de certo modo, não era prerrogativa de ninguém, o “desenvolvimento” surgiu para levar o modo de vida norte americano para o mundo pós Segunda Guerra Mundial. A doutrina Truman e o Plano Marshall são exemplos da tentativa de construção hegemônica dos EUA, baseada na ideia de desenvolvimento.

De qualquer modo, as origens do conceito de desenvolvimento

“podem ser identificadas nos pensamentos filosóficos e econômicos dos séculos XVIII e XIX, em teorias evolucionistas pré-darwinianas, mas também nas filosofias de evolução social do século XIX (Hegel, Marx, Spencer, etc.) e na economia clássica (Smith, Ricardo, etc.) [...]. Na *Begriffsgeschichte* (história do conceito) é impossível desvincular ‘desenvolvimento’ de conotações como ‘evolução’, ‘progresso’, ‘complexidade crescente’ ou ‘avanços e melhoramentos’.” (SCHRÖDER, 2011, p.3).

Como já dito anteriormente, tal conceito ganhou força com o discurso de posse do presidente Henry Truman em 1949 (ESCOBAR, 2014), além de tornar-se indissociável do conceito de modernização (ESCOBAR, 2014; SCHRÖDER, 2011). A modernização referia-se à transformação induzida das sociedades tradicionais em sociedades modernas (ESCOBAR, 2014) no molde da sociedade norte-americana⁵ - principalmente no que tange ao alinhamento com relação ao neo-liberalismo. O desenvolvimento, então, passa a operar por meio de

⁵É importante ter em mente que o desenvolvimento era uma política lançada pós Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto é imprescindível lembrar que o mundo estava polarizado pelas formas capitalistas (EUA) e socialistas (URSS). A URSS também tinha sua política de desenvolvimento e modernização, contudo funcionava como um contraponto à forma capitalista – e não como um contraponto ao “desenvolvimento”. Pelo fato de o Brasil ter se alinhado com o polo capitalista e pela influência do desenvolvimento socialista ter acabado com a dissolução da URSS, este texto se debruça na influência do “desenvolvimento” norte-americano.

organismos e agências incumbidas (como por exemplo o Banco Mundial) de colocar em prática os princípios norteadores do desenvolvimento (SCHRÖDER, 2011).

Os anos 1980 e 1990 são recheados de críticos ao conceito de desenvolvimento. Os movimentos críticos ao desenvolvimento foram importantes, mas não fortes o suficiente para enterrar tal conceito. Um dos desdobramentos dessas críticas foi o advento do “desenvolvimento sustentável” como um novo paradigma a ser alcançado. Esse novo conceito nasce com o Relatório Brundtland (1988), conhecido também como “Nosso Futuro Comum”, que caracteriza desenvolvimento sustentável como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (1988, p.48). Tal reelaboração do conceito foi importante para manter o “desenvolvimento” vivo.

O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” não apresenta mudanças na proposição básica do “Desenvolvimento”, calcado em teorias econômicas clássicas: o mundo ainda busca a riqueza material pela exploração dos recursos naturais e do trabalho, contudo, agora preocupado em agir dentro dos limites (BURSZTYN e PERSEGONA, 2008, p. 209) que a natureza pode oferecer.

É importante ainda perceber a carga de colonialismo que o conceito de desenvolvimento carrega consigo. A própria gênese europeia da ideia de progresso, a justificativa norte-americana de serem o exemplo ser seguida pelo resto do mundo, são formas de fazer hierarquizar países em contexto internacional. Pelas bases do pensamento e economia ocidentais estarem apoiadas no passado histórico europeu, e na hegemonia global norte-americana do pós guerra, as relações de dominação e subordinação entre países influencia qualquer produção econômica ou do conhecimento (QUIJANO, 2005).

“Portanto, para todas as populações incorporadas ao sistema-mundo estabelecido pela Europa, houve um processo de (re)identificação histórica, em que essas sociedades receberam novas identidades geoculturais [...] junto com uma dinâmica mundial de controle de mercados. Povos passam a se articular numa ordem global em torno da hegemonia ocidental e, nessa perspectiva, as relações são percebidas a partir da racionalidade e centralidade da Europa ocidental em detrimento da diversidade existente no mundo. Essa racionalidade traz em si um código de classificação para todas as coisas, em que a compreensão do mundo é feita por meio de dualidades: oriente e ocidente; mítico e científico; tradicional e moderno; irracional e racional; primitivo e civilizado, ou seja: ‘Europa e não-Europa’ [...]. No mesmo entendimento, acerca do desenvolvimento poderíamos pensar ‘desenvolvido e subdesenvolvido’ (ou não-desenvolvido).” (SILVA et. al, 2018, p.130)

Essa posição colonial fica clara quando se analisa o caso do Brasil. Fomos tratados como colônia até a independência. Independente, o Brasil firmou suas atividades econômicas voltadas para alimentar o mercado externo com produtos agrícolas e extrativistas. Assim é desde os tempos coloniais até os dias de hoje: ciclo do pau-brasil (entre 1500 e 1530), ciclo da cana-de-açúcar (entre segunda metade do século XVI até o final do século XVII), ciclo do ouro (século XVIII), ciclo do algodão (do século XVIII até o começo do XIX), ciclo da borracha (final do século XIX e início do XX, ciclo do café (de 1870 até o início do século XX). Com a soja, não seria diferente. Desta forma

“O Brasil apresentou, ao longo de sua história, uma produção agrícola organizada para atender aos mercados europeus. A estrutura do universo agrário brasileiro sempre refletiu, e ainda reflete, por conseguinte, esse objetivo primordial, que organiza as atividades produtivas em suas terras, qual seja, produzir muito para exportar” (PNUMA, 2006, p.46)

É dentro desse contexto de reflexão que analisaremos o histórico dos acontecimentos em Santarém, bem como as noções e justificativas dessas ações e ideologias por trás de tais fatos. A ideia de produzir muito para exportar, e assim se alcançar níveis de satisfatórios de “desenvolvimento” é dominante e influencia a dinâmica das relações sociais que esta pesquisa busca compreender. Entretanto um último comentário se faz necessário: sobre a relação humanidade/natureza. Analisar essa relação significa buscar os modos pelos quais grupos humanos se relacionam com o mundo natural.

Apesar de todos os avanços tecnológicos a necessidade de ocupar, explorar e dominar áreas para dar continuidade às atividades diversas atividades humanas são extremamente dependentes da disponibilidade e distribuição dos recursos naturais. Mariano et.al (2011) argumenta que partes da humanidade procuram romper tal dependência com a natureza e isso ocasionou em “interferências da sociedade de uma forma não cíclica, mas contínua e/ou desordenada que, ora introduz elementos estranhos, ora retira elementos essenciais do sistema, provocando os impactos ambientais.” (2011, p.159). Essa tendência se tornou mais profunda e forneceu as bases do pensamento científico e econômico contemporâneo na qual se acredita ser possível dominar e controlar a natureza para usufruto humano. Um dos grandes responsáveis por esse sentimento foi o filósofo Francis Bacon (1561-1626), e outros filósofos contemporâneos a ele que defendiam “que o alvo do conhecimento científico era tornar os humanos mestres e donos da natureza” (BURSZTYN & BURSZTYN, 2012, p.70). Portanto, dessa forma podemos concluir que a ciência e as atividades extrativistas-exploratórias são frutos da tentativa humana de controle e/ou emancipação da natureza (ROSSI, 2000).

Por outro lado, é possível perceber que a relação da sociedade com a natureza, mediada pela atual predominância da visão científica e pela influência da economia clássica sobre maximização de ganhos, é também uma forma de ideologia – e que tal relação se alterou com o passar do tempo (MARIANO et.al., 2011). Dessa forma, a manifestação da relação sociedade natureza que presenciamos em nosso tempo é apenas uma das relações possíveis, e que varia de acordo com tempo e cultura. Assim, a manifestação da relação humanidade/natureza é, em outras palavras, uma ideologia - exatamente como Chauí (2008) propõe:

“[...] um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer” (2008, p.108)

3. Leitura Sobre o Passado: Da Fundação de Santarém à Consolidação da Soja

À esta altura do texto, iremos construir – resumidamente – uma narrativa que liga a fundação de Santarém (PA) até acontecimentos ocorridos por volta de 2010. A finalidade desse exercício é destacar eventos importantes e como esses eventos ajudam a explicar o contexto atual da região.

3.1.Santarém

O primeiro fato a ser registrado diz respeito à escolha da data de fundação de Santarém. Santarém, enquanto povoado, não teve uma evolução espontânea: nasceu a partir das missões jesuíticas na região. Em um movimento que pode ser interpretado como uma ação orientada por bases colonialistas, a câmara municipal de Santarém aprovou, pela Lei municipal nº 9.270 de 2 de julho de 1981, que 22 de junho de 1661 seria a fundação de Santarém. Nesta data, o Padre João Felipe Bettendorf, cumprindo ordens de Antônio Vieira, se mudou para a região para instalar uma missão cuja sede seria a aldeia dos índios Tupaius. Um historiador de Santarém, Wilson Dias da Fonseca⁶ (2015), nos conta que:

⁶ É preciso observar o relato dele de forma cuidadosa, já observando para quais sentidos seu discurso aponta e de qual ideologia este autor utiliza ao escrever seu livro. É curioso observar que Fonseca não era historiador: era formado em Letras, músico amador e maestro do coral e orquestra municipal. A realização do livro aqui citado

“O estabelecimento da missão de Bettendorf [chamada de missão Tapajós] revestia-se de enorme importância, pois não tinha só o cunho religioso mas também o político. O historiador Artur César Ferreira Reis, em sua obra ‘Santarém: seu desenvolvimento histórico’, diz: ‘O plano da missão dos Tapajós não compreendia, exclusivamente, a conversão ou ajuda espiritual àquele grupo do gentio local, mas perseguia objetivo territorial muito mais vasto – estendia-se ao mais dilatado sertão [...]. A aldeia dos Tapajós, transformada em sede de missão católica, passava a servir de cabeça-de-ponte para a penetração a longa distância. Significava, pois, a marca política para a expansão que sendo espiritual, não deixava, também, de ser política”. (2015, p.16-17).

Fonseca ainda nos conta que uma das primeiras ações de Bettendorf foi construir uma igreja para tratar de realizar missas e conversões dos indígenas. Em 1662, Bettendorf foi substituído pelo padre Manuel Pires. Em 1665 a Aldeia do Tapajós era considerada uma das mais importantes missões jesuíticas no Pará.

É importante fazer um pequeno parêntese sobre a relevância das missões jesuíticas e os interesses políticos que estavam por trás de tais ações. As missões jesuíticas não eram atividades meramente religiosas e controladas por Roma. Na verdade, durante o século XVII, e principalmente durante o século XVI, as missões jesuíticas funcionavam como o braço direito do Império-Português⁷ no que tange à implementação do domínio ibérico na região da América portuguesa (SANTOS F., 2012). Os jesuítas eram importantes agentes na exploração geográfica e atuaram diretamente na colonização do território brasileiro, construindo edificações, criando o núcleo inicial de vilas e cidades brasileiras, convertendo espiritualmente e laboralmente povos indígenas, e informando a coroa portuguesa e Roma sobre todos os achados e experiências com o contato nas regiões (SANTOS F., 2012). O trabalho jesuítico também foi pilar central para a construção de uma rede urbana nas capitânicas do norte: eles desbravavam, adentravam as matas, criavam uma primeira infraestrutura, para logo depois criadores de gado – e possivelmente outros responsáveis por atividades econômicas – consolidarem a ocupação territorial da coroa (ARRAES, 2014).

Nesse processo de colonização das “novas” áreas, outros elementos precisam ser ressaltados. A entrada dos missionários não levava somente a lei de Roma (conversão espiritual) mas também a lei portuguesa (conversão cultural - em linguagem popular a chamada *integração* do índio aos costumes do branco). Por outro lado, as aldeias indígenas foram substituídas por

teve apoio da Secretaria Municipal de Cultura de Santarém, então é difícil dizer até que ponto os fatos narrados fazem ou não fazem parte de uma “versão oficial” dos acontecimentos históricos.

⁷ Pois o próprio império português era apoiado na indissociável relação entre poder político e religioso

agrupamentos organizados pelos missionários. Não foi somente na missão Tapajós que se deu essa conversão de aldeia indígena para cidade ou vila: Alter do Chão, Boim, Vila Franca e Pinhel sofreram o mesmo processo. Alter do Chão era onde residia uma aldeia Borari, em Boim residiam os Tupinambás, em Vila Franca os Arapiuns ou Cumarús, em Pinhel os Matapuz (FONSECA, 2015).

É de extrema importância perceber a força da colonização na determinação identitária de tais locais. Os nomes de Santarém, Alter do Chão, Boim, Vila Franca e Pinhel não são os mesmos daqueles localizados em Portugal por acaso. Isso se deve as ações do Capitão-Geral Francisco Xavier de Mendonça Furtado - governador da Província do Grão-Pará entre 1751 e 1759. O governador da Província “sonhava em transformar a Amazônia em outro Portugal, substituindo-lhes o que ele chamava de ‘bárbaros nomes’ nativos por outros de cidades ou vilas portuguesas” (FONSECA, 2015, p.27). O relato de Fonseca (2015) deixa a entender que desde o momento de chegada da missão Tapajós, a Aldeia Tapajós apresentava “notável progresso” (2015, p.27). Assim, em 14 de março de 1758, a Aldeia Tapajós foi elevada à categoria de Vila e rebatizada com o nome de Santarém por Francisco Xavier.

Quase noventa anos passados desde a elevação à categoria de Vila, Santarém havia passado por vários transtornos “ocasionados pela extinção das missões religiosas, dos resultados funestos da revolução cabana⁸, e até de surtos epidêmicos surgidos” (FONSECA, 2015, p.41), mas mesmo assim crescera ao ponto de ultrapassar o tamanho da capital da Província do Grão-Pará. Assim, em 24 de outubro de 1848, Santarém foi elevada à categoria de cidade por Jerônimo Francisco Coelho – presidente da Província. Já no século XIX, a região já despertava interesse científico internacional. Fonseca (2015) afirma que cientistas como Von Martius, Alfred Russel Wallace e Henry Walter Bates são exemplos de pessoas famosas⁹ que passaram por Santarém e deixaram suas impressões escritas sobre a cidade.

Santarém continua a crescer como cidade, recebe migrantes norte-americanos em decorrência da Guerra de Secessão (1861-1865), seu potencial portuário já era conhecido em decorrência das características dos rios que banham a região e vivenciou uma fase de grande crescimento com o primeiro ciclo da borracha (aproximadamente entre 1879 e 1912). É

⁸ Revolta popular ocorrida entre 1835 e 1840, na província do Grão-Pará, que tinha tanto adesão popular quanto da elite local. Buscavam independência para a província e se revoltaram pela forte presença portuguesa e pelas ações do governo regencial.

⁹ Evocar essas pessoas é uma estratégia retórica para enaltecer a região. Em outras palavras é uma forma de falar que se estrangeiros elogiaram e/ou se interessaram pela região é por que de fato existe um potencial a ser explorado. Essa ideia será retomada à frente.

interessante notar que Fonseca (2015) dedica algumas páginas para tratar do assunto. Em tom nostálgico, busca descrever o horror que foi a decadência do ciclo da borracha.

O autor conta que nesse período “a Amazônia toda ia de vento em popa, com dinheiro correndo à rodo, por causa da borracha. Éramos os únicos produtores da goma elástica e o mundo tinha necessidade do produto.” e que “vivíamos esses dias de largueza e fartura” (2015, p.153). Seu relato é interessante e contém elementos importantes para pensarmos ideologias que movem os discursos e os sonhos sobre progresso e desenvolvimento das pessoas. O box 1 apresenta a transcrição completa desse elemento textual.

Box 1. O discurso saudosista de Wilde Dias da Fonseca (2015) sobre o Ciclo da Borracha

O Teatro Amazonas, de Manaus, e o Teatro da Paz, de Belém, foram construídos em pleno apogeu da borracha e companhias líricas e orquestras vinham da Europa para apresentar-se nesses teatros. Até o nosso Teatro Vitória, hoje inexistente devido a incúria de autoridades de nossos dias, era fruto dessa época de euforia e dinheiro abundante. Os homens mais abastados mandavam seus filhos estudar na Europa. Muitos jovens santarenses foram estudar principalmente na Suíça, Inglaterra e na França.

A sociedade santarena daqueles tempos vestia-se à moda francesa e não eram poucos os que falavam a língua daquele país europeu.

Vivíamos esses dias de largueza e fartura quando aqui chegaram os Confederados norte-americanos.

A presença dos Confederados aqui foi boa e imprimiu progresso à nossa região. Os Confederados, entretanto, talvez sem saber das verdadeiras intenções de alguns ingleses, que nada tinha a ver com eles, acolheram em seu meio uma família, que foi a causadora da tremenda desgraça que se abateu sobre a Amazônia, com reflexos danosos no Brasil inteiro. Essa família eram os Wickham [...].

Henry Wickham enviou (contrabandeando) do Tapajós para Londres, em 1876, mais de sete mil sementes de seringueira, que, cuidadosamente tratadas em estufas no Jardim Botânico de Kew, brotaram e foram logo transferidas para a ilha do Ceilão.

Depois de realizada a rapina, os Wickham foram-se todos embora de Santarém.

Na Inglaterra, Henry Wickham foi agraciado com o título de “Construtor do Império”.

Não satisfeitos ainda, os ingleses enviaram Robert Gross ao Pará para obter, já não mais sementes, mas, plantas virentes, o que ele conseguiu, levando para a Inglaterra centenas de mudas, que foram enviadas para Singapura.

Toda essa rapinagem, de sementes e mudas, foi feita diante das vistas complacentes dos funcionários aduaneiros da alfândega de Belém.

Em 1881 as seringueiras de Singapura começaram a frutificar e a partir daí, começou a plantação em massa de nossa Hévea Brasiliensis nas Índias Britânicas, na Ilha de Bornéu, em Java, Sumatra e na Península Maláia.

Para ter ideia do que isto significou para nossa economia, basta saber-se que em 1910 o preço do quilo da borracha era de 15\$000 (quinze mil réis), baixando para 8\$000 (oito mil réis) por quilo em 1918.

No ano de 1900, todas as seringueiras aclimatadas pelos ingleses no Oriente produziram quatro toneladas de borracha e em 1930 essa produção ao fabuloso montante de oitocentas mil toneladas. Contra essas 800.000 toneladas produzidas pelos ingleses no Oriente, a Amazônia fornecia ao mercado, nesse mesmo ano, apenas 14.000 toneladas.

Quando já era tarde demais, o governo brasileiro ensaiou medidas salvadoras para nossa borracha, através do plano ‘defesa da borracha’, instituído por lei de 5 de janeiro de 1912. Esse ‘plano’, apesar de bem feito não surtiu o efeito desejado, devido à interferência de políticos inescrupulosos que tentaram estender os benefícios da lei à localidades de seus interesses particulares, mas não produtoras da Hévea Brasiliensis. (2015, p.153-154)

Esse relato de Fonseca (2015) pode ser analisado à luz das ideias de análise de discurso de Eni Puccinelli Orlandi (2009) – já apresentadas anteriormente. Assim, uma pergunta válida é questionar quais sentidos Fonseca instaura em seu texto quando constrói frases do tipo: “[...]a

causadora da tremenda desgraça que se abateu sobre a Amazônia, com reflexos danosos no Brasil inteiro” (2015, p.153). Por que falar em desgraça? Por que citar que havia dinheiro abundante no ciclo da borracha? Por que afirmar que existiram reflexos danosos no Brasil inteiro?

Um primeiro caminho que aponta certas orientações diz respeito a quem era Wilde Dias da Fonseca: um membro da elite santarena à época. Seus ideais estavam atrelados ao pensamento desse grupo, portanto seu discurso é orientado a perseguir os interesses da elite. É preciso observar, também, o contexto histórico - desde a carta de 1º de maio de 1500 escrita por Pero Vaz de Caminha ao rei Dom Manuel, dos ciclos econômicos que o Brasil já passou, do passado colonial e produção agrária voltada ao mercado externo (PNUMA, 2006, p.46) até os dias atuais - o discurso de haver abundantes riquezas naturais em solo brasileiro e que o progresso e desenvolvimento se dará pela exploração de tais recursos parece ser uma constante na história do país. Essa visão da riqueza da natureza, essa visão *eldoradista* (SVAMPA, 2019), foi elemento mobilizou forças militares, em diferentes momentos com a construção de fortes na região de Santarém (FONSECA,2015), e evidenciou a necessidade de integração do território amazônico ao contexto nacional (DIACCON, 2009; BÔAS & BÔAS, 2012; SANTOS, SILVA & FERREIRA, 2016).

Portanto, esse olhar fornecido a partir das ideias da análise de discurso nos servem para evidenciar a ideia de que a exploração da natureza possui um potencial econômico passível de colocar o Brasil em posição de destaque internacional. Dessa forma, Santarém possui esse potencial acrescido de suas características que a fazem ser conhecida como a “pérola do Tapajós”. Há um documento que esse trabalho pôde acessar em pesquisa no acervo do Instituto Cultural Boanerges Sena (ICBS) que fornece uma rica descrição do discurso utilizado no início do século XX para promover as riquezas naturais existentes em Santarém, bem como a necessidade de exploração desta natureza. Me refiro à transcrição de uma conferência realizada em 16 de julho de 1925, no “Club de Engenharia” do Rio de Janeiro por Raymundo Pereira Brazil¹⁰.

O discurso de Raymundo possui fortes características panfletárias cujo intuito é divulgar à plateia, que o escuta, “as riquezas incalculáveis do valle do Tapajoz¹¹”. Muito possivelmente tal conferência teve o intuito de angariar apoio aos investimentos e atividades relevantes aos grupos dominantes amazônicos e despertar o interesse nacional para a região – elemento que

¹⁰ Infelizmente carecem fontes sobre quem ele foi. Mas pelo contexto da palestra, é possível afirmar que ele desempenhava o papel de representante da elite econômica e/ou política santarena.

¹¹ Optei por manter a forma gráfica original das palavras escritas no documento.

ficará evidente no decorrer da descrição deste documento e que é muitas vezes atestado em trabalhos de campo: o sentimento de abandono das autoridades para a região ainda persiste no discurso atual dos santarenos. Raymundo Pereira, o palestrante da conferência, inicia argumentando que “a cidade de Santarém [...] [é a] cidade fadada a ser, em breves dias, uma das mais belas da região amazônica e de maior movimento comercial como porto fluvial, da America do Sul”. Quanto ao porto está “fadado a ser o maior empório de commercio na Amazonia, e quem sabe se de todo o paiz, quiça da América do Sul”.

Dessa forma, o intuito de Raymundo é divulgar os benefícios que a construção de uma estrada de ferro ligando Cuiabá à Santarém traria para todo o Brasil, para a América Latina – e para a região santarena. O governo republicano considerava essa construção de “grande caráter comercial, político, e estratégico e [seria] a segunda grande linha de penetração do Brasil, depois da Estrada de Ferro Central”. Entretanto, falar sobre a estrada tem a finalidade de evidenciar a importância do Tapajós:

“Para o commercio de exportação, e mesmo de importação, a via de comunicação pelo Tapajoz é considerada incontestavelmente superior a qualquer outra, que de Cuyabá siga em direção ao litoral, porque a distancia de Santarém, ou de Belem, aos portos da America do Norte e da Europa, é muito inferior á distancia de Santos, Montevideo ou Buenos-Aires aos referido portos.”

Após divulgar e exaltar todas as características que colocam Santarém como um local próspero, Raymundo direciona seu discurso para a etapa final: compartilhar com o público as abundantes riquezas naturais e os potenciais agrícolas – além da colonização estrangeira – que fariam com que essa cidade se tornasse um dos mais ricos e produtivos centros do país. Para isso, só faltava o devido apoio federal – que ele buscava com a palestra. O caráter extrativista com que se olha a Amazônia hoje já estava vivo naquela época no discurso de Raymundo:

“Madeira de Lei para dormentes, e para todo e qualquer gênero de construcções e de obras de marcenarias, pedras para as construcções dos leitos e pontes da estrada, calcáreos e argilas para ali se fazer o cimento, tudo ali se encontra,- que mais é preciso?

As grandes [...], inextinguíveis, reserva de seringaes [...] entrelaçadas com a Balata, com o Caucho e Castanheiros alli estão;... para que mais riquezas? [...] As pepitas de ouro a reluzirem ao brilho do sol pelas margens dos córregos, e no leito daquelas aguas crystallinas, verdadeiros mananciais de riquezas auríferas; onde haverá terras iguaes? Não vos parecerão, senhores, uma fabula, estas nossas narrativas? São, entretanto, realidades positivas.”

Por outro lado, o clima descrito por Raymundo parece ser muito diferente do vivenciado hoje no Planalto Santareno, sendo esse um importante elemento para comparar o passado com

o presente. De qualquer forma, o clima é um elemento em que Raymundo aposta como um dos estímulos para colonizar o Planalto com as culturas¹² europeias. Ele cita os argumentos do engenheiro Francisco J. Gomes Calaça¹³:

“No planalto o clima é muito ameno, e, mesmo durante a estação cálida, nunca o termometro subio acima de 26° e nem na estação fria desceu abaixo de 2° sobre o 0. [...] Pelo que eu acabo de expor, vê-se que a zona do plantalto se presta perfeitamente para a colonização européa, e as terras ahi, prestam-se não só para o plantio dos gêneros do paiz, taes como – madioca, feijão, e outros cereais, o plantio do algodão, do café, e da canna de assucar, e também do cacáo, como poderão também ser aproveitadas para o plantio do trigo, do linho, da uva e outros produtos dos paizes frios”.

Por fim, uma das últimas falas de Raymundo, encerrando sua exposição, assim diz:

“Eis aqui, senhores, o que sabemos com verdade do grande valle do Tapajoz, e do valor econômico que nos traria a grande artéria ferro-viaria de santarem-Cuyabá. Pela sua excepcional riqueza natural já existente, e pela ilimitada expansão industrial e econômica a que se prestam os seus ubarrimos sólo e sub-sólo, pelo seu clima ameno favorável ás populações e a todo o fenero de produção e criação e pelas inextinguíveis fontes de energia hydraulica, espalhadas por toda a região, nas melhores condições de captação, tanto para a electrificação da estrada como para todas as industrias, é esta incontestavelmente a zona mais prodigiosa e demais esplendoroso futuro do nosso querido Brasil. [E após a construção da ferrovia] nesse dia, senhores, poderemos afirmar que estará feita de modo indestructivel a hegemonia do Brasil”.

Esses trechos destacados da palestra são relevantes para observamos que desde antes do século XIX o discurso de explorar a amazônica como forma de “desenvolver” o Brasil já existia. Os discursos que vemos hoje, as justificativas de exploração econômica da região ainda continuam praticamente inalteradas. Atualmente não falamos mais de construção de ferrovias;

¹² Quando escrevo cultura não faço referência somente às variedades de cultivos ou somente à qualidade social que normalmente entendemos como “cultura”. Utilizo esse conceito para fazer referência ao modo de vida europeu em sua totalidade. É preciso lembrar que o discurso foi realizado em uma época em que discutia o embranquecimento da população como solução para os problemas sociais vivenciados pelo Brasil. Nada melhor do que trazer o exemplo máximo civilizatório para cá: o europeu.

¹³ “Francisco José Gomes Calaça - Natural de Alagôas, engenheiro pela escola de pontes e calçadas de Paris, Bacio do Instituto polytechnico desta cidade, do Instituto polytechnico do Rio de Janeiro e do Instituto archeologico e geogra.phico alagoano, serviu o cargo de fiscal da estrada de ferro Central do Estado de seu nasci. menta, de onde foi removido para o de director da de Paulo Alfonso, etc. Escreveu: - Estrada de Ferro de Cuyabá à Lagoinha: relataria do chefe da commissão incumbida dos estudos, etc. Rio de Janeiro, 1876, 77 pags. in-4°. - Memaria sobre alguns melhoramentos realizados no seculo XIX, offerecida ao Instituto Archeologico e Geographico Alagoano. Maceió, 1878, IU pags. in-4° - Na Revista desta associação, escreveu ainda: - Praducção assucareira na provincia e fuudação de um engenho central no municipio do Pilar: trabalho lido em sessão de 29 de abril de 1879. II' - - Estudos historicos dos aPIJarelhos empregados com o fim de utilizar o trabalho do vapor, lidos:em 1876.” Retirado de: https://pt.wikisource.org/wiki/P%C3%A1gina:Diccionario_Bibliographico_Brazileiro_v3.pdf/16, acessado em 25/02/2020.

hoje, obras de infraestrutura já estão consolidadas na Amazônia – com a possibilidade de se expandirem. Dessa forma, observando criticamente a emergência dos discursos de exploração da natureza, o que ocorre é um grande tensionamento entre discursos preservacionistas e conservacionistas contra o discurso radicalizado de exploração total dos recursos naturais: os primeiros se preocupando com povos que vivem na floresta, na biodiversidade, na importância da natureza preservada; o outro se preocupando com aumentar exportação, aumentar reservas, gerar renda, explorar a natureza. Acredito que este conflito ideológico possui fortes elementos para ser entendido como o tensionamento originário de todos os conflitos socioambientais amazônicos.

3.1.1. A importância da estrada Cuiabá-Santarém e os planos militares para a Amazônia

Este assunto – construção de uma estrada que liga Cuiabá (MT) à Santarém (PA) – é gancho para falarmos da construção da Rodovia BR-163: um dos elementos influenciadores mais relevantes para entendermos a entrada da soja na região amazônica e, mais especificamente, em Santarém. Por mais que esse assunto seja anterior ao discurso de Raymundo, a construção desta estrada iniciou somente no período da ditadura militar brasileira, isso é, somente a partir da década de 1960. Contudo, as ideias e discursos que sugerem a construção de uma estrada que ligasse Cuiabá remontam ao século XIX (FONSECA, 2015).

Em 1851, o presidente da província do Mato Grosso entregava ao Imperador Dom Pedro II o traçado da estrada de ferro para conectar Cuiabá à Santarém. Em 1878, há a proposta do comerciante Tibúrcio dos Santos Leque, de Cuiabá, de ser pago quatrocentos mil réis por légua de estrada aberta. Essa empreitada teve respaldo de comerciantes de Santarém, bem como do Barão de Tapajós. O Governo, à época, respondeu que

“não tinha condições financeiras para aceitar a proposta. O plano da construção da estrada não parou neste momento, e em 1880 o presidente da província do Grão-Pará escreve um relatório dizendo que “essa estrada não é só comercial, é também política e militar.” (FONSECA, 2015, p.114).

Também neste momento se iniciaram campanhas jornalísticas para manter tal assunto vivo e convencer a população dos benefícios deste empreendimento.

Anos mais tarde, já em 1915, o Congresso Nacional aprovou a lei nº2.943, autorizando as concessões para a construção da estrada de Cuiabá à Santarém. Em 1919, Cândido Mariano da Silva Rondon responde ao pedido de um vereador da época: “Será para breve a realização

da via férrea Santarém-Cuiabá.” Até mesmo setores da igreja Católica haviam se pronunciado sobre a construção da estrada. Em maio de 1951, o arcebispo de São Paulo também cria “que a sonhada estrada seria “a avenida transbrasileira a ligar Santos, o maior porto de mar brasileiro, a Santarém, maior porto rio-mar” (FONSECA, 2015, p.115).

A construção da estrada ganha contornos novos, militares e ideológicos, quando Médici sanciona o Decreto-lei nº 1106 criando o Programa de Integração Nacional (PIN), em 16 de junho de 1970. Em 28 de julho do mesmo ano, o Decreto nº 66.967 transformou o 2º Batalhão Rodoviário de Lages (SC) em 8º Batalhão de Engenharia e Construção localizado em Santarém. Ao 8º BEC é atribuída a função de construir o trecho que liga Santarém a Cachimbo, de 954 km de extensão. O 9º BEC, localizado em Cuiabá, ficou responsável pela construção da parte que liga Cuiabá à Cachimbo, de 792 km de extensão. Em 20 de outubro de 1976 deu-se o encontro das duas frentes de trabalho (FONSECA, 2015).

O dicionário de verbetes da FGV apresenta as seguintes explicações para as ações do PIN:

“Programa governamental instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici. Tinha por objetivo implementar obras de infra-estrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país.

Numa primeira etapa, o PIN pretendia acionar junto ao Ministério dos Transportes o início imediato da construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, bem como de portos e embarcadouros fluviais com seus respectivos equipamentos. Na área do Ministério da Agricultura, o programa visava à colonização e à reforma agrária, prevendo para tanto a elaboração e a execução de estudos e a implantação de projetos agropecuários e agroindustriais. Nesse sentido eram previstas também desapropriações, a seleção, o treinamento, o transporte e o assentamento de colonos, e a organização de comunidades urbanas e rurais com seus serviços básicos. Na verdade, a parte mais importante do PIN era seu plano de colonização. No próprio Decreto-Lei nº 1.106 foi determinado que uma faixa de terra de dez quilômetros ao longo das margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém seria reservada para a colonização e a reforma agrária.

[...]

Os ministérios ou órgãos da administração pública atuavam dentro do PIN mediante a aplicação de recursos humanos e financeiros. Foi prevista também a integração da iniciativa privada no programa, através do estabelecimento de

incentivos fiscais para projetos de colonização na área de influência das estradas. Finalmente, foi prevista a utilização de recursos do programa na intensificação dos investimentos nos institutos agrônômicos de Belém e do Recife para a experimentação agrícola dirigida à produção de alimentos.

A abertura da Transamazônica teve início em setembro de 1970. O trecho entre Estreito e Itaituba (PA) foi entregue à circulação em 27 de setembro de 1972, e o trecho entre Itaituba e Humaitá (AM) foi inaugurado em 30 de janeiro de 1974. A construção dessa rodovia através da bacia Amazônica teria sido determinada por duas razões distintas e complementares: de um lado, uma preocupação geopolítica com os ‘vazios territoriais e demográficos’ e, de outro, o excesso de população pobre do Nordeste.”¹⁴

De qualquer forma, o plano militar, sob a ótica do PIN, buscava a integração nacional da Amazônia ao mesmo tempo que buscavam a expansão do mercado interno (SANTOS, SILVA & FERREIRA, 2016). Para chegar a tal objetivo, foram necessárias correções quanto “a vulnerabilidade, a defesa, segurança e soberania nacionais e incrementar sua densidade populacional, estabelecer vias de comunicações e consolidar a ocupação do território através de uma rede de núcleos urbanos e vias de circulação [...]”. (ARMENTANO, 2010, p.3). Assim, o Estado buscou promover o assentamento de comunidades agrícolas as margens das rodovias amazônicas para facilitar o transporte de cargas e passageiros – a BR-163 não fugiu a essa regra (SANTOS, SILVA & FERREIRA, 2016). É também, nesse contexto, que o governo militar promoveu o seguinte lema: “terra sem homens para homens sem terra” – atraindo pequenos produtores do Sul e do Nordeste do Brasil para toda região amazônica. “Além do slogan, havia promessa de terras, financiamentos, estrutura como água, energia elétrica, serviço de saúde, educação, estradas para o escoamento da produção” (SANTOS, SILVA & FERREIRA, 2016, p.62). Para realizar essa empreitada, um dos órgãos criados foi a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A Figura 4 é um exemplo de propaganda realizada pela SUDAM para convencer interessados a investirem na Amazônia.

¹⁴ Disponível em: <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>. Acessado em 04/03/2020

Figura 4 - Propaganda da SUDAM. Fonte: <http://www.pedromartinelli.com.br/blog/valeu-a-pena-4/>. Acessado em 04/03/2020



Esse processo ocorrido no Brasil e incentivado pelo PIN e pela SUDAM – de ocupação do território “vazio” amazônico - é explicado por Sauer e Martins (2016) da seguinte forma: “as sociedades latino-americanas foram moldadas [dos anos 1970] por lógicas de fronteira, ou seja, relações sociais e políticas marcadas por deslocamentos demográficos incentivados para aproveitar terras ‘não ocupadas’ ou ‘insuficientemente’ ocupadas” (SAUER & MARTINS, 2016, p.28). Foi, portanto, um movimento continental de ocupação dos territórios. E no caso do Brasil, é preciso destacar a constante promessa de enriquecimento individual e da nação como um todo. Como justificativa desta intensa busca por crescimento econômico a partir de atividades de exploração natural (industrial ou agropecuário) está a célebre frase de Ministro

da Fazenda de Médici, Antonio Delfim Netto: “fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo”¹⁵. Uma das várias formas de “fazer o bolo crescer” era incentivar a produção de soja para assegurar vários interesses econômicos brasileiros do período.

3.1.2. *As comunidades rurais*

É preciso lembrar que o passado da região de Santarém é muito influenciado pelas populações rurais que habitam o Planalto Santareno. Para além dos agricultores rurais existem também grupos quilombolas e populações indígenas que residem na área. Como o foco dessa dissertação está nos agricultores familiares, destacamos que a primeira comunidade rural que surgiu em Santarém foi a de São José, cujo ano de surgimento foi em 1919. A colonização de áreas rurais se deveu principalmente a tendências de colonização agrícola durante o início do século XX. De modo geral, os agricultores dessas comunidades que foram surgindo ao longo do século XX são de origens do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sul do Brasil – com diferentes fluxos migratórios em diferentes momentos históricos.

Com o auxílio das considerações de Brasil (1997), observamos que há pelos menos duas fases que influenciaram processos migratórios para o Norte do Brasil. O primeiro desses processos é com relação às tendências iniciadas durante a metade do século XIX até 1920. Nesse período, a migração foi influenciada pela larga demanda de mão-de-obra em função das atividades exploratórias do ciclo da borracha. Também houve um segundo elemento que foi a migração de nordestinos para a região do Norte devido à histórica seca de 1915. A partir desse momento começaram a surgir “povoados, vilas e cidades com o intuito de comercializar a produção gomífera [da borracha] e fornecer alimentos aos extratores.” (BRASIL, 1997, p.62).

Com o declínio da atividade da borracha, os povoados que começaram a surgir não desapareceram, mas sim adaptaram suas atividades agrícolas a fim de continuarem residindo na área. O número de comunidades rurais no Planalto Santareno continuou a subir com o tempo. Mas foi com políticas governamentais de colonização e desenvolvimento que se teve um boom demográfico na região. Dois programas foram muito marcantes para influenciar esse processo. O primeiro foi a Operação Amazônia (1966) que tinha por eixos estruturantes:

¹⁵ A biografia de Delfim Netto auxilia a obter maiores informações sobre o período e sua atuação como ministro: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/delfimNetto.html>, acessado em 06/03/2020.

“i) uma política de incentivos fiscais para atrair capital privado para investimentos na região; ii) uma política de ocupação de terras para solucionar o problema da posse da terra em outras regiões e ampliar a área agrícola na Amazônia; iii) a ampliação da infraestrutura de telecomunicações e estradas para viabilizar as duas estratégias anteriores.”¹⁶

O segundo programa foi o PIN (1970) – já descrito na sessão 3.1.1 - que influenciou o crescimento demográfico e econômico Amazônico de forma a se distinguir dos processos anteriores. Como descrito na sessão 3.1.1, a intervenção política do governo militar foi extremamente relevante para influenciar o contexto de povoamento amazônico desse período. Nesse sentido, o Planalto Santareno também recebeu afluxos migratórios que fizeram surgir várias comunidades rurais na região. Como Brasil (1997) argumenta:

“É a partir dessa década que irão acontecer profundas modificações na dinâmica demográfica da Região Norte. A população, que estava próxima a 1,9 milhão, em 1960, passou, em 1980, para quase 6 milhões de habitantes. Delinearam-se, de forma mais nítida, novas tendências demográficas na Região, com a migração de nordestinos e sulistas em busca de "novas fronteiras" para explorar, e a maior urbanização que surge com a impossibilidade de fixação da crescente população nas zonas rurais.”(p.62)

É importante notar que desde então as comunidades rurais se tornaram elementos importantes da configuração socioespacial e econômico de todo terreno rural do Planalto Santareno – principalmente no que tange à demografia e segurança alimentar (rural e urbana). Mais comentários que nos ajudam a pensar esse processo de colonização das áreas rurais estão descritos ao longo desta dissertação. Por hora é importante apenas evidenciar que a importância histórica das comunidades rurais para a região. Outro elemento que nos auxilia a perceber tal importância na dinâmica da região é com relação à fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, que ocorreu em 1973. Sendo um dos primeiros sindicatos rurais, esse Sindicato ainda é um dos “maiores e mais atuantes do país” (NASUTI et al, 2020).

Demonstrado a relevância das comunidades rurais da região, devemos prosseguir nossa discussão investigando um dos marcos na dinâmica social, ambiental e espacial de toda essa região. Desde o momento que a sojicultura chega na região do Planalto, essas dinâmicas foram alteradas profundamente. O próximo tópico investiga tal questão.

¹⁶ Disponível em: <http://amazonia.inesc.org.br/artigos-inesc/52-anos-de-incentivos-fiscais-na-amazonia-para-que-serviui/>, acessado em 23/07/2020.

3.2. Processo da sojicultura: formação até a chegada e consolidação em Santarém

3.2.1. Soja

Historicamente a soja teve sua inserção e expansão a partir da região sul do Brasil – e esta região se manteve como a maior produtora até final dos anos 1990. Entretanto, foi a partir da década de 1970 que a soja iniciou uma progressiva marcha em direção ao Centro-Oeste e ao Norte. No que tange ao surgimento de tecnologias “de controle dos solos do cerrado e de adaptação de cultivares, a soja passou a encontrar na região condições climáticas e topográficas extremamente propícias ao seu desenvolvimento” (PNUMA, 2006, p.49). Por outro lado, o avanço da soja, bem como de toda a fronteira agrícola no Brasil, foi resultado de uma janela de oportunidade bem aproveitada pelo governo militar e investidores (SAUER e MARTINS; 2016).

Essa janela de oportunidade se apresentou a partir da ocorrência do fenômeno *El Niño*, entre 1973 e 1974, que ocasionou decréscimo produtivo de anchovas na costa peruana (WARNKEN, 1999; FEARSIDE, 2006) além de causar uma grande seca em significativa parte da África central, com efeitos idênticos na produção de amendoim e, conseqüentemente, na exportações de torta de amendoim, “que é um subproduto altamente protéico, também substituto da farinha de peixe” (WARNKEN, 1999, p.11). Ambos os produtos (farinha de peixe e torta de amendoim) eram ingredientes proteicos utilizados pela indústria de ração para avicultura e suinocultura. Dessa forma, o farelo de soja, se apresentou como forte alternativa: “a demanda por esses farelos de alto teor de proteína alcançou níveis sem precedentes. De 1972 a 1973, o preço médio mundial de soja subiu 81 por cento, enquanto o do farelo de soja subiu 105 por cento” (WARNKEN, 1999, p.11). Nas disputas pelo mercado internacional, o Brasil começou a ganhar destaque pela qualidade do farelo aqui produzido ser melhor do que o produzido pelos Estados Unidos (maior exportador de soja nos anos 1970) (WARNKEN, 1999).

Paralelamente ao crescimento da demanda internacional da soja, a política interna e a prática agrícola voltada a soja já apresentavam seus próprios objetivos e resultados. A soja já vinha se apresentando com uma alternativa produtiva para ao trigo (ciclo produtivo que durou de 1962 a 1973) e também serviu como cultura substituta na política de erradicação do café (1975). Para além disso, a soja era considerada estratégica pelo governo militar para alcançar seis objetivos: “1) economizar divisas através da substituição de importação, 2) aumentar o

recebimento de divisas, 3) melhorar a dieta nacional 4) estimular o desenvolvimento industrial, 5) manter baixos os preços dos alimentos, e 6) ocupar o território nacional.” (WARNKEN, 1999, p.3).

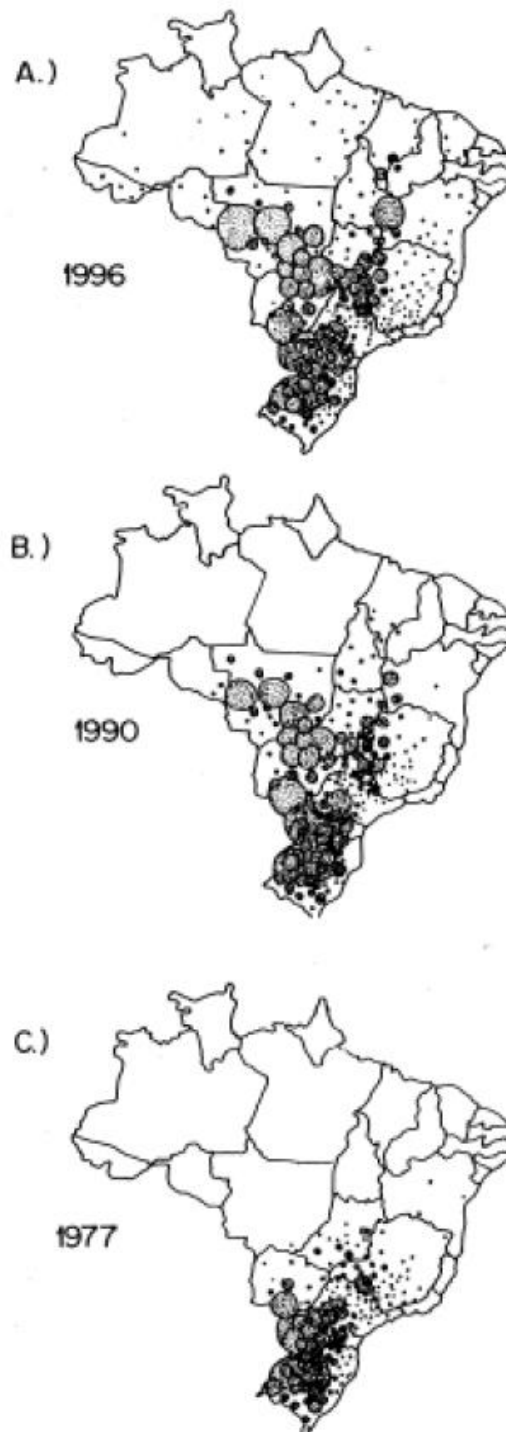
Por outro lado, a soja ainda apresenta outro diferencial em seu cultivo: é uma cultura que possui uma

“habilidade [...] em justificar a construção de grandes projetos infraestruturais, os quais movimentam uma enorme cadeia de eventos condutores da destruição de vastas áreas de habitats naturais, além da área plantada com soja. No Brasil, os produtores de soja foram mais efetivos que os produtores de outras mercadorias na captura de subsídios do governo, acelerando em muito o avanço desta cultura. Conseqüentemente, o desenvolvimento tecnológico foi mais eficaz em apressar o avanço da soja do que outras culturas.” (FEARNSIDE, 2006, p.282)

Assim, se inicia a partir da década de 1970 a subida da soja pelo Centro-Oeste, e a rodovia BR-163 começa a ganhar relevância como uma via potencial para escoamento produtivo da soja¹⁷ e outros produtos agroindustriais. Contudo, a soja chega a Amazônia somente anos mais tarde, acompanhando o desenvolvimento de tecnologias que permitiram sua adaptabilidade do solo amazônico (EL-HUSNY & ANDRADE, 1999; FEARNISIDE, 2006) e acompanhando a expansão das áreas de fronteira do desmatamento e do agronegócio (PNUMA, 2006) em direção aos estados no norte. A Figura 5 mostra o avanço da soja ao longo do período de 1977 a 1996.

¹⁷ Neste ponto, é necessário evidenciar que um dos grandes diferenciais para venda da soja ao exterior é o custo de transporte: distância e qualidade das vias alteram os custos de transporte rebatendo no preço final do produto. Diminuir o custo de transporte implicaria em redução no custo final do produto a ser exportado. Esse fato será, ano mais tarde, utilizado como argumento por parte dos produtores de soja para exigir melhoras nas condições da BR-163, e também como justificativa para iniciar o cultivo da oleaginosa em Santarém.

Figura 5 - Avanço da soja. Fonte: FEARNSIDE, 2006



É somente em 1995 que a soja chega em Santarém, diretamente influenciada pelas ações governamentais do estado e do município. Assim, os poder estaduais e municipais trabalhou em conjunto com um grupo privado do Paraná – Agrária Engenharia e Consultoria S.A. – para iniciar os estudos da viabilidade de soja na região. Quem conta essa história é o diretor do Instituto Cultural Boanerges Sena (ICBS), que em entrevista nos contou de sua participação e sua visão sobre o processo de chegada da soja em Santarém. Transcreverei os primeiros 16

minutos de entrevista pois eles são um resumo bastante completo da história que aqui se pretende reconstruir, cuja íntegra se encontra nos Anexos. Para o corpo do texto, separamos as principais ideias.

O que o diretor conta é que em meados da década de 1990 ele havia sido convidado a participar de uma reunião com a prefeitura e uma empresa privada chamada Agrária. Essa empresa estava interessada em começar o plantio de soja na região. Pelo vasto acervo que o diretor do ICBS possuía na época (trabalhava como engenheiro florestal contratado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER), foi indicado para prestar consultorias informais ao dono do empreendimento. Aceitou essa posição e passou a auxiliar no levantamento das potencialidades das várzeas dos municípios de Santarém, Alenquer e Monte Alegre. Dessa forma, sempre buscavam fazer levantamentos sobre a região norte de Santarém. Ele conta que

“na última viagem de avião que nós fizemos, já estava o projeto se acabando, sendo concluído, depois era só escrever. Eles iam fazer com a equipe muito competente que eles tinham. Eu disse pra ele: ‘Joaquim, tu precisas conhecer o sul da nossa região’. Isso ainda no ar. Nós estávamos no teco-teco. Porque nós só fizemos atravessar o rio na direção do norte. ‘Tu queres conhecer?’ ‘Então bora’. Nós atravessamos... passamos a voar nas terras do sul, em direção a Rurópolis. Então ele foi vendo, olhando aquilo lá, aquela mata e disse ‘rapaz, isso daqui dá soja’.

Essa decisão de última hora foi suficiente para alterar todo o escopo do projeto. Agora estavam interessados em plantar soja na área de Planalto ao sul de Santarém. Com essa ideia consolidada, Joaquim, empresário da Agrária, solicitou ao diretor um produtor capacitado para iniciar os primeiros testes. Esse produtor deveria ter “trato, terra, [e] que goste do negócio”. Um nome foi indicado: o proprietário da fazenda Diamantino, local a 15 km do porto de Santarém. Os testes começaram nessa fazenda, muitas variedades foram testadas e várias delas “deram uma produtividade igual, e em algumas até maior do que a média nacional”. “Então, eles pegaram aquele resultado como bandeira para levar a boa nova da soja da... da capacidade de produção de soja aqui em Santarém.”. Dessa forma, até o momento já estavam dadas as vantagens de produzir soja na região: proximidade do porto (15 km de distância da fazenda Diamantino) e produtividade igual e as vezes maior do que a média nacional. Para isso faltava acertar a questão fundiária: como colocar grandes plantios em áreas de mata virgem? Isso não foi problema, pois logo o governo se valeu de um relatório da PRIMAZ (Programa de Integração em Municípios da Amazônia) que afirmava “que em Santarém, o município de Santarém tinha seiscentos mil hectares de áreas já alteradas, antropizadas. Então que não

precisaria desmatar. Esse foi *moche*. Não precisava.... ‘venham para cá que não precisa desmatar’.”

Nesse momento da entrevista eu intervi perguntando ao diretor se essa foi a justificativa para iniciar o plantio em 600 mil hectares de áreas degradadas, e ele me disse que sim.

“Caio: E essa ideia foi usada como propaganda para atrair sojicultores?

Diretor: Foi... foi uma propaganda que basearam nesse relatório do PRIMAZ, era o nome do órgão, PRIMAZ. Programa não sei o que da Amazônia. Bom, o que que aconteceu. Vieram para cá os primeiros produtores de soja. E no meio deles vieram os picaretas. Tá entendendo? Aí houve grilagem, teve gente presa, polícia entrou pelo meio, aí foi pra Alenquer, pra Monte Alegre, pra tudo. Aonde a Agrária tinha feito o levantamento que era Alenquer, Monte Alegre, que te falei, Santarém. Então isso aí invadiu” (fragmento da entrevista com o diretor do ICBS, com alterações)

Ao prosseguir na conversa, ele argumentou sobre os impactos socioambientais que cresceram ao longo do tempo em decorrência dessa atividade produtiva:

“Aonde as grandes áreas que eram matas, fora dos 600 mil hectares começaram a ser abertas. Houve uma transformação total da paisagem da região ao longo de Santarém-Cuiabá. Então houve tudo isso e isso tudo foi acontecendo concomitantemente. Escolas foram sendo fechadas porque eles compravam as áreas compradas em volta das escolas e quando chega a época da aplicação do veneno, aquilo ficava insuportável... passava dois, três, quatro dias sem ter aula. E as escolas tinham que fechar, porque não tinha mais aluno. Linhas de ônibus também foram fechadas porque não tinha mais passageiros. E isso seria um estudo interessante de fazer, qual foi a população dessas comunidades que foram murchando em função do... das áreas que foram sendo adquiridas e quem tentava permanecer era expulso, basicamente, pelo veneno e por outras [inaudível]. Então isso, veio acontecendo ao longo do tempo e hoje nós estamos já em 2015... 2019. Lá se vão... lá se vão.... 25 anos. Foi assim. É... E hoje é uma realidade, né?”

O relato do diretor do ICBS é valioso pois concentra os principais elementos da dinâmica que a chegada da soja causou à região. Tal conversa rendeu uma curiosa surpresa, pois o diretor do ICBS me permitiu tirar cópia do acervo de notícias que ele coletou sobre soja, agricultura, e agricultura familiar durante o período de 1995 até 2009. A análise desse material – que contém mais de 500 reportagens sobre o assunto, compilando publicações de jornais de circulação local – permite reconstruir, do ponto de vista midiático e discursivo as problemáticas, embates e discussões causadas pela soja na região. Os resultados dessa análise permitem reconstruir, por anos, os acontecimentos e identificar períodos da soja na região. A tabela a seguir é um quadro didático, resumido e extraído desse material que aponta os principais acontecimentos por período e por anos:

Tabela 1 - Períodos do processo da sojicultura na região de Santarém. Elaboração própria

Período	Ano	Acontecimentos
Chegada	95	Primeira experiência controlada de plantio de soja: bons resultados
	96-99	Época de promessas de desenvolvimento, mais testes são realizados.
	00-02	Otimismo com relação à chegada do porto da Cargill
Conflitos	03	Começo de críticas e dúvidas sobre o processo “prometido” para Santarém
	04	Cargill começa a ter problemas judiciais. Primeiros casos evidentes de conflito
	05	Produtores de soja sentem falta de estímulos para a produção. Cargill passa a receber apoio político
	06	Conflito se torna frequente. Boicote e moratória da soja Campanha “fora Greenpeace”. Cargill ganha apoio regional
Consolidação da soja na região	07	Cargill revida os ataques
	08	Relatório CPT. Greenpeace passa a ser ator e se torna “saco de pancadas”
	09	Greenpeace apresenta mapeamento comunitário e reportagens sobre o “fracasso” da moratória da soja. Fim do documento.

Os próximos subtópicos são originados da análise contida na tabela anterior. Em outras palavras, estruturamos os próximos pontos de maneira que faça referência à Tabela 1. Entretanto, por mais que tal documento se encerre em 2009, a pesquisa de campo que realizou conversas constantes com agricultores familiares de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra apontou para a continuidade das problemáticas do momento que os nativos identificam a “chegada forte da soja” até a atualidade. Entretanto, a pesquisa de campo e os documentos materiais recolhidos apontam que conflitos evidentes e mais frequentes ficaram localizados no passado – provavelmente na década dos anos 2000. Hoje, ao final da década de 2010 – início de 2020 – temos outro cenário sobre o conflito, que se moldou e foi influenciado por todos os acontecimentos desde a chegada da sojicultura até os dias atuais. O capítulo 3 trata mais à fundo sobre os elementos de um conflito na realidade etnográfica de Boa Esperança.

Há, ainda, outro elemento que complexifica a relação entre moradores de comunidades rurais e a soja. De uma perspectiva geral, a área plantada de soja apresenta um crescimento contínuo desde sua chegada em Santarém (Gráfico 1) – apresentando duas pequenas quedas, nos anos 2000/01 e 2006/07. Neste momento, quero observar a relação entre: quanto mais áreas plantadas existem, maiores são os impactos ambientais deste processo produtivo. Essa ideia será revisitada constantemente durante essa pesquisa, pois, de acordo com relatos dos

moradores e agricultores familiares, quanto mais sua realidade fica ilhada pela sojicultura, maiores são as dificuldades de produzir e reproduzir as condições sociais de suas vidas materiais.

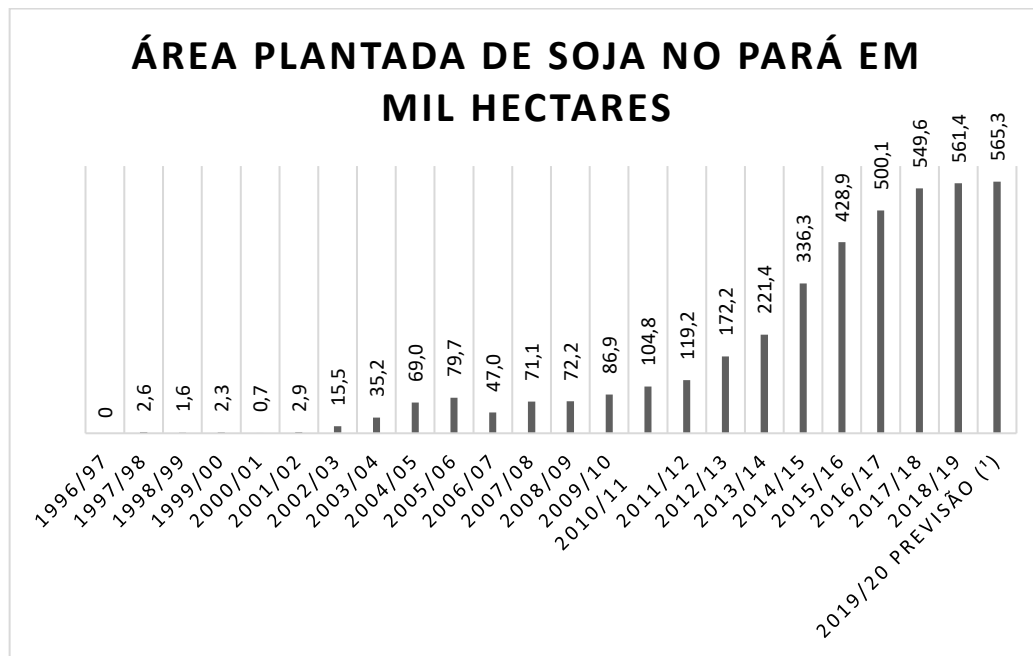


Gráfico 1 Área plantada de Soja no Pará. Fonte: Conab, 2019. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras?start=30>

Portanto, podemos afirmar que as realidades percebidas etnograficamente nessa pesquisa, bem como as realidades citadas por Sauer e Martins (2016), por Rego e Afonso (2018), Costa (2011) e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Santarém demonstram que muitas comunidades rurais, bem como populações tradicionais, sofreram e sofrem com as externalidades do processo produtivo da soja, não usufruindo dos benefícios deste processo produtivo e abrindo espaço para relações conflituosas entre sojicultores e populações rurais. Em outras palavras, essa ideia de grupos que sofrem com as externalidades¹⁸ negativas de um processo produtivo realizado por terceiros, ao mesmo tempo que não recebem parcela das vantagens de tal processo, é o que Zhouri e Laschefski (2014) chamam de *Injustiça Ambiental*.

Assim sendo, após apresentarmos já um pequeno resumo da entrada da soja na região e de afirmarmos o potencial conflitivo que a soja instaura, partiremos para uma reconstrução de acontecimentos mais completa sobre as informações contidas na tabela anterior. Assim apresentaremos trechos de entrevistas, trechos de reportagens de jornais, trechos de documentos

¹⁸ Penso como externalidades a partir do conceito dado por Drummond (2001), na qual externalidade se refere aos custos ou benefícios causados a um grupo ou indivíduo por determinada atividade econômica produtiva feita por um ator individual, ou entre dois ou mais atores. Geralmente as externalidades não afetam os atores participantes do processo produtivo, e sim grupos que estão fora da transação de mercado inicial.

e apresentaremos conceitos de uma forma que permita melhor compreendermos as dinâmicas engendradas pela soja desde sua chegada até sua consolidação

3.2.2. *A chegada (1995 a 2002)*

O Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Agricultura e o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos, estabeleceram em 1995 a cooperação público-privada com a empresa Agrária Engenharia e Consultoria S.A. que visava a exploração agrícola da região. Após encontros, reuniões, pesquisas de campo, levantaram-se indicativos da aptidão da região para o plantio da soja.

Assim, em 1996 foram realizados os primeiros estudos para o plantio de soja na fazenda Diamantino – propriedade do grupo Quincó, convidado para realizar esse projeto piloto em parceria com a cooperação público-privada, localizada no Km 12 da estrada Curuá-Una. O objetivo era “testar diversas variedades, em diferentes épocas de plantios e em parcelas comerciais, visando obter dados da melhor ou das melhores variedades e, também, quanto às épocas preferenciais e toleradas para o plantio da cultura de soja na região de Santarém [...]” (AGRÁRIA S.A. & QUINCÓ, 1997, sem página). Cinco variedades foram testadas: “EMBRAPA 20 (Doko RC), BR-28 (Seridó), EMBRAPA 30 (Vale do Rio Doce), EMBRAPA 9 (Bays) e EMBRAPA 63 (Mirador)” (AGRÁRIA S.A. & QUINCÓ, 1997, sem página). O plantio se iniciou em 27/01/1997 e se estendeu até 05/05/1997.

Correspondendo às expectativas de um novo ciclo econômico que poderia ocorrer na região, o Jornal de Santarém e Baixo Amazonas – jornal de circulação local – publica na edição de 03 a 09 de maio de 1997 a reportagem cujo título é “Soja – Uma esperança para Santarém”. Algumas transcrições da reportagem:

“Depois da visita feita ao projeto piloto do plantio da soja, na Colônia Diamantino, sábado passado, uma certeza ficou patente na cabeça de todos os que estiveram participando do evento: a de que a produção de soja é uma das saídas para o aquecimento da economia do município de Santarém e da região.

[...]

A empresa de Joaquim já constatou que 33 sacas por hectare produzidas em Santarém são suficientes para cobrir todos os investimentos feitos na lavoura. Ele acrescentou que o projeto piloto de plantio de soja em Santarém está utilizando a mais avançada tecnologia disponível no Brasil para o setor, destacando que os investimentos feitos atualmente servirão de base para incrementar o movimento do

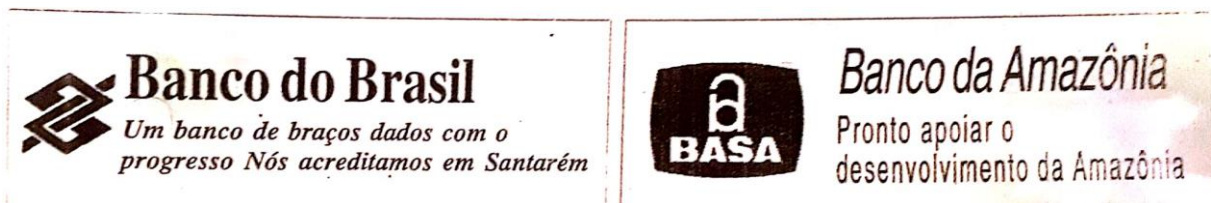
porto de Santarém, uma vez que a lavoura está apenas a 12 quilômetros (no caso da Colônia Diamantino) do porto que tem capacidade para receber navios graneleiros.

Dinheiro no bolso – Ao discursar para os presentes, o empresário destacou que o seu objetivo, como de todo empresário, é ganhar dinheiro. ‘O que nós queremos é dinheiro no bolso. Se investir na produção em Santarém significa dinheiro no bolso, então nós investiremos.

[...]

Financiamento – Ao falar durante o Dia do Campo, o superintendente do Banco do Brasil no Pará, Valdemir Diniz garantiu apoio ao projeto de plantio de soja em Santarém, por acreditar que o produto apresenta grandes perspectivas para a economia regional. Segundo ele, o tempo das vacas gordas em que o banco emprestava e não recebia, acabou. ‘Dinheiro tem, mas a partir de agora o projeto para ser financiado tem que apresentar liquidez, viabilidade e estar bem estruturado. [...] Segundo Diniz [...] se alguns dos plantadores de soja daquele município [Sorriso, MT] vierem para Santarém, o Banco do Brasil estará de portar abertas para recebe-los.’

Ao final da página, a propaganda do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia:



Com essa reportagem, duas coisas ficam evidentes do que já foi falado: tanto o Estado quanto empresas privadas atuaram diretamente para expandir as áreas de soja pelo país (SAUER e MARTINS; 2016); a ideia de progresso e desenvolvimento são evocadas para justificar explorações econômicas da natureza. Há ainda um novo elemento, uma nova variável, que se percebe ao analisar a fala de Valdemir Diniz: enquanto ele afirma que existe dinheiro disponível, mas somente para quem apresentar projetos “bem estruturados” ao mesmo tempo que exalta plantadores de soja em detrimento dos agricultores da região, funda-se um tensionamento estrutural percebido até os dias de hoje. Na prática, isso significa que sojicultores possuem mais apoios e incentivos de governos e de bancos, enquanto agricultores familiares locais não conseguem acessar os mesmos programas e incentivos para realização de sua atividade agrícola. Portanto, observamos uma situação em que os tratamentos são diferenciados, o acesso à capital diferenciado, e as atividades agrícolas diferenciadas. Isso cria condições para estabelecimento de relações de poder entre sojicultores e agricultores familiares – na qual o primeiro detêm mais poder por possuir os bancos e políticas públicas como aliados.

De qualquer forma, a experiência da Fazenda Diamantino foi o suficiente para uma equipe de Engenheiros Agrônomos da Agrária realizar levantamento de dados para a confecção

de um relatório intitulado “Soja em Santarém – um início que entusiasma” (AGRÁRIA S.A. & QUINCÓ, 1997). Tal documento teve como principal finalidade a criação de uma referência para o empresariado e para os pesquisadores. Quando a equipe responsável pela elaboração dos trabalhos terminou esse texto, os responsáveis pela parceria público privada deixaram no ICBS uma cópia do documento original e registraram o acontecimento no livro de visitantes do Instituto no dia 21/11/1997. O primeiro a assinar é o Prefeito Lira Maia, que escreve: “Consolidação da implantação da cultura da Soja em Santarém. Que a Virgem da Conceição nos permita no futuro, relembrar com orgulho e satisfação este momento”.

Contudo, a implantação da soja no Planalto Santareno não recebeu somente elogios e bons comentários. Logo de início alguns setores políticos começaram a se movimentar. Uma reportagem do Jornal de Santarém e Baixo Amazonas de 07 a 13 junho de 1997 demonstra os argumentos contrários de Benedito Guimarães, um deputado federal:

“[...] é muito cedo para comemorar resultados [...]. ‘As autoridades locais estão confiantes de que esta atividade poderá se constituir em significativo fator de desenvolvimento da região. E naturalmente se a atividade da empresa agrícola familiar for encaixada neste processo, com assistência técnica e financeira, não temos dúvida do sucesso do empreendimento’”.

O deputado ainda apresenta críticas à forma como se dá a “agricultura racional” e se questiona sobre outras formas sustentáveis de atividades na Amazônia em que se utilize a “experiência do homem amazônico, empregando tecnologias disponíveis, conhecimentos e capitais que possam dar retorno [...]”.

Durante 1998 ambas as narrativas continuam, sem entrar em um tom conflitivo: os pontos de vista pró-soja e críticos à soja convivem e ganham espaço nas reportagens dos jornais de circulação local. Projetos de expansão para soja vão sendo elaborados, executados e divulgados; especialistas apresentam seus pontos de vista. O tom é de debate frente à uma nova experiência – contudo tal experiência é apoiada governamentalmente, por interesses privados, por grandes empresas e por cooperações internacionais. Não havia tido nenhuma observância dos impactos sociais e ambientais da soja pois todo plantio deveria ocorrer somente dentro de áreas degradadas – antropizadas -, como divulgava o governo municipal - que era respaldado por reportagens de jornais que danos à floresta nativa estavam descartados no que tange à produção de soja.

Não é explícito pelas reportagens, mas as leituras deixam a entender que durante o ano de 1999, rumores sobre ampliação, conclusão, asfaltamento da BR-163 animavam os interessados em plantar soja pela área de influência da rodovia, ao mesmo tempo que se

animavam com a ampliação do porto que poderiam se “constituir em duas belas saídas para a soja produzida na região e o desenvolvimento de Santarém”. Assim falava a reportagem publicada na edição do dia 10 a 16 de abril de 1999 do Jornal de Santarém e Baixo Amazonas intitulada “Amazônia, a última fronteira da soja”. A reportagem diz que melhores condições de logística para o escoamento dos grãos, bem como a melhoria da infraestrutura, fez com que a Amazônia seja a última fronteira para o plantio da soja. Grupos privados como a Maggi, “Cargill, ADM, Carolina, Erjack Olvepar são as empresas que pretendem investir em Santarém”. Neste momento, tais grupos já teriam enviado cartas de compromisso para a Companhia Docas do Pará com intenção de instalar um terminal graneleiro e operá-lo.

“A construção de mais um projeto como a ampliação do Cais do Porto para entreposto graneleiro, a princípio trouxe alegrias e esperanças para uma população que aguardava pelo desenvolvimento econômico do município há muito tempo. Mas, é preciso questionar até que ponto essas ações não irão inconsequentemente atingir a qualidade de vida das pessoas. Por isso, é bom que se inicie pelo princípio da legalidade”

É assim que começa reportagem do Jornal de Santarém da edição de 17 a 23 de julho de 1999. Tal reportagem afirma que ambientalistas do Partido Verde (PV) argumentam que a construção do entreposto graneleiro terá consequências irreversíveis no que tange à aspectos culturais e ambientais. Nesta reportagem se critica as ações do governo de Lira Maia, ainda prefeito de Santarém, que deveria incentivar o ecoturismo na região – mas, ao contrário, incentiva a ampliação do porto que se daria sobre um sítio arqueológico. Os ambientalistas do PV sugeriram a transferência do terminal graneleiro para outra localidade, separando espacialmente o porto destinado às pessoas e o porto destinado aos grãos. Sobrepor os portos traria perca na qualidade de vida dos santarenos.

Tais críticas foram recebidas com indiferença por grupos do governo e dos apoiadores da soja, que estavam convictos de estarem marcando o início do processo de desenvolvimento tão esperado na região. É assim que Hildegardo Nunes, vice-Governador do estado do Pará diz à Tribuna do Tapajós, edição de 05 a 11 de junho de 1999: “Eu não tenho dúvida de que num prazo de 10, 20 anos, Santarém será a verdadeira Hoterdã [sic] do Brasil, sendo o principal porto graneleiro de todo o Brasil”.

É nesse contexto que as discussões políticas começam a subir o tom: deputados acusando uns aos outros de barrar o desenvolvimento ou de incentivar a destruição da natureza; enquanto a Cargill tomava à frente para a construção de seu porto na região. Maria do Carmo, deputada, e Luiz Inácio Lula da Silva, presidenciável -duas personalidades do Partido dos

Trabalhadores-PT - observam a chegada do porto com olhos críticos e foram duramente condenados por seus opositores. Os jornais divulgam ambos argumentos sempre por meio de matérias – que as vezes, a depender do redator responsável ou do jornal, se posicionavam à favor de um dos lados deste debate.

Essa disputa se desenvolveu por várias vertentes: confrontos políticos, argumentos a favor e críticos ao plantio, incentivo governamental e apoio de bancos para produção de soja, expansão de áreas plantadas, planos de instalação do porto da Cargill. É nesse contexto de poucas certezas quanto aos impactos da soja que surge a primeira reportagem sobre desmatamento na região. Na edição de 09 a 15 de novembro de 2002, o Jornal de Santarém divulga que “Ibama multa produtores de Grãos”. Nessa reportagem o Jornal argumenta que “equipes do Ibama constataram o desmatamento durante sobrevôo na região e notificaram os proprietários para que apresentassem a licença de desmatamento”. “Como eu sei que eles não possuem o documento, as multas aplicadas chegam até R\$ 1.500,00 por hectare desmatado” – fala do gerente regional do Ibama.

Os impactos referentes ao crescimento das áreas plantadas de soja começam a ser sentidos não só pelo Ibama e seus funcionários, mas também por agricultores familiares que tiveram que lidar diretamente com a nova realidade das culturas de soja. É nesse sentido que precisamos destacar dois pontos para melhor compreendermos os processos já perceptíveis em 2002/2003. O primeiro é com relação ao preço da terra, e o segundo sobre a reação dos agricultores familiares – representados pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR-STM).

O custo de instalação de uma plantação de soja era compensado pelo baixo custo das terras em áreas de fronteira (COSTA, 2011) e pela proximidade com o porto. Esses dois elementos combinados faziam com que Santarém oferecesse cortes nos custos de produção que eram muito mais vantajosos do que em outros lugares do Brasil - conferindo à região atrativos únicos e se tornando uma região de expansão da fronteira agrícola. Contudo, “nessa dinâmica de apropriação de novas terras, observa-se a recorrência aos mecanismos ilícitos, como a grilagem de terra, facilitada por uma rede de agentes com influência em cartórios e órgãos públicos que [...] buscam revestir de regularidade a aquisição ilegal de terras” (COSTA, 2011, p.70).

Assim, com o crescimento do interesse sobre a terra no Planalto de Santarém, houve uma escalada dos preços por hectare. No ano de 1997, o preço do hectare de terra na região girava em torno de R\$ 200 até R\$ 300 – e que anos mais tarde, chega-se a encontrar terrenos

por R\$ 3 mil o hectare em 2005¹⁹. Por outro lado, a pesquisa de campo permitiu constatar que o preço atual de um hectare de terra no Planalto Santareno gira entre R\$12.000 até R\$15.000.

Costa (2011) argumenta que boa parte do conflito territorial é baseado nas dinâmicas fundiárias e de rápida valorização das terras, fazendo aumentar a pressão sobre o território. Assim, a partir das colocações da autora e do trabalho de campo é possível criar uma tabela que relaciona o ano com o preço por hectare na região de Santarém.

Tabela 2 - Preço de cada hectare por ano em Santarém. Complementação minha a partir de Costa (2011)

Ano	Preço/hectare
1999	R\$ 200
2001	R\$ 500
2003	R\$ 1.000
2005	Até R\$ 3.000
2020	Entre R\$12.000 até R\$15.000

Essa relação de rápida apropriação de terras e elevação do preço por hectare é relevante pois criou um movimento que podemos considerar como comum nas comunidades rurais – ouvidas durante o processo de pesquisa. O presidente do STTR-STM, que vivenciou esse processo, conta o ocorrido e fala da reação à essa dinâmica.

Presidente: É. Era assim... fila. Porque eles [sojicultores] vieram com dinheiro e o pessoal da comunidade não via... talvez nunca na vida nunca viu esse tanto de dinheiro – que não era tanto, mas fez. tipo dois mil, três mil

Caio: de uma vez só [que eles apresentavam esse montante para a compra de terrenos de agricultores familiares], né?

Presidente: de uma vez só. Aí pegava até... ai que fizemos a primeira campanha. Que era “Não abra mão da sua terra”

A campanha “Não abra mão da sua terra” foi uma resposta, dada no ano de 2003, ao processo de compra de terras desenfreadas por parte de sojicultores que desestruturou algumas comunidades do Planalto. Em tom combativo, os Sindicatos se organizavam para conscientizar os agricultores familiares a não venderem suas terras para sojicultores e outros grupos de interesse. Mobilizam discurso de proteção ambiental e de que o agricultor familiar precisa de sua terra para garantir as condições de sua reprodução social e suas riquezas.

A problemática contada tanto pelo Presidente do STTR, quanto por vários agricultores familiares de Belterra, Santarém, e Mojuí dos Campos, é que o agricultor familiar ao ser abordado por pessoas interessadas em comprar suas terras eram convencidas pelo montante de

¹⁹ Fato tal que cria condições para se iniciar processos de gentrificação e expulsão do camponês para a cidade.

“dinheiro vivo” que ofereciam. Com quantias baixas, mas elevadas para o contexto rural, os agricultores familiares acreditavam que poderiam viver com qualidade de vida na cidade. Ao chegarem no meio urbano, se deparavam com uma realidade diferente do que sonhavam e se viam sem condições de se sustentarem. Sem terra e sem dinheiro, viam-se em situações de vulnerabilidade social.

À medida que o plantio de soja se consolida na região, a pressão deixa ser apenas monetária: muitas famílias começaram a sofrer pressão por externalidades do processo produtivo da soja e de outras atividades econômicas exploratórias que passaram a ocorrer no Planalto. A contaminação por agrotóxicos e de recursos hídricos são dois dos grandes fatores que influenciaram e influenciam a venda de terrenos por parte dos agricultores familiares que não conseguiam mais produzir e sentiam sua saúde afetada diretamente por serem vizinhos imediatos de plantações.

Por fim, tal discussão e apresentação de dados precisa ser melhor qualificada e conceituada. Para tanto, mobilizamos o conceito de agroestratégias como forma de ler os acontecimentos e estratégias pró-soja.

Agroestratégias é um conceito elaborado por Almeida (2008; 2010; 2011) que identifica as agroestratégias como: parte da política mundial que nutrem a retórica de que o agronegócio sustenta a demanda alimentar do mundo. Segundo o autor, essas agroestratégias são apoiadas por ações governamentais, investimentos privados e mecanismos jurídico-formais. Para além disso, as agroestratégias possuem como atores profissionais midiáticos (como jornalistas, colunas de opinião, revistas especializadas), professores universitários, economistas de renome, especialistas em políticas públicas, ONGs e empreendedores. Dessa forma, as contribuições de Almeida (2008; 2010; 2011) com relação ao conceito de agroestratégias, fornecem elementos chave para desenvolver análises sobre a expansão e consolidação do agronegócio pela Amazônia.

Podemos analisar o material jornalístico que tivemos a disposição com base nesse conceito de agroestratégias. Assim, é possível interpretar: que as reportagens de jornal que apoiaram a entrada da soja; os agentes que alocaram recursos para influenciar, expandir, convencer e justificar ações; as propagandas de banco pregando o desenvolvimento; a atuação de professores universitários demonstrando argumentos científicos sobre os benefícios do agronegócio; o esforço estatal e empresarial para implantar e consolidar a soja na região. Todos esses elementos foram e são utilizados como agroestratégias – sejam elas conscientes ou não. Ainda há o agravante que as agroestratégias, aliadas à bandeira do desenvolvimento sustentável

“transformam-se em um poderoso instrumento para a expansão da agricultura de grãos, a soja, na região do Baixo Amazonas (COSTA, 2011, p.70). Não é à toa que a própria Cargill utiliza a sustentabilidade como uma bandeira de suas ações, a ponto de ter em seu site uma parte destinada à sustentabilidade cujo lema é “Nutrir o mundo, proteger o planeta e valorizar nossas comunidades”²⁰. É assim, citando a Cargill, que podemos iniciar o próximo tópico. O que quero dizer é que a influência da Cargill na região, e de todo o processo de expansão da fronteira agrícola para a região de Santarém, trouxe consigo a ideia de desenvolvimento que começou a ser contestada ao longo do tempo. Por mais que houvesse tal contestação, os governos, empresas e sojicultores não deixaram de realizar esforços para aumentar a área destinada ao plantio, o aumento da produtividade e consolidar a hegemonia do neoextrativismo da soja como solução econômica e social para se alcançar o progresso e desenvolvimento. O choque dos diferentes pontos de vista que começam a surgir neste período nos permite evidenciar uma série de acontecimentos conflituosos na região.

3.2.3. *Conflitos (2003 a 2006)*

Em 2003 a Cargill, empresa multinacional norte-americana, inaugura seu porto graneleiro cuja Licitação Pública foi vencida em 1999. O jornal Gazeta de Santarém publica reportagem da edição de 13 a 17 de abril de 2003 cuja matéria conta da inauguração do porto embarcando soja de um navio de 250 metros, e com a estimativa anual de exportar 300mil toneladas de “soja matogrossense”. Após a inauguração das operações portuárias, durante o evento formal de inauguração do porto, o mesmo jornal publica que “Cargill coloca BR-163 na berlinda” cujos empresários do setor e representantes da Cargill reivindicaram ao governo o asfaltamento da BR-163. Representantes do governo estavam presentes e declararam apoio aos grupos interessados.

Alguns anos depois da instalação da soja, os primeiros impactos começam a ser percebidos. Novamente, o jornal Gazeta de Santarém, na edição de 5 a 11 de julho de 2003, publica um texto de um graduado em Biologia intitulado “Soja, mercado e meio ambiente: os contrastes”. Nesta reportagem se diz:

“No que diz respeito ao mercado de trabalho, a geração de renda através do cultivo da soja é máxima para os produtores em detrimento da geração de emprego que é mínima para trabalhadores.

²⁰ https://www.cargill.com.br/pt_BR/sustentabilidade, acessado em 11/03/2020

[...]

Embora a expansão da soja possa destruir a biodiversidade amazônica, isso não tem nenhuma importância para os exterminadores da natureza, sendo portanto a interpretação de um dos produtores num encontro realizado em Santarém sobre agronegócio, o qual declarou publicamente que ‘mata em pé não traz qualidade de vida’.

O Impacto marcante da soja é a perda irreparável dos ecossistemas naturais, conduzindo uma cadeia de desequilíbrios como nesses dois casos por exemplo: parte da floresta derrubada é feita pelos pequenos agricultores para cultivo de subsistência e agricultura familiar, todavia estes são expulsos de suas terras pelos grandes produtores, mudando-se para novas áreas e com isso causando mais desmatamento: poluição dos recursos hídricos, como várzeas, rios e lagos, pelo uso indiscriminado de agrotóxicos aplicados nas áreas de plantações circunvizinhas a estes mananciais [...] e até mesmo de pessoas expostas a esses agentes químicos”.

Ao final deste ano, na edição de 13 a 19 de dezembro, de 2003, o jornal Gazeta de Santarém publica que “MPF pede demolição da Cargill”. A reportagem conta que o MPF entrou com ação na Justiça Federal para demolir o porto junto com o pedido de suspensão das atividades da empresa. Isso tudo baseado na extensa documentação que a ONG Greenpeace reuniu e entregou sobre dados de desmatamento e queimadas na região: “A devastação das florestas e savanas da área analisada pela organização ambientalista é provocada pelo plantio da soja que tem atraído produtores de Mato Grosso e do sul do Brasil”

Ainda em 2003, reportagens de jornais são frequentes questionando a esperança que a soja e a Cargill trouxeram para a região – além de alguns setores da igreja católica, algumas ONGs e até mesmo o MPF, as vezes, se destacaram como oposição à soja e a Cargill. A política segue dividida: vereadores e deputados defendem as mais diversas posições sobre o tema. Acusações de desmatamento e de dano ambiental são as críticas deste momento. Aquela promessa inicial de governantes – de que a soja iria ocupar apenas áreas antropizadas, não se sustentou: começavam a surgir dados sobre desmatamento e danos ambientais organizados e observados por diferentes instituições. Nesse ponto, podemos elaborar uma tabela didática para situar os grupos de acordo com seus posicionamentos frente à temática da soja. Essa tabela também funciona como guia para leitura para interpretação dos envolvidos nas reportagens. De forma geral temos:

Tabela 3 - Atores envolvidos na temática de acordo com posicionamento frente à sojicultura. Elaboração própria

Favorável	Quase sempre favorável	Ambíguo	Quase sempre contrário	Contrário
------------------	-------------------------------	----------------	-------------------------------	------------------

Empresários	Empresários	Poder Judiciário	MPF	Greenpeace
Poder Executivo		Poder Legislativo	Igreja Católica	STTRs
Sojicultores		População		CPT
Cargill		Jornais		
		Pesquisadores e Professores Universitários		

Continuando a análise, em 12 de dezembro de 2003, o jornal O Impacto publica nota de vereador municipal que acredita que a “Cargill é vítima de perseguição”: “Eu lamento que meia dúzia de pessoas queira engessar o desenvolvimento do Município” – afirmando que a empresa contribui para o desenvolvimento local e para economia nacional. Neste momento, um dos grandes críticos que constantemente aparece em reportagens é o Padre Edilberto, que defende duramente que nem a Cargill nem a soja levaram desenvolvimento para a região. Na edição de 06 a 12 de dezembro, no Jornal de Santarém, ele argumenta que desenvolvimento deve beneficiar a maioria da população, não uma pequena parcela da sociedade. “Somos a favor da melhoria da renda da região mas não às custas da desgraça ambiental, social e econômica do nosso povo”.

ONGs como o Greenpeace, alguns partidos políticos e setores da igreja Católica e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, aliados a membros do MPF, são os atores de maior expressão nesse conflito com a soja e a Cargill. Até mesmo o Fundo Nacional do Meio Ambiente, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, em 2003, pelas palavras da diretora do fundo, criticou a chegada da soja à Santarém e observa com desconfiança os acontecimentos da região – de acordo com reportagem da edição de 25 a 31 de outubro de 2003 do Jornal de Santarém e Baixo Amazonas.

Até este momento o conflito em Santarém se manifesta como sociação²¹ (SIMMEL, 1983). Na teoria simmeliana o conflito está destinado a resolver dualismos divergentes. É um modo de conquistar algum tipo de unidade, mesmo que através da aniquilação de uma das partes do conflito. Nesse sentido, o conflito tende a resolver tensões entre contrates. Nesse caso que estamos analisando, os dualismos contrastantes são os baseados no discurso do desenvolvimento econômico da soja *versus* outros tipos de desenvolvimento. Grupos contrários não combatiam ou criticavam o conceito de desenvolvimento, na verdade eram contrários ao *modus operandi* da cadeia produtiva da soja. O conflito que se desenrola na ponta da cidade,

²¹ as formas ou modos pelos quais os atores sociais se relacionam

portanto, não tem contornos socioambientais; é na verdade um conflito baseado em ideologias sobre desenvolvimento e meio-ambiente (em suas diferentes perspectivas: conservacionistas, preservacionistas ou até ecocêntrica²²)

Em 2004, na edição de 17 a 23 de janeiro, o Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, publica a primeira reportagem que cita explicitamente uma situação de conflito: “Conflitos agrários facilitam avanço da soja na região amazônica”. A reportagem não trata diretamente da situação de Santarém, mas expõem características de ocupação do solo por parte de sojicultores, que são beneficiados em situações de insegurança fundiária. É com essa reportagem que o conflito socioambiental ganha visibilidade pela primeira vez nos jornais. O conflito vinha ocorrendo de forma *simmeliana* durante todo este tempo. É quando se inverte a perspectiva, se para de olhar as relações na cidade, dá-se olhar ao campo, é que se percebe a configuração socioambiental do conflito.

O conflito socioambiental é entendido por Paul Little (2001) como

“disputas entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural. O conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos” (2001, p.107)

Quando se observa a configuração da disputa em questão, se coloca em perspectiva os dois polos que disputam entre si: os sojicultores e os moradores de comunidades rurais. Esse conflito em análise se dá pela disputa sobre a terra – que é entendida como meio de produção: a terra pode dar sustento, ser local de moradia, ser ferramenta de trabalho, dela se tira renda ao mesmo tempo que produtos alimentícios. Nela se utilizam recursos naturais ao mesmo tempo que funciona como um pilar da identidade rural. Essa disputa também se desenrola pois os diferentes grupos inseridos no processo possuem diferentes formas de ver e se relacionar com a natureza (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2014). Nesse sentido, esses autores argumentam que

“Quando há disputa entre sentidos atribuídos à natureza por determinados grupos com posições sociais desiguais, os impactos indesejáveis que comprometem a coexistência entre distintas práticas socioespaciais estimulam a organização de membros de grupos sociais atingidos contra a atividade que os gera.” (2014, sem pagina)

Essa é uma das explicações para o STTRs se mobilizarem e elaborarem a campanha “Não Abra Mão da Sua Terra” como forma de reação à atividade geradora de impactos. Mas essa mesma

²² Idea de Whashington *et al.* (2017) que argumenta que o ecocentrismo percebe o valor intrínseco da natureza como um todo. Todos os seres vivos, bem como fatores físicos, desempenham um papel igual e relevante nesta forma de ver o mundo, superando o antropocentrismo que prega o domínio da natureza pela humanidade, por exemplo.

linha de pensamento pode ser utilizada para pensar as reações de grupos vinculados ao agronegócio – que, em Santarém, realizaram a campanha “Fora Greenpeace” (que será explicada à frente).

No mês de maio de 2004 os ânimos esquentam e o conflito ganha novos ares. O Greenpeace organiza uma intervenção e auxilia a organizar o protesto “Levante da Amazônia”. O jornal O Estado do Tapajós, em 06 de maio de 2004 publica que “Fracassa protesto do Greenpeace na Cargill”. “Ativistas [...] invadiram o porto da Cargill para protestar contra atividades da empresa, mas foram impedidos pela PM de colocar faixas e pichar armazéns”. Ativistas foram detidos, levados à delegacia pela Polícia Militar, auxiliados pelo Corpo de Bombeiros que atiraram “jato d’água nos alpinistas” que escalavam as estruturas da empresa. A Cargill afirma que “protegeu sua propriedade”. O jornal também afirma que o Greenpeace “vai responder a processo na justiça”.

Em decorrência da “determinação [que] compõe a sentença de mérito da ação civil-pública movida desde dezembro pelos procurados da República [...]” o Juiz Federal exigiu a realização de EIA/Rima do porto da Cargill, de acordo com Gazeta de Santarém, na edição de 29 de maio a 04 de junho de 2004. “O juiz entendeu que mesmo com o terminal já instalado, é necessária a realização do estudo para avaliar possíveis danos ambientais ocasionados pela obra”.

Em 2005, os ânimos e acontecimentos parecem mornos com relação a 2004. Alguns jornais ainda destacam dificuldade de colheita e declínio produtivo em algumas fazendas de soja na região. Contudo uma reportagem se destaca pois Maria do Carmo (a mesma que por volta dos anos 2000 se destacou criticando a soja) “[...] apela para Cargill ficar”, de acordo com Estado do Tapajós em 15 de fevereiro de 2005. O jornal chama tal ato de apoio surpresa, e afirma que Maria do Carmo, agora prefeita de Santarém, “reivindicou o apoio da empresa no asfaltamento da BR-163 [...]”. Ela “se colocou à disposição da empresa para ajudar no que for necessário para que os imbróglis judiciais que a multinacional enfrenta sejam resolvidos”. A mudança de atitude de Maria do Carmo está relacionada com a opção de seguir o consenso das commodities (SVAMPA,2019) como solução para o desenvolvimento e crescimento econômico.

Passado 2005, em 2006 o Greenpeace volta a atuar: estenderam faixas durante um ato público em uma das áreas desmatadas. A mensagem das faixas continha frases que combatiam o desmatamento e a soja. Esse ato desagradou Donizetti Oliveira - apontado pelo jornal Gazeta de Santarém na edição de 8 a 10 de março de 2006, como proprietário da área e “sojeiro” que

fez o maior desmatamento da década – que amarrou a faixa em seu carro para rasgá-la. “No início do ano, Donizetti foi multado em R\$ 1,49 milhões por desmatar ilegalmente 995 hectares de floresta”. “O empresário também foi multado em R\$ 60 mil por ‘incinerar e desvitalizar 120 metros cúbicos de castanheiras para fins de implantação de projeto agrícola não-licenciado [...]’”.

Na edição de 24 a 26 de maio de 2006, o jornal Gazeta de Santarém publica reportagem que ataca diretamente o sentimento identitário do Santareno. Isso na mesma semana que ocorreram protestos contra a soja e a Cargill; em que houve agressão a um fotógrafo por sojicultores na orla de Santarém; em que houve uma tentativa de dispersão de concentração por parte de sojicultores que dispararam rojões em direção aos manifestantes. A reportagem traz no título: “Sojeiros tem preconceito com santarenos”; “índios, burros e preguiçosos, são as ‘qualidades’ vistas pelos sojeiros na população”. O jornal continua:

“A maioria dos produtores de soja que estão em Santarém, Belterra e regiões do entorno, são agricultores vindos do Mato Grosso, Rio Grande do Sul, entre outros estados, onde a soja já deixou os estragos. São pessoas que veem a floresta como inimiga e a mais bela paisagem a suas retinas é o terreno limpo e seco, a floresta no chão. Há séculos, nossa gente, nossa população tradicional sempre soube conviver em harmonia com a natureza, tirando dela seu sustento sem prejudica-la. São diferenças.”.

O jornal também afirma que a conversa mansa existe quando é necessário justificar o desenvolvimento, expandir a fronteira e iniciar o empreendimento, mas que a cidade, agora, começa a ver os reflexos da violência dos sojicultores na cidade: “A violência até o momento vista somente no campo, com a expulsão de trabalhadores rurais de suas terras, casas de moradores sendo queimadas, ameaças de morte, agora pode ser notada também nesses confrontos na cidade.”. A matéria ainda expõe o discurso de dois sojicultores. Por mais que sejam discursos descontextualizados, apresentam linguagem simbólica bastante carregada. O primeiro: “Vocês de Santarém são todos índios, preguiçosos e somos nós [sojeiros] que estamos trazendo desenvolvimento para a região”. O segundo: “O povo de Santarém só gosta de pinga e detesta trabalhar. É por isto sofre mais do que suvaco de aleijado. Nós [sojeiros] chegamos para tirar Santarém da miséria”.

Assim, o ano de 2006 é repleto de reportagens que evidenciam o conflito entre grupos na região. Diversas reportagens falam sobre prisão de ativistas, boicote à soja, protestos recorrentes, apoio e oposição política, apoio empresarial à Cargill, Polícia Militar de prontidão para evitar invasões em plantações de soja. Ainda se torna expressivo um movimento chamado “Fora Greenpeace” que se iniciou em Santarém.

Este movimento foi uma campanha que visava retirar a influência do Greenpeace da região. Promoviam protestos em favor da soja, da Cargill, e do desenvolvimento que ambas traziam à região; vários adesivos foram produzidos e colados em carros. Alguns entrevistados supõem que as convocatórias, e talvez até financiamentos, tenham partido de empresários da região. De qualquer forma, uma coisa é certa: pelo discurso utilizado, os grupos que apoiavam tal campanha estavam empenhados em combater o Greenpeace e o discurso crítico à soja e ao desenvolvimento da maneira como ele se dá. Por qual motivo foi o Greenpeace e não outra Ong ou até mesmo o MPF? Uma das respostas aponta para o tom de enfrentamento e das ações que o Greenpeace realizava: incomodavam bastante gente e sofriam retaliações enérgicas (como o desmatador que amarrou uma faixa do Greenpeace com o intuito de rasgá-la; ou quando sojicultores se reuniram para dispersar com rojões manifestantes da ONG que projetavam um filme crítico à soja na orla de Santarém). Nenhum outro grupo tinha a mesma estratégia combativa e militante que o Greenpeace possuía. Isso, com o passar do tempo, prejudicou o Greenpeace de continuar realizando ações em Santarém. Militantes foram presos, duras críticas eram constantes, houveram disputas judiciais. Atualmente, em 2020, o Greenpeace não tem atuação em Santarém.

É nesse contexto – de denúncias de desmatamento e boicote à soja - que surge um importante marco na história da sojicultura na região: a moratória da soja. Em 24 de julho de 2004

“a ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais) e a ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais), em conjunto com os seus associados, assumiram o compromisso de não comercializar a soja plantada depois de outubro de 2006, proveniente de áreas que foram desflorestadas a partir da data da assinatura do compromisso, localizadas dentro do Bioma Amazônico”. (ABIOVE, sem ano).

De acordo com o IMAFLORA (2017), o acordo da moratória da soja foi “um dos maiores compromissos firmados para o desmatamento zero em florestas tropicais” (2017, p.7). Foi um acordo voluntário em que se pactuou que empresas comercializadoras da soja não iriam mais comprar a commodity depois da assinatura do documento. A moratória surgiu como resultado dos trabalhos do Grupo de Trabalho da Soja (GTS), que foi criado com o objetivo de definir o modelo operacional da moratória (ABIOVE, sem ano) após a apresentação do relatório do Greenpeace (2006) “*Eating up the Amazon*”. Tal relatório apontava para o extremo aumento de áreas desmatadas entre os anos de 2004 e 2005, “e apontou traders transacionais de

commodities e indústrias de alimentos da Europa como corresponsáveis pela expansão da soja na Amazônia.” (IMAFLORA, 2017, p.7).

O relatório da IMAFLORA continua:

“O principal fator que impulsionava o avanço da sojicultura na região era a instalação de obras de infraestrutura no início dos anos 2000, originalmente projetadas para dar suporte ao setor agrícola nacional no tocante ao armazenamento e escoamento da produção, e que tinham a perspectiva de oferecer vantagens competitivas no mercado internacional. Essas obras foram instaladas principalmente a partir do norte do Mato Grosso, onde foram realizados projetos de infraestrutura portuária e rodoviária, criando uma corrida fundiária por novas áreas de produção a despeito de questões legais, sociais e ambientais.” (2017, p.7)

Assim, a moratória é assinada com duração inicial de dois anos, e desde então vinha sendo constantemente renovada. Em 2016 foi renovada indefinidamente – ou “até que ela não seja mais necessária”²³. Por outro lado, em 2019, com a mudança de governo e crescimento da pressão por exploração da Amazônia no governo Bolsonaro, “associações de produtores [de soja] querem o fim do acordo que impede a compra do grão de áreas desmatadas na Amazônia, argumentando que o Código Florestal é suficiente”²⁴. Nessa reportagem, publicada pela revista globo rural, fica claro que representantes da Abiove mudaram de discurso ao longo dos anos. O discurso logo após a assinatura da moratória é extremamente diferente do discurso atual. Logo perto da assinatura:

“Essa iniciativa tem a duração de dois anos e busca conciliar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico, por meio da utilização responsável e sustentável dos recursos naturais brasileiros, além de atender à demanda dos consumidores internacionais e nacionais por produtos sustentáveis.

As duas entidades [Abiove e ANEC] entendem que o sojicultor é o agente principal do processo produtivo que gera renda e empregos utilizando terra, água, recursos humanos, capital e tecnologia. Cabe a ele zelar pela conservação do seu bem maior, a propriedade rural e seu entorno, mitigando os impactos sobre o meio ambiente.” (ABIOVE, sem ano, p.3)

Em 2019:

“Globo Rural: Qual é a posição da Abiove sobre a Moratória?

André Nassar [presidente de Abiove]: A Moratória foi criada para atender a uma demanda europeia. As associações de produtores nunca concordaram, mas a elevação de tom agora é realmente uma novidade para nós. A Moratória trouxe credibilidade

²³ <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/moratoria-da-soja-e-renovada-por-tempo-indeterminado/>, acessado em 10/03/2020

²⁴ <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Soja/noticia/2019/12/fim-da-moratoria-da-soja.html>, acessado em 10/03/2020

para a soja brasileira, mas, aparentemente, eles ignoram isso. E estão construindo o argumento de que é só a Europa. Se fosse, já seria um problema, porque metade do farelo nosso vai para a Europa. Outros mercados que hoje não exigem desmatamento zero, se acabar com a Moratória, vão acender o sinal amarelo. Existe um risco muito grande.” (Trecho da entrevista disponibilizada pelo Globo Rural. 2019. Link: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Soja/noticia/2019/12/fim-da-moratoria-da-soja.html>)

3.2.4. Consolidação da soja na região (2007 a 2009)

Por mais que houvesse a moratória da soja, esse acordo não foi danoso aos produtores. Estabelecer regras para o plantio com finalidade de prevenir o desmatamento não fez frear o avanço da área de soja plantada, nem no Brasil, nem no Pará. Ao contrário, as áreas destinadas para a soja continuaram a crescer, assim como a produtividade.

De qualquer forma, retornando a nossa reconstrução cronológica, é em 2007 que a Cargill começa a revidar aos ataques e oposições que sofria: passa a ganhar apoio empresarial e governamental que lhe fornecem vantagem em meio ao conflito. O começo do ano ainda é regado de atos contrários à soja e à Cargill, ao passo que o movimento de resposta começa a crescer. Uma das primeiras reportagens, feita pelo Estado do Tapajós na edição de 10 a 13 de março de 2007, alega que “Cargill vai à justiça esclarecer atos do MPF”. “Empresa ingressou com mandado de segurança e Justiça pediu ao Ministério Público Federal esclarecimentos sobre o pedido de fechamento”. “Na nota que divulgou hoje a Cargill diz que a consulta ao MPF é resultado de um mandado de segurança impetrado pela empresa, ‘diante das diversas declarações veiculadas pelos órgãos de imprensa no sentido de interromper a sua atividade em Santarém’”. A Cargill ainda explica que “todos os recursos que o MPF alega como perdidos, e que dariam causa ao fechamento, ‘são, na verdade, recursos que perderam o objeto pois existe uma decisão judicial na ação promovida em Santarém, em que não determina a interrupção da operação do terminal.

Essa possibilidade se torna mais recorrente e toma característica de disputa judicial em que vários grupos de interesse se envolvem, inclusive o estado do Pará. Em decisão do dia 23 de março de 2007, um desembargador federal decidiu o fechamento do terminal em Santarém, de acordo com O Estado do Tapajós, na edição do dia 24 a 27 março de 2007. A Cargill recorre e essa decisão perdura até dia 12 de abril, em que o desembargador federal Carlos Fernando Mathias, do Tribunal Regional Federal da 1ª região em Brasília, “concedeu mandado de

segurança [...] determinando a reabertura do terminal graneleiro”, de acordo com o jornal Gazeta de Santarém na edição de 14 a 20 de abril de 2007.

2007 termina com o porto da Cargill operando, ao passo que protestos deixam de ser citados. Aparições, atos, protestos, críticas de Greenpeace, Ongs, partidos e grupos contrários à soja não são mais publicadas pelo jornal. Os conflitos parecem ter passado de seu auge. A Cargill parece ter se firmado enquanto empresa na região.

O documento que compila tais reportagens se encaminha para o final. Da mesma forma que as reportagens param de documentar casos de conflito, o autor da compilação parece perder ânimo em continuar investindo seu tempo para a confecção deste material. Em 2008 e 2009 poucas reportagens são compiladas. Ao que dá para perceber, a perspectiva desenvolvimentista, produtivista e neoextativista representada pela sojicultura, pela Cargill e pelas elites políticas alcançou triunfo no embate ideológico sobre desenvolvimento na região. Isso não significa dizer que os conflitos deixaram de existir. Principalmente no campo, e em grupos contrários à sojicultura, as oposições continuaram, as estratégias e alternativas continuaram a ser elaboradas e testadas. Dessa forma, a dimensão e a publicização das disputas se tornaram menos evidentes do que foram no auge – que identificamos ser entre 2004 a 2006. Assim, os conflitos passaram a ser velados, e passaram a operar de outras maneiras com outras características depois da consolidação da soja na região. Esse assunto é aprofundado no capítulo 3.

Em 2008 e 2009, Greenpeace e CPT elaboram relatórios separados sobre a soja. O relatório da CPT não apresenta muita repercussão midiática, já o do Greenpeace é divulgado como distorcendo dados sobre efeitos da soja, de acordo com o jornal Estado do Tapajós de 21 a 23 de janeiro de 2009. Esse documento, criticado pelo jornal Estado do Tapajós, foi realizado em forma de “mapeamento comunitário para identificar os impactos ambientais na região” – de acordo com o jornal Gazeta de Santarém do dia 17 a 23 de janeiro de 2009. O mapeamento comunitário gerou o mapa anexado nos Anexos. Tal documento mapeou 121 comunidades existentes na região de Santarém e Belterra. Esse relatório expõe:

“Comunidades ameaçadas

Foram identificadas 29 comunidades reduzidas em função das grandes plantações de soja, sendo que duas delas já desapareceram completamente, restando somente o registro na memória dos comunitários

Desmatamento

Dos 55 pontos marcados como desmatamento, quatro deles estão situados em áreas de floresta primária, contíguos aos grandes campos de soja. Os outros estão em áreas de florestas secundárias.

Igarapé Impactado

Os comunitários identificaram 29 nascentes e igarapés contaminados por agrotóxicos, com pequenas barragens e/ou em processo de assoreamento causado pela falta de mata ciliar.

Acesso Bloqueado

O Avanço das plantações sobre trilhas e ramais tradicionalmente utilizados pelos moradores locais foi amostrado em doze pontos. Esses casos tem gerado constantes conflitos entre sojeiros e comunitários”

Assim se encerra o documento que contém as reportagens, com a última reportagem compilada datando de 2009. Os acontecimentos continuam a ocorrer até 2020, ano que se finaliza essa pesquisa. Os conflitos na cidade aparentemente se amenizam, enquanto os conflitos no campo sofrem alterações de suas características – se tornando “velados”. A análise dessa “nova” configuração faz parte do capítulo 3. De qualquer forma, as atividades realizadas em campo e as conversas que tive com moradores de comunidades rurais apontam para um passado de maiores embates e conflitos quando se compara com os dias atuais. Atualmente, os comunitários contam, está “todo mundo só querendo cuidar do seu”, o que justificaria que moradores de comunidades rurais não se unem em estratégias de enfrentamento com o agronegócio e de reivindicações de seus direitos e objetivos.

Portanto, percebe-se que o conflito, da maneira como ele foi no passado em Santarém, ou da maneira que ocorre de forma violenta e explícita (como mortes no campo – vários relatórios da CPT divulgam esses dados, mas muito pouco se fala das áreas de Santarém), não ocorre mais. Isso abre espaço para se pensar se o conflito ainda persiste. A hipótese desta dissertação é que sim, entretanto o conflito é velado e/ou localizado. O capítulo 3 se debruça em entender melhor essa questão na realidade etnográfica de Boa Esperança, com o intuito de contribuir para o entendimento de situações de conflito em situações em que ele não é evidente ao mesmo tempo que busca contribuir para um aprimoramento das teorias que discorrem sobre conflitos socioambientais. Por fim, últimos comentários devem ser feitos sobre as alterações e as dinâmicas que ocorreram durante o passado mais recente: entre 2010 e 2020.

4. A Década de 2010 e as fases que influenciaram a sojicultura

O intuito de elaborar este tópico é devido ao esforço de preencher a lacuna de dados entre 2009 (ano que encerra a documentação de material jornalístico compilada e fornecida pelo diretor do ICBS) e o momento que se iniciam as pesquisas de campo para elaboração dessa

dissertação. É ilusório considerar que entre 2010 e 2019 (momento que iniciamos a pesquisa) não houveram acontecimentos, disputas e conflitos dos mais distintos níveis e naturezas. Mas devido ao processo de pesquisa, podemos evidenciar brevemente alguns acontecimentos relevantes nesse período como forma de ilustrar a influência desse passado mais recente.

As primeiras observações devem ser feitas no sentido de identificar períodos do passado até o presente. Nesse sentido Svampa (2019) identifica três fases do neoextrativismo na América Latina – na qual os processos ocorridos na Amazônia, e em Santarém, se enquadram nessa tipologia. Entre 2003 e até 2010, momento que ela identifica a primeira fase, houve a *fase da positividade*. Nesse momento, o *boom* dos preços das commodities, aliada à certeza dos governos Latino Americanos de que o neoextrativismo era o caminho ideal para melhorar dos índices de desenvolvimento da região como um todo, fez com que as fronteiras de atividades econômicas se expandissem por todo o continente. Isso gerou frutos significativos para governos e mudanças nos padrões de consumo de toda a sociedade. “entre 2002 e 2011, a pobreza na região caiu de 44% para 31,4% enquanto a pobreza extrema baixou de 19,4% para 12,3%” (SVAMPA, 2019, p.47). Entretanto, ao mesmo tempo que governos de toda região latino americana se orgulham dessas melhoras,

“ao longo da década e em meio a diferentes conflitos territoriais e socioambientais e suas dinâmicas recursivas, os governos progressistas acabaram assumindo um discurso desenvolvimentista beligerante em defesa do extrativismo, acompanhado de uma prática criminalizadora que tendia à repressão das lutas socioambientais, assim como de uma vontade explícita de controlar as formas de participação popular” (SVAMPA, 2019, p.47)

Essa observação nos ajuda a compreender melhor as problemáticas e contradições presentes no tópico 3.2.3 sobre Conflitos. De qualquer forma, a primeira fase se encerra como uma das características mais marcantes o não reconhecimento, por parte dos governos, dos conflitos associados à dimensão neoextrativista. Isso nos leva a segunda fase, correspondente à “*multiplicação dos megaprojetos*, bem como à multiplicação das resistências sociais” (2019, p.48) que ocorreu entre, aproximadamente, 2010 e 2015. Na prática isso se refletiu nos planos nacionais de desenvolvimento, cuja ênfase estava no incremento das atividades extrativistas. Assim, nesse período se encontram a multiplicação de: atividades de extração de minerais e petróleo, centrais hidrelétricas e expansão dos monocultivos transgênicos. Esse momento se caracterizou pelo aprofundamento de políticas públicas voltadas ao modelo neoextrativista ao mesmo tempo que fez surgir contestações com relação ao Consenso das Commodities e às perspectivas desenvolvimentistas extrativistas.

No contexto amazônico, um dos emblemáticos eventos (dado o tamanho do empreendimento e seus impactos socioambientais) é a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, localizada próxima ao município de Altamira (PA) no Rio Xingu, e toda mobilização contrária à construção dessa usina. No nível de Santarém temos os conflitos relacionados à construção do terminal portuário da Empresa Brasileira de Portos de Santarém (EMBRAPS), “previsto para ser instalado em área localizada na margem do Rio Amazonas, no bairro Área Verde, do Município de Santarém, PA. Uma região conhecida como “grande área do Maicá”, zona de transição entre a área urbana, rural e de várzea.” (SILVA et al, 2019, p.134)

Silva *et. Al* (2019) escrevem que as decisões sobre a construção desse porto não levam em consideração à existência de comunidades quilombolas nessa região, enquanto, na verdade, o Relatório de Impacto Ambiental foca em divulgar as vantagens desenvolvimentistas para a construção do terminal:

“a) Potencialização de novos investimentos públicos e privados na região, fortalecendo a participação do município de Santarém na economia regional;

b) A abertura de novas oportunidades de trabalho durante as fases de implantação e operação do terminal portuário. Para esse cenário, preveem-se a geração de 700 empregos diretos, na fase de implantação, e mais 70 vagas no início de sua operação, além dos inúmeros postos de trabalhos indiretos, decorrente da necessidade de fornecimento de serviços de transporte, alimentação, saúde, segurança e lazer;

c) Potencialidade do crescimento econômico, com o aumento da geração de renda das populações locais, redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida;

d) Promoção do desenvolvimento regional, através da geração de empregos, circulação de capitais, pagamento de impostos etc., potencializando o desenvolvimento do município de Santarém e do estado do Pará.” (SILVA ET AL, 2019)

A construção do terminal portuário da EMBRAPPS funcionaria como uma expansão das atividades portuária, encerrando o monopólio da Cargill, e atendendo à demanda dos sojicultores de toda área de influência da BR-163 para o incremento de investimentos no setor graneleiro. Entretanto, observando o contexto de multiplicação das resistências sociais da segunda fase do neoeextrativismo, a população quilombola, movimentos sociais e parte do Ministério Público Federal relacionados à causa conseguiram embargar a construção do porto – que até o ano de 2020 não havia sido construído. Assim, Silva *et al* (2019) explicam:

“Com o perigo iminente de que o porto graneleiro da EMBRAPPS seja construído nos mesmos termos do porto Cargill, em fevereiro de 2016 o Ministério Público Federal

e o Ministério Público do Estado do Pará ingressaram na Justiça Federal pedindo a suspensão do licenciamento ambiental para a construção do porto da EMBRAPA, através da Ação Civil Pública n. 0377-75.2016.4.01.3902, em trâmite na 2ª Vara Federal de Santarém.

A Justiça Federal atendeu ao pedido liminar ordenando a paralisação do licenciamento do projeto. Desde então, a suspensão está em vigor até que os responsáveis pelo porto comprovem a realização da consulta prévia, livre e informada das comunidades quilombolas e povos tradicionais afetados pelo empreendimento.” (2019, p.136)

Por fim, a última fase, que se inicia entre 2013 e 2015 e se estende até os dias atuais é com relação à

“*exarcebção do neoextrativismo*. Um dos elementos relevantes que explica – e agrava – essa continuidade se refere à queda dos preços das matérias-primas, o que impulsionou os governos latino-americanos a aumentar ainda mais o número de projetos extrativistas, por meio da ampliação das fronteiras das *commodities*” (SVAMPA, 2019, p.53).

É interessante observar que as contribuições de Svampa (2019) para identificar as fases do neoextrativismo podem ser facilmente percebidas no Gráfico 1, que demonstra a área plantada de soja por ano. Antes dos anos 2000, antes da consolidação do Consenso das Commodities, havia pouca área destinada ao plantio de soja – em comparação com a área atual. Entre 2000 até 2010 observamos o primeiro impulso da expansão que estava baseado no sentimento de otimismo e esperança governamental com relação aos plantios. Entre 2010 e 2015, com a consolidação dessa perspectiva por governos (inclusive em nível nacional, estadual e municipal) há uma segunda expansão das áreas baseada na multiplicação dos megaprojetos. Esse momento no Brasil está diretamente ligado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ao PAC 2. Ambos os projetos buscaram, com relação à agricultura, melhorar a infraestrutura para o escoamento de grãos, com reflexo no aumento das áreas de plantio de soja em Santarém. Por fim, entre 2015 até os dias atuais, de acordo com a terceira fase de exarcebção e queda dos preços das commodities (SVAMPA, 2019), houve o impulso mais recente com relação ao plantio de soja.

É nesse contexto que surge a reação do STTR de Santarém, Belterra, Mojuí dos Campos e Alenquer, juntamente com a CPT para reavivar a campanha “Não Abra Mão de Sua Terra”, cuja primeira edição ocorreu em 2003. Essa pesquisa obteve uma cópia da cartilha elaborada durante a segunda edição dessa campanha, ocorrida em 2017, e disponibiliza parte dela aqui. Desta maneira, a Figura 6 é uma seleção do conteúdo para ilustrar o posicionamento que estas entidades tomam frente às atividades econômicas de grande escala e ao momento de

exarcebção das atividades neoextrativistas. A campanha se manteve ativa até o momento de escrita dessa pesquisa, sendo a proteção dos territórios um dos maiores eixos de trabalho do STTR de Santarém e de seus associados. É claro que ocorreram outros acontecimentos nesse período, mas o exposto até o momento é o suficiente para informar ao leitor e leitora sobre as tendências que influenciam as ações dos atores envolvidos nas dinâmicas de relacionamento, disputa e conflito no âmbito de Santarém. O capítulo 2 e 3 trazem mais informações sobre esses temas, de forma que o capítulo 2 investiga as dinâmicas das relações na comunidade de Boa Esperança, enquanto o capítulo 3 foca na análise sobre disputas e conflitos dentro dessa comunidade.



Figura 6 Trechos da cartilha da campanha "Não abra mão da sua terra!" atualizada para veiculação no governo Temer (2016-2018). Fonte: material coletado.

5. Conclusão do capítulo 1

Esta conclusão se apresenta como apontamentos provisórios e de caráter sinóptico. Assim, os parágrafos a seguir dedicam-se a levantar abordagens teóricas que estão relacionadas aos fatos narrados anteriormente.

Um dos primeiros pontos a serem levantados são sobre os frequentes traumas historicamente vividos em Santarém: os discursos de progresso, de desenvolvimento, crescimento e riqueza sempre são frustrados e quase nunca atingiram o ideal almejado. O senso de limitação econômica e o sentimento de abandono político coexistem com a percepção do potencial econômico da Amazônia. Isso aparece como Rossi (2000) descreve: “O senso da limitação, da insuficiência, da inaceitabilidade do presente aparece frequentemente ligado à esperança de um futuro melhor” (2000, p. 52). Portanto, o que esse autor propõe é que a forma como o conceito de progresso foi elaborado a partir das atividades científicas do século XVII, carregam consigo um sentimento de esperança e de domínio da natureza na qual o ser humano será, em algum momento, beneficiado pelas realizações do progresso.

Essa ideia é replicada em Santarém com algumas adaptações à forma: a inaceitabilidade do presente se mistura com relações centro-periferia no interior do Brasil. Historicamente (tanto com a revolução Cabana quanto com o ciclo da Borracha – mantidas as diferenças) sempre existiu um sentimento de que Santarém estava abandonada pelos governantes da centralidade do poder. Qualquer possibilidade da Amazônia se tornar centro viria da exploração econômica da natureza abundante, resultando em mais capital na região, que finalmente atrairia características de centralidade para a região. Esse pensamento (centralidade-periferia) ainda é observado em contextos atuais em que muitas pessoas defendem a criação do estado do Tapajós, na qual Santarém seria capital – e, portanto, sua própria centralidade de poder – diminuindo o sentimento de abandono e melhorando os níveis socioeconômicos da região²⁵.

O outro ponto é relacionado ao anterior: ao se explorar economicamente a natureza a partir do discurso capitalista sobre acumulação de capital fica explícita a diferença entre modos de produção locais e capitalistas. Muito se fala que os povos da Amazônia, há muito tempo, sabem viver em harmonia com a natureza. Essa ideia é recorrentemente e aparece quando nativos argumentam que as pessoas que vem de fora não sabem cuidar da Amazônia. Por um

²⁵ Este assunto será melhor abordado no capítulo 2, na qual a pesquisa se debruça sobre elementos etnográficos.

lado se argumenta que os sojicultores, que vêm do Sul, não conhecem os limites naturais da Amazônia e deveriam encerrar suas atividades exploratórias. Por outro lado, os contrários à sojicultura são influenciados por pessoas que são de fora da Amazônia e não deveriam se intrometer nesse assunto. Esse último argumento se refere ao sentimento repulsa aos trabalhos de ONGs e grupos “de fora” que trabalham na região. Dessa forma, grupos que são contrários à sojicultura são “colocados no campo da irracionalidade, da antimodernidade, da negação do progresso, [...] quando não de um ambientalismo colonial, impulsionado por ONGs ou agentes estrangeiros (SVAMPA, 2019, p.43). Isso significa dizer que as críticas de um grupo contra o outro funcionam como busca por controle ideológico relacionado à aceitação ou não das atividades desenvolvimentistas (SVAMPA, 2019)

Portanto, a disputa em nível ideológico ocorre como uma luta por qual o sentido deve-se dar para Amazônia. Por um lado, o sentido desejado é da exploração econômica dos recursos naturais para celebrar uma Amazônia (região de ocupação humana) rica. Por outro lado, o sentido desejado é a manutenção da floresta em “pé” para celebrar uma Amazônia (natureza sociobiodiversa) diversa. Há, portanto, o embate entre visões de tendências antropocêntricas e economicistas *versus* visões de tendências ecoêntricas de respeito aos direitos dos povos e da natureza

A relação com a natureza pressupõe um valor simbólico que é materializado nas ações. Isso Sahlins (1997) explica quando argumenta que a cultura de diferentes grupos – aquilo que orienta a ação dos grupos – é baseada numa tradição e numa visão de mundo. E a tradição consiste em “modos distintos de como se dá a transformação: a transformação é necessariamente adaptada ao esquema cultural existente” (SAHLINS, 1997, p.62). No que tange à Amazônia, temos diferentes grupos, de diferentes origens e movidos por diferentes ideologias que interagem entre si. O par de oposição mais evidente que opera nesta dissertação é entre sojicultores – que em sua maioria vem do sul – e agricultores familiar – vistos como filhos da terra. O primeiro grupo traz consigo a monocultura da soja cujo escoamento se dá para o mercado externo; o segundo grupo traz consigo uma variedade de culturas (as mais expressivas são a macaxeira, milho, arroz e feijão) cujo escoamento se dá para alimentar a família, alimentar a comunidade, alimentar as feiras regionais e urbanas. A própria produção material de tais grupos sedimenta na produção agrícola o pensamento, a cultura, a tradição de tal grupo. A soja transgênica voltada para o exterior, ou os produtos da agricultura familiar voltados para o abastecimento de feiras são formas materiais da cultura e objetos simbólicos do tipo de pensamento que os produziu. Isso significa que

“Ao dar feitiço ao produto, o homem não aliena seu trabalho simplesmente, congelado em forma objetiva, mas, pelas modificações físicas que efetua, ele sedimenta um pensamento. O objeto fica como um conceito humano fora de si mesmo, como se fosse homem falando com homem usando as coisas como meio de comunicação. E a variação sistemática das características objetivas é capaz de servir, até melhor que as diferenças entre espécies naturais, como o meio de um vasto e dinâmico esquema de pensamento: porque, nos objetos manufaturados, muitas diferenças podem variar ao mesmo tempo, e por uma manipulação de aparência divina – quanto maior o controle técnico, mais precisa e diversificada é essa manipulação; e porque cada diferença assim desenvolvida pela intervenção humana com vistas à ‘utilidade’ necessita ter uma significação, e não somente aquelas características, existindo dentro da natureza por suas próprias razões, que se prestam a ser notadas culturalmente.” (SAHLINS, 2016, p.267)

Deste pensamento, se destrincha uma interessante reflexão para pensar o simbólico da soja. Pode-se pensar que a soja é, dentre outras coisas, um dos símbolos do domínio humano sobre a natureza – pois até tempos atrás a soja somente era cultivada em climas temperados, posteriormente ela subiu ao cerrado que era entendido como “improdutivo”, para finalmente alcançar terras amazônicas. Em outras palavras, a soja na Amazônia é a conquista total de um grupo específico sobre a Amazônia. Plantar soja na Amazônia é mostrar que é possível ter grandes monoculturas de commodities para além da mineração, do gado e do desmatamento. Se opor a esse pensamento (da soja como conquista e caminho para o progresso) é, portanto, estar do lado da natureza, e não do lado do progresso-desenvolvimento (cultura).

Dessa forma, o que fica claro com o texto de Sahlins é a força da cultura organizar a vida econômica das sociedades. Em outras palavras é dizer que “a produção é [...] a reprodução da cultura em um sistema de objetos” (SAHLINS, 2016, p.267).

Há, por fim, uma última abordagem analítica que precisa ser destacada na dinâmica que a soja iniciou na região: a relação entre estabelecidos e *outsiders*. Essa relação foi estudada por Elias e Scotson (2000), na qual os autores buscaram entender as diferenças de tratamento que ocorriam em bairros trabalhadores na Inglaterra. O estudo versa sobre a relação entre grupos de uma periferia urbana em que existia uma clara divisão entre os residentes de longa data (estabelecidos) e os mais novos residentes (*outsiders*). Havia essa divisão mesmo os dois grupos sendo da mesma classe. Os estabelecidos estigmatizavam os *outsiders* ao mesmo tempo que se auto atribuíam qualidades/virtudes superiores. Essa temática é recorrente no fenômeno humano: um grupo que se acha superior a outro devido ao fato de concentrar mais poder. Dessa forma, isto se percebeu durante a pesquisa de campo: por concentrarem mais poder, mais aliados, mais recursos financeiros, os sojicultores se tornaram os estabelecidos enquanto os agricultores

familiares são os *outsiders* – por mais que os agricultores familiares sejam residentes mais antigos que os sojicultores no Planalto. O que se percebe aqui é que, por serem considerados estabelecidos, os sojicultores concentram várias justificativas para suas atividades²⁶, enquanto a atividade dos agricultores familiares é, por vezes, vista como ultrapassada, em caminhos de extinção, de difícil continuidade por falta de incentivos e dificuldades de investimentos. O capítulo 2 elabora mais profundamente essas relações e versa sobre a realidade de Boa Esperança, na qual continuaremos investigando as problemáticas de pesquisa.

²⁶ É provável que tal situação ocorra pela eficácia de convencimento das agroestratégias (ALMEIDA, 2011)

Capítulo 2

1. Introdução

Como forma de apresentar o material coletado durante cerca de 50 dias de pesquisa de campo, optei por apresentar ao leitor ou leitora um dos “clássicos” da Antropologia como forma de mostrar as potencialidades dessa Disciplina para a análise. Apresento uma leitura resumida do capítulo 1 do livro *A Interpretação das Culturas*, de Geertz (2008). Essa introdução surge para oferecer contribuições epistemológicas e metodológicas (provenientes da Antropologia) para colegas de outras áreas do conhecimento que se interessem por temáticas socioambientais.

Na Antropologia o que seus cientistas realizam é a etnografia; e essa Área do conhecimento tem como uma das finalidades a investigação cultural. Na prática, a etnografia é um conjunto epistemológico e metodológico na qual o pesquisador ou pesquisadora se insere no “meio” em que pretende fazer pesquisa: se insere entre aquelas pessoas que estão vivendo na pele o assunto estudado; tenta passar o máximo de tempo entre os interlocutores e participar de atividades do cotidiano; mantém um diário de campo na qual tenta registrar os atos dos nativos, as situações sociais, as interações e comportamentos – registrando conceitos que os interlocutores utilizaram, seus sentimentos e posicionamentos; além de esboçar mapas, ideias, desenhos de símbolos, árvores genealógicas, etc.; é claro que esses elementos são linhas gerais do trabalho antropológico e não esgotam a variedade de práticas que uma etnografia possui. Entretanto não são essas técnicas e práticas que definem uma etnografia e sim o tipo de esforço intelectual que ele representa: a etnografia tem por finalidade a elaboração de uma “descrição densa” (GEERTZ, 2008).

Ora, mas do que se trata uma descrição densa? Se, em linhas grossas, um(a) antropólogo(a) busca estudar a cultura, Geertz (2008) refina esse entendimento ao compreender a cultura como um conceito semiótico: em outras palavras, a cultura são as teias de significados e as análises que existem nas relações humanas – o autor chega nessa ideia destrinchando as contribuições de Max Weber que diz que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu (GEERTZ, 2008, p.4). Para melhor diferenciar uma descrição densa de uma descrição superficial, Geertz dá o exemplo da piscadela:

“Vamos considerar [...] dois garotos piscando rapidamente o olho direito. Num deles, esse é um tique involuntário; no outro, é uma piscadela conspiratória a um amigo. Como movimentos, os dois são idênticos; observando os dois sozinhos [...]. No

entanto, embora não retratável, a diferença entre um tique nervoso e uma piscadela é grande [...]. O piscador está se comunicando e, de fato, comunicando de uma forma precisa e especial: (1) deliberadamente, (2) a alguém em particular, (3) transmitindo uma mensagem particular, (4) de acordo com um código socialmente estabelecido e (5) sem o conhecimento dos demais companheiros. [...] O piscador executou duas ações — contrair a pálpebra e piscar — enquanto o que tem um tique nervoso apenas executou uma — contraiu a pálpebra. Contrair as pálpebras de propósito, quando existe um código público no qual agir assim significa um sinal conspiratório, é piscar. É tudo que há a respeito: uma partícula de comportamento, um sinal de cultura e [...] um gesto. (2008, p.5)

Geertz vai ainda mais longe na análise e observa todas as possibilidades simbólicas e de comunicação quando acrescenta um terceiro garoto que também contrai a pálpebra voluntariamente, com o intuito de imitar a ação de contrair a pálpebra do primeiro garoto. As possibilidades de interpretação, em outras palavras, são tantas quanto o sistema cultural permitir. Essa perspectiva de Geertz foi uma importante contribuição para os estudos antropológicos atuais. Dessa forma, para quem quiser se inteirar mais nesse assunto da interpretação da cultura, recomendo a leitura do primeiro capítulo desse livro de Geertz. De qualquer forma, o caso é: em uma descrição superficial, na qual a narrativa se concentra apenas no que o nativo está fazendo, não há um aprofundamento analítico e dos níveis em que uma mensagem, um ato, ou variadas interpretações de atos de terceiros podem operar. Por outro lado, quando há uma descrição densa do que o nativo está fazendo, pode-se analisar, construir, interpretar os possíveis significantes da ação no contexto social em que ela ocorre. A descrição densa, desta forma, oferece uma “hierarquia estratificada de estruturas significantes [em que as ações] [...] são produzidas, percebidas, interpretadas, e sem as quais [as ações] de fato não existiriam [...]” (GEERTZ, 2008, p.5). Assim, uma etnografia densa e atenta é aquela que separa piscadelas de tique nervosos e as piscadelas verdadeiras das piscadelas imitadas.

Este autor dá continuidade, em seu texto, sobre as peculiaridades de uma descrição densa. Para nós, basta entendermos a etnografia como uma descrição densa que busca compreender a hierarquia das estruturas significante em que as ações são produzidas, percebidas, interpretadas, manipuladas e sem as quais as ações não existiriam – isso dentro de um contexto social, e, mais especificamente, cultural. Em outras palavras, simplificando o pensamento, busco analisar as mensagens simbólicas contidas nos acontecimentos registrados e como essas mensagens, símbolos, ações, crenças, se relacionam entre si. A finalidade disso é entender uma realidade rural amazônica profundamente afetada pela soja e analisar quais são essas hierarquias das estruturas significantes que regem o comportamento de cada grupo social.

Isso é extremamente relevante pois nos permite observar características que cada grupo possui e os motivos que os fazem agir da maneira que agem. A partir deste pensamento é possível perceber que diferentes grupos sociais – como, por exemplo agricultores, familiares e sojicultores - possuem diferentes formas de se relacionar com a natureza, com o dinheiro (capital), com as relações sociais, com as redes de cooperação, e assim vai. Por outro lado, é preciso destacar que essa abordagem não se pretende totalizante, nem mesmo chega perto de esgotar todas as explicações e relações possíveis: estamos construindo um entendimento científico que precisará, provavelmente, de constantes revisões, críticas e estudos daqueles que também estiverem interessados no assunto.

De qualquer forma, ao desenvolver as consequências da afirmação que cada grupo social possui suas próprias estruturas de significação, podemos conceber - em forma de metáfora - que cada grupo social tem seu mundo, ou o seu idioma próprio (ou até mesmo sua própria ideologia, relacionando com as ideias de Orlandi (2009)). A análise etnográfica realizada permite entender esses “mundos”, “idiomas” e ideologias que estão se relacionando na realidade social de Boa Esperança. As diferentes estruturas hierarquizantes, portanto, levam a diferentes ações dos grupos uns com relação aos outros, com os meios de produção, e com a natureza.

A etnografia aliada a descrição densa é a forma como esta pesquisa encontrou para colocar esses diferentes mundos em diálogo. Isso não significa que os atores envolvidos na situação social irão sentar à mesa e debater sobre suas diferenças a ponto de criarem um entendimento mútuo. Portanto, esse diálogo fictício – porém não falso – é um exercício intelectual de compreender quem são esses grupos que estão interagindo em Boa Esperança.

Por mais que Boa Esperança seja uma única comunidade dentro da região do Planalto Santareno, isso não significa invalidar a possibilidade de interpretações locais serem aplicadas em outros contextos maiores. Na verdade, essa é uma das grandes contribuições que a Antropologia tem a oferecer: ao estudar em localidades pequenas nos deparamos com fenômenos humanos passíveis de replicação em diferentes níveis. É por isso que fatos pequenos podem se relacionar a grandes temas (GEERTZ, 2008). É por isso que eu estudei *na* comunidade e não *a* comunidade. Conclusões que chegaremos neste capítulo etnográfico de Boa Esperança se conectam com outras realidades do Planalto Santareno, com outras realidades do processo de expansão do agronegócio no Brasil, e talvez com tendências mais globais sobre commodities e até mesmo sobre o capitalismo. Entretanto temos que ter o cuidado de diferenciar as dinâmicas que são replicáveis a um todo maior e as dinâmicas que são

características próprias da realidade de Boa Esperança. Ao longo desse capítulo, e mais especificamente no capítulo três, abordaremos dinâmicas específicas da comunidade.

Para iniciarmos a discussão do capítulo, apresento questões que servem de gancho para os próximos tópicos: quantas visões de mundo ou idiomas diferentes existem em Boa Esperança? O mundo natural interfere no mundo social? O mundo social interfere no mundo natural? Quem são os grupos sociais e como eles se relacionam entre si? Quais são esses grupos? Qual é o papel de cada grupo? Quais outras conexões os grupos comunitários estabelecem com grupos fora da comunidade? Quem é estabelecido e quem é outsider²⁷? E por fim, existe conflito entre esses grupos?

Portanto a etnografia é a forma de se chegar à dados interpretativos sobre a realidade de um grupo social observando suas relações sociais e culturais. A Antropologia enquanto Ciência não busca leis, regras e padrões – como buscam as Ciências *duras*; na verdade é uma Ciência que analisa, que interpreta, e que procura significado nas ações humanas:

“Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado” (GEERTZ, 2008, p.7).

2. Formação e Histórico de Boa Esperança

2.1.O Início

Boa Esperança é uma comunidade rural que surgiu no ano de 1961 quando Sr. Raimundo Pereira da Silva “tirou um terreno que se localizava no ramal²⁸ do Pixiubá” (SANTOS R., 2012, p.8). Nesse local, o senhor Raimundo construiu uma casa e fez roçado²⁹. Logo em 21 de agosto desse ano, sua esposa – dona Maria Martins de Sousa – foi morar com ele e batizaram o local de Boa Esperança. O ramal do Pixiubá já existia antes da “inauguração” de Boa Esperança, pois fazia parte da antiga infraestrutura construída por trabalhadores que se dedicavam à extração da Aniba *rosaeodora* – conhecida como Pau-Rosa. Essa atividade

²⁷ Já adiantando a reflexão sobre as contribuições da obra de Norbert Elias e John Scotson (2000) cujo título é “*Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*”.

²⁸ Nome dado às estradas que passam no meio da floresta. Normalmente são estradas de terra simples que são ramificações secundárias de um eixo ou estrada maior.

²⁹ Nome dado para designar áreas destinadas ao plantio da agricultura familiar.

extrativista ocorreu na região do que é hoje a Rodovia Curuá-Una, e essa madeira foi intensamente extraída da região nos arredores de Santarém para a confecção de incensos e óleos que eram exportados – um dos produtos que utilizam o óleo do Pau-Rosa é o perfume Chanel n°5, lançado em 1921 pela empresa Chanel S.A.. Tal atividade extrativista ocorreu entre os anos de 1940 até perto dos anos 1950 (SANTOS R., 2012). Quando se esgotou tal recurso na região, os trabalhadores que exploravam o Pau-Rosa migraram para outras regiões a fim de continuar a atividade extrativista, e assim abandonaram os ramais que haviam construído.

Com o passar do tempo, após a chegada de seu Raimundo e dona Maria, outras famílias também se mudaram para o local e abriram seus roçados para trabalhar com a agricultura. Entretanto, devido à dificuldade de acesso à água, algumas dessas famílias recém-chegadas não permaneceram em Boa Esperança: as fontes hídricas eram distantes da residência das pessoas que necessitavam de “ir buscar” água em igarapés distantes. Essa dificuldade de acesso à água foi amenizada quando moradores, que estavam caçando na mata, descobriram um igarapé que fazia jorrar água do meio das pedras de uma gruta. “Lá colocaram uma bica na altura que desse para uma pessoa tomar banho e deram o nome de Igarapé da Bica. A vida dos moradores foi melhorando com água mais perto” (SANTOS R., 2012, p.9).

Entretanto, a década de 1960 não reservava apenas dificuldade de acesso à recursos hídricos para a nascente comunidade de Boa Esperança. Como havia poucos residentes, pouca ou nenhuma infraestrutura urbana como estradas, serviços educacionais, serviços de saúde, serviços de comércio, os moradores dependiam de outras comunidades e centros urbanos para complementarem acesso à bens e serviços que a própria comunidade não conseguia suprir. Santarém era o centro de maior importância para os moradores³⁰, que demoravam até 3 dias para completar a viagem partindo de Boa Esperança. Nessa viagem se deslocavam até Mojuí dos Campos, andando cerca de 19 quilômetros para depois pegar um transporte até Santarém. Santos R. (2012) narra com ares de dificuldade o percurso até se chegar na vila de Mojuí dos Campos: “O ramal era ruim, na ponte do igarapé da Santa Rosa algumas tábuas não eram pregadas e às vezes as enxurradas levavam, por isso [os moradores] tinham que atravessar o igarapé com água quase no pescoço” (2012, p.9). É interessante saber que a distância, em linha reta, de Boa Esperança para Santarém é de aproximadamente 38 quilômetros.

Poucos anos depois, logo no início do governo militar, iniciaram-se os estudos sobre a possibilidade da criação de uma rodovia que ligasse Santarém à cachoeira do Palhão, no rio

³⁰ Essa característica persiste até os dias atuais. Há uma intensa dependência dos serviços oferecidos em Santarém. Essa questão será abordada melhor à frente.

Curuá-Una – que viria a se tornar local da hidrelétrica do Curuá-Una. Essa hidrelétrica tinha por finalidade abastecer energeticamente a região de Santarém e Aveiro. Em 1968 deram início às obras da hidrelétrica (FONSECA, 2015). Não é muito claro qual a data que houve a construção da rodovia que liga Santarém à usina hidrelétrica, contudo é possível afirmar que ela deve ter ocorrido em meados da década de 1960 – se não a rodovia em si, pelo menos a infraestrutura viária que liga tais pontos. Essa infraestrutura viária, juntamente com o processo de colonização, deu início ao processo de ocupação habitacional e econômica por toda a extensão da atual PA-370, a qual “proporcionou a chegada de muitas famílias para tirar terrenos, para trabalhar na agricultura, morar nesta comunidade [Boa Esperança] e ao longo de toda a rodovia” (SANTOS R., 2012,p.9).

2.2.As primeiras migrações

Assim, com a estrada aberta, Boa Esperança começou a atrair um fluxo migratório de certa densidade. Podemos identificar três grandes grupos que migraram em diferentes momentos e em diferentes quantidades, mas que caracterizam a origem dos moradores de Boa Esperança: paraenses e outras pessoas da região norte, nordestinos e “gaúchos”³¹. Um elemento comum que influenciou a migração desses grupos foi o desejo de “melhorar de vida” trabalhando na agricultura – já que a disponibilidade de terras era um atrativo. Houveram outros fatores que influenciaram a migração que podem ser percebidos nos três depoimentos selecionados para ilustrar as justificativas de migração:

Depoimento 1:

“Caio: Seu Chico, eu queria que você me contasse como que você chegou em Boa Esperança?

Chico: Como eu cheguei? Olha, eu cheguei em Boa Esperança, eu morava em São José [Santarém, PA], inclusive eu nasci lá. Morava lá e depois que abriram a Curuá-Una, a PA-370, eu vim pra cá. E lá em São José, a água, onde a gente morava, era longe. Tinha que buscar a cavalo ou a pé no igarapé. Mais de horas de viagem. E aqui tinha o igarapé da Bica, bem ali. [...] O igarapé da Bica ainda existe, mas eu nunca mais fui lá. E eu vim porque nessa época, em 1966, era mais fácil. Quero dizer, mais fácil não, porque naquele tempo a gente achava fácil, mas era difícil. Você trabalhava na agricultura, sou agricultor, era no machado. Hoje tem a motosserra. Naquele tempo

³¹ Gaúchos é um termo nativo que, aparentemente, se refere ao que vieram de estados ao Sul do Pará. Tal termo será melhor explicado à frente

era o machadão, foice, machado... Até uma hora dessa [já estava entardecendo durante a nossa entrevista] se descia no igarapé para tomar um banho. Chegava lá o igarapé da Bica era uma bica que tinha caia água, água natural mesmo, saia das pedras. A gente tomava banho, aquilo era uma beleza. Botava um *carote* de 20 litros no ombro, quando chegava em cima da ladeira a gente estava suado. Mas, de qualquer maneira, era mais perto do que lá onde eu morava isso aqui. Hoje, São José é um bairro da cidade de Santarém. É por isso que eu vim pra cá. E os terrenos, tinha aqui a rodovia, [inaudível] aí a gente fazia... plantava mandioca, e plantador de mandioca em todo canto se dá.”

Depoimento 2:

“Caio: Lara, você pode me contar um pouquinho como foi que você veio parar aqui em Boa Esperança?

Lara: Foi meus pais. Nós viemos lá do Rio Grande do Sul, né? Pra melhorar de vida, né? Que lá já estava difícil e nós morávamos, assim, junto com os irmãos do meu pai. Aí a família foi crescendo, né? E foi ficando difícil. Aí o pai veio pra cá e aí, ele gostou que já tinha um tio meu morando aqui. Aí ele gostou daqui. Aí [inaudível] era uma família grande, eram 5. Aí ele queria dar o melhor pros filhos, aí nós viemos para cá.”

Depoimento 3:

“[A conversa com Antônio já havia começado, comecei a gravar com ele falando]

Antônio: 6 de janeiro de 73... inverno, aquele *chuverão* danado [risos]. chegamos do Nordeste, né? Foi uma tristeza, né? Mamãe chorou demais quando chegou aqui.

Caio: Sério? porque?

Antônio: Porque era outra realidade, né?

Caio: Então vamos lá! Eu estou agora aqui conversando com o Antônio, ele já estava me contando como ele chegou aqui. E Antônio, porque vocês resolveram vir para Boa Esperança?

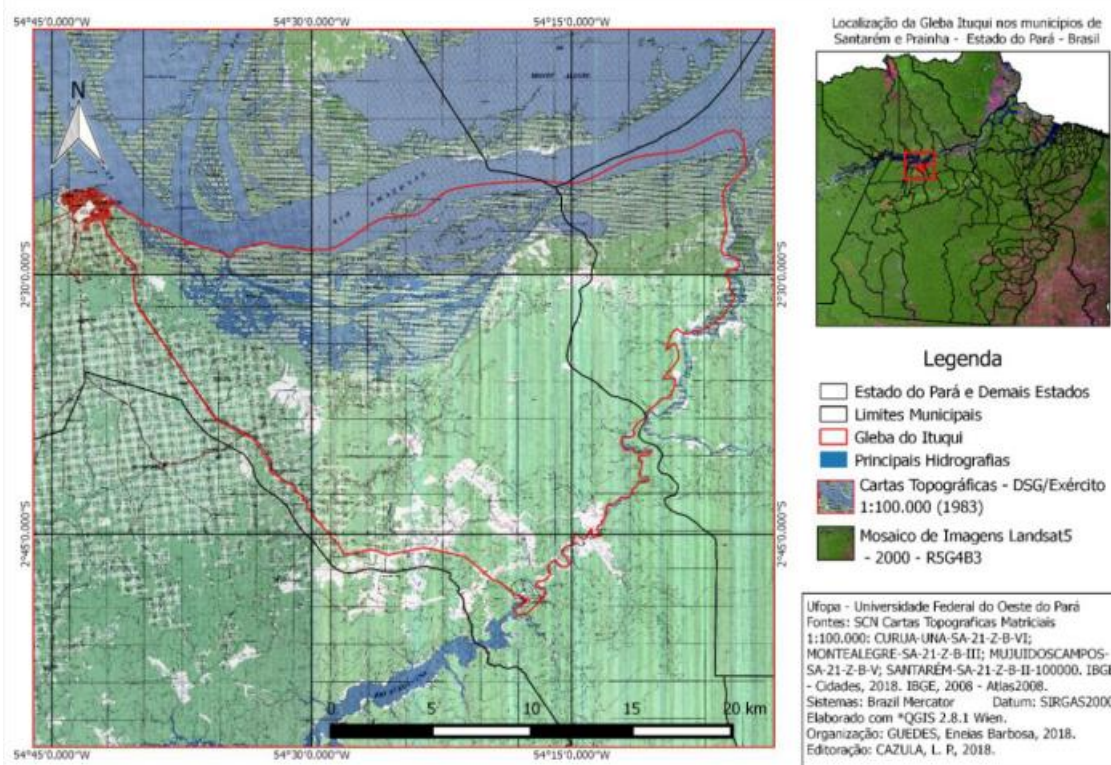
Antônio: Era... o primeiro era oferecer a terra, né? Nós viemos, vamos dizer, pra ocupar a terra que estava vazia, que estava desocupada - vamos imaginar. Isso tinha... Com a abertura da Santarém-Cuiabá tinha muito isso, né? E terminou que a gente veio pra cá e terminamos que a gente nem ficou com essas terras, terminamos de vir aqui na Boa Esperança e meu pai nunca foi proprietário de grandes propriedades de terra, então não teve essa ganância toda que se tivesse tido seria uma história bem diferente. Mas não. Mas basicamente é isso, né? Mas aí você é de uma realidade. Quando você vem do Nordeste que você chega aqui, vamos dizer, tu olha o suporte de uma árvore do nordeste e o suporte de uma árvore da Amazônia, tu vai te desanimar, né? Mesmo que aí o pessoal ficou mais ou menos tudo aqui na vila trabalhando, e meu pai na época era marceneiro, carpinteiro. Então optou para ir para esse rumo aí aonde ele construía casa de farinha pro pessoal, fazia prensa, forno, e foi assim que a gente foi ficando.”

Há ainda outro elemento que nos ajuda a compreender o movimento migratório que ocorreu na região: o Estado brasileiro realizou uma colonização dirigida em direção à Amazônia a partir da década de 70, e no caso de Santarém, realizou-se o Projeto Fundiário Santarém para a colonização de toda a gleba Ituqui (Figura 7) (GUEDES & VIEGAS, 2018) – na qual Boa Esperança faz parte. Assim, podemos observar que pela influência dos programas de colonização e a construção da estrada PA-370 atraíram pessoas que vieram a morar em Boa Esperança a partir da década de 1970. É provável inferir, pela a fala dos entrevistados e pela pesquisa de campo, que houve uma possível ordem de chegada em Boa Esperança: primeiro chegaram os moradores que já habitavam as proximidades de Santarém, depois chegaram nordestinos, e por fim a migração “gaúcha”. É preciso destacar que a introdução de imigrantes de uma origem diferente não cessou com a imigração anterior. Em outras palavras: a chegada dos nordestinos não cessou a imigração de nortistas; a chegada dos imigrantes “gaúchos” não cessou a imigração nordestina nem nortista. A Tabela 4 relaciona o grupo migrante com o início dos movimentos migratórios:

Tabela 4 - Relação entre grupos e data de chegada dos primeiros migrantes

Imigrantes	Época
Nortistas	A partir de 1961
Nordestinos	Início da década de 1970
“Gaúchos”	Final da década de 1970 e início da década de 1980

Figura 7 - Localização da Gleba Ituqui e seus limites nos territórios municipais de Santarém e Prainha. Fonte: Guedes e Viegas (2018)



2.3. As primeiras atividades

De acordo com o registrado, é possível argumentar que a comunidade de Boa Esperança possuía profundos vínculos comunitários de cooperação e solidariedade. Santos R. (2012) narra inúmeras construções que foram erguidas com o trabalho comunitário, como por exemplo escolas, casas de orações, casas de farinha, campos de futebol, barracões para diversas finalidades, igrejas católicas e evangélicas. Também havia trabalho comunitário para limpeza dos ramais e manutenção do igarapé da bica. Em várias entrevistas realizadas também foram narrados casos de mutirões e trocas de diárias³² que ocorriam no passado. É curioso notar que Lara, a entrevistada “gaúcha”, não possui a mesma percepção sobre cooperação comunitária que o nortista Chico e o nordestino Antônio:

“Caio: E, mas a comunidade, a tempos atrás, ela tinha mutirão, tinha troca de dias? Pessoa trabalhava pra outra?”

³² quando uma das partes envolvidas não podia pagar pelo serviço, e portanto, ia trabalhar algum dia para a outra pessoa

Lara: Não. Não, a comunidade assim, cada um com os seus. Cada um... por exemplo, se nós queremos fazer um serviço a gente paga um trabalhador. É assim. Não tem esse negócio de mutirão.

Caio: Nem no passado?

Lara: que eu me lembro não.”

Por mais que houvesse diferentes percepções sobre o trabalho comunitário e sobre as relações de cooperação, tais tendências (mais individualistas ou mais comunitários) não impediram a criação de um sistema social comunitários. Assim, ao que tudo indica, houve a convivência de dois sistemas culturais distintos facilitada pelo fato de todos os grupos trabalharem com a agricultura e participarem da mesma classe social: todos agricultores familiares com a mesma capacidade produtiva e donos de mais ou menos os mesmos meios e ferramentas de produção. Não é por outros motivos que a comunidade de Boa Esperança possui comércios de nomes sulistas, como por exemplo “Comercial Gaúcha”, e espaços para jogos de bocha.

Mas mesmo representando grupos culturais diferentes, os agricultores e agricultoras de Boa Esperança plantavam as variedades regionais – que até hoje seguem plantando: macaxeira, jerimum, feijão, arroz, laranja, tangerina, mamão, pimenta-do-reino, ao mesmo tempo que muitas famílias possuíam as casas de farinha para a produção de farinha e tapioca. As casas de farinha, em sua maioria, eram de propriedade e de mão-de-obra familiar. A difusão dessas casas era tanta na comunidade que havia cerca de 90 a 120³³ casas de farinha durante a segunda metade da década de 1980 – até mesmo os agricultores familiares de origem “gaúcha” aprenderam a realizar o ofício nas casas de farinha.

2.4. Casas de farinha como local de produção familiar e também de renda

A produção que se destacava em Boa Esperança era aquela realizada nas casas de farinha: de lá saíam farinha branca, amarela e tapioca. As casas de farinha eram galpões equipados com maquinário de diversos tipos. Com o passar do tempo, novas tecnologias foram introduzidas dentro das casas de farinha, que melhoram o desempenho, a produtividade e reduzem a necessidade de mão de obra. Essas inovações não foram absorvidas homoganeamente entre as famílias, criando disparidades na capacidade de competição entre

³³ Alguns moradores falam em 90, outros falam em 120, outros moradores falam números intermediários. Optei por apresentar as estimativas menores e maiores.

elas. A Figura 8 mostra como é a estrutura de uma casa de farinha moderna e bem equipada; já a Figura 9 mostra uma casa de farinha abandonada.

Figura 8 - Casa de farinha. Foto por Caio Pinheiro Della Giustina (2019)



Figura 9 - Casa de farinha abandonada. Foto por Caio Pinheiro Della Giustina (2019)



A partir de meados dos anos 1970 a produtividade das casas de farinha começava a alcançar o auge e atualmente os moradores lembram esse passado como uma época boa, em

que todos tinham dinheiro. Da forma como eles me narravam o passado, mesmo aqueles que não tinham casas de farinha podiam trabalhar na produção e gerar renda de alguma forma: plantavam e/ou colhiam e/ou vendiam macaxeira para a família dona da casa de farinha; ou podiam trabalhar descascando a macaxeira ou em alguma outra etapa do processo produtivo dentro da casa. Ainda era possível trabalhar a partir de troca de diárias – que não se enquadra como renda, mas é uma forma de valor de trabalho. Os moradores entrevistados também lembravam que para os produtores de farinha e tapioca, o escoamento era facilitado pois interessados podiam comprar a produção na porta das casas dos agricultores familiares. Para os que não vendiam dessa forma, produzir para vender nas feiras de Santarém também era uma alternativa, seja através de um atravessador³⁴ ou não.

2.5.Época de ouro e os ciclos produtivos: as mudanças socioeconômicas

Da forma como me foi narrado, as histórias sobre esse tempo passado na qual todos tinham dinheiro me sugere a existência de uma “época de ouro”³⁵ em Boa Esperança – pois vários moradores me falaram que no passado era muito bom e hoje está tudo mais difícil. Pela pesquisa realizada com os comunitários, é possível sugerir que esse período tenha durado entre o final da década de 1970 até o início da década de 1990. Na voz dos moradores, essa época de ouro tinha como características centrais: a renda e trabalho para todas e todos, ao mesmo tempo que ocorria a expansão da vila. Havia a facilidade de plantio, pois a terra era mais fértil que a atual (de acordo com os moradores), ao mesmo tempo que os laços comunitários eram estreitos e, por isso, permitiam a troca de diárias, mutirões para construção de edifícios de uso comunitário e para manutenção de estradas. Essa época de ouro possuía dois pilares produtivos que a sustentavam: a pimenta do reino e o plantio e transformação da mandioca.

Entretanto as casas de farinha e o plantio de pimenta-do-reino não foram as primeiras atividades agrícolas que ocorreram em Boa Esperança. Como narra Santos R. (2012) e como é possível se constatar pela fala dos entrevistados, o primeiro ciclo produtivo foi o extrativista-madeireiro. Esse ciclo iniciou-se com a exploração do Pau-Rosa na década de 1940. Após o esgotamento das reservas de Pau-Rosa na região, maior parte da estrutura de exploração madeireira se mudou para outras áreas de maior interesse, enquanto a região próxima de Boa

³⁴ A figura do atravessador é relevante para entendermos o cenário na qual estou relatando. São trabalhadores especializados em comprar a produção de agricultores na porta de suas casa com a finalidade de revender em alguma outra localidade por um preço mais caro, garantindo assim a rentabilidade de seu trabalho.

³⁵ Esse termo foi concebido durante a análise dos dados. É um termo do pesquisador para falar da realidade nativa.

Esperança ficou com atividades extrativistas de pouca projeção, ou até mesmo cessaram durante um tempo – isso não é claro. Com a abertura da estrada Curuá-Una (PA-370) e pela influência de políticas dos Governos Militares novos empreendimentos começaram na região, como, por exemplo, o plantio do arroz financiado pelo Banco do Brasil e Banco da Amazônia. O plantio de arroz ocorreu entre a segunda metade da década de 1960 e o início da década de 1970. Santos R. (2012) conta que durante esse período agricultores plantaram somente o arroz, resultando numa “super safra”.

“O problema esbarrava na grande produção, que superlotava as usinas de beneficiamento cujos donos eram os compradores da produção. Com muita oferta o preço dos sacos de arroz baixava. No mês de agosto todos os financiados deveriam pagar seus empréstimos ao Banco para então requerer um novo empréstimo; muitas vezes o agricultor vendia toda a produção a preço baixo, o que não dava para quitar a conta no Banco” (2012, p.91)

Essa situação de super produção não foi superada nos anos seguintes. Enfrentando as dificuldades de uma oferta muito alta e o preço baixando, o arroz deixou de ser o foco e os agricultores passaram a diversificar a produção, “plantando um pouco de arroz, milho, feijão, mandioca, frutas, etc.” (SANTOS R., 2012, p.91). Portanto, aparentemente, a diversificação comercial das culturas plantadas iniciou-se durante a década de 1970. Santos R. (2012) também argumenta que nesse período o Banco do Brasil começou a financiar a cultura da mandioca. “Na época foi o melhor financiamento” (SANTOS R., 2012, p.91). É possível que o financiamento da mandioca e os bons resultados dessa produção tenham estimulado o crescimento de casas de farinha na comunidade de Boa Esperança.

Por outro lado, perto da década de 1980, o Banco do Brasil também começou a financiar o plantio da pimenta-do-reino. Esse financiamento contou com cooperação técnica da Emater, e em alguma medida os donos de tais empreendimentos eram “japoneses” – pelo menos é isso que contam alguns moradores mais antigos na comunidade. A fala de Antônio mostra que o advento da pimenta-do-reino auxiliou na oferta de emprego na comunidade. Ele lembra como foi esse período:

“Antônio: Com a pimenta do reino, houve a grande migração também dos japoneses, né? Eles que vieram do Japão pra Tomé-Açu, de Tomé-Açu eles vieram pra cá [Boa Esperança]. Né? E aqui acabou se tornando um grande centro de produção de pimenta do reino, conhecido mundialmente, né? Quando... Com essa coisa, sempre tu tinhas uma mão de obra. Sempre tu tinhas trabalho, vamos imaginar. O que que o japonês oferecia? Eles ofereciam pra ti, a capina da pimenta, tudo era feito artesanalmente, na enxada. Depois eles te ofereciam o trabalho para tu colher a pimenta que era tudo

colhido manualmente. Te oferecia trabalho pra ajudar a secar a pimenta.” [com adaptações]

Portanto, essa época que vários moradores e moradoras lembram como sendo “de prosperidade” é uma junção de fatores que ocorreram entre a década de 1970 até o início da década de 1990. Esses fatores foram: 1) o declínio do plantio especializado de arroz, que abriu caminho para a diversificação e comercialização da produção, nesse sentido a mandioca/macaxeira se destacou; 2) a valorização e facilidade de financiamento de mandioca/macaxeira, que posteriormente, favoreceu o surgimento de várias casas de farinha nos próprios grupos familiares; 3) os produtos da agricultura familiar eram vendidos facilmente em feiras da cidade de Santarém e, como alguns moradores relataram, as vezes conseguiam vender na frente de suas casas; 4) a pimenta-do-reino surgiu quase concomitantemente à esse movimento de diversificação da agricultura familiar e serviu como outra alternativa de renda para os moradores de Boa Esperança – com a diferença de que os donos dos meios de produção eram, majoritariamente, “japoneses”. Entretanto, segundo relatos locais, a geração de riqueza desse período fez surgir casos de violência na comunidade: roubos, furtos, assaltos e problemas com drogas.

Após o declínio da pimenta do reino, houve a introdução do gado por atores do agronegócio. Antônio narra que a introdução da pimenta-do-reino foi a primeira atividade econômica que converteu áreas de floresta em “aradados³⁶”. Dessa forma, quando os pimentais saíram de cena, as grandes áreas abertas persistiram e foram transformadas em pasto. Aparentemente os moradores de Boa Esperança nunca se envolveram com a atividade pecuária, deixando tal atividade produtiva para os atores do agronegócio. É possível dizer que nesse momento começa a nascer uma oposição estrutural entre agricultores familiares e atores do agronegócio. Essa diferença nasce, principalmente, na quantidade de terras que cada grupo concentra – sendo a terra entendida como meio de produção. Em outras palavras, é possível distinguir – nesse momento – a criação de classes no campo, e mais especificamente em Boa Esperança.

Porque não considere o momento que os japoneses começaram as plantações de pimenta-do-reino como o momento inicial do tensionamento de classes baseados na acumulação dos meios de produção? Teoricamente seria possível optar por explicar dessa forma, contudo, na prática os japoneses não têm conexão com o presente. Nessa região do Pará, ficaram no passado junto com as grandes plantações de pimenta-do-reino. Ao que tudo indica,

³⁶ Termo nativo para se referir à grande área de terra destinada à algum tipo de monocultura

quando houve o abandono do monocultivo de pimenta, os japoneses saíram de cena. Portanto a escolha é didática para facilitar nossa análise.

A criação de gado persiste até hoje, mas vem sendo progressivamente substituída desde a inserção da soja no Planalto. A convivência com produtores de gado era, segundo os relatos dos entrevistados, pacífica e sem atritos. No período que a pecuária se consolida as preocupações dos moradores estavam voltadas ao encerramento da “era de ouro” e às problemáticas que isso gerou: decréscimo das atividades econômicas produtivas provenientes das casas de farinhas. Na década de 1990, a região do Planalto Santareno (assim como Boa Esperança) experimentou a introdução da fécula de mandioca na cadeia de produção das casas de farinha. Vinda do Paraná – de acordo com os moradores - a fécula, ou o polvilho – como também é chamado – ofereceu redução nos custos de produção de modo que quem não produzisse os derivados da casa de farinha sem essa novidade não conseguia competir no mercado. A queda do preço de produção da farinha fez aumentar a oferta; a baixa no custo de produção também fez com que o preço final da farinha caísse. Como a oferta estava maior, novamente o preço descia. Essa mudança foi decisiva para encerrar a “era de ouro” em Boa Esperança.

2.6. *As consequências do fim da “era de ouro”*

Vamos recapitular: com o abandono da produção de pimenta-do-reino nas grandes áreas, a oferta de emprego diminuiu em Boa Esperança. Durante a década de 1980 isso não chegou a abalar a comunidade em termos de oferta de trabalho pois os serviços oferecidos pelas casas de farinha ainda existiam e remuneravam trabalhadores. Os donos de casas de farinha remuneravam monetariamente as mais diversas atividades indo desde o: plantio da mandioca; a colheita da mandioca; em outros casos, a compra da mandioca diretamente do agricultor; e para os diversos serviços necessários dentro de uma casa de farinha. Essa situação persistiu até o momento em que a fécula de mandioca (polvilho) entra na cadeia produtiva da farinha e elimina ou reduz processos de plantio, colheita e trabalho nas casas de farinha.

A fécula de mandioca é um subproduto da mandioca que existe desde a década de 1950, mas que teve um aumento na infraestrutura industrial para sua produção a partir da década de 1990. O crescimento da oferta de fécula no mercado nacional foi absorvido em Boa Esperança na década de 1990 e minou com a abundância de trabalho e renda que as casas de farinha geravam.

Esse processo provocou profundas mudanças socioeconômicas em Boa Esperança, mas principalmente no que tange à emprego, renda e mobilidade. É com a consolidação da feitura

nas casas de farinha com o polvilho que se encerra, definitivamente, a “era de ouro” de Boa Esperança que narrei aqui. Como forma de adaptação às mudanças que ocorreram nesse período, além de acompanharem as mudanças na divisão social do trabalho ocorridas ao longo da década de 1990 (BALSADI, 2001), as famílias e seus membros mudaram suas características, passando a ser pluriativas e adquirindo renda, bens e relações nas mais diversas localidades ao redor. A renda passa a ser uma característica central para a agricultura familiar, diminuindo o peso das atividades agrícolas como principal fonte econômica. É nesse processo que Santarém, o centro urbano, passa a exercer ainda maior influência sobre a população de Boa Esperança – que ficam mais dependentes da cidade e de outras comunidades, vilas e povoados.

É interessante notar que tal que esse processo – me refiro ao encerramento do monocultivo da pimenta-do-reino e a inserção do polvilho nas casas de farinha – criou situações de vulnerabilidade social. Mais especificamente, criou situações semelhantes aos maus exemplos de desenvolvimento narrados por Amartya Sen (2010) – conceito que necessita de um processo de expansão das liberdades reais³⁷ que as pessoas desfrutam. Se não há expansão das liberdades reais (individuais, coletivas e, portanto, sociais), não há desenvolvimento. Para ele

“O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.” (2010, p.16-17).

Na situação narrada em Boa Esperança, não houve aumento das liberdades; ao contrário, após a “era de ouro” houve um aumento nas dificuldades de se viver bem na região. A falta de liberdades foi – e ainda é – uma séria questão para a população local. Muitos desejam mudar de Boa Esperança, mas não o fazem pois não tem dinheiro e nem formas de se manter em outro local – já que entenderam com a campanha “Não Abra Mão da Sua Terra”, tratada com atenção no capítulo 1, que o dinheiro oferecido em suas terras não é o suficiente para manter uma vida na cidade. Antes dessa campanha, a vulnerabilidade e a necessidade por renda por parte dos comunitários foi um dos elementos que facilitaram a compra de terras por parte dos sojeiros.

³⁷ Para além dos aspectos econômicos e tecnológicos, Sen (2010) compreende que o desenvolvimento deve ser medido pelas liberdades reais que também são “as disposições sociais e econômicas [...] e os direitos civis [...]” (2010, p. 16). Assim: “O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (2010, p.16-17)

O que fica claro, portanto, é que a década de noventa reservou aos comunitários de Boa Esperança degradações no estilo de vida que vinham vivendo com a “era de ouro”, corroendo as capacidades de geração de renda e emprego agrícola dentro da comunidade, ao mesmo tempo que influenciou moradores a procurarem serviços em outras localidades a fim de reduzir situações de vulnerabilidade e resistir em um contexto de mudança. Juntamente a esse processo também foi descrito que as condições de produção ficaram mais difíceis pois a terra já não tinha a mesma qualidade que havia no passado. Mas é preciso demonstrar também que desde a fundação de Boa Esperança muita coisa mudou na comunidade – para além do trabalho agrícola.

2.7. *A dinâmica de crescimento da comunidade*

Como vimos anteriormente, na década de 1960, quando os primeiros moradores chegaram havia problemas com disponibilidade hídrica. A descoberta do igarapé da Bica aliviou esse quadro. Com mais pessoas chegando à comunidade havia maior expectativa de crescimento e é possível que com mais pessoas, mais mão-de-obra estava disponível para realizar trabalho comunitário; e assim foram feitos os primeiros barracões, as primeiras escolas, os primeiros campos de futebol, a manutenção da estrada para o igarapé da Bica, bem como o trabalho solidário de edificação de casas baseada na troca de diárias. A troca de diárias é um mecanismo de coesão social interessante e foi extremamente importante nas primeiras décadas de existência da comunidade pois foi o fator que possibilitou a comunidade a crescer. Não havia infraestrutura estatal muito menos iniciativa privada para dar viabilidade aos empreendimentos comunitários – que acabavam a depender um dos outros para satisfazerem suas próprias necessidades. Por exemplo, a família de Chico aparentemente sempre mexeu com agricultura enquanto o pai de Antônio era carpinteiro. Como as duas famílias já estavam em Boa Esperança nos primeiros anos de 1970 é provável que a família de Chico possa ter ajudado com o roçado da família de Antônio, e com o mecanismo social de troca de diárias, o pai de Antônio possa ter auxiliado na construção com a confecção de qualquer produto que a carpintaria possa proporcionar.

As obras de infraestrutura oferecidas pelo governo demoraram a chegar. Por exemplo, se se considera que a fundação de Boa Esperança foi em 1961, com a chegada de Raimundo Pereira, somente 20 anos mais tarde (1981) que foi instalada rede para energia elétrica na comunidade. Essa demora de execução de obras do governo torna-se um fato reconhecido

quando se relembra que a estrada PA-370 foi inaugurado na década de 1970. Essa estrada, que corta Boa Esperança ao meio, foi construída para ligar Santarém à usina hidrelétrica do Curuá-Una. Em 1977 a hidrelétrica foi inaugurada, mas pelo menos desde 1966³⁸ ela já era divulgada pelo governo como uma das “soluções ao atraso da região” (SANTOS, SILVA & FERREIRA, 2016). Cinco anos mais tarde, em 1986, a rede elétrica chega até o igarapé da Bica, possibilitando, notadamente, a criação de um sistema de abastecimento de água para as caixas d’água das famílias (SANTOS R., 2012). Com o passar do tempo um microssistema de água foi feito na comunidade, mais especificamente em 1993, construído pelo prefeito de Santarém à época. Esse sistema era abastecido por poço artesiano (SANTOS R., 2012). Tal fato fez com que os comunitários passassem a frequentar o igarapé da Bica principalmente para lazer.

Por outro lado, Boa Esperança foi sendo bem equipada ao longo dos anos, com posto de saúde, doações do governo municipal para a construção de escola. No ano de 1991, o governo municipal, buscando a melhora na governança de suas áreas, decretou a criação do distrito de Boa Esperança. Não se sabe bem ao certo os motivos desse decreto nem se realmente houve melhoria na comunidade por conta dele. Os próprios moradores de Boa Esperança conhecem essa “história”, mas não sabem ao certo se Boa Esperança é realmente um distrito, não sabem o que é que mudou com Boa Esperança se tornando um distrito, e acreditam que era para “as coisas estarem melhor” já que Boa Esperança é um distrito. O anexo 2 oferece a transcrição do decreto da maneira como foi fornecida por Santos R. (2012, p.30-31). O fato é: houveram investimentos municipais que acredito que se iniciaram a partir da década de 1990. Esses investimentos – juntamente com o esforço dos comunitários em trazer tais melhorias para a comunidade e uma vez adquiridos uma gestão interna para o cuidado das melhorias – influenciaram diretamente no fato de atualmente Boa Esperança ser uma alternativa à Santarém no que se trata de serviços educacional e de saúde para cerca de 30 comunidades próximas³⁹.

Os primeiros empreendimentos que ocorreram na vida econômica, social e política da comunidade ocorreram por volta da década de 1970. Pela leitura de Santos R. (2012) pode-se inferir que as construções que afetaram esses três aspectos da vida da comunidade começaram na seguinte ordem: casa de orações (1966); escola, campo de futebol e casa de farinha (1968); igreja católica (1971); delegacia sindicado dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (1972); já haviam pessoas que faziam vendas na comunidade, sem possuir qualquer estrutura semelhante a uma loja – além da construção de uma igreja evangélica (1973); o Clube de

³⁸ <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/viewFile/67819/65453>, acessado em 30/04/2020

³⁹ Fato apontado pelo presidente da associação comunitária dos moradores de Boa Esperança.

Revenda (uma espécie de pequeno comércio formal) (1979); fundação do Conselho Comunitário da Boa Esperança e primeiro posto médico (1980); rede elétrica chega na comunidade (1981). Com esse breve e resumido relato, pode-se perceber que em cerca de 20 anos desde sua fundação Boa Esperança já possuía a infraestrutura básica para o desenvolvimento de outras atividades. Mercados, lojas de roupa, sorveterias, lanchonetes, oficinas mecânicas, padarias, lanchonetes, criação da festa anual da tapioca⁴⁰, mais campos de futebol, mais igrejas, lotéricas e uma rádio comunitária surgiram em seu território. Quanto às últimas duas atividades (lotérica e rádio), a pesquisa de campo ofereceu relatos curiosos que nos ajudam a compreender ainda mais a realidade local.

O caso da lotérica é um tanto quanto cômico, pois a maneira como foi me contada essa história me deixou boquiaberto. Não foi especificado o ano em que isso ocorreu, o que dificulta localizar esse acontecimento no caminho cronológico que estávamos percorrendo. Mas de qualquer forma, havia uma agência da Caixa Econômica em Boa Esperança – o único lugar da comunidade em que as pessoas podiam sacar dinheiro e pagar contas. Possivelmente essa agência da Caixa era também utilizada por moradores de outras comunidades – pois a outra alternativa de agência era se deslocar até Santarém e realizar as movimentações financeiras na cidade. O problema dessa agência da Caixa era que a pessoa responsável “tirava a comissão dele de todos os pagamentos que entravam lá”. Essa situação durou até quando uma pessoa depositou um cheque cujo valor era superior a R\$ 1000 e essa pessoa responsável “tirou os R\$ 1000 e embolsou para ele”. A parte lesada entrou na justiça, ganhou a ação, a lotérica fechou e “deu até reportagem”. Infelizmente, desde então, não há mais esse serviço em Boa Esperança. Quando os moradores precisam pagar contas ou sacar dinheiro, se deslocam até Santarém.

Na segunda ida a campo que realizei, em agosto de 2019, o presidente da associação dos moradores estava conversando com responsáveis do Sincredi⁴¹ e haviam marcado reunião para estudarem a viabilidade de instalação de uma agência. Em março de 2020, quando retornei novamente para continuar a pesquisa, a agência do Sincredi ainda não havia sido instalada.

No ano de 2001, a comunidade doou um terreno para a construção de uma antena para telecomunicação cuja responsabilidade seria da Telemar – concessionária de telefonia. A antena foi construída e a comunidade utilizou essa estrutura para a construção de uma rádio

⁴⁰ Também conhecido como Festival da Tapioca. Iniciou-se em 1999 (SANTOS, 2012) com a finalidade de celebrar a quantidade de tapioca produzida nas casas de farinha. Mesmo com o declínio das casas de farinha, a festa persistiu. Em 2019, organizadores da festa estimaram 18 mil pessoas participando. A festa tem tomado grandes proporções e vêm, de ano a ano, atraindo um contingente maior de público.

⁴¹ Sistema de Crédito Cooperativo (Sincredi), é uma empresa que fornece crédito. Possui também sistema de crédito para o agronegócio.

comunitária. Essa rádio veiculava informações sobre a comunidade, instruções sobre agricultura e também se posicionava contra a atividade dos sojicultores – que já se encontravam na região neste momento. Dona Maria e Seu João contaram essa história para mim.

“Caio: Como é que foi essa história que a rádio comunitária foi fechada?”

Maria: Ela foi fechada

Caio: Porque?

Maria: Por conta desses comentários de... de levar informação pros comunitários, de falar, de dizer que o agronegócio prejudica, que... essas informações que... que levam a pessoa a clarear as ideias.

Caio: Mas como foi esse processo? Isso foi uma decisão judicial?

Maria: Foi. Levaram pra justiça. Disseram que estavam deformando a imagem lá da pessoa lá. Do agricultor lá da monocultura, né? E foi pra justiça e eles ganharam, simplesmente. Né? E até hoje a gente não teve como reaver a rádio de novo. Porque foi assim: vetaram. Vetaram mesmo. Acabou-se mesmo assim. Então é assim

João: E olha, Caio, foi uma rádio criada pelos comunitários. E quem acabou, por incrível que pareça, foi gente que não teve participação de nada. Não ajudou em nada. Vieram aqui simplesmente acabar.”

Esse caso da rádio nos serve como gancho para entrarmos no último ciclo produtivo de Boa Esperança –, no qual a comunidade o vivencia até hoje: a soja.

2.8.A soja e a segunda migração gaúcha

Quando a “era de ouro” passou completamente, criando vulnerabilidades dentro da comunidade de Boa Esperança, ocorreu que pouco tempo depois o Planalto Santareno estava recebendo o início das atividades graneleiras da soja e do milho. Os sojicultores (chamados de “gaúchos”) chegaram em Boa Esperança com promessas de desenvolvimento, emprego e dinheiro. O dinheiro chegaria com os empregos criados e com a compra dos terrenos e o desenvolvimento viria para melhorar a vida de toda a população. É com a chegada dos sojicultores que se inicia o processo de conversão dos pastos para áreas destinadas a sojicultura. Como detalhamos no capítulo 1, esse processo de expansão da soja começa a ocorrer a partir dos anos 2000, e os anos seguintes são responsáveis pela consolidação da cultura no Planalto Santareno. Até o momento de escrita dessa pesquisa, a soja e o milho (como entressafra) eram o ciclo produtivo dominante para os atores do agronegócio. Portanto, em vista do que foi exposto até o momento, e recuperando elemento do tópico 2.5 é possível criar uma tabela relacionando ciclo produtivo com o período de execução e o grupo responsável pelo empreendimento. De maneira representativa temos o seguinte:

Tabela 5 - Ciclos produtivos por períodos e por grupo responsável

Ciclo produtivo	Período	Grupo responsável
Madeireiro-extrativista	1940~1960	Madeireiros não residentes da localidade e moradores de Boa Esperança
Arroz	Década de 1960	Agricultores de diferentes regiões e moradores de Boa Esperança
Mandioca	A partir da década de 1970 até os dias atuais. Melhor momento produtivo: meados da década de 1970 até início da década de 1990.	Agricultores familiares
Pimenta-do-Reino	A partir do final da década de 1970 até os dias atuais. Melhor momento produtivo: década de 1970 pelos “japoneses”. Após esse período a pimenta-do-reino foi absorvida como mais uma das variedades da agricultura familiar. Aberturas nas florestas para o monocultivo da pimenta-do-reino	“Japoneses” no momento de maior produção. Agricultores familiares posteriormente
Gado	Transformação dos pimentais japoneses em terras para pastos. Iniciou com o declínio da pimenta.	Pecuaristas (já como pessoas pertencentes ao grupo do agronegócio)
Soja	Anos 2000 até os dias atuais, ocupando a área destinada a pastos	Segunda onda migratória dos “gaúchos”

Há na tabela um elemento que ainda não foi explicado. Estou me referindo à segunda onda migratória dos “gaúchos”. Como descrito no tópico 2.2, a primeira onda migratória ocorreu ao final da década de 1970 atraindo pessoas que se estabeleceram em Boa Esperança como agricultores familiares. Foram integradas à vida social da comunidade mas ao mesmo tempo mantinham e reivindicavam uma cultura diferenciada dos nordestinos e nortistas: os elementos culturais mais evidentes mantidos foram o apreço pelo chimarrão, a construção do campo de bocha, a nomeação de comércios com os nomes “gaúcho(a)”, “Schmitt”, “Miller”; um dos elementos culturais menos evidente, menos material, está relacionado ao

comportamento de características individualistas, como por exemplo a pouca integração no sistema de cooperação e solidariedade⁴² – a exemplo dos mutirões e trocas de diárias.

A segunda onda se deu no processo de expansão da sojicultura pela região do Planalto Santareno. O ex-prefeito Lira Maia, após perceber que “dava soja no Planalto”, iniciou uma campanha de atração de sojicultores nas regiões Centro-Oeste e Sul do Brasil. A origem dos sojicultores na região é, principalmente, dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. É preciso ressaltar que não há – ou pelo menos é raro de se encontrar – sojicultores paraenses em Boa Esperança. O processo de divulgação, facilitação de crédito e uma base capital pré-existente necessária para o início do empreendimento da soja na região do Planalto Santareno fez atrair sojicultores e pessoas que já possuíam capital e conhecimento necessários para iniciar o empreendimento.

Mas o processo de compra de terra não foi um processo em que moradores de Boa Esperança agiram passivamente, ao contrário: muito se falava que, com a soja, Boa Esperança ia “bombar”: empregos para todas, dinheiro no bolso, melhora na infraestrutura. Esse foi o discurso produzido pelos atores envolvidos com o agronegócio e reproduzido, em um primeiro momento pelos moradores. Os moradores estavam entusiasmados com a ideia de que teriam, finalmente, o desenvolvimento no qual sonharam – as reportagens de jornais, como mostrado no capítulo 1⁴³, tiveram papel fundamental em convencer a opinião pública de que o cultivo de soja e milho seria a solução para vários problemas que a região enfrentava. Como foi descrito por um morador, antes da compra de terras por parte dos sojicultores, foi necessário “adocicar” os moradores para facilitar a venda de terras. Ele me contou que para ficarem “bem na fita”⁴⁴, com a imagem de bem feitos, os sojicultores chegaram oferecendo favores sem cobrar algo em troca: “aradavam” o terreno dos moradores e faziam o roçado nas terras dos comunitários. Chamavam os comunitários para almoçar na casa deles, e quando faziam churrascos⁴⁵ os convidavam. Analisando posteriormente, esse morador percebeu que tal estratégia era usada para conquistar a população. Depois que os sojicultores ficavam com imagem de “gente boa”, depois que passavam um ar de confiança, partiam para a compra de terras. Esse morador disse

⁴² É preciso lembrar que nas entrevistas realizadas, os moradores gaúchos eram frequentemente mais associados à comportamentos mais individualistas. Inclusive os próprios moradores gaúchos reivindicavam essa diferença.

⁴³ A notícia mais icônica, nesse sentido, é aquela do Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, da edição de 03 a 09 de maio de 1997, cujo título era: Soja – Uma esperança para Santarém

⁴⁴ Ditado que se refere à alguma situação em que a pessoa, ou grupo, se destaca numa determinada ocasião

⁴⁵ Imagine a diferença cultural que separa ambas as culturas. Em minha experiência pessoal com um churrasco paraense, ofereceram-me peixe na brasa. Uma delícia. Mas os churrascos que os comunitários eram convidados eram daqueles de se colocar um boi inteiro na brasa. Chama atenção um boi inteiro na brasa e além de demonstrar a diferença cultural, existe uma mensagem simbólica da fartura, da abundância e do poder: poucos podem fazer churrasco com um boi inteiro de uma vez só.

que se falava algo aproximadamente desta forma para quem iria receber a oferta de compra de terras: “olha, o senhor já está velho. Daqui a pouco não conseguirá mais trabalhar. Por que você não pega esse dinheiro aqui para se cuidar e me vende a terra?”. Portanto, essa era uma das estratégias de entrada, conquista de confiança com a finalidade de obter terras.

O relato que Chico forneceu em entrevista oferece mais elementos sobre este quadro:

“Os primeiros sojeiros chegaram [...]. Os que chegaram primeiro pegaram terreno a troco de nada. Baratinho demais. A primeira coisa: a grande parte do povo era analfabeta, né? O agricultor pegava - naquela época, até hoje - fazia uma farinhada naqueles *forninhos* antigos, e aí ia vender na cidade para botar 1000 reais no bolso e ir comprar o que a família precisava. Isso aconteceu muito. E nunca ele pegou 1000 reais de uma vez só para colocar no bolso pra ir comprar o que precisava. Aí chega o grande plantador, olhava o terreno, ‘rapaz eu te dou 10 mil nesse terreno’. ‘10 mil?’ ele ficava ali e cutucava a mulher ‘E aí?’. ‘Nós vamos vender e viver na cidade tranquilo’. Aí o cabra aumentava para 15 *pau* e o cara vendia. Iam pra cidade e até hoje tem gente [...] na periferia, sem poder voltar que não tem dinheiro.” (Fragmento da entrevista com Chico, com adaptações)

Após a compra dos primeiros terrenos, os sojicultores começaram a iniciar o preparo da terra para receber a soja. Nesse primeiro momento houve emprego, como se havia propagandeado: contratavam-se moradores para abrir terreno, desmatar, e/ou preparar o solo. Como Antônio me falou ao lembrar esse processo: “Quando você começa a ter essas áreas [destinadas à soja] todas prontas, o que que eles trazem? Eles trazem de lá do Sul, de onde eles estão vindo, todo o pessoal deles. Então praticamente o pessoal daqui foi ficando desempregado, sem trabalho” (fragmento da entrevista com Antônio, com adaptações). Esse tipo de acontecimento foi comum em toda a extensão do Planalto Santareno, e ao perceber isso o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais deram início à campanha “Não Abra Mão da Sua Terra” – já descrita no capítulo 1- como forma de tentar minimizar os impactos sociais da chegada da soja neste primeiro momento.

É importante dizer que o processo de chegada da sojicultura rapidamente foi se espalhando pelo território do Planalto devido à eficácia das agroestratégias (ALMEIDA, 2010). De acordo com Almeida (2010), as agroestratégias são parte da pauta política mundial, baseadas em uma narrativa intimamente relacionada à necessidade de abastecimento alimentar. Assim, as agroestratégias compreendem um conjunto heterogêneo e articulado de narrativas, de mecanismos jurídico-formais, de ações governamentais e de investimentos privados. Portanto, elas incluem: ações governamentais (como investimentos, ajustes na carga tributária de insumos e produtos além de incentivos das mais diversas ordens); investimentos privados –

especialmente de multinacionais agroindustriais; também em um “conjunto de iniciativas para remover obstáculos jurídico-formais à expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais” (SAUER & MARTINS, 2016, p.29). Para além disso, as agroestratégias possuem como base de apoio atores da mídia, professores universitários, economistas de renome, especialistas em políticas públicas, ONGs, empreendedores, isto é, todos os simpatizantes e interessados no agronegócio.

É importante dizer que essa pesquisa se apoia em pensamentos de Amartya Sen (2010) que percebe o desenvolvimento como “processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (2010, p.16), portanto nos posicionamos a favor da argumentação crítica de vários moradores de Boa Esperança que percebem, inclusive sendo me dito com essas palavras, que “o desenvolvimento que eles [sojicultores] falam é só pra eles”. Isso significa que os moradores percebem que o crescimento econômico deste grupo não é compartilhado com os moradores da região; em outras palavras estamos em frente ao exemplo arquetípico de injustiça ambiental: o que é compartilhado são as externalidades do processo produtivo da soja. Portanto, os moradores de Boa Esperança percebem que o desenvolvimento prometido não ocorreu da maneira como eles esperaram, pois ficaram cada vez mais com menos possibilidades de liberdades reais; as possibilidades reais, de acordo com eles, se expandiram somente para quem plantou soja – por mais que esse ponto de vista seja rebatido pelos sojicultores da região⁴⁶.

2.9.As mudanças ambientais que ocorreram em Boa Esperança

Por fim, antes de encerrarmos este tópico, precisamos ainda tecer um breve comentário sobre as mudanças ambientais que vieram ocorrendo desde a fundação de Boa Esperança. Antes de tudo, é preciso ressaltar: a chegada da soja não iniciou o processo de degradação ambiental na região. Podemos afirmar que a chegada de soja na região intensificou os processos de degradação ambiental. É para elucidar isso que esse último comentário se dedica.

Se retornarmos ao início do tópico lembraremos que uma das primeiras atividades extrativistas foi a madeireira. A forma como se deu a extração de madeira do pau-rosa parece sugerir que não houve grandes impactos em questão de derrubada de floresta nativa. Pode-se perceber que, esse momento do ciclo econômico “pré-Boa Esperança” impactou o meio ambiente na procura de uma variedade específica, levando ao decréscimo extremo do

⁴⁶ Esse ponto será melhor debatido a frente, no próximo tópico, quando explico mais detalhadamente os aspectos sociais e relacionais de cada grupo envolvido no conflito que a soja instaurou.

número de indivíduos de *Aniba rosaeodora* na região – a ponto de os moradores falarem que não existe mais pau-rosa na proximidades de Boa Esperança. Por outro lado, essa atividade produtiva instalou vários caminhos pelo meio da floresta, conhecidos como ramais. Abrir um ramal consiste em fazer um caminho de desmatamento com a finalidade de se fazer estradas de chão. Como nessa época, mais ou menos década de 1940, o transporte já era feito com caminhão (SANTOS R., 2012), não é forçoso sugerir que tais ramais possuíam largura superior a três metros.

Com a inauguração de Boa Esperança, novos moradores se mudaram para a localidade. Para tirar terrenos e abrir roça, novamente o processo de desmatamento foi necessário. Com a introdução da pimenta-do-reino, se abriram as primeiras “grandes áreas”. O termo de “grande área” surge quando agricultores familiares de Boa Esperança comparam seus terrenos com as áreas destinadas à monocultura. Muito provavelmente a ideia de grandes áreas está mais relacionada com o tamanho do terreno destinado ao plantio de somente uma cultura do que com o tamanho total. Os agricultores familiares, desde o plano governamental fracassado de fazer monocultivos de arroz na década de 1960 (SANTOS R., 2012), buscam diversificar sua plantação. Então em um terreno destinado ao plantio, lá se cultiva: macaxeira, feijão, jerimum, mamão, tangerina, e muitas outras variedades. Entretanto, existem casos de agricultores familiares que trabalham com monoculturas, como por exemplo, destinam grande parte da produção para uma ou duas variedades com a finalidade de serem comercializadas. Dessa forma, o que queremos destacar é que mudanças nas paisagens, no sentido de abertura de “grandes áreas”, já ocorriam antes da chegada da soja.

A região do Igarapé da Bica também sofreu várias alterações com o passar do tempo, depois de ser descoberta. A própria nascente foi moldada para se formar uma bica em que uma pessoa pudesse tomar banho em pé (SANTOS R., 2012), para além disso era local destinado à lavagem de roupa e captação de água manual. Na década de 1980 são criados sistemas para captar água do igarapé. Quando o microssistema de água chega na comunidade, em 1993, o igarapé começa a ser destinado somente para lazer. Com a chegada e expansão da soja, a partir dos anos 2000, os moradores começam a deixar de frequentar o igarapé, pois um dos caminhos é cruzando um dos campos de soja – prática que parece ser evitada. Em 2020 tive a oportunidade de visitar o igarapé com alguns comunitários que se dispuseram a me levar até o local. A Figura 10 mostra o trajeto de aproximadamente 550 metros, percorrido para se chegar ao igarapé.

Figura 10 - Caminho percorrido para conhecer o Igarapé da Bica



Atualmente, para alcançar a água é necessário atravessar uma área de mato alto até entrar na parte da vegetação fechada (Figura 11). O solo é bastante argiloso e, na época da chuva, bastante escorregadio. É descida até o curso da água, portanto foi uma caminhada bastante difícil – ainda mais que, na época da minha visita, havia algumas erosões cuja profundidade me amedrontaram: não queria cair em um buraco de mais de 2 metros de profundidade (Figura 12). Levamos mais de 40 minutos para percorrer um pouco mais de 500 metros. Na volta, foi necessário passar pelo campo de soja (Figura 13).

Figura 11 - O mato próximo à mata é denso e um pouco maior que a altura de um adulto Foto por Caio Pinheiro Della Giustina (2020)



Figura 12 - Erosão na descida para o igarapé. Foto por Caio Pinheiro Della Giustina (2020)



Figura 13 - Contraste: floresta e sojicultura. Foto por Caio Pinheiro Della Giustina (2020)



Figura 14 - Para retornar à comunidade é preciso passar por cima da plantação. Foto por Caio Pinheiro Della Giustina (2020)



O igarapé, para além da dificuldade de acesso, deixou de ser frequentado por causa da grande desconfiança que os moradores têm sobre a água estar contaminada devido às plantações ao redor. Como o terreno é inclinado, sendo o igarapé a parte mais baixa, acredita-se que todos os agrotóxicos correm de acordo com o terreno. De fato, não é convidativo ter qualquer atividade de lazer neste igarapé atualmente quando se lembra que o Brasil é o país que mais se comercializa agrotóxicos no mundo, ao mesmo tempo que sua produção agrícola é extremamente dependente de agrotóxicos e fertilizantes químicos (CARNEIRO, 2015) – a população fica cautelosa e, portanto, evitam de ir ao igarapé. Mesmo não sendo cientificamente confirmado que o igarapé está contaminado, é uma crença social bastante difundida.

O relato de Maria é ilustrativo da percepção da comunidade sobre o estado atual do Igarapé da Bica. Durante entrevista eu perguntei sobre tensões entre as práticas de cultivo e a comunidade. Ela disse que os sojicultores utilizam toda área disponível para o plantio, muitas vezes chegando perto de muros, casas de moradores e bordas de igarapés:

“Maria: [...] Isso é errado. Isso é contra a lei. Eles utilizam toda a terra que tem. Né? Então isso gera um grande problema para a gente. Né, porque, vai... é contaminando tudo. E fora os igarapés, né? Foram aterrando, foram extintos, hoje os que sobreviveram estão contaminados, então assim...”

Caio: Tinha igarapé por aqui pertinho?

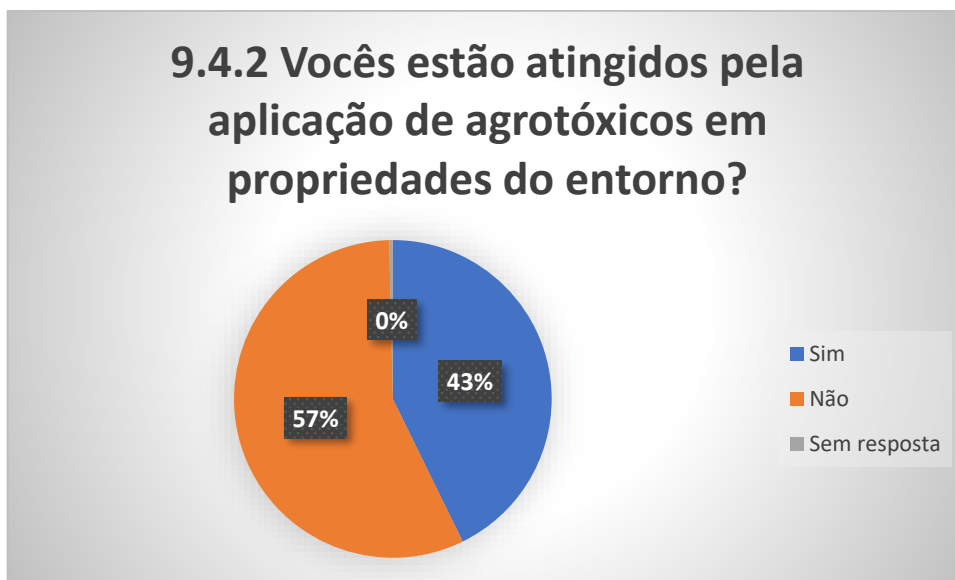
Maria: Tem um aqui, próximo.

Caio: E ele está contaminado?

Maria: Olha, segundo, porque, assim, ele é rodeado de soja. Só tem a matinha pra dizer que tem. Porque nós já fizemos, ano passado nós fizemos um grande... nós estávamos no encontro do... das... terras... projeto dos territórios, e onde nós abordamos essa coisa das águas, dos igarapés. E eles fizeram as coletas e deu que estavam contaminados os igarapés. Só que assim, como eu te falei, não surge efeito porque os caras vão lá e dão dinheiro. Entendeu? E aquela pesquisa que foi feita, cadê o resultado? Nós não temos retorno. Entendeu? Por conta disso. E é muito complicado. Muito complicado.”

Os resultados do questionário famílias também apontam para dados interessantes que nos ajudam a perceber a dimensão da problemática dos agrotóxicos no Planalto Santareno. Da análise dos resultados, temos o seguinte gráfico obtido através nas respostas para a pergunta “9.4.2 Vocês estão atingidos pela aplicação de agrotóxicos em propriedades do entorno?”. Das 545 respostas, 57% das famílias (310 respostas) responderam negativamente, 43 % das famílias (233 respostas) responderam positivamente. Apenas 2 famílias (0%) não responderam à pergunta.

Gráfico 2 - Percentual de famílias atingidas por agrotóxicos



Ainda é importante relacionar tais dados com a realidade de Boa Esperança. O entrevistado responsável pelo resultado do questionário comunidades em Boa Esperança respondeu da seguinte forma às perguntas:

12.1 E hoje em dia, quais são os principais problemas que a comunidade enfrenta?	12.2. Existem conflitos na sua comunidade?	12.2.1 Quais são os principais conflitos que você observa?
A luta contra ao uso do agrotóxico.	Sim	Ligado ao uso do agrotóxico.

Encerrada essa pequena discussão sobre contaminação, agrotóxicos e conflito, é necessário retornar um pouco no tempo: quando houve a expansão das casas de farinha na comunidade, surgiu um momento de grande poluição na comunidade – como lembram os comunitários. Como externalidade do processo produtivo da farinha e da tapioca se lançavam nas ruas o caldo de tucupi⁴⁷. O tucupi se acumulava nos cantos das casas, nos cantos das ruas, fermentava e apodrecia ao sol: isso trazia um mal cheiro “tremendo” à Boa Esperança. Por mais que Boa Esperança estivesse vivendo sua época de ouro, essa riqueza fedia à tucupi estragado. Com o declínio dessa atividade econômica, não se sente mais tanto o fedor do tucupi estragado atualmente.

Da pimenta-do-reino ao pasto, e do pasto à soja: nesse percurso houve progressivo aumento de áreas próximas à Boa Esperança destinadas a atividades do agronegócio. Não é por outro motivo que quando se observa Boa Esperança, ela seja uma comunidade rural ilhada em volta de um mar de soja. Por mais que Fearnside (2006) argumente que não há correlação direta entre sojicultura e desmatamento, por mais que o governo de Lira Maia tenha propagandeado que os cultivos de soja iriam incidir em áreas já antropizadas, a análise das taxas anuais de desmatamento e degradação dos anos 2001 até 2013 (Tabela 6) mostra que houve um pico no desmatamento no período de 2004-2006 – justamente o momento em que ocorreu a moratória da soja⁴⁸. Analisar criticamente a perspectiva oferecida por Fearnside (2006) e oferecer argumentos para desmontar a ideia que Lira Maia e sua equipe utilizaram para legitimar o empreendimento da soja é nosso intuito.

⁴⁷ Subproduto do processo de lavagem da goma da macaxeira

⁴⁸ Como foi demonstrado no capítulo 1, a moratória surgiu como resultado dos trabalhos do Grupo de Trabalho da Soja (GTS), que foi criado com o objetivo de definir o modelo operacional da moratória (ABIOVE, sem ano) após a apresentação do relatório do Greenpeace (2006) “Eating up the Amazon”. Tal relatório apontava para o extremo aumento de áreas desmatadas entre os anos de 2004 e 2005, “e apontou traders transacionais de commodities e indústrias de alimentos da Europa como corresponsáveis pela expansão da soja na Amazônia.” (IMAFLOA, 2017, p.7).

Tabela 6 - Taxas anuais de desmatamento e degradação florestal em Santarém. Fonte: https://amazon.org.br/PDFamazon/Portugues/outros/10_Folder_Santarem_web.pdf

Taxas anuais de desmatamento e degradação florestal (km ² /ano)		
Ano	Desmatamento	Degradação
2001	47	59
2002	54	30
2003	44	4
2004	101	16
2005	106	8
2006	71	25
2007	54	1
2008	59	8
2009	48	9
2010	29	4
2011	6	-
2012	4	-
2013	4	-
Total	627	167

Não somente instituições (como o Greenpeace, a CPT e os STTRs), jornais (de circulação local, como aqueles descritos no capítulo 1) e empresas (como, por exemplo, a Unilever⁴⁹) perceberam a relação entre o aumento do desmatamento e o plantio da soja. Também se foi percebida essa relação em escala local, nas comunidades: os moradores lembram que foram remunerados para auxiliar a desmatar áreas, limpar terrenos, quando os sojicultores chegaram na região para instalação dos “sojais”⁵⁰. Percebe-se que, em nível local, há relação entre desmatamento e a soja. Tal situação exemplifica uma importante argumentação oferecida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA):

“A expansão da soja ocorrerá fundamentalmente em áreas já desmatadas e ocupadas por pastagens, o que poderia levar à conclusão de que a expansão desta cultura não contribui para a retirada de floresta; *entretanto, as análises da expansão da fronteira agrícola na Amazônia mostram que a soja, as pastagens, a grilagem de terras públicas e a extração madeireira fazem parte de um mesmo processo.* Desse modo, poder-se-ia dizer que, ao ocupar áreas de pastagens, a soja empurra os criadores do gado para o Norte, em áreas de floresta virgem. Embora a soja seja causa indireta do desmatamento, sua importância como força impulsionadora dessa dinâmica não pode ser negada (2006, p.57-58. Itálico do autor)”

Essa linha de pensamento apresentada pelo PNUMA (2006) ecoa em um relato que anotei durante uma entrevista:

⁴⁹ De acordo com a IMAFLORA (2017)

⁵⁰ Um dos termos nativos para se referir aos campos de soja.

“É. E... eu digo assim, hoje, a nossa história assim, eu não sei se a gente poderia contar diferente, com o agronegócio, com a monocultura da soja aqui na região, né? É triste. Nós vamos caminhar, eu não sei... eu não posso imaginar. Mas é difícil, porque a... a... hoje eu não sei, assim... Você pode até não comungar, mas o próprio governo federal hoje, né? Estimula muito isso no seu discurso, né? Quando hoje as queimadas que estão acontecendo eles dizem que... que é as ONG criminosas que fazem. Caio, eu vou te contar uma história que tu não acreditas, isso é verdade pura. Esses *cabras* dizem que as ONGs que fazem isso; que é nós que fazemos isso. Mas esses caras eles pegam essas florestas *aí*, eles passam veneno na floresta com avião. Isso não é mentira não, a gente não pode porque a gente não tem condições de documentar e mostrar para que todo mundo veja, para que o povo veja. Ele pega uma floresta dessa, passa veneno, com 3 dias essa floresta cai a folha todinha. Que que eles fazem? Com avião também, eles jogam semente de capim. *Aí* que que eles fazem? Daqui a três anos esse capim cobriu. Você acha que eles vão fazer outra coisa, eles vão queimar. Queima que aquela pauzera cai todinho.

Caio: *Aí* pronto, está o pasto limpinho...

Entrevistado: Tá o campo limpinho para ele plantar soja. Mas é assim que eles fazem, hoje eles dizem que é isso, que é as ONGs, que é nós que está fazendo isso, né?”

É interessante concluir este tópico ligando o processo de desmatamento e exploração da natureza como um dos artifícios do agronegócio, das agroestratégias e da indústria ilegal madeireira⁵¹ para a obtenção de lucros imediatistas. Quando a busca pelo lucro é uma finalidade a ser atingida a qualquer custo⁵², e quando o Estado brasileiro não fornece as condições adequadas para o cumprimento de leis de preservação ambiental (ABRAMOVAY, 2019), temos uma situação em que as práticas ilegais compensam a ilegalidade e degradação ambiental do empreendimento:

“[...] uma das mais robustas explicações para o desmatamento é que ‘a vantagem econômica a ser obtida [é] maior que os riscos de punição e os custos de produção da infração’. Ele [Jair Schmitt, autor que Abramovay está citando] revela que ‘45% do desmatamento na Amazônia não é detectado oportunamente para que os agentes de fiscalização possam agir, e em apenas 24% dos casos há responsabilização administrativa’. Deste total, ‘26% dos processos administrativos foram julgados em

⁵¹ Lembrando que o processo de desmatamento, grilagem, pecuária e sojicultura podem fazer parte de um processo uno e coeso (PNUMA, 2006)

⁵² Argumento isso pois essa é a constante econômica que move empreendimentos. Isso foi atestado em campo, numa conversa informal com uma sojicultora, ao mesmo tempo que é a todo momento destacado pelos atores do agronegócio, seja em reportagem de jornal de 1997 – vide reportagem descrita no capítulo 1 “Soja – uma esperança para Santarém”, seja em reportagem de 2019 veiculada pelo Globo Rural em que representantes do agronegócio pedem pelo fim da moratória da soja argumentando que “temos o código florestal e basta” (<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Soja/noticia/2019/12/fim-da-moratoria-da-soja.html>, acessado em 10/03/2020)

primeira instância, levando em média quase três anos'. Do total de multas aplicadas, apenas 0,2% foram pagas.” (ABRAMOVAY, 2019, p.71)

O desmatamento também está diretamente associado, de acordo com os moradores e moradoras, com as mudanças climáticas da região. Alterações no ciclo da chuva, aumento da temperatura, seca, tais eventos parecem estar mais intensos na região. Moradores também relatam que até mesmo houve mudança na umidade decorrentes do desmatamento acentuado em nível local. Os resultados da pergunta “11.1.1 Vocês têm notado mudanças no clima? Quais?” do questionário comunidades mostra a situação de mudanças climáticas sentidas nas 37 comunidades participantes:

Aumento de temperatura	Menos chuva	Deslocamento do período da chuva	Menos humidade no ar (menos neblina)	Aumento das chuvas
32 comunidades	8 comunidades	15 comunidades	9 comunidades	6 comunidades

Na comunidade de Boa Esperança, as mudanças no clima que foram percebidas são: aumento na temperatura e aumento das chuvas.

3. A soja como um marco: o que ocorreu após a chegada da sojicultura?

Se percebemos que o mundo do passado foi: regido por atividades econômicas específicas; que os moradores de Boa Esperança tinham um profundo vínculo com a agricultura; que recorriam a cidade de Santarém para várias atividades; que se tornaram uma população vulnerável pela dificuldade de acesso à renda e outros serviços; que chegaram infraestrutura e serviços governamentais com o passar dos anos; então estamos com uma base para pensarmos as relações após a chegada da soja.

Quais motivos me levam a iniciar este tópico justamente quando os sojicultores chegam em Boa Esperança? A chegada da soja na região do Planalto Santareno transformou a realidade de maneira rápida e profunda. A fala do presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém demonstra a extrema ruptura de períodos promovida pela instalação da sojicultura: “a soja veio para acabar com a agricultura familiar”. Ao demonstrar essa fala, não estou procurando comprar um lado na oposição existente entre agricultores familiares *versus* agentes do agronegócio; mas sim analisar, frente à frente, uma perspectiva de um grupo em contraste com a outra. Portanto, a fala do presidente do STTR, juntamente com a análise que fizemos dos ciclos produtivos que existiram na região, nos mostra que os

agricultores familiares percebem e relembram a existência de outros ciclos de produção, mas nenhum foi tão destrutivo quando a soja.

É preciso justificar o adjetivo “destrutivo”. A escolha desse adjetivo não é tendenciosa nem mesmo desqualifica o rigor científico desta pesquisa, pois o caráter destrutivo do empreendimento da soja vem como uma forma de minar, de diminuir as liberdades reais (SEN, 2010) e dificulta a existência de atividades econômicas, principalmente as relacionadas à agricultura, da população afetada. Como a população rural do Planalto Santareno é em grande parte composta por agricultores familiares, os impactos e externalidades do processo produtivo da soja contribuem negativamente para a continuidade da agricultura familiar.

3.1. Quais as características dos grupos presentes em Boa Esperança?

Dessa forma, este tópico busca analisar de maneira densa (GEERTZ, 2008) as características dos grupos envolvidos com a temática socioambiental que estamos explorando. Na oposição entre agricultura familiar e sojicultores, uma outra série de atores são mobilizados e estão inseridos em papéis e posições específicas nessa dinâmica social. Portanto, para iniciarmos a discussão, iremos tecer as análises a partir dos grupos e atores interessados no tema da soja em Boa Esperança. Esses grupos e acontecimentos foram selecionados a partir de sua ocorrência e influência após os anos 2000 – que foram identificados como o momento que a sojicultura passa a se expandir e consolidar rapidamente pelo Planalto Santareno.

É preciso ressaltar que há algumas lacunas temporais entre os dados sobre o passado e a pesquisa de campo ocorrida entre 2019 e 2020. Mas essas lacunas não criam nenhuma fragilidades estruturais na argumentação, pois é como Geertz (2008) argumenta: “não é necessário conhecer tudo para poder entender uma coisa” (p.14) – pois, como foi atestado ao cruzar informações, os próprios nativos (agricultores familiares, moradores, sojicultores, etc.) não conhecem todos os elementos que influenciaram o curso dos acontecimentos. Isso não torna impossível o empreendimento de compreender e analisar o sistema simbólico e as ideologias que regem o comportamento dos atores – objetivo de Geertz (2008) e Orlandi (2009) que auxiliam teórica e metodologicamente esta pesquisa. Dessa forma, o primeiro destes grupos que queremos apresentar e analisar é o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém.

3.1.1. *O Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais*

Vamos começar com uma leitura geral sobre os sindicatos. Como nosso trabalho a todo momento fala do Planalto Santareno, é preciso destacar quais são os STTRs que estão atuando na região. Como dito anteriormente, o Planalto é uma área de planícies que pertencem a três municípios: Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. Antes da separação dos municípios de Belterra e Mojuí dos Campos, toda essa área pertencia ao município de Santarém. Da mesma forma, antes da separação municipal, somente o STTR de Santarém existia; os outros surgiram pelo desmembramento dos outros municípios. De qualquer forma, em todos os municípios os sindicatos atuam como órgãos que representam os agricultores, e mais especificamente os agricultores e agricultoras familiares.

Mas como esta pesquisa se debruça sobre a comunidade de Boa Esperança, o sindicato atuante da localidade é o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR-STM). Em entrevista realizada em 2019 com o presidente do STTR-STM, ele explicou a formação e origem do Sindicato.

“Caio: Como o sindicato [de Santarém] começou? Qual é a história?

Presidente: Bom, o sindicato ele... assim... ele começa mesmo a discussão no ano de 1971, mas a gente considera oficialmente a partir da data da carta sindical⁵³ que é de 4 de dezembro de 1973. A partir daí que a gente tem a data oficial da fundação. Mas a discussão começou muito antes, no período da ditadura militar, aquela coisa toda.

Caio: O senhor estava presente?

Presidente: Eu era guri. Meu pai que participava. Na época eu tinha 9 anos ainda. [...] Então depois que [o sindicato] foi criado quem ficava a frente da entidade era gente indicada pelo governo. Não eram trabalhadores rurais. Era alguém alinhado ao governo, e ficava como [...] pelego. [...] Então [...] em 1974 já começou um trabalho de oposição do sindicato, é assim... na diretoria né? Pra tomar, pra tirar da mão deles a direção do sindicato foi feito um trabalho de base na época, isso na década de 70 ainda. A FASE -que a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional- ela fez um trabalho muito bom aqui com parte da igreja católica. [...] Era igreja que apoiava e essa parte da igreja católica trabalhava com as comunidades eclesiais de base (CEB) dentro da teologia da libertação, aquela coisa toda, né? E foi a partir daí que começou um trabalho primeiramente com 30 pessoas, agricultores, esses trinta chamaram ‘grupo dos trinta’. Passaram por um processo de formação e a partir desse processo de formação passaram a ir viajar para as comunidades, né? Para falar o verdadeiro papel do sindicato, que até o momento ele estava somente como

⁵³ Também conhecido como registro sindical. Documento necessário para registro das entidades sindicais.

assistencialista [...]. Na época do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), só quem podia ser sócio do sindicato eram os homens, as mulheres não podiam. Então a mulher e os filhos daquela pessoa que era sócio eram dependentes dele, né? Então aí esse trabalho de base começou, depois esse grupo foi chamado de ‘grupo dos caminheiros’ porque saiu das suas comunidades para outras comunidades para fazer trabalho de base. E foi importante, porque as mulheres, entendendo esse processo criaram a chamada ‘ala feminina’ que era composta pelas mulheres e foi criado também a ‘ala jovem’. Então começaram os jovens a participar também dessa batalha. Caio: isso em que ano mais ou menos?

Presidente: Isso no ano ali de... é... 75, 76. É. [...] E aí foi que tentaram a primeira vez, não foi possível, não conseguiram eleger porque a pressão do lado da direita era muito forte né? Porque era ‘comunista’ aquela época... ‘Comunista’. Então era gente que vinha para acabar com o Brasil, com a classe trabalhadora. [...] Pregava muitas mentiras. Então não foi possível, mas o trabalho continuou. Aí esse grupo dos 30 foi se ampliando para grupo dos caminheiros e aí foi chamado de “Corrente sindical lavradores unidos”. Esse era o slogan. “Corrente de lavradores unidos” para chegar onde era o principal objetivo que era garantir a direção do sindicato. Então na segunda etapa, que foi 1980, aí foi eleito Geraldo Pastana. Ele era seminarista com Ranulfo Peloso, então quando fala em Geraldo Pastana fala em Ranulfo Peloso -que eram os dois seminaristas- que saíram daqui da cidade e foram para comunidade do Prata, que hoje é município de Belterra para fazer, começar esse trabalho de base com as comunidades. Então aí tinha o frei Rainero que era da ala que compartilhava dessa luta. [...] Então a partir daí muda o cenário, o sindicato passa de assistencialista para um sindicato de luta. As primeiras bandeiras de luta que foram discutidas junto com as comunidades, que era a luta da defesa, né? Garantir a terra para quem nela vive e trabalha. Outra questão muito importante é a da saúde. Daí a luta... por ela surge... os primeiros... eram chamados postos de saúde. Mas para isso teve muita manifestação. [...] Aí veio a nova... a Redemocratização, aí melhorou e foi se acalmando [...]. Esse é um sindicato não assistencialista, mas um sindicato de luta. Aí a gente pautou, continua pautando a terra como nossa principal bandeira de luta; a saúde; educação; assistência técnica; infraestrutura; comunicação. São várias frentes. Mas a principal, eu diria é assim, que, é... a luta é para garantir nossos territórios, a... a sobrevivência da agricultura familiar, porque a pressão é muito forte. E aí essa pressão ela vem forte em cima da agricultura familiar em função da chegada da soja ali pelos anos 90. 1990, né? [sic] [...].” (com adaptações)

Para reagir à chegada da soja, o STTR-STM criou a campanha “Não Abra Mão da Sua Terra”, e reeditou essa campanha para debater e responder à lei 13.465/17 que trata sobre regularização fundiária - como foi descrito no capítulo 1. Essa campanha continua até os dias atuais e é uma das frentes de luta mais evidentes no trabalho que eles prestam. Entretanto as

experiências de campo sugerem que o STTR-STM possui dificuldades de manter uma atividade eficiente dentro das várias comunidades rurais de Santarém. Os motivos para essa lacuna de atuação são vários, como por exemplo: distâncias entre as comunidades, alternativas de acesso e mobilidade, falta de sinal de telefonia e internet em várias comunidades, condições de transporte, condições das vias. Também há dificuldades internas ao próprio sindicato com relação à gestão da equipe sindical que limitam a atuação do sindicato, por mais que o sindicato seja uma entidade presente em praticamente todas as comunidades rurais do Planalto. De qualquer forma, existem delegados sindicais, outros representantes das mais diversas áreas de atuação do sindicato e associados moradores das comunidades. Essa rede de pessoas permitem a criação de um sistema capilarizado da atuação sindical na qual as decisões tomadas pelas lideranças sindicais são rapidamente retransmitidas às comunidades, e acontecimento comunitários também podem chegar rapidamente ao conhecimento das lideranças sindicais. Dessa forma, em Boa Esperança e em outras comunidades, os membros do STTR também fazem parte de outras entidades, preenchendo lacunas de comunicação e enriquecendo a atuação do sindicato. Para além do espaço das delegacias sindicais, membros do STTR também frequentam (em nível comunitário) igrejas, grupos de jovens, grupos de mulheres, cooperativas, associação de moradores, clubes de futebol e Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN).

Como o próprio presidente do STTR-STM relatou, as mulheres e os jovens fazem parte dos grupos temáticos de atuação dentro do sindicato, conferindo posições de lideranças às envolvidas e também conferindo independência de atividades de cada grupo. Por exemplo, as mulheres do sindicato participam da Marcha da Margaridas⁵⁴, e no período que estive em campo, as interlocutoras de pesquisa do sindicato estavam sempre animadas com a aproximação desta data em 2019. Esse evento é uma passeata que ocorre em Brasília e reúne mulheres de movimentos sociais de todo o Brasil. O STTR auxilia na parte logística para o deslocamento até Brasília. Quanto aos jovens, o sindicato realiza um trabalho de educação, capacitação e preparo da juventude rural – tornando-os preparados para exercerem funções de liderança e aprenderem habilidades necessárias à prática rural e organização política. Pode-se dizer que da mesma forma como as mulheres estão engajadas com a Marcha das Margaridas, os jovens estão engajados com a realização do Grito da Juventude. A diferença é que o Grito da Juventude

⁵⁴ Marcha de mulheres trabalhadoras rurais que ocorre em Brasília por volta do dia 12 de agosto. O objetivo da marcha é dar voz e espaço político, na sociedade brasileira, para as mulheres trabalhadoras do campo.

ocorre em nível municipal. Da mesma forma, em 2019 ocorreu o Grito da Juventude em Santarém, com palestras, debates, capacitações e outras atividades destinadas aos jovens.

Pelo que se percebe, a chegada da sojicultura na região trouxe necessidade de adaptação da pauta de reivindicações no âmbito do sindicato – justamente pela pressão fundiária que as plantações de soja e os sojicultores exerciam nas comunidades rurais. O pensamento é simples, do que adianta um sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais se não há mais agricultores e agricultoras no campo? Esse questionamento não é uma pergunta hipotética elaborada a partir das reflexões do autor; na verdade foi, e é, um perigo real para comunidades que lidam cotidianamente com as pressões e dificuldades que a sojicultura instala nos arredores mais próximos. Não é à toa que o Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, na edição de 27 de setembro a 03 de outubro de 2003, publicou reportagem com o título: “Comunidades estão desaparecendo por causa da soja”. Essa reportagem afirma que o STTR havia atestado essa realidade de desaparecimento de comunidades e o Coordenador da Pastoral da Diocese de Santarém confirmou a informação. Tanto a comunidade do Prata quanto a da Paca, situadas na rodovia Santarém-Jabuti, desapareceram por conta da venda total de suas terras aos sojicultores. O jornal completa: “Os que abandonaram suas comunidades por espontânea vontade venderam suas terras ‘por uma bagatela’ e se mudaram para o centro urbano. Os expulsos, saíram debaixo de ameaças de morte ou de dano, foram forçados a abandonar o campo”.

Devido à essa situação extrema (de violência no campo e de desaparecimento de comunidades) aliado aos impactos devido ao uso de agrotóxicos, novas preocupações surgiram alterando a pauta de reivindicações sindicais após a chegada da soja. Nas ações estratégicas dos Sindicatos, as questões relativas à segurança fundiária ficam com ações, trabalhos, estudos e pesquisa sobre as formas de manter a família no campo. Isso não significa excluir a família de intercâmbios com centros urbanos, mas busca-se formas e argumentos que demonstrem às famílias que permanecer no campo é vantajoso, que permanecer no campo oferece mais oportunidades de renda e bem-estar do que simplesmente vender a terra e ir morar na cidade.

Para além da temática fundiária, o STTR se preocupa bastante com a temática dos agrotóxicos, e em parceria com o INCT-ODISSEIA, atualmente se pergunta questões como: igarapés estão contaminados? Populações próximas às plantações tem sua saúde impactada pelos agrotóxicos? A produção das famílias rurais é afetada pelo uso de agrotóxicos dos vizinhos sojicultores? Existem formas de minimizar impactos?

Pelo menos em nível de Boa Esperança, essas respostas seriam recebidas com bastante interesse pelos moradores, pois, em campo, muitas vezes foi falado da correlação entre uso de

agrotóxicos e incidência de câncer na população. Frases como “mas ai não sei, né?” são comumente acompanhadas depois do interlocutor ou interlocutora falar sobre alguém que conhecia que morreu de câncer. Essa percepção tem base nas experiências empíricas reais da população – que observa que antes da chegada da soja, a comunidade não conhecia o câncer, mas após a chegada da sojicultura os casos de câncer “explodiram” na comunidade -, contudo não tem respaldo científico (e nem mesmo um retorno com compromisso social satisfatório daqueles pesquisadores que realizaram pesquisa sobre o tema na região mas “sumiram” depois da fase de coleta de dados).

O impacto dos agrotóxicos não é somente atestado pelos comunitários, mas também por pesquisadores como Barbosa e Ferrer (2015), por membros da CPT e por padres que visitam várias comunidades do Planalto. Essa discussão retornará e será completada a frente quando iniciarmos o tópico sobre os moradores de Boa Esperança e suas dinâmicas sociais.

O STTR também está profundamente amparados por setores da Igreja Católica, e inteiramente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no planejamento e execução de suas ações. No que tange à rede de parceiros, para além da Igreja Católica, o STTR trabalha em parceria com atores de origens e naturezas diversificadas, por exemplo a FASE, Greenpeace, Saúde e Alegria, dentre outras.

Por fim, um último comentário relevante para o entendimento do contexto rural: cabe ao STTR realizar o elo institucional para garantir aposentadoria e outros auxílios à população rural. Isso é motivo de descontentamento, principalmente entre os sojicultores (de acordo com Aline, sojicultora entrevistada que dá esse relato no tópico 3.1.4), que precisam se sindicalizar ao STTR caso queiram usufruir de aposentadoria rural.

3.1.2. As Igrejas

Outro grupo extremamente relevante para a compreensão da realidade local é composto pelas igrejas cristãs. Em Boa Esperança, há presença de igrejas de diversas correntes. De acordo com os interlocutores e interlocutoras dessa pesquisa, a relação entre as diversas igrejas, ao contrário do que o senso comum de oposição pode sugerir, em Boa Esperança sempre foi harmoniosa, de respeito e cooperação entre os credos. Como Santos R. (2012) demonstra, a relação no passado foi de extrema cooperação: protestantes ajudaram a edificar templos católicos; católicos ajudaram a edificar templos protestantes. Mas nos dias atuais, com o

enfraquecimento das relações de solidariedade e cooperação, até mesmo as igrejas tenderam a ficar “cada uma na sua”.

De qualquer modo, as igrejas foram – e ainda são – uma atividade social bastante ativa na vida da comunidade. Todos os moradores de Boa Esperança que responderam ao questionário famílias participam ou lideram alguma igreja. No contexto do Planalto, apenas 45 famílias (aproximadamente 8%), de um total de 545 famílias, não participam ou não lideram nenhuma igreja. Exercem bastante influência na forma como os grupos buscam auxílio – muitas vezes é na igreja que os comunitários primeiro recorrem. Os moradores, inclusive, foram curiosos em descobrir de qual lado religioso eu me identificava. “Caio, você tem religião?” era uma das mais frequentes perguntas que me faziam a fim de decifrar quem era aquele jovem pesquisador que chegava na comunidade.

Após responder, eles me identificavam como católico e a curiosidade se encerrava por ali. Inclusive a família que me acolheu a maior parte do tempo era composta de protestantes: minha presença ou minha rotulação como o católico não acarretou (pelo menos espero) em nenhuma dificuldade de conversar com as pessoas que julgava interessante. Certamente essa identificação pode ter me inclinado a entrar no círculo de referências católicas com maior facilidade, mas não estar em contato com as igrejas protestantes não apresentou prejuízo à pesquisa – justamente pelo fato de a Igreja Católica ser a principal responsável por pautar questões socioambientais. Dessa forma pode-se perguntar: então com o que estavam preocupados os protestantes?

Com as múltiplas vertentes do protestantismo, é plausível afirmar que as ordens hierárquicas de cada igreja sejam muito mais atomizadas do que na Igreja Católica. Os Protestantes, dessa forma, em Boa Esperança, estavam muito mais preocupados com um sentimento de salvação individual do que os Católicos. Dessa forma, os católicos – muito influenciados por ideais da teologia da libertação – viam na Igreja Católica uma das grandes entidades de luta para valorização do meio rural e da proteção ao meio ambiente. A entrevista do presidente do STTR indica uma direção de profundo vínculo das atividades da Igreja com as lutas pelo campo, mas os dados de Boa Esperança na atualidade apontam para outra direção (como veremos à frente).

O histórico de atuação da Igreja Católica aponta para o protagonismo de padres, freis, irmãs, congregações, pastorais e comissões por toda a Amazônia. Inclusive no momento em que visitei o espaço em que trabalhavam um grupo de voluntárias católicas em Boa Esperança, lá estava um quadro dedicado à Irmã Dorothy (Figura 15). Essas voluntárias aprenderam a tratar

enfermidades usando apenas plantas como remédios. Acatando aos pedidos das voluntárias, a única informação que esta pesquisa está autorizada em usar é que existe um grupo de voluntários em Boa Esperança que cuida da saúde dos interessados a partir das propriedades medicinais das plantas, alimentos, chás, xaropes, etc..

Figura 15 - Quadro em homenagem à Irmã Dorothy



Também seria um erro afirmar que a Igreja Católica seja una em suas ações, por mais que seja extremamente hierarquizada e capilarizada. Portanto, pensar que todo padre que celebra uma missa em Boa Esperança esteja alinhado com a teologia da libertação e esteja de acordo com as lutas socioambientais⁵⁵ da Igreja é ilusório e ficcional. Na verdade, o que se observa em campo é uma realidade totalmente diferente: existem fissões dentro da igreja que dividem entre os católicos pró-agronegócio, os isentos, e os pró questões sociais e ambientais. O histórico de desarticulação política e avanço de pautas reacionárias, junto com cenário de percas de liberdades reais aliadas à pobreza (SEN, 2010), e mais a vitória simbólica do agronegócio – fora os casos de violência (ambos os temas serão debatidos à frente) -, enfraqueceram o papel crítico e de luta por direitos sociais que a Igreja Católica tinha no passado⁵⁶. Um dos ícones da resistência política santarena ao agronegócio é o padre Edilberto Sena. Extremamente crítico à sojicultura, formador de opinião, escritor e educador, foi um dos

⁵⁵ Como por exemplo o Sínodo da Amazônia realizado em 2019.

⁵⁶ Como demonstrado na entrevista com o presidente do STTR-STM. O presidente foi enfático ao demonstrar a importância de seminaristas, padres e sacerdotes no avanço das pautas sindicais.

articuladores de vários movimentos políticos na qual se teve participação da Igreja Católica. Em entrevista, ele retratou essas situações dificuldades de engajamento político do presente:

“Caio: Por que a população daqui as vezes ela é tão desunida, se a Amazônia é tão importante por que a população não percebe e não vai atrás? [estávamos conversando sobre a degradação ambiental e como o meio ambiente, junto com os serviços ecossistêmicos da floresta, dão suporte (econômico, social, e até mesmo na subsistência) para a vida das pessoas]

Edilberto: Se você vai ler agora o livro do Jessé de Souza, já ouviu falar nesse cara?

Caio: Claro.

Edilberto: Você vai ler "A elite do atraso" e aquele outro "classe média no espelho". Mas então, se você já leu Jessé de Souza, ele vai explicar em parte como é que é a pobreza. Primeiro a educação nesse país é precaríssima, e se já era, agora está pior. As últimas gerações da educação têm [assobia do agudo para o grave e faz um movimento descendente com a mão]: isso é uma coisa. Segundo, a pobreza na Amazônia: imagina... em Belém, eu li há uns 3 anos atrás, que 48% das pessoas empregadas em Belém ganhavam um salário mínimo. 48%! Aí você vê a pobreza não permite a esse rapaz que passa vendendo coisa aqui seja... esteja refletindo sobre a destruição da Amazônia. Ele está preocupado [bate na barriga] com ele. Isso que ele está preocupado. Em terceiro, uma elite do atraso: uma elite política terrível, uma elite política interesseira e oportunista que é a nível nacional, estadual e municipal. Eu estou fazendo uma campanha agora que onde eu posso, na missa, onde eu vou, ‘vamos renovar a câmara de vereadores; nenhum vereador seja mais reeleito’. [...] pode ser que dos novos que venham tenha um bocado de filho da puta, mas pelo menos a gente pode pressionar mais porque são novos.

Caio: E sobre os acontecimentos que acontecem no campo, como se dão esses problemas, esses problemas que a população tem que lidar por conta da soja? O que a população do campo sofre com a soja?

Edilberto: Tem... a população do campo tem uma entidade mais próxima a defender sua causa que é o STTR. O Sindicato é um órgão, um organismo que está mais próximo do homem rural, e da igreja a pastoral social através da CPT [...].E eu vi uma estatística [na sede da CPT] que eu me espantei ainda antontem. Eles falaram que 20 ou 30 são ameaçados de morte na região, isso me surpreendeu. Eu até quero conversar com eles melhor pra entender melhor, eu sei de uns 4 que foram ameaçados e tiveram que sair, eu sei.... mas 30 pessoas eu me espantei.

Caio: E em Boa Esperança tem algum caso que você saiba narrar assim?

Edilberto: Não. Que eu saiba narrar não tem nenhuma, que eu saiba. Agora, você chegar, para eu ir presidir uma missa em Boa Esperança é meio perigoso. Como eu tenho a língua solta, eu faço críticas na hora da minha missa. Eu sei que sojeiro fica arretado. Eu até estava ouvindo a história de um amigo meu, um colega muito bom, um padre, [inaudível] ele está reclamando: ‘ta horrível a situação, [inaudível]’. ‘Pois

é padre [como se Edilberto respondesse] e porque você não abre a boca nos sermões?’
‘Pois é, você sabe que os melhores colaboradores do dízimo são os sojeiros’. Porra,
quando eu ouvi ele dizendo isso... É um cara bom mas que raciocínio?! Porque tem
um sojeiro que bota mil reais por mês lá na coleta do dízimo. [risos]’ (Entrevista Padre
Edilberto, com adaptações)

Esse padre esteve presente durante todo o processo de instalação do Porto da Cargill –
narrada no capítulo 1 – e, inclusive, foi ameaçado de morte e correm rumores da boca daqueles
que são favoráveis ao agronegócio de que ele “deveria morrer”. A fala de Edilberto também
evidencia o trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A CPT é um organismo da Igreja Católica, e mais especificamente uma Pastoral que
está vinculada com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). De acordo com o
site da CNBB, uma Pastoral é a “ação da Igreja Católica no mundo ou o conjunto de atividades
pelas quais a Igreja realiza a sua missão de continuar a ação de Jesus Cristo junto a diferentes
grupos e realidades”⁵⁷. Assim, o trabalho da Comissão consiste em conviver, promover, apoiar,
acompanhar, assessorar os povos da “terra e das águas”⁵⁸ e ainda realizar a divulgação dos
conflitos agrários com a finalidade de garantir a efetivação de políticas públicas sobre saúde,
educação, segurança, transportes, eletricidade e, principalmente, a garantia dos territórios. Com
cadernos anuais intitulados “conflitos no campo”, as CPTs regionais elaboram relatórios que
são compilados anualmente e divulgados⁵⁹. A CPT regional de Santarém se localiza na diocese
da cidade e é responsável por mais sete municípios: Almeirim, Prainha, Monte Alegre,
Santarém, Mojuí dos Campos, Belterra, Aveiro. Entretanto, com recursos bastante limitados,
os três representantes da CPT de Santarém cuidam de sete municípios, e conforme explicou um
destes representantes:

“é impossível a gente estar presente em todas as áreas. Então, a gente chegou a uma
necessária decisão de definir alguns grupos para acompanhar. Então, esses grupos são:
área de unidade de conservação, alguns assentamentos, nós acompanhamos aqui mais
perto um grupo de indígenas, não temos o CIMI (Conselho Missionário Indígena) aqui
na diocese então a gente acompanha mais as pessoas em áreas desse território
indígena”

Quando perguntei a ele sobre as comunidades rurais em Santarém, como se dava a
questão dos conflitos ele me respondeu que na verdade, o um dos casos exemplares de conflito
que a CPT acompanha em Santarém é dos indígenas Munduruku do Planalto. Como a equipe
da CPT eram apenas 3 pessoas em 2019, no município de Santarém, foi necessário a equipe

⁵⁷ Retirado de: <https://www.cnbb.org.br/pastorais/>, acessado em 13/07/2020

⁵⁸ Retirado de: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/missao>, acessado em 13/07/2020

⁵⁹ <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>

fazer escolhas sobre quais comunidades eles iriam acompanhar mais de perto. Como um representante falou: “nós temos os critérios [para realizar o levantamento sobre conflitos], né? [Nós realizamos] um produto que é mundialmente reconhecido como um trabalho bom e verdadeiro no sentido dessas formações, então a gente tem cuidado ao que a informação coloca, não coloca qualquer informação”. Portanto, em se tratando de conflitos no campo – e mais especificamente sobre a soja - os indígenas Munduruku são um dos grupos que mais está inserido em dinâmicas conflitivas devido à oposição à soja. Mas a CPT também, além de acompanhar o caso dos Munduruku e outras Terras Indígenas, também atua com comunidades quilombolas, unidades de conservação e alguns assentamentos.

De qualquer forma, quando indagado sobre conflitos em Boa Esperança, o membro da CPT entrevistado afirmou que eles ouviam relatos de conflitos na região, mas como não são relatos bem elaborados e não tão criteriosos, a CPT então acompanha mais de perto as comunidades que são capazes de produzir dados concretos sobre o conflito – coisa que Boa Esperança, enquanto comunidade, não consegue se organizar para denunciar violações, ameaças e outros casos de conflito no campo.

Portanto, o que podemos observar com a atuação da Igreja Católica é que ela é ativa no município de Santarém com alguns religiosos que se posicionam mais criticamente com relação a soja e a favor dos trabalhadores rurais. A CPT, então, é uma comissão que investiga e denuncia atos de violência e situações de conflito – entretanto não acompanha a comunidade de Boa Esperança. Boa Esperança, portanto, recebe a influência das diretrizes da Igreja – como por exemplo orientações passadas pelo Vaticano após o Sínodo da Amazônia, ocorrido em 2019 e outras preocupações sociais e ambientais emanadas pelo Papa. Mas o reflexo disso na comunidade é um tanto quanto enfraquecido pela própria atividade dos padres, e outros religiosos, que as vezes se rendem ao poder econômico dos sojicultores, as vezes são omissos, as vezes amedrontados pela pressão que podem receber – visto que aliados do agronegócio também são católicos.

Pode-se dizer, então, que a Igreja Católica foi mais atuante no passado, quando ajudou a tornar o STTR-STM a entidade que é hoje. Atualmente, pode-se afirmar que, por mais que haja grande percentual católico na população de Boa Esperança, a Igreja Católica não é um grupo coeso no que tange à atividade política – principalmente devido à um certo distanciamento dos ideais da teologia da libertação ao mesmo tempo que há omissão, submissão e/ou alinhamento com os atores do agronegócio.

3.1.3. *O Estado*

É preciso muito cuidado ao analisar como se dá a atuação do Estado em Boa Esperança. Quando me refiro à Estado, estou antes de tudo falando sobre a prestação de serviços que chegam na comunidade, serviços esses que estão (ou não) associados a práticas dos direitos civis que todo brasileiro deveria ter. Assim, discuto a relação entre a expectativa dos atores envolvidos em Boa Esperança e a percepção da realidade que eles possuem. Nesse sentido, educação e saúde são serviços prestados que atendem bem às expectativas dos moradores de Boa Esperança e de comunidades próximas.

Bem no centro de Boa Esperança está a escola municipal Francisco Pereira Chaves, que atende desde Ensino Infantil, Fundamental e Médio. Essa escola é tida como referência pelos moradores de Boa Esperança pois alunos de várias outras comunidades ao redor tentam se matricular na escola. Em uma estimativa feita pelo presidente da Associação de Moradores de Boa Esperança, cerca de 20 comunidades próximas são atendidas com o serviço de educação da comunidade. A escola foi expandida com trabalho comunitário, permitindo que novos alunos fossem matriculados, e o governo municipal atendeu à solicitação de aumento de professores – pois, se não o tivesse feito, veríamos espaços ociosos, fato que não se observa na prática. No ano de 2020, a escola contava com aproximadamente 26 turmas, atendendo 588 alunos no total e possuía ensino fundamental ao médio.

Outro serviço tido como referência em Boa Esperança é o realizado no posto de saúde da comunidade. O posto funciona para atendimento de casos de baixa complexidade e possui médico que atende de segunda à quinta, além de contar com equipe de enfermeiros. Para casos de maior complexidade, os pacientes são encaminhados para o hospital municipal de Santarém.

É com relação aos serviços de segurança que alguns moradores expressam algum tipo de descontentamento, principalmente com as ações da polícia militar. Existe um posto da polícia militar instalado no centro da comunidade, ao lado da sede da Associação de Moradores, na qual os policiais vão ao posto alguns dias na semana. Confere um sentimento de segurança com a instalação do posto e com as rondas policiais que esporadicamente ocorrem. Comentase que houve diminuição nos casos de assalto depois que o policiamento chegou. Entretanto, desde a primeira vez que fui à comunidade, em agosto de 2019, ouvi reclamações sobre o trabalho da polícia – que as vezes era violenta com a população ou as vezes era omissa. Pela pesquisa de campo, pude registrar dois casos que alguns moradores reclamaram da ação policial.

O primeiro foi um “atendado” – da maneira como me foi descrito – na qual um morador, ao final da tarde, teve a casa alvejada com “bombas de efeito moral”⁶⁰. Foi no dia do resultado das eleições de 2018, quando Bolsonaro ganhou a disputa presidencial em segundo turno. E vítima era um morador da comunidade que é conhecido como ambientalista e faz críticas à soja. Os agressores foram pessoas ligadas às plantações de soja em Boa Esperança. Em entrevista, perguntei a pessoa que me contou essa história se a vítima não levou esse caso a polícia, ela disse que não, pois a vítima tem medo de que possa acontecer algo com ela e com a família. Essa pessoa entrevistada não deixou claro qual seria a origem do medo: se seria medo da polícia agir junto com os agressores, ou da polícia fazer vista grossa à qualquer retaliação programada, ou de a notícia da denúncia contra os agressores motivar ações mais violentas antes da atividade policial conseguir coibir violências dessa natureza.

Em outro momento, conversando com outro morador de Boa Esperança, ele afirmou que não era possível “confiar” nos policiais de Boa Esperança – sem dar maiores explicações. Como ambas as citações apontam para universos de explicação bastante abrangentes e inconclusivos, é preciso recorrer às ideias de descrição densa (GEERTZ, 2008) para melhor compreender as implicações disto. Na forma como os acontecimentos foram descritos, abre-se espaço para pelo menos duas interpretações: ou a polícia militar realiza o trabalho alinhado com algum interesse ou ideologia específica – atuando mais em defesa de uns do que de outros; ou a polícia militar é pouco preparada institucionalmente (com relação ao efetivo, equipamentos para realização do trabalho, logística, inteligência, etc.). Há ainda uma terceira opção possível: a polícia militar é alinhada com algum interesse ou ideologia específica ao mesmo tempo que é pouco preparada.

Um outro caso marcante foi durante o Festival da Tapioca de 2019. Não ficou claro o contexto da ação policial, mas as repercussões da ação policial chegaram aos meus ouvidos antes do contexto da ação. Minha estadia em campo em agosto de 2019 ocorreu logo após a festa da tapioca desse mesmo ano. A família que me acolheu possuía um adolescente que me contava vários casos de Boa Esperança. Então ele me contou que logo após o final da festa, um grupo de pessoas resolveram continuar festejando pela madrugada – muito provavelmente com carros estacionados em espaço público e com o porta-malas aberto para projetar o som. Para acabar com a festividade, os policiais “apontaram aqueles *riflesão desse tamanho*”, de acordo com o adolescente, para o público que festejava pela madrugada. Logo após o grupo se dispersou.

⁶⁰ Acredito que tenham sido bombas de confecção caseira ou bombas compradas em lojas de fogos de artifício.

Outro relato também surgiu de uma das organizadoras do evento, também ligada à Associação de Moradores, que contou:

“Pois é. [...] deixa só eu te dar um exemplo aqui. O festival daqui, do nosso festival [se referindo ao festival da tapioca]. Disseram que domingo, teve... na coisa deles lá, tinha uma base de 18 mil pessoas. Tinha os policiais, tinha a coisa aí, e aconteceu um fato lá que deu muito policial, que era pra nos proteger... Sabe o que eles fizeram? Foram nos coagir, o policial, nos fez ameaças, e poxa vida. Num movimento desse, que a gente está levantando uma bandeira em prol de todos, aí vem o cara lá só porque está bem armado e tudo mais, né? E faz o que faz, o que faz. Aí a gente pensa assim: ‘poxa, é pra nos proteger, nos dar um amparo. Nós estamos lutando em prol de todos’. Mas não é assim que acontece, infelizmente. Né? A gente fica coagido, querendo ou não, somos coagidos. Né? A gente tem que ter essa clareza que estamos sendo coagidos. E é assim...”

Para além da saúde, educação, segurança, o Estado também forneceu infraestrutura elétrica, hídrica e viária. Entretanto há reclamações com relação à serviços e aspectos que impactam a qualidade de vida, pois o Estado poderia estar mais presente melhorando serviços que já são oferecidos na comunidade ao mesmo tempo que poderia incentivar atividades de preservação e produtividade para produtores locais. Atores do agronegócio também demandam melhorias no que tange aos seus interesses. A questão, portanto, é que praticamente todos os grupos exigem maior presença do Estado – tanto a nível Federal, quanto Estadual e Municipal – para garantir interesses econômicos, ambientais, legais, infraestruturais, educacionais, etc..

O descontentamento com o poder estadual é tão abrangente em Santarém e nas comunidades do Planalto que posso afirmar que a maioria dos grupos que essa pesquisa teve contato defendem a criação do estado do Tapajós como uma das soluções ao sentimento de abandono do Estado que sentem. O último plebiscito foi realizado em 11 de dezembro de 2011 na qual a população do Pará foi consultada sobre a divisão do estado. De acordo com o site *BrasilEscola*⁶¹, 33,92% (1.203.574 votos) responderam sim à pergunta “Você é a favor da criação do Estado do Tapajós?”, enquanto o restante (66,08% dos votos válidos – 2.344.654 votos) responderam negativamente. Mesmo após o plebiscito, o movimento político não se extinguiu: em Santarém existe o Instituto Cidadão Pró Estado do Tapajós⁶² que mantém viva “a luta pela criação do Tapajós”. Esse mesmo grupo estava, em 2019, articulando “uma

⁶¹ <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/divisao-estado-para.htm>, acessado em 13/07/2020

⁶² <https://icpet.comunidades.net/icpet-instituto-cidadao-pro-estado-do-tapajos>, acessado em 14/07/2020

audiência junto ao gabinete do senador Siqueira Campos (DEM), audiência para tratar sobre a criação do estado do Tapajós”⁶³.

O que podemos analisar com os movimento e desejo popular de emancipação (registrada no plebiscito ou escutada durante os trabalhos de campo) é que tal questão está relacionada com a relação de periferia que Santarém e o Planalto Santareno estabelecem com a centralidade de Belém, capital do Pará. Durante muitas vezes pude presenciar pessoas expondo que a criação do estado do Tapajós, separando oeste do leste do Pará, é vislumbrada como a solução ideal para o problema da falta de Estado, falta de apoio e pobreza da região. Até mesmo os grupos imigrantes, como gaúchos e nordestinos, defendem a criação deste novo estado com a “certeza” que a criação do Tapajós traria benefícios a todos.

O questionário comunidades apresentou a pergunta “12.3 De forma geral, como você avalia a situação atual da comunidade?” para avaliar a percepção dos comunitários com relação ao poder público. Esse dado é interessante para nos ajudar a quantificar nossa afirmação de que, de um modo geral, os comunitários são críticos e descontentes com as ações estatais. As respostas foram as seguintes:

12.3 De forma geral, como você avalia a situação atual da comunidade?/ Relação com o Poder Público			
<i>Bom</i>	<i>Médio</i>	<i>Ruim</i>	<i>Sem resposta</i>
1	12	19	5

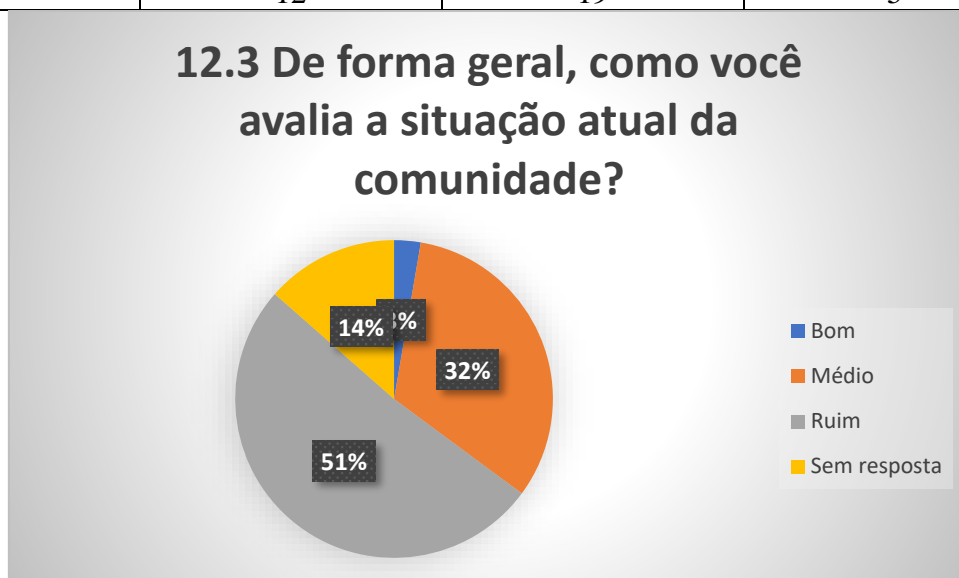


Gráfico 3 Avaliação das comunidades sobre o Poder Público

⁶³ <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2019/08/21/apos-protocolo-de-projeto-para-novo-plebiscito-do-estado-do-tapajos-icept-articula-audiencia-com-senador.ghtml>, acessado em 14/07/2020

Por fim, o poder Estatal também é muito criticado pelas políticas ambientais e pela execução dessas políticas. Contudo, cada grupo possui suas críticas a este exercício do poder estatal. Na dicotomia didática, existente nessa dissertação, entre atores do agronegócio e agricultores familiares, os primeiros cobram afrouxamento das leis e acordos de proteção ambiental – além de maiores incentivos fiscais e investimentos para aumentar a produção. Já o segundo grupo percebe a diferença de tratamento entre os “pequenos” e os “grandes” que o Estado fornece. Isso significa dizer que reclamam de como o Estado é duro com eles, aplicando multas por desmatamento (para abertura de roças) e dificultando a certificação da produção pelas exigências burocráticas do processo, enquanto, no dizer deles, sojicultores desmatam ou fazem usufruto de áreas degradadas ilegalmente sem a interferência estatal, ou quando são multados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) por exemplo, não há quem os cobre de pagar a multa.

3.1.4. Os sojicultores

As elaborações escritas aqui sobre esse grupo precisam de pequenas elucidações para melhor compreensão do contexto que em os dados emergiram e a forma como pude elaborá-los aqui. Antes de tudo, é necessário lembrar a escolha de apresentação desses grupos como se fossem homogêneos. Essa escolha é para obtermos maior eficiência na nossa análise visando melhor alcançar os objetivos didáticos. Por outro lado, durante minha pesquisa de campo, tive poucas experiências e vivências com atores do agronegócio. Esse era um dos objetivos – realizar parcelas iguais de observação participante entre agricultores familiares, moradores e sojicultores – pois estava alinhado com as ideias sobre etnografias multiator (LITTLE, 2006). Nas palavras de Little uma etnografia multiator se difere da etnografia tradicional em 4 aspectos: observa conflitos socioambientais e as interações sociais e ambientais; lidar simultaneamente com vários grupos; escopo geográfico é maior que o nível local do grupo devido as várias articulações sociais com outros grupos; o ambiente biofísico é presente em praticamente em todas as questões analisadas. Para extrair os elementos que esta etnografia tem a oferecer, se deveria estabelecer acesso e diálogo “tanto com os ‘bandidos’ da história quanto os ‘mocinhos’” (2006, p.93). De fato, assim tentei proceder. Entretanto muitas dificuldades de ganhar acesso e criar condições de diálogo surgiram durante a pesquisa.

À frente descrevo as situações que tentei acessar os atores do agronegócio.

42ª Feira Agropecuária e Agroindustrial do Baixo Amazonas

A primeira tentativa foi participar da 42ª Feira Agropecuária e Agroindustrial do Baixo Amazonas, que ocorreu do dia 10/08/2019 até 18/08/2019. O evento ocorreu no parque de exposições Governador Alcides Nunes, em Santarém. É interessante notar que em uma das pontas do parque de exposições está a sede do Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN). Este sindicato, diferente do STTR, é o responsável por pautar os interesses e direitos dos agricultores e pecuaristas vinculados ao agronegócio. Aparentemente existe uma rivalidade entre ambos os sindicatos pois cada um reivindica espaço, narrativas e recursos no mundo do trabalho rural. Também há oposição política evidente pois o STTR tem identificação com os movimentos sociais e a atuação dos partidos mais localizados à esquerda. Por outro lado, em 2019, o apoio à Bolsonaro era evidente entre os participantes da feira e trabalhadores do SIRSAN. Portanto, não é à toa que nenhuma das atividades da feira contou como participantes membros do STTR. A Figura 16 mostra o cartaz de divulgação da feira e nos

Anexo consta a programação completa da Feira.

Figura 16 - Divulgação da 42ª Feira



Pode-se analisar que a Feira também tinha como finalidade a legitimação das atividades agropecuárias e agroindustriais da região. Em outras palavras, elaborando o conceito de agroestratégias (ALMEIDA,2011), a Feira possui um elemento simbólico extremamente relevante: mostrava toda a riqueza, toda a beleza, todas as realizações das promessas de que a exploração da natureza pelo agronegócio reflete; são os frutos do “desenvolvimento”, que estabelecem parcerias com bancos, empresas, governos, ao mesmo tempo que gerava renda e também funcionava como espaço de incremento tecnológico das técnicas rurais. A feira, é

também, manifestação dos ideais veiculados pelo slogan “Agro é tech. Agro é pop. Agro é tudo”⁶⁴. Não é por outro motivo que uma das grandes atrações foi o rapper Hungria⁶⁵.

Meu intuito em participar da Feira foi duplo. Em primeiro lugar, gostaria de me apresentar como estudante de Ciências Ambientais que veio de Brasília para estudar o “desenvolvimento da soja”. Essa era minha justificativa e minha forma de me inserir em campo pois estava lá querendo conversar com o presidente do SIRSAN. Fui bem recebido na recepção, me atenderam de maneira atenciosa, me passaram o Whatsapp da secretária do presidente e da secretaria geral do SIRSAN. Tentei agendar uma entrevista, mas não obtive sucesso – pois me explicaram que essa estava sendo uma semana muito cheia de compromissos para o presidente.

Em segundo lugar, participei de uma atividade da feira para observar os argumentos utilizados por eles. Participei da atividade no dia 13/07/2019, chamada Programa Pecuária Sustentável. Me interessei em observar quais seriam os discursos sobre sustentabilidade mobilizados por eles. Dessa forma, poderia supor dedutivamente que aquelas ideologias apresentadas na palestra poderiam ser mais gerais, com a capacidade de explicar ações de outros atores do agronegócio em outros contextos. A palestra foi realizada para divulgar os resultados dos trabalhos da Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM)⁶⁶ sobre agropecuária sustentável. Estranhei como a equipe da ECAM se apresentou ao público pois eles evidenciaram mais de uma vez que não eram ONG e sim uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Uma das estratégias de convencimento utilizadas durante a palestra foi colocar um pecuarista que conseguiu aumento de produtividade e redução de custos produtivos a partir da parceria com a ECAM. O elemento central de convencimento por ele utilizado era econômico: é possível aumentar a produção se mantendo dentro da fazenda (fazendo referência à prática dos pecuaristas de deixar o gado pastando nas áreas de várzea durante o período da seca), investindo de maneira inteligente, gastando menos dinheiro e obtendo melhores resultados de cabeça por hectare. Os dados que ele apresentou foram o seguinte:

Média	Cabeça/hectare
Regional	0,7
Pecuarista palestrante	12,21

⁶⁴ Campanha veiculada pela Rede Globo de televisão, iniciada entre 2016-2017, que exalta os frutos agroindustriais brasileiros.

⁶⁵ A agitação na cidade de Santarém era perceptível para todos, até mesmo para quem só estivesse de passagem por lá, como eu. Era possível ver cartazes espalhados pela cidade, ouvir pessoas conversando na rua sobre esses shows que iriam acontecer. Até eu mesmo fui chamado por colegas que conheci em Santarém para ir aos shows que iriam ocorrer na feira.

⁶⁶ <http://ecam.org.br/>

Portanto, da análise dessa situação pode-se perceber que a melhor forma de se chegar à sustentabilidade é pelo aumento de produção e redução de custos. Como consequência dos bons resultados existe a maior margem de lucro. Dessa forma pode interpretar que o discurso da sustentabilidade está subordinado ao discurso econômico. Portanto, pode-se pensar que a preocupação ambiental pode existir entre pecuaristas e agricultores, mas fatores econômicos estão em primeiro lugar. Isso significa dizer que em tal visão sobre sustentabilidade o lucro é elemento central e estruturante, e questões ambientais, portanto, estão subordinadas, são secundárias, ao capital. Ora, o pecuarista palestrante só falou em preservação ambiental (visto que não precisava mais avançar com o gado para área de várzea, nem mesmo necessitava de abrir novas áreas de pasto em mata virgem quando quisesse aumentar a produção) porque percebeu que assim estava ganhando mais dinheiro no final das contas. Assim ele disse: “fazendeiro ama esse número: dinheiro. Infelizmente, quer queira, quer não, é isso que move!” Se lembrarmos da reportagem descrita no capítulo 1, “Soja – uma esperança para Santarém” a ideia de ganhar dinheiro está presente, pelo menos, desde 1995 no agronegócio paraense. Em 2019, portanto, essa ideia ainda persistia.

O que gostaria de demonstrar é um tensionamento entre práticas e discursos acerca dos conceitos de sustentabilidade presentes nessa palestra. De acordo com Bursztyn e Bursztyn (2012), o conceito de “sustentabilidade fraca”⁶⁷ se ancora no tripé social, ambiental e econômico (Figura 17), mas priorizar qualquer um desses aspectos em relação aos outros não configurará um espaço de sustentabilidade. Críticos que trabalham com o conceito de “sustentabilidade forte”⁶⁸ apontaram para deformações que o tripé da “sustentabilidade fraca” pode apresentar: justamente por priorizar uma das áreas (e quando se trata de uma lógica de produção e reprodução capitalista, o âmbito econômico tenderá a ter maior carga de importância) o tripé se reconfigura, se apresentando como “esquema Mickey Mouse” (Figura 18). O que quis dizer no parágrafo anterior é que há uma contradição entre ideal de sustentabilidade (pecuarista defendendo sustentabilidade) e a prática da sustentabilidade (uma sustentabilidade cujo enfoque está no “número: dinheiro”).

⁶⁷ “sustentabilidade fraca se refere ao equilíbrio entre as esferas, econômica, social e ecológica. Pressupõe a possibilidade de compatibilizar a dinâmica das atividades econômicas com a justiça social e o respeito às condições do mundo natural, de modo a que estas se mantenham no longo prazo.” (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012, p. 52)

⁶⁸ “sustentabilidade forte tem como fundamento a constatação científica de que qualquer ação humana se dá no âmbito dos limites do Planeta, ou da biosfera, onde a humanidade habita. Isso inclui a vida social em geral e as atividades econômicas em particular” (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012, p. 51)

Figura 17 - Tripé da "Sustentabilidade Fraca". Fonte: Bursztyn e Bursztyn (2012)

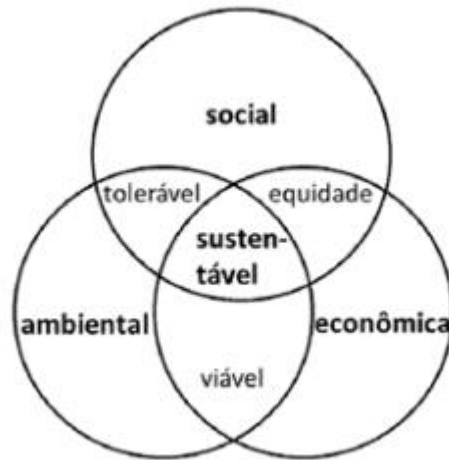
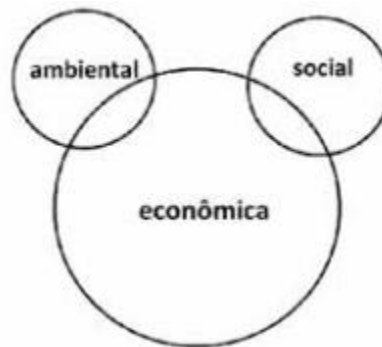


Figura 18 - Esquema Mickey Mouse. Fonte: Bursztyn e Bursztyn (2012)



Durante a palestra também houve momentos de revolta, pois o pecuarista falou diversas vezes sobre uma percepção negativa que existia sobre seu trabalho. Mesmo sendo de Oriximiná (cidade a 150km de Santarém), relatou um sentimento que também existe entre os empresários do agronegócio em Boa Esperança: falou sobre ser mal visto pela sociedade. Se sentia discriminado porque a mídia vendia a ideia de que eles eram vilões. Contudo, de acordo com o pecuarista, são eles quem estão salvando a pátria.

Conversa com Aline, irmã dos sojicultores, agosto de 2019

Outro momento de acesso e conversa que tive com agentes do agronegócio foi quando a pessoa que estava me cedendo um espaço para ficar em Boa Esperança recebeu Aline. Era manhã e eu estava de partida para iniciar as atividades de campo. Entretanto Aline chegou para fazer uma visita. Aline era uma pessoa que gostava de conversar e quando minha anfitriã comentou que eu estava pesquisando sobre a soja, Aline se mostrou interessada em conversar

comigo. Na sala da casa, sem gravador, sem caderno, me concentrei em ouvir Aline, que me contava da vivência dela enquanto irmã de sojicultores.

Ela e sua família vieram do “Sul”, portanto são considerados “gaúchos”. A família veio morar em Boa Esperança pois seu pai tinha depressão, e para cuidar da doença do pai, a família o apoiou a viajar e conhecer o Brasil. Em uma das viagens que realizou acabou conhecendo Boa Esperança e resolveu que iria se mudar para lá: levou a família para conhecer essa região do Pará, e uma semana depois veio a falecer. Ao invés da família desistir da ideia de mudar, como Aline queria, os irmãos resolveram continuar a empreitada do pai: arrumaram terras em Boa Esperança, se mudaram, e a família criou uma sociedade para produzir soja. Na fala de Aline, ela gostaria, ainda, de deixar Boa Esperança e ir embora. Um dos motivos de ela ter vontade de ir embora é devido ao fato de que produzir soja é muito difícil no Pará, pois a população é contrária ao empreendimento da soja. Contou-me que a população os chama de adjetivos piores que “bandido”. Desse modo, de acordo com ela, seu irmão e outros produtores de soja são heróis em produzir soja nessas circunstâncias de oposição ao empreendimento.

“Heróis”, “coragem”, “ignorância” ou “loucura” foram termos que Aline utilizou para qualificar aqueles que produzem soja nessa região do Pará. Em sua linha de raciocínio, essa dificuldade para os sojicultores⁶⁹ está vinculado a 3 razões principais: a força das ONGs (sempre se referem que em Alter do Chão existem mais de 50 ONGs instaladas na localidade); o descaso do governo (sempre comparando com a região do Mato Grosso); e a posição contrária da população com relação a soja.

É importante lembrar que o trabalho do etnógrafo não é de duvidar das informações que seus interlocutores fornecem, mas o fato de existirem mais de 50 ONGs em Alter do Chão me chamou atenção. Posteriormente descobri que não haviam mais de 50 ONGs com sede em Alter do Chão, o que me ajudou a reforçar a importância da perspectiva simbólica dos acontecimentos para nossa análise – em detrimento da factual. Os mundos apresentados pelos interlocutores da pesquisa são sempre reais, por mais que sejam baseados em crenças, mentiras, ilusões, erros, dados de qualquer natureza, estudos científicos ou posicionamentos políticos. É por esse motivo que não nos importa se a informação colhida em campo tem embasamento científico ou se ela não tem. Ao contrário, a informação é sempre significativa para a análise porque auxilia na edificação do pensamento, auxilia na análise da forma de ver o mundo, auxilia na compreensão da cosmovisão do nativo.

⁶⁹ Termo que ela mesma criticou, pois de acordo com ela, somente no Pará que os sojeiros não são conhecidos como agricultores: há uma categoria especial de sojicultor. Comparou com a região do Mato Grosso, em que lá “os produtores de soja são respeitados, aqui são tratados pior que bandido”.

Retornando a fala de Aline: as ONGs, em primeiro lugar, são vistas sempre como entidades interesseiras pelos agentes do agronegócio⁷⁰. Há um sentimento geral contrário às ONGs que talvez esteja baseado na percepção de trabalhos de ONGs “fraudulentas” que usam a temática do meio ambiente para “lucrar em cima de pessoas e da comunidade internacional que querem ajudar a Amazônia”. Dessa forma surge uma crítica que interpreta que o brasileiro ou o povo amazônico não sabe cuidar da sua própria natureza. Assim, os argumentos giram em torno de críticas: aos ambientalistas que querem lucrar com a natureza; a corrupção de ONGs fraudulentas; aos países que não respeitam a soberania do Brasil no que tange ao meio ambiente. Essas críticas são comumente associadas ao adjetivo “safada”: ONG safada, ambientalistas safados, etc..

Em segundo lugar, os sojicultores também compartilham com a ideia de que o governo é inexistente para as “bandas de cá”. Sempre se fala que o governo não dá apoio, ignora ou até mesmo não existe: não existe em termos de fiscalização, não existe em termos de apoio técnico para quem precisa, não existe em termos de fornecimento de serviços básicos para a população, em termos de incentivo e assim vai. É claro que esse argumento sempre é localizado. Nesse caso, estamos falando da reivindicação da classe dos agentes do agronegócio. Dessa forma, pude perceber que Aline, bem como seus irmãos e talvez até a classe dos sojicultores de Santarém se sintam desamparados. Essa ausência governamental abre espaço para que operem práticas baseadas em relações de poder que podem degradar o meio ambiente ao mesmo tempo que podem explorar e cooptar a população das comunidades rurais.

Em terceiro lugar, de acordo com Aline, a população é contrária a produção de soja pois não entendem, são manipulados e, em alguma parcela, não gostam de trabalhar e de enriquecer⁷¹. Ela chegou nessa interpretação – de que a população seria manipulada, e que alguns são manipulados a tal ponto de não gostar de enriquecer - ao observar como as ONGs e a Igreja Católica trabalham contra a produção de soja. Nesse sentido ela disse que em primeiro lugar, numa escala de dificuldades criadas para a produção, vinha a Igreja Católica e depois as ONGs. Assim, ambas conseguem mobilizar e manipular parte da população. Outro argumento que ela deu para justificar a preguiça e manipulação, falava sobre a abertura de mercados e como a população se mobiliza contra: falou dos protestos e ações que fecharam o porto em 2007 - ao mesmo tempo que estão impedindo a construção de um porto graneleiro da

⁷⁰ Isso ajuda a compreender o motivo de durante a palestra da ECAM – durante a 42ª Feira Agropecuária e Agroindustrial – a equipe fez questão de enfatizar ao público que não eram ONG, mas sim OSCIP.

⁷¹ É preciso lembrar que esse é o mesmo discurso encontrado em reportagem de 2006, descrita no capítulo 1, em que a população – contrária a soja- seria burra ou preguiçosa

EMBRAPS no lago do Maicá - e que a população, manipulada pelas ONGs e pela Igreja, são mobilizadas para ficarem contra os sojicultores. Aline ainda fez críticas à escola de Boa Esperança que organiza eventos para o grupo chamado Com-vida. Esse grupo é uma iniciativa de professores e alunos que promovem atividades extra classe com o intuito de fazer debates sobre o meio ambiente – lá, muito se debate sobre proteção ambiental e isso incomoda os sojicultores. Os debates clamam por consciência ambiental, mas não chegam a se configurarem como embates diretos e ações de expulsão dos sojicultores. O grupo tem um posicionamento contrário a soja e trabalha com perspectiva educacional. Portanto, o que Aline acreditava era que a população é preguiçosa e manipulada, pois são contra iniciativas privadas e contra o desenvolvimento que a soja traz para a região. Para completar o cenário, de acordo com ela, ainda existe o bolsa família que também contribui para tornar as pessoas acomodadas com a situação de pobreza e preguiça.

Dado esse modo de pensamento de Aline, ela se viu apoiadora de Bolsonaro - fato que ela nunca pensou que aconteceria, pois o considera maluco e exagerado. Contudo argumentou que, enquanto sojicultora, vê em Bolsonaro “aquele tipo de presidente” que sojicultores precisam: um presidente que irá acabar com a força das ONGs, que irá enfraquecer a legislação ambiental e fortalecer aqueles que querem trabalhar nas terras amazônicas. Assim, o pensamento extremado de Bolsonaro (e “as besteiras que ele fala,” nas palavras de Aline) é compensado pelo interesse de classe que sojicultores possuem – e, portanto, continuam apoiando-o.

Finalizando a conversa, Aline ainda contou que possui uma filha que participa do movimento escolar Com-vida. De acordo com ela, a filha é “rebelde” como ela já foi e que espera que um dia a filha abra os olhos e perceba a realidade porque “essa gente que pensa assim se acha muito inteligente” -se referindo ao pensamento de preservação ambiental - mas não enxerga a realidade do problema (que estaria do lado dela, possivelmente). Ela percebeu a realidade e espera que a filha também perceba – e, por consequência, que eu também perceba, pois, sua exposição dificilmente seria gratuita e sem nenhum interesse. Ao comunicar tudo isso que comunicou a mim, Aline esperava ou me conquistar para perceber a realidade, ou pelo menos expor ao jovem de Brasília a dura realidade dos sojicultores no Pará. Nesse sentido, continuando a crítica sobre quem se acha muito inteligente, fez questão de citar os franceses ao falar que os “franceses que se acham muito inteligentes”⁷². É um incômodo para ela perceber

⁷² Isso não foi uma acusação gratuita, mas sim uma demonstração de apoio bolsonarista à crise entre Bolsonaro e Emmanuel Macron, presidente da França, durante o mês de agosto de 2019. Nessa questão diplomática, os

estrangeiros interessados na Amazônia e “ensinando” como brasileiros deveriam fazer para cuidar da floresta. “Porque eles não vão reflorestar por lá?” – ela se perguntava.

Conversa com José, março de 2020

O último contato que tive com pessoas vinculadas ao agronegócio foi na minha última ida a campo, em março de 2020. Estava hospedado novamente na casa da mesma família que me recebeu em 2019. A dona da casa, querendo ajudar em minha pesquisa, comentou sobre um casal de paranaenses que havia acabado de se mudar para Boa Esperança. José, o homem da família, trabalhava em uma das plantações de soja de Boa Esperança: era o operador de máquinas, e também trabalhava como consultor informal para ajudar o patrão a gerir a propriedade rural. Ele era um trabalhador que sempre trabalhou com agricultura no Paraná, e, portanto, sabia profundamente sobre agricultura de grande escala. Mesmo não tendo ensino superior, era considerado um “sabe-tudo” (pela família que me hospedava, pela esposa dele, e aparentemente pelos colegas e patrão na fazenda) com relação às práticas e às técnicas necessárias para o plantio de soja.

Estávamos comendo pupunha, oferecido pelos donos da casa, e tomando tereré – oferecido pelo casal paranaense. Eles estavam em Boa Esperança desde 2019, e estavam animados com a recém nova vida do Norte. O trabalho estava bom tanto para ele, quanto para ela, que trabalhava como técnica de saúde ou enfermeira em Santarém, portanto a perspectiva era de continuar a vida pela região. Por outro lado, enquanto conversávamos – estava perguntando sobre agricultura, soja, maquinário agrícola, agrotóxicos, desenvolvimento, a vida no campo, etc.- pude perceber o quanto ele enfatizava o caráter de modernização que a agricultura oferecia. A ideia de modernização (maquinários mais tecnológicos, novas variedades para plantio, e introdução de novidades para o trabalho agrícola) era tanto resultado do processo de desenvolvimento já conquistado ao mesmo tempo que era forma de se gerar mais desenvolvimento. Desta forma, estava convicto que a soja poderia desenvolver mais ainda a região.

Só que o desenvolvimento não chegaria da forma como se esperava, pois, existiam o trabalho das ONGs, que roubam dinheiro do exterior e atrapalham a atividade econômica da agricultura. Também era um empecilho, ou um elemento retardante, o fato de que muitos

argumentos de Bolsonaro pareciam indicar uma reivindicação da soberania brasileira para que somente o Brasil pudesse opinar sobre suas políticas ambientais

governos não ofereciam incentivos agrícolas como os agentes do agronegócio desejavam. Quando José falava sobre incentivos, eu interpretava como: flexibilização da legislação ambiental (tanto de proteção de matas quanto menor fiscalização para agrotóxicos), maior facilidade de adquirir terras, investimentos estatais para melhorar infraestrutura para o escoamento dos grãos, além de maior segurança e direitos fundiários. Esse cenário começou a melhorar, de acordo com ele, com Bolsonaro sendo presidente. Bolsonaro foi apontado por José como “aquele que melhorou a vida do agro” pois aceitou todas essas reivindicações dos agentes do agronegócio.

Outro ponto de sua fala que me chamou atenção foi sua convicção de que agrotóxicos não seriam cancerígenos pois não há pesquisas que falem sobre o potencial cancerígeno de cada agrotóxico usado pelos agricultores. Ele também afirmou isso baseando sua visão de mundo na existência de órgãos competentes que fiscalizam e exigem registro dos agrotóxicos que serão fornecidos ao público. Se os agrotóxicos são registrados, estão disponíveis para a venda, é porquê não devem fazer mal. Desse modo, concluiu este assunto se perguntando por quais motivos o governo liberaria aquilo que poderia fazer mal a sociedade; se é regulado, então não há perigo para a população – concluiu.

Das dificuldades de acessar atores do agronegócio

A pesquisa de campo foi permeada de dificuldades de acessar os atores do agronegócio na região. No SIRSAN, por mais que fosse bem recebido pela secretaria do sindicato, não conseguia resposta do presidente. Tentei várias vezes durante o campo de 08 a 31 de agosto de 2019 marcar uma entrevista com o presidente que nunca veio a acontecer. Também tentei entrar em contato entre 11 a 19 de março de 2020. Nessa situação parecia ser mais possível marcar a entrevista, mas tanto por escolhas metodológicas quanto por motivos externos e maiores do que eu, novamente não aconteceu. Os motivos externos se dão devido às complicações da pandemia de COVID-19 em Santarém. A partir do dia 15 de março, a preocupação das pessoas começou a prejudicar a pesquisa em campo.

Em nível local consegui apenas conversar com Aline e com José. Em 2020, tentei entrar em contato com Aline, com intermédio da minha anfitriã em Boa Esperança – que era sua amiga. Aline nunca respondeu as mensagens de minha anfitriã. José foi o único acesso que tive com atores do agronegócio em 2020. Com o avançar das informações que fui colhendo em campo, a perspectiva multiator de Little (2006) foi se mostrando falha naquele contexto em que

estava e devido as ações que eu tomava. Foi nessa última ida à campo que comecei a perceber a dimensão das ameaças e o impacto dela na dinâmica social. Isso significa que pessoas defensoras do agronegócio, em alguns momentos, ameaçaram (e também cooptaram, coagiram) pessoas contrárias e críticas à sojicultura. Como estava me alinhando, como minhas relações estavam sendo nutridas com pessoas que já foram ameaçadas, eu fiquei com medo de que qualquer ameaça pudesse ocorrer contra mim. Nenhuma ameaça ocorreu durante a pesquisa, mas eu sentia que quanto mais eu me aproximava de ambos os lados – como sugere Little (2006) – mais ficava difícil manter o malabarismo das minhas justificativas de uma maneira que evitasse a criação de desconfianças sobre qual lado eu estaria ou não alinhado. Em outras palavras, pense você estando em um contexto na qual existem históricos de ameaças à ambientalistas e hostilidades a pesquisadores e ativistas que vêm de fora do Pará para ensinar “como cuidar da Amazônia”. Sentia que qualquer palavra mal colocada poderia criar más interpretações ao meu respeito.

Em um trabalho etnográfico não é somente o pesquisador que analisa e cria teorias sobre quem se relaciona com quem e de que modo, os nativos procedem da mesma forma ao analisar o pesquisador. Dessa forma, as respostas que eu dava para essas questões forneciam os elementos para me situar no universo deles, criar suposições de quem eu era, por qual motivo eu estava lá e o que poderiam esperar de mim – além de saber se poderiam confiar ou não. Como eu não tive nenhuma inserção mediada por alguém de confiança dos atores do agronegócio – diferentemente da comunidade, que fui apresentado por um membro do STTR com conhecidos na comunidade -, ter uma primeira boa impressão não foi possível (e nesse caso o ditado “a primeira impressão é a que fica” é válida para o pesquisador).

Portanto, percebendo o medo em sua dimensão sociológica, além das dificuldades em campo, e a virada que a COVID-19 trouxe para a pesquisa, optei por abandonar a perspectiva de Little (2006) e buscar outras referências para não estar metodologicamente à deriva. Dessa forma, Martins (2019) nos ensina que:

“a pior coisa que pode acontecer ao cientista social envolvido num projeto de pesquisa sobre situações conflitivas é deixar-se cercar por indefinições e ambiguidades, para ficar bem com todas as partes envolvidas, o que infelizmente é comum entre pesquisadores que têm se aventurado a realizar seus trabalhos na fronteira. A desconfiança que essa indefinição acarreta mais perturba do que beneficia o trabalho do pesquisador, privando-o do acesso a aspectos importantes da situação que os diferentes lados podem ocultar. Ao contrário, a opção pela clareza e definição da presença ainda que temporária no grupo local, ao revelar detalhes da situação e dos

acontecimentos que de outro modo ficariam ocultos, expõe também, indiretamente, as ocultações do outro lado. (2019, p.16-17)

Martins ainda completa que em situações de conflito em fronteira, quando os “principais responsáveis pela disseminação de conflitos com populações camponesas [...] [são] os proprietários de terra [...] e o Estado” (2019, p.17) não é preciso concentrar a pesquisa de campo para obter justificativas de suas orientações e atuação, pois estes já estão narradas em documentos e arquivos públicos e privados. Portanto, se alinhar mais a um grupo do que a outro é uma forma de obter informações mais ricas para contribuir com análises mais sólidas e objetivas. Assim o fiz nos últimos dias de minha pesquisa.

3.1.5. *Os moradores*

Conforme foi narrado no início deste capítulo, Boa Esperança é formada por uma população paraense, nordestina e duas ondas “gaúchas” de migração. O que se percebe em campo é que todo “sojeiro” é “gaúcho”, mas nem todo “gaúcho” é “sojeiro”. Portanto há uma distinção que é importante explicitar a fim de não haver confusões analíticas: não é somente a questão da origem que cria divisão entre sojicultores e moradores, mas também a questão de classe e moradia.

A figura do sojicultor, de acordo com a visão dos moradores, é de uma pessoa que anda de caminhonete ou pick-up no centro de Boa Esperança. Essa percepção não é apenas com relação a mobilidade, mas também com relação a classe econômica: os sojicultores são descritos como pessoas mais ricas que um morador comum de Boa Esperança ou de um agricultor familiar comum. Portanto, os moradores de Boa Esperança percebem a desigualdade de renda entre eles e os sojicultores. Há outro motivo que nos permite criar essa distinção: Boa parte dos sojicultores que frequenta Boa Esperança não mora, necessariamente, em Boa Esperança. É comum escutar que sojicultores possuem uma fazenda na comunidade, ou perto dela, ao mesmo tempo que possuem uma casa na cidade.

Quando encerrei a conversa com Aline, minha anfitriã me explicou algumas coisas sobre os tensionamentos existentes entre moradores e sojicultores. Disse-me que os “sojeiros” não percebem que a população não os apoia porque eles não dão “nenhuma ajuda à comunidade”. Isso é, participam da vida comunitária, utilizam os espaços, mas não contribuem com a comunidade. Ela afirmou que a população percebe a desigualdade de renda, a “ostentação que é a vida desses sojicultores” enquanto eles não compartilham ou sequer entram nas redes de colaboração e apoio das comunidades. Também não ajudam em festas, não ajudam em

infraestrutura, não empregam pessoas da comunidade. Por esses motivos é que a população percebe que o “desenvolvimento [propagandeado como justificativa do empreendimento da soja] que eles falam fica só pra eles lá”.

Por exemplo, quando minha anfitriã comentou sobre não ajudar em festas, ela estava se referindo ao Festival da Tapioca de 2019. Esse festival é um orgulho comunitário ao mesmo tempo que divulgador do trabalho das casas de farinha de Boa Esperança que sobreviveram às mudanças. Para atrair cerca de 18 mil pessoas em uma comunidade de 1400 pessoas foi necessária organização coletiva encabeçada pela Associação de Moradores da comunidade – que todo ano organiza essa festa. Novamente, os sojicultores não participam da organização, somente participam da celebração. E ainda, para agravar a situação de desconforto entre os moradores, um entrevistado, Antônio, me informou que “de uns tempos pra cá” os “gaúchos” têm organizado a festa “deles” dias antes do festival da tapioca. Isso evidencia, novamente, uma separação entre a diferença dos grupos. Não sei em que medida cada grupo se esforça para edificar essa diferença, mas a questão é que, na prática, as diferenças econômicas, culturais e simbólicas são mobilizadas como signos de distinção. Em outras palavras, os sojicultores mobilizam signos a partir de sua capacidade econômica e cultura, ao passo que os moradores o fazem da mesma forma: mobilizando sua própria capacidade econômica e cultura. A questão que se coloca é que é possível perceber forças de repulsão que afastam os grupos.

Isso não significa que os grupos não interajam entre si, mas sim que é uma interação restrita e que varia de caso a caso. Antes de tudo, as relações existentes não fogem a lógica das relações de poder – portanto é raro ver relações em pé de igualdade entre algum morador e sojicultor nos dias atuais.

Por outro lado, também existe em Boa Esperança “gaúchos” que trabalham para “gaúchos”. Isso é, trabalhadores do sul que são empregados por patrões do sul. Nesse sentido, há uma diferenciação na classe social dos “gaúchos” que precisa ser levado em consideração. Os gaúchos que trabalham para gaúchos são entendidos pelo restante dos moradores como “os trabalhadores deles lá”. Essa crítica existe pelo motivo de sojicultores raramente empregarem paraenses para a execução do trabalho nos monocultivos. Operar máquinas e cuidar dos insumos de produção, aparentemente, requer conhecimentos específicos que restringem a possibilidade de oferta de emprego. Muitas vezes quando um gaúcho inicia um empreendimento agrícola deste porte, ele acaba por contratar trabalhadores que já conhecia em sua terra natal, ou acessa-los pela rede de apoio que os agentes do agronegócio estabelecem entre si.

Também existe uma ruptura entre a própria classe dos trabalhadores gaúchos, na qual a primeira leva de migrantes gaúchos de Boa Esperança se estabeleceu na comunidade como agricultores familiares, iniciaram comércios na comunidade, e/ou trabalham em alguma função em Santarém. Dessa forma, podemos elaborar a seguinte tabela:

Tabela 7 - Características das diferenças entre os gaúchos

Grupos	Primeira onda migrante	Segunda onda migrante	
	Gaúchos moradores	Gaúchos moradores	Gaúchos sojicultores
Classe	Agricultores familiares, donos de comércio, trabalhadores de diversas funções em outras comunidades e em Santarém	Trabalhadores do agronegócio	Donos dos meios de produção da soja

Quando me refiro à “classe” estou tendo como base o pensamento marxiano de classe social. De acordo com Giddens (2005), Marx define classe como

“um grupo de pessoas que se encontram em uma relação comum com os **meios de produção** – os meios pelos quais elas extraem o seu sustento. [...] As duas classes principais [nas sociedades industriais modernas] são formadas por aqueles que possuem esses novos meios de produção [...] e aqueles que ganham a vida vendendo seu trabalho [...]” (2005, p.235)

Entretanto, essa ideia de Marx é insuficiente para explicar a diferença de entre os “gaúchos moradores”. Portanto, para completar o entendimento que separa essas duas classes, o pensamento de Erik Olin Wright é relevante para entendermos essa situação que ele denomina de “situação de classe contraditória”. Existem três dimensões de controle sobre os recursos econômicos na produção capitalista que permite identificar as principais classes existentes: controle sobre os investimentos ou o capital em dinheiro; controle sobre os meios físicos de produção (terra, fábricas, escritórios); controle sobre o poder de mão-de-obra. Assim:

“Quem pertence à classe capitalista exerce o controle sobre cada uma dessas dimensões no sistema de produção. Os membros da classe trabalhadora não controlam nenhuma delas. Entre essas duas classes principais, no entanto, estão grupos cuja posição é mais ambígua. Essas pessoas situam-se no que Wright denominou **situações de classe contraditórias**, pois são capazes de influenciar alguns aspectos da produção, mas o controle sobre outros aspectos lhes é negado. Para se sustentarem, os colarinhos-brancos e os profissionais, por exemplo, devem submeter seu poder de mão-de-obra a um contrato com empregadores da mesma forma que o fazem os trabalhadores manuais. No entanto, possuem, ao mesmo tempo, um grau maior de

controle sobre o ambiente de trabalho do que a maioria dos operários. Wright define como ‘contraditória’ a situação desses trabalhadores, manuais, ainda que compartilhem de certos aspectos de cada uma dessas classes” (GIDDENS, 2005, p.237).

Portanto, existem os gaúchos que são moradores em contraposição aos gaúchos que são sojicultores. A pergunta então que nos resta saber é se existe uma diferenciação entre os nordestinos moradores e os nortistas moradores da comunidade de Boa Esperança. A resposta parece ser não. Diferentemente do grupo gaúcho, o grupo de nortistas e nordestinos não apresentam oposição entre si: estão integrados comunitariamente a ponto de agirem como um grupo coeso – além de compartilharem da mesma classe social.

Mas na prática, quando observamos os grupos dos moradores e suas especificidades culturais (classe, origem, religião, posicionamento político e posicionamento frente à soja) percebemos que cada grupo aciona determinadas redes de apoio em determinados contextos afim de preservar e melhor manipular⁷³ suas relações sociais. Dentro de Boa Esperança há maiores afinidades entre certos grupos do que entre outros. Essa dinâmica social pode ser analisada a partir das contribuições elaboradas pelo etnógrafo estruturalista Lévi-Strauss em sua obra *Antropologia Estrutural* (2008) quando ele recorre a explicações dualistas para explicar fenômenos sociais. Esse tipo de pensamento insere na análise pares de oposição que agrupa de dois a dois os elementos a serem analisados. Portanto em Boa Esperança, um dos pares de oposição é entre nortistas/nordestinos *versus* gaúchos. Todos os grupos envolvidos nesse par de oposição são moradores, portanto temos o seguinte diagrama:

Pares de oposição entre os moradores

Nortistas e Nordestinos	Gaúchos
----------------------------	---------

Para nossa análise há outro par de oposição: entre moradores e sojicultores. Essa oposição nasce a partir de dois aspectos centrais: moradia e plantio de soja. Os moradores moram em Boa Esperança e não plantam soja; por outro lado, os sojicultores não moram no centro de Boa Esperança e produzem soja. Isso resulta na seguinte oposição

Pares de oposição entre moradores e sojicultores

Moradores (nordestinos, nortistas, gaúchos da primeira onda migratória)	Sojicultores (gaúchos da segunda onda migratória)
---	---

⁷³ Utilizo o termo muito influenciado pelas obras *A Representação do Eu na Vida Cotidiana e Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada* de Erving Goffman. Esse sociólogo defendia que todos os indivíduos manipulam as impressões que os outros terão de si para potencializar os resultados das interações sociais ou como forma de reagir ao estigma. Dessa forma, Goffman entende os indivíduos como atores que manipulam as impressões que serão passadas ao se relacionar numa interação social qualquer.

O caso dos moradores que plantam soja (trabalhadores do agronegócio) se constitui como um terceiro elemento nestes pares de oposição. Enquanto moradores moram no local e não plantam soja; enquanto sojicultores não moram em Boa Esperança e plantam soja; os moradores trabalhadores do agronegócio moram em Boa Esperança e plantam soja para os patrões. Este último grupo ainda difere dos moradores no que tange a ideologia que guia suas ações: são um grupo aliado às ideologias de desenvolvimento do agronegócio – enquanto os moradores possuem uma ideologia difusa que será explicada a frente. Essas informações nos permitem elaborar o seguinte diagrama

	Moradores	Moradores trabalhadores do agronegócio	Sojicultores
Residência	Boa Esperança	Boa Esperança	Santarém ou distante do centro de Boa Esperança
Plantam soja	Não	Sim	Sim
Ideologia	Difusa	Desenvolvimento do agronegócio	Desenvolvimento do agronegócio

Essa situação ambígua dos moradores trabalhadores do agronegócio e seu alinhamento ideológico com o agronegócio nos faz, a nível de análise, trata-los como sojicultores – visto que parte da nossa discussão é centrada na ideologia de cada grupo. Portanto, entendido tudo o que foi exposto até o momento, falta-nos apenas melhor caracterizar as relações que os moradores estabelecem.

3.2.A relação dos moradores com os agrotóxicos e com o desmatamento

As atividades econômicas deste grupo continuam as mesmas daquelas descritas ao início deste capítulo. Quando houve o encerramento da “era de ouro” em Boa Esperança, o trabalho na agricultura familiar, no comércio da comunidade, bem como empregos e “bicos” em Santarém e outras comunidades próximas, se tornaram as atuais formas de adquirir renda. Também existem casos de pessoas que adquirem renda pela aposentadoria e por programas de transferência de renda como o Bolsa Família. Ambas as situações apontam para o desenvolvimento de pluriatividades de uma maneira geral. Infelizmente também existem casos extremos de vulnerabilidade na qual moradores relatam haver pessoas que passam fome na comunidade. Um dos entrevistados, Antônio, comentou que há tempos atrás não havia miséria

em Boa Esperança, só pobreza; hoje já existe pobreza e miséria, porque é possível ver “pessoas passando necessidade brava aqui”.

Os trabalhos relacionados à agricultura sofreram mudanças com a chegada e consolidação da soja na comunidade. Moradores argumentam que não é mais possível plantar e colher em função do “veneno” pulverizado dos campos de soja. Devido à proximidade das casas com as plantações, os agrotóxicos impactam no crescimento das plantas ao mesmo tempo que expulsam insetos e outros animais para os terrenos dos moradores. Quando os insetos atacam os roçados dos moradores eles se veem na obrigação de utilizar agrotóxicos também. Não conhecem outra alternativa no combate às pragas oriundas dos campos de soja. A Tabela 8 nos ajuda a dimensionar a percepção dos impactos que a sojicultura trouxe aos moradores de Boa Esperança. As 6 famílias de Boa Esperança que participaram do questionário famílias responderam da seguinte forma à pergunta “9.4.1.5 Para você e sua família, a soja trouxe algum prejuízo?”, que era de múltipla escolha:

Tabela 8 - Os prejuízos da sojicultura de acordo com as famílias de Boa Esperança

Prejuízo	Número de famílias e percentual
Perda de produção	3 (50%)
Piora na saúde da família	3 (50%)
Danos gerais ao meio ambiente	4 (66%)
Mudanças no clima	2 (33%)
Nenhuma	1 (16%)

Entretanto, a pesquisa de campo também nos ajuda a perceber a dimensão qualitativa dos impactos. É interessante observar que os moradores também relacionam a pulverização de agrotóxicos com problemas de crescimento e produção das plantas que cultivam. Os problemas de crescimento se devem ao ressecamento das gemas apicais – conhecido também como “guia da planta” pelos moradores. Nessa situação, após a pulverização as gemas apicais “parecem queimadas” e impedem o crescimento da planta. As vezes o dano absorvido é o suficiente para matar as plantas. Outro problema é que, após a pulverização, muitos frutos caem antes do tempo ou não chegam a se formar. O que os moradores percebem, portanto, é uma correlação direta entre agrotóxicos e danos às plantas que os atrapalham de cultivar e produzir em Boa Esperança. Em campo, ouvi situações em que até criações de aves foram impactadas. Nessa ocasião, “as aves morrem mais quando estão pequenininhas [...] morrem os filhotinhos.”

Dessa forma, os impactos dos usos de agrotóxico é um dos elementos que inviabilizaram a continuidade produtiva da agricultura familiar em Boa Esperança. Esse acontecimento também auxilia no processo de compra de terras por parte dos sojicultores: se a terra se torna

improdutiva para o agricultor familiar, não há motivos de não vender a terra e procurar um local melhor para se plantar. Isso que aconteceu em Boa Esperança. Agricultores familiares não possuem a maior parte do plantio em Boa Esperança, mas em outro lugar. Na comunidade, pelo o que pude perceber, as culturas mais comuns são mandioca e pimenta-do-reino, mas fora esses cultivares, quando o intuito do plantio é a venda, os agricultores familiares optam por fazer o roçado principal longe dos impactos dos agrotóxicos - garantindo a produtividade que almejam.

Entretanto os impactos não extinguiram a existência de quintais produtivos na casa dos moradores. Banana, coco, hortaliças, mamão, manga, pupunha e cupuaçu são exemplos de cultivos que muitos moradores possuem em seu terreno. Só que nessa situação, a produção está destinada, principalmente, ao consumo interno da família ou para alimentar relações sociais trocando frutos pela continuidade da relação⁷⁴.

Portanto grande parte dos agricultores familiares – se não todos – buscaram mudar a localidade de suas roças para garantir a continuidade da produção. Um dos lugares mais comuns que estes agricultores familiares buscam é o chamado “Chapadão”. Infelizmente não tive a oportunidade de conhecer o local para poder descreve-lo, entretanto sempre que esse assunto surgia na fala dos moradores eu buscava perguntar mais sobre a localidade. O Chapadão é uma região que se encontra a sudeste da hidrelétrica do Curuá-Una. Partindo de Boa Esperança, pelas minhas estimativas com auxílio do Google Earth, são cerca de 30km de distância para se chegar nas roças. A Figura 19 demonstra a localização aproximada do Chapadão, observando sua localização com relação à Boa Esperança e os centros urbanos do Planalto:

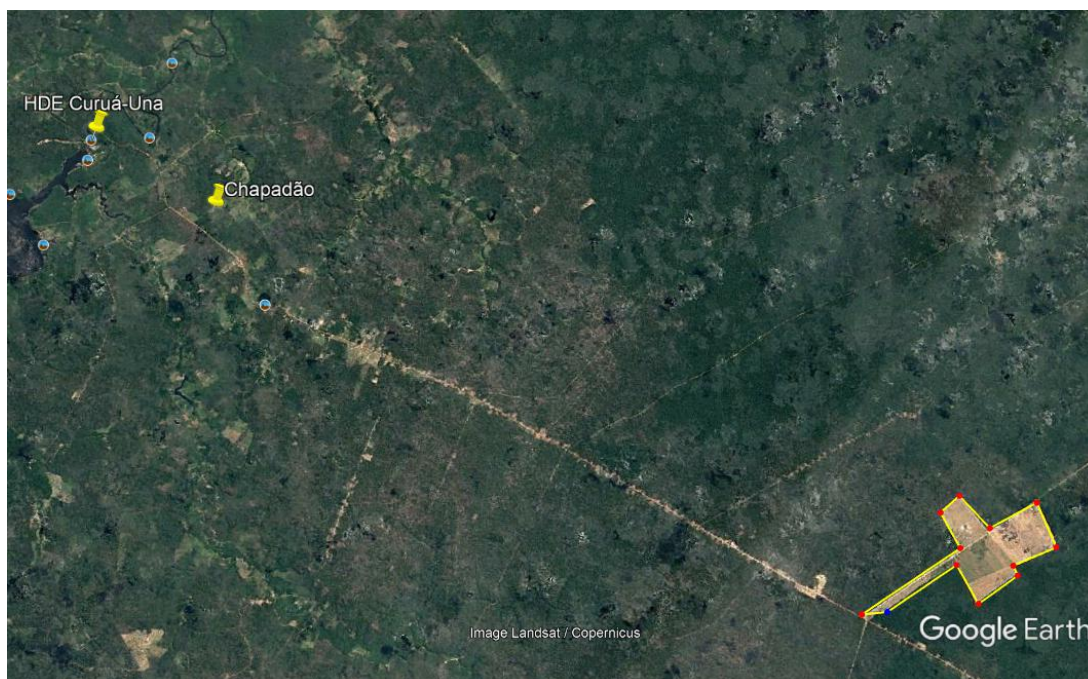
⁷⁴ Essa ideia é a tradução de como o mecanismo da dádiva (MAUSS, 2016) pode operar. A dádiva seria uma das manifestações de um sistema econômico, em seu sentido mais amplo, onde as pessoas trocam coisas por relações. Dar um presente não seria um ato desinteressado, por exemplo, mas sim um ato que demonstra interesse em criar relações de solidariedade e canais de troca de bens que visem incentivos na relação.

Figura 19 - Chapadão, HDE Curuá-Una, Boa Esperança e os centros urbanos



Como ponto de refúgio, muitos moradores ainda conseguem produzir no Chapadão, mas estão amedrontados com a possibilidade da continuação da expansão da soja. Se esse processo acontecer a ponto de os sojicultores chegarem no Chapadão, a produção da agricultura familiar seria inviabilizada, visto que esse local é conhecido por ser o último refúgio para os pequenos agricultores. Esse receio não é meramente especulativo pois próximo à essa região é possível observar áreas desmatadas. Uma em particular, localizada a cerca de 30km mais ao sudeste da represa, chama atenção pela extensão:

Figura 20 - Este polígono de área desmatada tem cerca de 1000 hectares



As áreas desmatadas são, como já vimos no capítulo 1, a porta de entrada para a sojicultura: o governo procurou converter áreas degradadas em áreas produtivas; PNUMA (2006) também alerta para esse fato ao argumentar que “a soja, as pastagens, a grilagem de terras públicas e a extração madeireira fazem parte de um mesmo processo” (2006, p.57). Portanto, a presença de desmatamento é um potencial indicador pra a instalação de pastos e soja.

3.2.1. *Percepções sobre o desmatamento*

Os moradores de Boa Esperança, de modo geral, abominam o desmatamento de floresta nativa, principalmente os realizados em função das plantações de soja. Esse horror ao desmatamento pode ter base em três percepções sobre essa atividade: 1) a floresta conservada é importante por aspectos estéticos, ontológicos – isso é, a floresta tem um valor inerente – ou até mesmo aproximações com pensamentos ecocêntricos; 2) a floresta é reguladora do clima local; e 3) o desmatamento é o primeiro passo para expansão dos campos de soja.

O primeiro ponto aparecia na fala dos moradores quando eu perguntava sobre se as pessoas utilizavam a floresta no passado de alguma forma. A resposta era que sim, que muitos moradores no passado usavam como forma de garantir algum sustento (extrativismo e caça) ao mesmo tempo que percebiam a importância da floresta para manter igarapés vivos. Alguns relatos:

“Caio: as pessoas usavam a floresta antes? A mata?”

Dona Lúcia: Mas era tudo preservado porque ninguém fazia nada demais, Caio. Tudo tinha cautela, entendeu? E tinha muito respeito. Só se entrasse um fogo, quase... se entrasse um fogo fora da roça o pessoal tinha mó respeito de sair com água e tudo e ia apagando o fogo pra não acabar com a floresta. Era tudo preservado, tinha muita coisa, tinha muito pássaro, muita caça, era tudo muito bonito. Você via era aquela coisa mais linda do mundo. Hoje você vê que se você andar pra rumo, *prali*, pra rumo do Santarém-Mirim, se você andar a pé num horário desse, de meio dia, você é capaz de morrer. Morrer! Porque você fica sem abrigo, é só sol numa quentura que não tem medida, entendeu? E é uma coisa que piorou muito. Acabou. Matou [inaudível]. Uma coisa que eu não gosto nem de dizer é que: a mãe natureza chora de tristeza pela devastação, desmatamento.

[...]

Uma das pessoas que me ensinou muito na vida, a irmã [nome ocultado a pedido da entrevistada] dizia assim pra gente: minha filha, a mãe natureza chora, a mãe natureza chora, com tanta coisa, com tanta poluição. Entendeu? E a gente vê que é isso mesmo. Não é... você vê que onde está tudo devastado, tudo desmatado, que tem ali dentro? Se um bichinho chegar ali dentro ele morre. E você vê que são hectares, hectares, hectares e hectares de terra sem nenhum pau dentro. Sem nenhuma árvore para que o bichinho voe e pouse num *pézinho* de planta. E aí os bichinhos morre. Morre porque não aguentam, entendeu? E é assim, a natureza está... entendeu? A gente não sabe nem que coisa... o que é poluído hoje em dia. Acho que tudo tá na base do poluído, não sei não. Eu digo assim, porque as coisas estão muito, meu Deus, misericórdia, o ar poluído, as coisas tudo, tudo... entendeu?” (Entrevista com Dona Lúcia, com modificações)

Relato de Lara:

“Caio: E a senhora conhece, ou conheceu lugares que mudaram muito por conta da chegada da soja?”

Lara: Bom... Muito desmatamento, né? Isso aí, é... você vai lembrar dos anos atrás que nós viemos pra cá. Nós viemos lá da cidade até aqui, era que nem... verde, que era tudo muito bonito. Ai agora... tanto desmatamento.” (Entrevista com Lara, com modificações)

Há, também, desconfianças de pessoas que acreditam que o aumento da temperatura local está relacionado com o desmatamento das proximidades de Boa Esperança. Em março de 2020, quando estive novamente na comunidade, era muito comum ouvir falar que “nesse inverno⁷⁵ está chovendo pouco”. Esse fato me despertava atenção. A família que me recebeu,

⁷⁵ Para os paraenses o regime de inverno e verão são baseados no período chuvoso e no período de seca. Dessa forma o inverno ocorre no período de chuva (aproximadamente de outubro a março) e o verão de ocorre no período da seca (abril a setembro)

em um determinado momento assim falou: “este inverno está chovendo pouco. Já estamos na segunda semana de março, choveu só durante uns 5 dias seguidos e agora está esse calorão”. “Pois é”, falei, “está cada ano ficando mais quente”, provocando-os para compreender algo que eles percebessem sobre mudanças climáticas. Eles concordaram. Da mesma forma falaram do clima no passado: “há uns anos atrás, uma hora dessas, você estava dentro de casa embrulhado no lençol. Hoje nem o ventilador está adiantando mais”. Essa percepção do passado escancarou a mudança do presente: os tempos de temperatura mais amena acabaram, e a família estava feliz pois tinha acabado de instalar a “central” de ar condicionado no quarto deles. Esse assunto puxou o tema do desmatamento para a conversa. Assim, pude escutar que eles acreditavam que o desmatamento causado pelo preparo do solo para plantações de soja contribui com o aumento da temperatura local.

Esta última fala nos leva ao terceiro ponto sobre o desmatamento: a ideia de que o desmatamento é o primeiro passo para a expansão da soja. Já tocamos nesse assunto algumas páginas atrás, ainda neste capítulo, quando transcrevi um relato sobre a utilização de pulverização aérea em áreas de floresta com a finalidade de “secar” a floresta para que se possa atear fogo – como uma das possibilidades do desmatamento. Essa prática, como foi descrita, tinha por objetivo abrir campos para o plantio da soja. Entre os moradores de Boa Esperança, essa prática é entendida como um dos *modus operandi* dos sojicultores para expandir áreas cultiváveis. De fato, os moradores não estão enganados neste ponto pois o governo, para legitimar a expansão da sojicultura na região, argumentou que áreas degradadas seriam convertidas em áreas destinadas ao plantio. Na prática, o que aparenta acontecer, é que não há fiscalização eficiente para controle do desmatamento⁷⁶. Dessa forma, como os responsáveis não são punidos ou coagidos para encerrarem essa prática ilegal, e tendo novas áreas abertas, é mais fácil e mais interessante – seguindo a lógica desenvolvimentista do agronegócio – iniciar novos plantios.

Outro assunto se constitui como elemento central para entendermos a perspectiva dos moradores: a visão e a relação que eles estabelecem com os agrotóxicos. Também chamados como “veneno”, os agrotóxicos são o segundo impacto sentido após o início das atividades produtivas da sojicultura. O primeiro impacto é o do desmatamento e conversão do solo. O segundo é devido às externalidades dos usos de agrotóxicos. Portanto, a questão dos agrotóxicos gera muitas interpretações por parte dos moradores sobre os impactos e mudanças que os agrotóxicos provocaram.

⁷⁶ Afirmo isso baseando-me tanto nas argumentações de Abramovay (2019) quanto na percepção dos moradores.

3.2.2. *Percepções sobre os agrotóxicos*

Como já foi apontado anteriormente, os agrotóxicos causaram mudanças produtivas para os agricultores familiares: para continuarem produzindo buscaram ocupar terras longe das plantações, como é o caso do Chapadão; ou se continuam produzindo em Boa Esperança, se veem obrigados a utilizar pesticidas a fim de espantar pragas que migram dos campos de soja para suas hortas e quintais produtivos. Esse último caso cria situações de mal uso dos agrotóxicos, onde alguns moradores manipulam inadequadamente os agrotóxicos. Em campo pude ouvir relatos de moradores que colocam os agrotóxicos em um pulverizador costal e aplicam sem a proteção adequada – muitas vezes de chinelos, bermudas, sem a proteção de máscaras e luvas. No passado, houve casos de moradores que utilizavam galões vazios para armazenar água ou servir como copos d'água.

Enquanto essa última situação mudou com o passar do tempo, o primeiro caso descrito ainda é frequente entre os moradores. Por mais que tenha ocorrido tomadas de consciência com campanhas explicando os prejuízos a saúde que agrotóxicos podem causar para quem os utiliza de maneira inadequada, há contradições no comportamento atual das pessoas com relação a sua utilização.

Boa Esperança é uma comunidade que tem um curioso acontecimento: após a chegada da soja na comunidade, “explodiram” os casos de câncer entre os moradores. Vários moradores atribuem os casos de câncer ao uso de agrotóxicos, mas carecem de dados para comprovar suas teorias. Já houve momentos em que se articularam e buscaram apoio, pesquisas foram feitas, mas os moradores desconfiam da devolutiva dos estudos – e em alguns momentos nem ao menos houveram devolutivas para informar a população, de acordo com os moradores. Dessa forma, há uma contradição: os moradores se apresentam desconfiados e incrédulos enquanto médicos pesquisadores, que conduziram estudos, descartaram a possibilidade da associação entre incidência de câncer e utilização de agrotóxicos. Em entrevista realizada com um dos enfermeiros do posto de saúde de Boa Esperança, investigando sobre questões gerais da saúde dos comunitários, perguntei a ele sobre as doenças:

“Enfermeiro: Eu sou enfermeiro, trabalho aqui desde 1988. 31 anos vou fazer aqui.

Caio: E do que você via perto de 88, e o que você vê hoje, como são as doenças? Comparando uma época com a outra. Como que a população adoece?

Enfermeiro: Eu confesso pra ti: quando comecei aqui, eu tinha muito mais casos de leishmaniose, malária, tuberculose, hanseníase, que era o que já tivemos. Quando a gente começou, era frequente, eu sempre dizia assim pra meninas aqui, pras colegas

que cada vez a gente tinha 5 ou 6 pacientes com tuberculose, com hanseníase, né? Nem sei quantos pacientes com leishmaniose, né? Com malária a gente não tratava, só recebia e encaminhava para a Sucran, que a Sucran na época fazia o tratamento. mas hoje, o que eu vejo muito mais aqui na vila, tem assim, a gente já fez alguns... algumas reuniões, algumas coisas, as pessoas morrem muito mais de câncer hoje aqui na vila do que de outra doença.

Caio: Muito mais?

Anselmo: Muito mais! Que é muito alto o nível de morte de pessoas de câncer aqui na comunidade de Boa Esperança, né? Que a gente já tentou correlacionar ao uso do agrotóxico, né? que está todo ao redor da vila. Mas o... termina que a instituição que fez descartou porque os tipos de câncer que tem aqui são de vários. Não tem nem um específico. Mas morre muito mais de câncer que de outra doença.

Caio: Mas me conta um pouco disso, porque que a instituição que fez descartou? Qual era essa instituição que fez esse estudo?

Enfermeiro: O hospital regional junto com a universidade estadual do Pará, A UEPA. Foi eles que fizeram esse... Pelo o que... Eu não acompanhei, mas o atual presidente da associação que, ele pode até falar isso pra você, porque eles que descartaram. Foi ele quem trouxe a notícia porque na época ele era nosso representante das reuniões lá na cidade né? E eles descartaram a possibilidade, né?

Caio: Mas e aí, e depois que teve esse resultado dessa pesquisa, o pessoal da área de saúde aceitou esse resultado?

Enfermeiro: Eu acredito que sim, né? Aceitou. Ninguém questionou, ninguém mais fez nenhum questionamento. Mas ainda continua morrendo. Ainda tem pessoas... casos de câncer confirmado que estão, né?"

Eu havia questionado o enfermeiro sobre as doenças porque poucos dias antes da nossa conversa, ocorreu um fato interessante que me fez acrescentar essa pergunta ao meu roteiro de entrevista. Em um dos meus primeiros dias na comunidade de Boa Esperança, o filho mais velho do casal que me recebeu contou-me que quando chovia o veneno das lavouras evaporava e deixava as pessoas doentes. Rapidamente registrei essa informação pois se apresentava como uma percepção importante na visão de mundo dos moradores. Por coincidência choveu ao final desse dia e eu dormi na comunidade. No outro dia acordei doente. Senti minha garganta começando a ficar inflamada. Dor de garganta aparecendo junto com secreções no nariz. Pensei que de fato, foi como o filho do casal falou: chove, as pessoas adoecem. Com a evolução dos sintomas apresentei dor de cabeça, cansaço e dor no corpo. Esse quadro não me fez parar a pesquisa, continuei em campo e utilizei isso como estratégia para ter mais assunto para conversar com os moradores, além de me permitir conhecer um pouco mais da realidade que os moradores enfrentam ao adoecerem.

Ao adoecer pude estar atento à crença, ou desconfiança, que a comunidade possui sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Acompanhando de uma interlocutora da comunidade, fomos conversar com professores da escola de Boa Esperança, que também são moradores na comunidade. Conversando sobre esse assunto de agrotóxicos e saúde dos moradores, os professores me contaram uma situação interessante: quando está em período de pulverização, a escola lida com um maior número de alunos faltantes pois eles estariam com “virose”. Eles, enquanto professores, percebem que quando há pulverização, muito de seus estudantes faltam as aulas por estarem doentes. Para além disso, relataram que recentemente (estávamos em 2019) há uma tendência de chamar esses adoecimentos gerais em tempos de pulverização de “virose”. Entendi “virose” como uma categoria que esvazia a responsabilidade da pulverização no adoecimento coletivo dos jovens e crianças, se tornando, assim, uma categoria de doença de ordem indeterminada: não se sabe o que é, só sabe que todo mundo fica mal de uma vez.

É interessante perceber que mesmo saindo do nível de Boa Esperança, esse quadro “virótico” parece ser um entendimento social para explicar o adoecimento, mesmo em ambientes médicos. Embora não tenha encerrado minha estadia em campo, procurei cuidados médicos, na cidade de Santarém, para receber um diagnóstico mais preciso sobre a minha “virose”. A médica que me atendeu não soube dar um diagnóstico preciso, mas interpretou meu quadro como virótico. Me receitou alguns remédios, exame de fezes e exame de sangue. Dadas as condições que eu estava instalado, e por motivos que fogem minha compreensão, não consegui fazer parte dos exames que deveria; e os exames que realizei, não recebi os resultados. Meu quadro persistiu por cerca de 15 dias, e não tive um diagnóstico conclusivo. Assim, quando me perguntam sobre como adoeci em Boa Esperança, eu explico: “virose”.

3.3.A oposição entre moradores e sojicultores

Depois desta longa exposição, podemos analisar a relação entre os moradores e os sojicultores. Ao mesmo tempo que essa escolha de redução é útil para análise, ela também é falha por desconsiderar diferenças individuais e das relações caso a caso. Entretanto, como não houve tempo hábil para isso – nem mesmo foi o foco metodológico- analisar as relações em nível menor do que o comunitário não faz sentido em nossa análise. Estamos observando relações entre grupos pois partimos do pressuposto que os grupos possuem características compartilhadas e, portanto, passíveis de comparação e análise.

A forma como viemos construindo o texto e as ideias era para se chegar na concepção de que existem dois grandes grupos envolvidos na temática da soja em Boa Esperança: os produtores (sojicultores) e os moradores da comunidade. Essa escolha, e redução dos grupos envolvidos, é justificada no seguinte pensamento: na visão dos moradores, sojicultores são agentes externos à comunidade que impactam mais negativamente do que positivamente a vida comunitária. Os aspectos negativos, de acordo com os moradores, são o desmatamento, o uso de agrotóxicos e seus impactos na saúde e no meio ambiente, a falta de empregos ou algum tipo de retorno financeiro para a comunidade. Eles argumentam que os sojicultores chegaram na região, a exploram, participam do comércio da comunidade, querem a aceitação da comunidade, mas não retribuem como deveriam.

Por outro lado, os sojicultores se percebem como fazendo trabalhos honrados na região, eles se sentem os profissionais e empresários que estão trazendo desenvolvimento para toda a região. Essa classe também discorda que eles não estejam contribuindo pois o fruto de seus trabalhos ao plantar soja é trazer o progresso para o Brasil. Não é por outros motivos, como já mostramos anteriormente, que notícias alinhadas ao agronegócio apresentem a participação da soja, e também do agronegócio, no PIB brasileiro como um motivo de orgulho. Baseados em altos índices de produtividade, e pela quantidade de dinheiro que movimentam, se sentem como heróis – como Aline os denominou – ou então como o pecuarista da palestra sobre pecuária sustentável argumentou ao reagir à taxação de vilões que a mídia atribui a eles: ele parecia estar convicto ao falar que “nós [agronegócio] é quem salvamos a pátria”.

Portanto, ao tratarmos a questão dessa maneira, é razoável proceder com as sugestões estruturalistas de par de oposição, como ensina Lévi-Strauss (2008). Entretanto essa abstração é dura demais para explicar a realidade com maior rigor científico. Portanto, aceitamos a ideia de par de oposição para se falar em contrastes entre os grupos: existe um grupo que possui os meios de produção (a terra, ferramentas, capital e conhecimento necessário) para se plantar soja, enquanto outro grupo não os possui. Nessa oposição também é válido pensar que existe uma relação de “estabelecidos” e de “outsiders” (ELIAS & SCOTSON, 2000) entre ambos os grupos. Originalmente, da forma como estes autores conceberam a teoria, os estabelecidos seriam os atores que estão em um lugar há mais tempo, enquanto os outsiders são grupos novos numa região. Por consequência os grupos mais antigos teriam mais poder concentrado e capacidade de operacionalizar a realidade e as relações.

Dessa forma, o que os autores argumentam é que a antiguidade de residência cria condições de coesão social e de diferenciação que distribuía a sociedade entre mais humanos e

menos humanos. A superioridade da força dos grupos estabelecidos baseava-se no alto grau de coesão entre famílias que se conheciam há duas ou mais gerações, colocando em contraste os recém-chegados (que eram estranhos entre si e para os antigos residentes). Assim, devido ao potencial de coesão, os antigos residentes conseguiriam reservar para o seu grupo cargos importantes das organizações locais e controlar mais espaços de poder – cujo um dos resultados era a exclusão de moradores recém-chegados. É preciso deixar claro que o contexto estudado por Elias e Scotson (2000) é de uma comunidade de trabalhadores, todos da mesma classe.

Como não estamos falando de uma comunidade homogênea em termos de classe, a diferenciação de poder que o capital instaura nessa situação foi suficiente para promover inversão em quem é o grupo estabelecido e quem é o grupo outsider. Uma das características do grupo estabelecido é mobilização de estratégias de tornar o grupo outsider menos humanos do que eles. E assim os sojicultores o fazem quando chamam os paraenses de “índios, burros e preguiçosos”⁷⁷, ou como Aline mobiliza as possibilidades de quem ser contra a soja serem pessoas que não gostam de trabalhar e de enriquecer. Já que os moradores são contrários a soja, seriam pessoas que não gostam nem de trabalhar nem de enriquecer.

A questão é: os sojicultores, como agentes do agronegócio, foram atores que chegaram ao território de Boa Esperança com um trajeto de construção de poder e redes de apoio para financiar e bancar o projeto de expansão do agronegócio. Enquanto os atores do agronegócio possuem como parceiros bancos, governos, políticos alinhados ao agronegócio, professores universitários, estudantes, mídia especializada sobre a agropecuária, empresas privadas, financiamentos públicos e privados, além de acesso a crédito facilitado, os moradores de Boa Esperança possuem, em alguma medida, uns aos outros, o STTR e parcelas da Igreja Católica. De fato, se parece uma história de Davi contra Goliás – na qual a sorte parece não favorecer Davi. Falo isso esvaziando qualquer sentido moral que essa história possa ter; meu intuito é evidenciar que nesse embate ou oposição, um ator é mais poderoso e consegue mobilizar mais redes de outros atores para colocar em prática seus interesses do que outro.

Mas quando passamos para analisar as relações ideológicas entre os moradores percebemos uma variedade grande de posicionamentos sobre a soja. Levar isso em consideração é refinar a nossa análise. Os moradores de Boa Esperança são um grupo coeso somente no que tange à residência: estão todos morando na mesma comunidade e por isso possuem sentimentos de querer viver em uma comunidade melhor. Mas quando o assunto é

⁷⁷ Referência à reportagem da edição de 24 a 26 de maio de 2006, do jornal Gazeta de Santarém, na qual o título evidencia “Sojeiros tem preconceito com santarenos”. Reportagem citada no capítulo 1.

sobre apoio, neutralidade, ou oposição a sojicultura, não são coesos entre si. Muito dessa diferenciação se deve à eficácia das agroestratégias (ALMEIDA, 2010) em nível local. Portanto, as agroestratégias podem ser entendidas como mecanismos de cooptação simbólica para o lado do agronegócio. Como resultado temos parte da população que apoia este discurso. Por outro lado, existe uma gama de moradores que são neutros quando o assunto é a presença dos sojicultores na região. Esse grupo é composto por pessoas apáticas, cansadas, coagidas ou silenciadas e até mesmo pessoas alienadas⁷⁸ com relação a sojicultura. Por mais que tenham percorrido caminhos diferentes até chegar na neutralidade, o resultado é o mesmo: não apresentam nenhum apoio ou resistência ao avanço das atividades do agronegócio na região.

Em minha pesquisa de campo, pude perceber a existência destes 4 grupos que são “neutros” em relação a sojicultura. O grupo dos apáticos se constitui por pessoas que não dão valor ao problema por mais que vejam o problema ocorrer. Concordam que há desmatamento, concordam que há degradação, mas não há nada a se fazer sobre isso, então o problema se encerra aí. O grupo dos cansados, assim como os apáticos, percebem o problema socioambiental da soja, mas por já atuarem, de alguma forma, com a tentativa de mudança da realidade no passado e perceberam que a mudança que propunham não ocorreu, cansaram de gastar energia em uma realidade que cada vez se deteriora mais e mais. Possuem uma visão escatológica da realidade e do futuro. Os alienados se diferem dos apáticos pelo não reconhecimento dos problemas pois estão alheios a realidade. Por fim, os silenciados e coagidos são pessoas que optaram por não se posicionar contra a sojicultura por medo de qualquer tipo de agressão ou retaliação por parte dos apoiadores do agronegócio. Na comunidade de Boa Esperança ocorreram casos de ameaças públicas, e eu não tenho dúvidas de que os comunitários espalhem esses acontecimentos entre si. As ameaças públicas possuem, também, um código, uma mensagem a ser enviada para pessoas que não receberam a ameaça. Por outro lado, os coagidos e silenciados também podem ser pessoas que receberam ameaças e cederam seus pontos de vista a fim de preservar sua integridade e de sua família. Algumas ameaças de morte são conhecidas por toda extensão do Planalto Santareno. Creio que os moradores entendam esses casos como exceções, mas que promovem medo pela possibilidade de acontecer com qualquer um. O processo de expansão e de cultivo da soja é violento na região do Planalto Santareno, e reunimos elementos para argumentar isso – que serão expostos no capítulo 3. Por ora, basta-

⁷⁸ Me baseio no sentido marxista dado a este termo. Assim, a alienação é “ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados [1] aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou [2] à natureza na qual vivem, e/ou [3] a outros seres humanos, e – além de, e através de, [1], [2] e [3] – também [4] a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente).” (BOTTOMORE, 1988, p.5)

nos saber que as primeiras estratégias de cooptação estão baseadas no processo de “adocicamento”, como Antônio relatou em entrevista. Se os interesses não são alcançados com o “adocicamento”, os atores do agronegócio partem para estratégias um tanto quanto mais agressivas. Isso explica a visão de um interlocutor que interpretou a chegada e a consolidação da sojicultura no Planalto Santareno como “um rolo compressor”, que vai continuar “por bem ou por mal”. Portanto, o grupo dos silenciados e/ou coagidos demonstra pessoas que se opuseram ao plano de expansão e consolidação da soja, mas que não suportaram continuar bancando os custos de suas ações.

Por fim, há o grupo contrário a sojicultura que critica abertamente as ações do agronegócio. O que é preciso evidenciar nessas relações é que cada indivíduo pode manipular suas ações, posicionamentos e falas em determinados contextos de maneira estratégica, visando não correr perigo e potencializar seus ganhos. O processo de “adocicamento” é também usado pelos moradores como forma de conseguir recursos dos sojicultores, pois ao se colocarem em posição de “inferioridade”, podem receber recursos daqueles que são mais poderosos nas relações de poder. E isso de fato ocorre. Pessoas que se dizem ambientalistas e contrários a soja, arrendam suas terras para sojicultores; moradores que não se opõem à sojicultura podem ganhar sacas de milho porque mantem uma “boa relação” com os sojicultores – da mesma forma, ganhar carona, poder pedir um favor, participar de um churrasco, etc., são outras “recompensas” que podem ganhar por manter “boas relações”.

O que acontece, portanto – que é o assunto relevante para o terceiro capítulo- é que a oposição, o conflito, ocorre quando pessoas ocupam o lugar de crítica e embate. Dessa forma o conflito pode ser velado (quando as pessoas manipulam os momentos em que vão se opor, como por exemplo, ser ambientalista mas arrendar terras para sojicultores) ou pode ser explícito (quando andar na rua pode conferir desconfortos ou perigos para a integridade da pessoa opositora a soja). Desta forma, a ideia dura de pares de oposição não auxilia a explicar em todos os momentos a realidade social. Uma oposição dualista, por mais que seja deveras didática é limitada. Assim, sugerimos - a partir da ideia de que indivíduos determinam qual papel social desempenhar a depender do momento (GOFFMAN, 2005) – que a interpretação binária da relação moradores e sojicultores possa ser substituída por um espectro separado por dois extremos: um de total oposição a total apoio dos moradores com relação aos sojicultores. Nessa proposta a perspectiva dos acontecimentos também muda e se adequa a metodologia utilizada durante a pesquisa. Portanto, estamos falando a partir da perspectiva dos moradores sobre a

A introdução da sojicultura não ocorreu “da noite para o dia”, como os moradores sugerem. Testes, eventos de divulgação, convites e criação de incentivos fizeram parte do período de 1995 até os anos 2000 – como demonstrado no capítulo 1. A sojicultura durante esse período esteve “preparando terreno” para firmar sua consolidação e expansão a partir dos anos 2000. O elemento novo que esse capítulo aborda é a forma como se deu a introdução e consolidação da sojicultura em nível local – na escala de Boa Esperança. É dessa forma, com esse cuidado de análise, que podemos entender melhor o motivo da percepção dos moradores de que “da noite para o dia” a soja chegou. Não somente a chegada foi muito rápida, mas também os impactos foram sentidos rapidamente.

A venda de terrenos e esvaziamento de terras destinadas à agricultura familiar, o desmatamento e a utilização de agrotóxicos foram impactos mais rapidamente percebidos pela população. Todos os moradores entrevistados e que pude conversar apresentam críticas a esse processo e possuem histórias para contar. É possível que vários dos comunitários que entrevistei tenham ajudado a limpar os terrenos (desmatar), ou conheçam outros moradores que foram contratados para isso, mas ocultaram esse fato de nossas conversas. A resposta ao desmatamento é sempre vinda com um sentimento de revolta e incompreensão dos motivos que levaram os sojicultores a abrir novas áreas de floresta. Hoje, a população que lembra de ter vivido épocas em quem a floresta estava mais próxima da comunidade; lembram esse fato com ares de melancolia.

O “desenvolvimento”, “progresso” e o “crescimento” que governo e sojicultores prometeram e divulgaram que ocorreria não chegou da maneira como os moradores esperavam. Receberam os novos “gaúchos” em sua comunidade, aceitaram abrir mão de terrenos que possuíam sonhando com melhora econômica para si, mas depois de tempos perceberam que o “desenvolvimento” que os sojicultores e o governo falavam era somente destinado aos agentes envolvidos com o agronegócio. A parcela dos moradores que nutre sentimentos críticos ao agronegócio e seus atores, podemos afirmar, que está baseada em ideologias, em formas de ver o mundo, que percebem a desigualdade que separa essas duas classes. Isso se aproxima das ideias de Sen (2010) que argumenta ser insuficiente o desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico de uns tendo como sacrifício as liberdades reais de outros. Portanto, é perceptível que haja oposições entre as formas de pensar dos moradores e dos sojicultores. Essas oposições são o pano de fundo necessário para a criação de situações de conflito. E esse será o tema de investigação do capítulo 3.

Ora, se Boa Esperança é uma comunidade que apresenta oposições, contrastes, diferenças e desigualdades entre a classe dos moradores e a classe dos sojicultores, resta-nos perguntar sobre a existência ou não de conflito. Teoricamente o campo de disputas está preparado, mas na prática as relações sociais são mornas e pacíficas (com algumas exceções, que são os casos de ameaça). Dessa forma, devemos lembrar a relevância de entender a posição dos moradores como um espectro que separa dois extremos (de apoio e de oposição). Qualquer ponto deste espectro pode ser percebido como atitudes possíveis a serem tomadas pelos moradores a depender de cada contexto em que estão inseridos. Caso estes contextos sejam identificados como seguros à sua integridade, surgem falas com maior tom crítico. Em contextos de incerteza ou de perigo, os moradores tornam suas falas mais neutras ou até mesmo demonstram apoio aos sojicultores. Essa forma de se relacionar no cotidiano é extremamente justificável, visto que até o pesquisador se comportou dessa maneira ao sentir medo conforme foi passando a conhecer mais casos de ameaça.

Quando a realidade é vivenciada no dia-a-dia, estratégias mais complexas precisam ser elaboradas a fim de manter uma vida tranquila em comunidades com potenciais conflitos, e é dessa forma que os moradores agem – principalmente aqueles mais críticos à sojicultura. Nesse quadro de busca por proteção, o Estado – como órgão fiscalizador – e a polícia – como força necessária para coagir ilegalidades – se mostraram ineficientes. Dessa forma um sentimento geral que pude perceber é de “cada um por si e Deus por todos” – como já diz o ditado. É desse modo que o fato do morador ambientalista alugar terras para sojicultores não seja totalmente contraditório: pois é uma forma de eliminar situações de perigo das relações sociais.

Por fim, é preciso reconhecer a eficácia das agroestratégias como forma de conquistar, cooptar, convencer que o “agro” é a solução e melhor opção para se chegar ao desenvolvimento. Esse desenvolvimento é baseado na posição de destaque que fatores econômicos ocupam, colocando as preocupações de preservação ambiental em posições inferiores. Dessa forma é possível afirmar que a natureza está, na prática, subordinada à economia. Tal subordinação dos aspectos ecológicos aos econômicos é uma das características que podemos adicionar ao conceito de agroestratégias (ALMEIDA, 2009, 2010, 2011).

Há, ainda, outras conclusões às quais podemos chegar ao observar a prática dos atores do agronegócio ao explorarem e manipularem os recursos naturais da maneira como o fazem. Ao interpretarmos às práticas econômicas à luz dos aspectos culturais e simbólicos, percebemos que toda produção é baseada em intenções culturais (Sahlins, 2016, p. 261). Isso significa dizer que qualquer processo produtivo não é somente orientado por escolhas racionais, mas que

possuem também orientações culturais que determinam que o valor de uso dos objetos também possui um valor simbólico (Sahlins, 2016). Plantar soja na Amazônia não é uma ação baseada somente na viabilidade econômica deste empreendimento, mas evidencia o constante desejo de manipulação da natureza que qualquer sociedade humana moderna possui. Essa necessidade de elaboração cultural da natureza é assunto bastante explorado pela produção antropológica, como Lévi-Strauss (2009), demonstra. A questão é que nossa sociedade encontrou na dominação e manipulação da natureza a forma de lidar com essa dualidade. Portanto, o sucesso da soja na Amazônia representa o sucesso exploração da natureza; em outras palavras, plantar soja na Amazônia é mensagem simbólica de que o agronegócio é capaz de manipular a natureza extraindo dela riquezas e gerando desenvolvimento para a sociedade.

Esse é um elemento simbólico extremamente importante para a compreensão da ideologia desenvolvimentista do agronegócio brasileiro. Demonstra que os atores do agronegócio acreditam na subordinação da natureza ao trabalho humano. Essa perspectiva é, muitas vezes, pouco compreendida e aceita por populações que cresceram em contato com a floresta – como o caso de muitos agricultores familiares do Planalto Santareno. Diferentemente dos atores do agronegócio, muitos moradores percebem valores que estão além do valor de uso e valor de troca na natureza. Muitas vezes acreditam que a natureza, a floresta possui um valor intrínseco – e talvez seja essa a maior oposição ideológica entre a maneira de pensar do agronegócio e a maneira de pensar de alguns moradores críticos à soja.

Não somente há distinções simbólicas, ideológicas e econômicas entre moradores e sojicultores. É preciso lembrar que a dimensão do poder é extremamente relevante para compreendermos a dimensão das relações sociais na região. A disparidade econômica e a disparidade de poder são elementos centrais no que dizem respeito à capacidade de cada ator conseguir mobilizar recursos a fim de atingir seus interesses. Como a disparidade é evidente entre estes grupos, é possível perceber que as externalidades do processo produtivo são mais sentidas por um grupo do que por outro, ao passo que não usufruem dos ganhos de tal processo. É este cenário que evidencia a existência de uma situação de injustiça ambiental (Zhou e Laschefski, 2014). Dessa forma o conceito de injustiça ambiental se refere:

“[...] a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania” (2014, sem página).

Portanto, a forma como encerro este tópico é para introduzir a temática do conflito. Quando nos referimos a conflito, buscamos melhor qualifica-lo como “socioambiental”. O conflito socioambiental se refere a “disputas entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural” (LITTLE, 2001, p.107). Para concluir, reforço novamente a ideia de que a comunidade de Boa Esperança é uma comunidade pautada em profundas desigualdades sociais e econômicas baseadas em como cada grupo se relaciona com o meio-ambiente, ao mesmo tempo que é curioso observar que as relações entre sojicultores e moradores teriam tudo para ser conflituosas de maneira geral, mas não o são. Por quê? É com essa pergunta que podemos iniciar o terceiro capítulo.

Capítulo 3

1. Introdução

A construção feita durante o capítulo 1 e capítulo 2 teve como intuito criar um percurso para se chegar ao capítulo 3. Não estamos analisando aspectos fragmentados da realidade, mas criando uma linha de pensamento para culminar nas análises sobre o conflito social (ou socioambiental) que ocorre na comunidade rural de Boa Esperança. Como forma de recapitular as ideias percorridas, podemos resumir o percurso da seguinte forma: durante o capítulo 1 discorreu-se sobre como fatos históricos ocorridos desde a fundação de Santarém até a contemporaneidade influenciaram na formação de discursos e, como tais discursos influenciaram o percurso de fatos históricos. Devemos lembrar que ao abordarmos o discurso estamos mirando em um nível menos explícito do que meramente o textual: procura-se analisar o discurso para se chegar à camada ideológica: que orienta qualquer ação. Nesse sentido, o significado de ideologia refere-se à condição necessária para a constituição do sujeito e dos sentidos de um texto (ORLANDI, 2009). Portanto, ao analisarmos fatos históricos e discursos utilizados para narrar tais fatos, percebemos que a busca pelo progresso e desenvolvimento econômico e social se tornou um ideal cristalizado para as elites. Isso, mais tarde, criou condições para processos migratórios e de exploração da natureza. Os conflitos surgem quando essa busca das elites por progresso e desenvolvimento começa a tomar contornos contrastantes com os ideais de grupos populares, tradicionais, camponeses, religiosos, ambientalistas, dentre outros.

Cada momento histórico teve seus conflitos delineados de uma maneira específica, alternando os atores em jogo e quais papéis desempenhavam. Com o avanço da fronteira agrícola para o norte do Brasil, principalmente com os incentivos e atividades realizadas pelo governo militar brasileiro, tem-se na década de 1970 as primeiras grandes obras de infraestrutura como realização de um plano nacional na qual se buscava “integrar para não entregar”⁷⁹. Dessa forma foram necessárias correções quanto “a vulnerabilidade, a defesa, segurança e soberania nacionais e incrementar sua densidade populacional [na Amazônia], estabelecer vias de comunicações e consolidar a ocupação do território através de uma rede de núcleos urbanos e vias de circulação [...]”. (ARMENTANO, 2010, p.3). Assim, o Estado buscou promover o assentamento de comunidades agrícolas às margens das rodovias amazônicas, que

⁷⁹ Slogan nacionalista do início do governo militar.

também facilitavam o transporte de cargas e passageiros (SANTOS, SILVA & FERREIRA, 2016).

Esse movimento do governo militar foi decisivo para implementar a infraestrutura que permitiria ao agronegócio se consolidar com a soja por volta dos anos 2000 na região de Santarém. A chegada e consolidação das atividades do agronegócio fez surgir um novo grupo no sistema social santareno: os sojicultores, localmente conhecidos como “sojeiros”. Acompanhados de promessas, capital, apoio financeiro e político, eram apresentados para a população como aqueles que seriam responsáveis pelo progresso que finalmente chegaria em Santarém. Não é por outro motivo que, apoiados por jornais de circulação local, o tema apareceu como manchete, em 1997, do Jornal de Santarém e Baixo Amazonas: “Soja – Uma esperança para Santarém”.

Com a instalação e expansão das atividades graneleiras, surgiram os primeiros impactos e, também, as críticas e ações contrárias ao agronegócio. A parcela da população crítica ao agronegócio acreditava que o desenvolvimento que a “sojicultura” prometia foi ilusório. Para essa parcela crítica, o desenvolvimento estaria na valorização da natureza e dos povos que nela vivem e produzem, levando em consideração a fragilidade do bioma amazônico como aspecto limitante do desenvolvimento e das atividades neoextrativistas. Esse embate resultou em momentos de tensão em Santarém e no Planalto Santareno: agressões públicas, fechamento do porto da Cargill por determinações judiciais, protestos a favor e contrários à soja, ameaças de morte, desaparecimento de comunidades rurais, desmatamento e moratória da soja, além de várias outras problemáticas bem descritas no primeiro capítulo. Portanto, o contexto para emergência de conflitos está dado e consolidado desde, aproximadamente, 2005 em Santarém.

É preciso lembrar que Santarém é a centralidade (numa relação de centro e periferia) do Planalto Santareno. Quando fatos e tendências ocorrem na centralidade é observado consequências na periferia. O campo, desta forma, sofre com as decisões que são tomadas na cidade; e, da mesma forma, Santarém também sofre influencias das decisões tomadas no seio dos governos estaduais, da União, e de uma tendência geral de valorização das commodities na América Latina a partir dos anos 2000 (SVAMPA, 2019). Assim, em nível comunitário, podemos afirmar que Boa Esperança absorve as tendências que ocorrem na centralidade ao mesmo tempo que modifica essas forças de acordo com a cultura local: mostrar essa relação foi o intuito do capítulo 2.

O capítulo 2 surge como forma de analisarmos a história social de Boa Esperança com a finalidade de perceber como atores locais interagem entre si e reagiram às tendências regionais

e locais. Como a soja, desde pouco depois dos primeiros anos de sua chegada já tinha se tornado um elemento polarizador da sociedade, também Boa Esperança se torna polarizada com a chegada dos sojicultores na comunidade. Os sojicultores chegaram na comunidade oferecendo empregos, renda, nas suas palavras “desenvolvimento”, ao passo que os moradores, em um primeiro momento, aceitaram sem oposição a entrada deles na comunidade. Os primeiros problemas surgem quando moradores percebem que os empregos prometidos ocorreram somente no momento de conversão da terra para receber a sojicultura e que o desenvolvimento prometido era um desenvolvimento “só para eles lá”⁸⁰. Mas os problemas não começaram a ocorrer quando os sojicultores chegam na comunidade, a “era de ouro” já havia passado, deixando algumas poucas atividades econômicas rentáveis para a população – além de criar, na comunidade, situações de vulnerabilidade.

Esse capítulo também apresentou as estratégias utilizadas pelos agentes do agronegócio para a inserção da sojicultura na comunidade, ao mesmo tempo que melhor compreendemos como as agroestratégias (ALMEIDA, 2010) podem operar em nível local. Também foi no capítulo 2 que se observou como a relação entre desmatamento e plantios de soja (PNUMA, 2006) ocorreu, na visão dos moradores, na comunidade rural de Boa Esperança. Esse fato enfraquece a legitimidade da argumentação de que plantios de soja somente ocorrem em áreas degradadas, ao mesmo tempo que nossa análise do capítulo 2 permitiu demonstrar que as raízes da degradação ambiental são antigas, que remonta aos anos 40. É preciso lembrar que cada ciclo econômico (madeireiro, arroz, mandioca, pimenta-do-reino, gado e soja) acentuou a degradação que vinha ocorrendo. Esses fatos estão relacionados com os apontamentos de Abramovay (2019), na qual práticas ilegais de desmatamento na Amazônia ocorrem sem a devida fiscalização e punição dos envolvidos. Uma vez que essas áreas foram desmatadas, legitima-se a expansão de áreas de soja sob novos terrenos pois entende-se que áreas degradadas poderiam estar produzindo: essa é uma situação na qual desmatadores e sojicultores conseguem realizar suas atividades produtivas.

Por mais que existam outros atores em relacionamento a nível de Boa Esperança, fez-se necessária uma escolha metodológica para analisar o relacionamento entre sojicultores e a parcela crítica da população de Boa Esperança: se há relações de conflito na comunidade é observando a interação entre esses grupos que podemos obter resposta. Mas o “conflito” possui uma característica que precisou ser analisada para a melhor compreensão das dinâmicas sociais.

⁸⁰ Essa fala é comum de ouvir dos moradores. Quando eu perguntava se a sojicultura trouxe algum desenvolvimento para a região eles me respondiam “só para eles lá”.

Em várias partes do texto o conflito foi apresentado como uma possibilidade, como interação social velada, e também foram utilizados sinônimos para se referir a essa dinâmica, como por exemplo: “tensionamento” e “contrastes”. Essa forma de proceder se baseou nas ambiguidades das relações sociais entre esses grupos. Muitas vezes os sojicultores são vistos por parte da população dos municípios (Santarém, Belterra, Mojuí) como pessoas “gente boa”, “super tranquilos”, e outros adjetivos e expressões carregadas de boas qualidades. Ao mesmo tempo são apontados pela parcela crítica da população desses municípios como os responsáveis por parte da degradação ambiental que impacta negativamente nas condições de vida dos comunitários. Nessa dinâmica social, as relações de poder se tornam evidentes, bem como a capacidade de mobilizar recursos e outros atores para a conquista dos interesses de cada grupo. Essa diferença traz consigo ações e reações que são contrárias aos interesses de classe do outro grupo, como por exemplo a problemática do “veneno”.

Os agrotóxicos são um dos temas mais polêmicos da comunidade. Praticamente todos os entrevistados e pessoas com os quais tive contato possuem visões críticas sobre a utilização dos “venenos”, apesar de não possuírem nem conhecimento e nem apoio para realizar qualquer tipo de alteração na forma e na quantidade de “veneno” pulverizado. Dessa forma, os agrotóxicos, por mais que sejam objetos de repulsa comunitária, são naturalizados, pois não há outro horizonte possível – aparentemente.

Entretanto as ambiguidades não se encerram por aí. Um dos fatos mais relevantes é sobre a percepção do conflito na comunidade: por mais que tenha ocorrido casos de ameaças abertas a comunitários, quando eu perguntava aos moradores se eles conheciam casos de conflitos ou ameaças, me respondiam que não. Isso era um elemento que julguei ser relevante para investigação. Pensava: como é possível os moradores me responderem que não há conflitos nem ameaças enquanto eu acreditava que os casos de ameaça fossem compartilhados entre as redes de comunicação e troca de informação dentro da comunidade, enquanto os moradores percebem os impactos e externalidades negativas dos campos de soja, e enquanto os moradores percebem a desigualdade de renda que separa sojicultores dos comunitários? Buscava apoio na bibliografia disponível sobre o tema (SIMMEL, 1983; LITTLE, 2001; ZHOURI & LASCEFSKI, 2014(?); ASCELRAD & BEZZERA, 2010) e percebia que essa realidade de Boa Esperança possui tudo para a caracterização de uma localidade conflituosa. Entretanto, ao levar em consideração a perspectiva local, precisava entender por que os interlocutores da pesquisa - na maioria esmagadora das vezes – negavam a existência de conflitos e de ameaças.

É sobre essa questão que este último capítulo se debruça. Em outras palavras, nos perguntamos quais elementos estão em jogo para fazer com que, na realidade local, os atores se comportem paradoxalmente em relação ao conflito. O que está em jogo? Como esse comportamento paradoxal pode ser explicado? Que fatores influenciam essa dinâmica? Existe uma lacuna entre a teoria acadêmica e a dinâmica das relações em Boa Esperança?

Para melhor responder essas perguntas, iniciaremos o próximo tópico abordando os antecedentes históricos que apontam para uma violência que começa na centralidade de Santarém e se expande para a periferia. A hipótese para isso é a seguinte: acontecimentos históricos são, também, simbólicos e por isso servem como peças para a identificação do quebra-cabeças que é o outro; em outras palavras, fatos do passado servem para grupos coletarem informações sobre os outros e planejarem suas estratégias de relacionamento. Em seguida, precisaremos observar os dados que apontam para uma realidade, aparentemente, paradoxal. Para demonstrar essa interpretação ao leitor ou leitora é preciso mudar a escala e o tempo de análise; é preciso observar a realidade do Planalto Santareno, e não só a realidade de Boa Esperança em seu contexto histórico. Para isso, começaremos com análises sobre os antecedentes que precederam a atual dinâmica social. Em um segundo passo, observaremos os dados levantados durante as atividades do INCT-ODISSEIA para ter um retrato atual dessa questão.

2. Antecedentes (ou os conflitos do passado)

2.1. Esforços da ditadura

Como descrito no primeiro capítulo, os acontecimentos históricos, as escolhas políticas, a condição de colônia do Brasil em relação a Portugal e o atual paradigma produtivo baseado no “consenso das *Commodities*” (SVAMPA, 2019) estavam e estão ancorados em modelos produtivos predatórios e orientados para a produção de mercadoria para consumidores internacionais (SVAMPA, 2019; PNUMA, 2006). Nessa relação, a busca por progresso e desenvolvimento se deu “quase sem rupturas com as estruturas anteriores de dominação política e social [...]: deu-se sem negar o passado escravista [,colonizador] e destruidor da natureza que, de morada ou território, foi transformada em ‘recurso natural’ a ser explorado até a exaustão (SVAMPA, 2019:, p.10-11)”

Esse cenário de continuidade das práticas de dominação política e social, ao longo do tempo, fez gerar “renda para as classes senhoriais” (SVAMPA, 2019, p.9) ao mesmo tempo que estruturou e organizou, além de legitimar, investidas para a expansão de áreas de fronteiras: espaço ou “ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos” (MARTINS, 2019, p.10). Fronteira, no sentido dado por Martins (2019) também é entendida como um espaço em que degradações ambientais, sociais, crimes, violência e assassinatos seriam justificáveis, pois a vítima (aqueles grupos que “estão do lado de lá”) seriam menos humanos do que os grupos que estão “do lado de cá”. Essa violência e essas ações de expansão para áreas onde o Outro é menos humano existe para “viabilizar a existência de quem domina, subjuga e explora” (MARTINS, 2019, p.11). Não só para viabilizar a existência, mas também argumento que esse esforço surge para justificar ações e ideologias feitas sobre os grupos que sofrem de situações de Injustiça Ambiental (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2014).

O governo militar (1964-1985) é um dos grupos da história recente que mais influenciou na ocupação da Amazônia da forma como vemos hoje. Sob as ações da Política de Integração Nacional (PIN), buscava-se colocar em prática o plano de “integrar para não entregar”. O PIN, portanto, era uma política também voltada a resolver problemas enfrentados pelo governo militar, como: a ideia de que a Amazônia e outras áreas do país eram “vazios do território nacional” (SAUER e MARTINS, 2016); minimizar os conflitos por terra na região Sul, Sudeste e Nordeste (SAUER e MARTINS, 2016); expandir o mercado interno brasileiro (SANTOS, SILVA & FERREIRA, 2016); e estimular o desenvolvimento industrial (WARNKEN, 1999). Assim, como argumentado no primeiro capítulo, sugere-se que o governo militar foi responsável pela renovação das práticas econômicas e territoriais que buscavam desenvolver a sociedade brasileira ao mesmo tempo que buscou acompanhar a tendência de que a sociedade ocidental industrial teria a “possibilidade de progresso e crescimento ilimitado” (SANTOS, SILVA & FERREIRA, 2016). Para isso seria necessária a exploração dos recursos naturais e territoriais. Investir na expansão de áreas de fronteira (SAUER e MARTINS, 2016) seria uma das soluções com melhor custo benefício já que: as terras seriam não ocupadas, ou insuficientemente ocupadas; e, o custo e constante mudança produtivas destas terras atraíram interessados para explora-las como fronteira agrícola.

As obras de infraestrutura foram consideradas pilares para se chegar ao “desenvolvimento”, dessa forma as ações centrais do governo militar foram a construção de rodovias (como a BR-163 e a PA-370), hidrelétricas (como a do Curuá-Una) políticas e

programas de incentivo (PIN e atuações da SUDAM) que atraíam o investimento privado e de outros grupos interessados na região. Neste momento, ainda década de 1970, não podemos falar em agroestratégias (ALMEIDA, 2010), pois, além de ser um anacronismo, a própria fronteira agrícola ainda estava -relativamente – longe da Amazônia. O que podemos sugerir é que parte da população que acompanhou e participou do processo de integração da Amazônia, estava inserida como agentes que apoiavam e exigiam que o desenvolvimento chegasse logo à essa região – por mais que pudessem ter diferentes concepção do que deveria ser esse “desenvolvimento”. O artigo de Santos, Silva e Ferreira (2016) é muito elucidativo, nesse sentido, pois apresenta fragmentos de reportagens de jornais que demonstram a ansiedade popular para que o tão sonhado desenvolvimento chegasse em Santarém. Cito vários fragmentos de reportagens apresentados por esse artigo para demonstrar como a mídia estava empenhada em apoiar qualquer ação que promettesse o desenvolvimento/progresso/crescimento. É curioso observar que em alguns momentos esse apoio possa se parecer de mais com propaganda política a fim de legitimar o governo que havia tomado o poder há pouco tempo:

“Reportagem 1:

Tudo indica que, realmente, vamos ter a concretização do grande sonho de todos os santarenos, e porque também não dizer, de todos os brasileiros que conhecem a Pérola do Tapajós e tem confiança no seu futuro. (...) a grande festa de inauguração da primeira usina hidro-elétrica da Amazônia, que vai gerar energia em abundância para acelerar o progresso de Santarém e de toda a região circunvizinha. Devemos pois aguardar com fé a realização dessa grande obra e até mesmo fazer preces a Deus, para que continue iluminando e protegendo todos aqueles que estão ligadas à grande realização, a fim de que tudo possa correr conforme está previsto e nós possamos, dentro em breve, viver as grandes alegrias de ver concretizado esse grande sonho. (JORNAL DE SANTARÉM, 1973, s/p).

Reportagem 2:

Aqui em Santarém, entretanto, apesar de tudo quanto se tem recebido do Governo Revolucionário, quando o Grande Presidente Médici, de um modo eminentemente patriótico voltou as forças do seu Governo para a Amazônia, com a finalidade de desenvolvê-la para integrá-la de maneira decisiva ao contexto nacional, destacando se o nosso município como um dos importantes pontos de convergência de impulso de Governo. (JORNAL DE SANTARÉM, 1973).

Reportagem 3:

O PROGRESSO Está Chegando Pela Estrada

Já não são apenas os carros que vez ou outra chegam trazendo algumas cargas(...). Já estão chegando também os carros frigoríficos [sic] trazendo gêneros

alimentícios que são vendidos diariamente (...). São as frutas, os legumes de boa qualidade que chegam para tornarem mais farta a mesa dos santarenos (...) cuja balança dos preços sempre esteve sujeita à lei da oferta e da procura. Esses e outros importantes aspectos positivos estão sendo apresentados pela grande rodovia da integração amazônica que num futuro bem próximo se transformará na grande arte'ria [sic: artéria, provavelmente] por onde correrá um fluxo constante, o progresso dessa vasta região.

Reportagem 4:

PROGRESSO PALPÁVEL

‘Quase não reconheci Santarém, tão transformada pelo progresso que encontrei (...) tôda pessoa que chegava a São Paulo falava do progresso desta terra e eu ficava idealizando mentalmente êsse progresso. Hoje, ao chegar aqui, verifico que jamais poderia fazer uma idéia do desenvolvimento da terra, que está em ritmo acelerado. Belas praças, ruas asfaltadas (...)’ (IDA DE JESUS PICANÇO, enfermeira paraense, depois de 23 anos de ausência de Santarém)

‘Ano passado estive aqui. Posso afirmar que quem passa um ano fora de Santarém ao regressar encontra grandes modificações. Estou maravilhada com tanto progresso na minha terra. Visitei Curuá-uma ano passado e êste ano, ao renovar a visita, observei o quanto se fez de trabalho para êxito dessa futura hidroelétrica. A emoção que sentimos é grande, ao vermos a grande atenção que o nosso brilhante presidente Garastazu Médici está dando a Santarém’. (BERENICE CASTRO, O JORNAL DE SANTARÉM)

As próprias autoras deste artigo - que compilou as reportagens de jornais – apresentam análises importantes para a compreensão deste contexto cuja busca por desenvolvimento, progresso e crescimento é central para o entendimento da ideologia que orientou e orienta ações no plano político, econômico e ambiental. Um primeiro aspecto que podemos apontar sobre a elaboração das autoras é que houve um apoio midiático às ações governamentais cujo intuito era induzir “os cidadãos a associar os grandes projetos que se instalavam na região para a realização de obras com a possibilidade de progresso e crescimento econômico do país.” (SANTOS, SILVA & FERREIRA, 2016, p.65). Esse elemento é central para convencer a opinião pública sobre os benefícios das apostas governamentais e empreendimentos (tanto estatais quanto privados). A mídia atual, da mesma forma, ainda atua como veículo para legitimar e incutir posições de apoio à sojicultura em Santarém. Assim, percebemos a mídia como um elemento relevante para a propagando do desenvolvimento: em 1970, o desenvolvimento estaria chegando com as obras de infraestrutura; em 2000, o desenvolvimento que ainda não tinha chegado com as obras de infraestrutura, deveria chegar com a sojicultura e instalação de portos graneleiros.

É interessante perceber como a história parece se repetir. Neste artigo de Santos, Silva e Ferreira (2016), as autoras também dedicam uma parcela do texto a compreender a chegada dos imigrantes do Sul do Brasil, também na década de 1970 – devido às atividades do PIN, da SUDAM e da missão do Batalhão de Engenharia e Construção (BEC) em Santarém (este Batalhão era originário de Lages (SC)). De acordo com elas:

“Em 1971, o jornal de Santarém anunciou a chegada dos imigrantes da região sul. Segundo o jornal, os imigrantes dariam uma parcela de colaboração ao desenvolvimento regional, sendo que geralmente eram indivíduos ligados ao Batalhão de Engenharia e Construção (BEC). Como os imigrantes vinham para ajudar na integração da Amazônia ao restante do Brasil, era necessário serem bem recebidos, [pois] o [santareno] ajudaria a construir a imagem do Brasil como uma pátria unida e forte” (2016, p.65)

Neste momento, o que se percebe, é que o desenvolvimento é trazido por pessoas que de certo modo estariam mais a frente, ou possuiriam o conhecimento para se chegar no nível de progresso desejado. Um governo militar forte e ambicioso para tornar o Brasil integrado e desenvolvido: para isso, era preciso que cada um soubesse sua parte no jogo – uns iriam construir obras de infraestrutura, outros deveriam receber bem os agentes do desenvolvimento. É interessante compreender que as autoras observam que esse “desenvolvimento” sempre foi um elemento exógeno e não endógeno em Santarém – com atores ligados a outros estados ou com atores internacionais. Essa história se repete anos mais tarde quando os sojicultores são identificados como “gaúchos”: não há – ou há muito pouco – paraenses, ou pessoas de origem amazônica, que cultivem soja.

Os elementos demonstrados até o momento - não somente neste tópico, mas em toda a dissertação - complementam a argumentação das autoras de que a “maneira como se organizou e materializou as políticas de desenvolvimento e integração da Amazônia, nota-se o entendimento de desenvolvimento como crescimento econômico, e considera que este deve ser obtido através do uso das riquezas naturais” (SANTOS, SILVA & FERREIRA, 2016, p.66). Esse paradigma persistiu e persiste até os dias atuais. Analisar o passado é ferramenta para perceber as raízes das atividades e fenômenos atuais. Dessa forma, o desenvolvimento que deveria ocorrer com as obras de infraestrutura alterou-se ao longo do tempo. A busca pelo crescimento, desenvolvimento e/ou progresso persistem e hoje, em Santarém, estão muito ancoradas na cadeia produtiva da sojicultura. Em outras palavras, pode-se considerar que atualmente a soja é um dos símbolos do desenvolvimento na Amazônia. Plantar este grão na floresta é ao mesmo tempo uma vitória humana na relação homem-natureza, ao mesmo tempo

que se utiliza das ideias de disponibilidades de terras amazônicas para se aumentar às áreas destinadas ao agronegócio.

2.2. Os conflitos após a chegada da sojicultura

Como demonstramos nos capítulos anteriores, a soja não é um elemento desconectado da realidade política e produtiva da região de Santarém. É, na verdade, um resultado de ações governamentais que atraíram interesses particulares facilitados pela existência de um paradigma de exploração da natureza nas terras amazônicas⁸¹ instaurados décadas antes. O capítulo 1 discorre sobre o processo de chegada, expansão e consolidação da sojicultura em nível municipal, de Santarém e cidades vizinhas; já o capítulo 2 discorre sobre como foram esses processos em nível comunitário, de Boa Esperança. Revisitar esse assunto agora é focar nossa análise nos processos geradores de conflito que ocorreram na chegada, na expansão e na consolidação da sojicultura em Santarém. Esses elementos, esses acontecimentos conflituosos, operam na memória dos atores e funcionam como mediadores nas relações que diferentes grupos estabelecem entre si. Por exemplo, como iremos demonstrar por meio de reportagens de jornais e outros dados, os eventos ocorridos no passado são lembrados atualmente pelos atores envolvidos na relação; esses atores baseiam-se nas experiências passadas para adequar suas expectativas à realidade ou às capacidades de ação que cada grupo possui atualmente. Desta forma, o intuito deste tópico é de registrar e apresentar, ao leitor ou leitora, eventos violentos e/ou conflituosos que influenciaram na situação social atualmente vivida pelos atores em questão.

Conforme exposto anteriormente, a soja chega à Santarém como uma promessa de desenvolvimento e empregos, como um símbolo de riqueza e de sucesso do domínio da natureza pelo agronegócio. Os primeiros debates que surgem são provenientes de deputados locais que defendiam melhorias das atividades econômicas vinculadas ao ecoturismo que já ocorria na região. A “Pérola do Tapajós” tinha esse nome por suas belezas naturais, também, e isso movimentava o setor de turismo na região. Entretanto, próximo aos anos 2000 o ecoturismo

⁸¹ Aqui é preciso lembrar que a Amazônia pode ser vista como símbolo, como local de potencialidades não aproveitadas pelo mercado: área de imensas extensões de terras improdutivas, ao mesmo tempo que repleta de recursos naturais passíveis de se tornarem commodities, ao mesmo tempo que é uma região de supostos vazios demográficos. Na relação entre natureza e cultura, um dos paradigmas dominantes que orientam as atividades econômicas na Amazônia, a floresta tem que ser controlada, explorada, suas riquezas subtraídas, e suas pessoas integradas.

enquanto alternativa para o desenvolvimento foi solapada pela hegemonia e esperança criada pela inserção da soja na região do Planalto Santarém.

A sojicultura foi um projeto econômico amplamente divulgado pelo governo municipal, ao passo que teve apoio de bancos, órgãos de créditos, empresas e outros grupos interessados. Foi um projeto bem-sucedido inicialmente pela eficácia de convencimento popular que as agroestratégias (ALMEIDA, 2010) forneceram; a soja era, portanto, uma esperança para Santarém⁸². Críticas e alertas sobre as externalidades e prejuízos da inserção dessa cultura existiam desde 1998, mas eram poucos atores que denunciavam e seu discurso possuía pouco impacto social: os contrários eram ambientalistas, professores universitários ou pesquisadores – poucos articulados entre si.

Esse cenário começa a mudar quando a Cargill ganha a licitação de operação portuária em Santarém em 1999 e em 2003 inaugura o seu porto. A partir de 2003, ONGs começam a participar da polêmica e ressurgem debates sobre alternativas de desenvolvimento para a região. Ao mesmo tempo começam a aparecer denúncias sobre os danos ambientais causados pela construção do porto da Cargill, visto que a empresa havia iniciado as obras apenas com a “apresentação do Plano de Controle Ambiental, instrumento menos oneroso que o EIA/Rima”⁸³. Pouco tempo depois, já com a atuação da ONG Greenpeace, o jornal Gazeta de Santarém, na edição de 13 a 19 de dezembro de 2003, publica que o “MPF pede a demolição da Cargill”. A reportagem afirmava que o Ministério Público Federal entraria com uma ação na Justiça Federal pedindo a demolição do porto graneleiro por associar as atividades do porto com o aumento de desmatamento e queimadas na região. Nessa primeira leva de críticas, além do Greenpeace, partes da Igreja Católica e do STTR começam a se mobilizar e divulgar notas contrárias às atividades graneleiras. É claro que surgem respostas às críticas: em 12 de dezembro de 2003, o jornal O Impacto publica nota de um vereador solidário à Cargill: “‘Eu lamento que meia dúzia de pessoas queira engessar o desenvolvimento do Município’, disse o vereador, afirmando que a Cargill está contribuindo não apenas para a economia local, mas para a economia nacional”. Assim, ONGs e outras entidades e atores são taxados de “atuarem contra o desenvolvimento”⁸⁴. Nesse ano, o apoio governamental já tinha alcançado destaque em nível estadual e federal. O que havia começado como um experimento de iniciativa da gestão do prefeito de Santarém Lira Maia, em 2003 recebia apoio da gestão de Simão Janete, governador

⁸² Estou fazendo referência à icônica reportagem denominada “Soja – Uma esperança para Santarém, do Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, publica na edição de 03 a 09 de maio de 1997.

⁸³ De acordo com reportagem da Gazeta de Santarém, publicada na edição de 22 a 28 de novembro de 2003.

⁸⁴ De acordo com a reportagem de 6 a 12 de dezembro de 2003 publicada pelo Jornal de Santarém e Baixo Amazonas.

do Pará (2003-2007). Sua gestão se mostrou aliada dos atores do agronegócio e defensora da atuação do porto da Cargill em Santarém.

Ainda em 2003, o STTR de Santarém já estava denunciando que ao menos duas comunidades já haviam desaparecido “por causa da soja”. De acordo com a reportagem de 27 de setembro a 03 de outubro de 2003 do Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, o STTR havia atestado essa realidade de desaparecimento de comunidades e o Coordenador da Pastoral da Diocese de Santarém confirmou a informação. Tanto a comunidade do Prata quanto a da Paca, situadas na rodovia Santarém-Jabuti, desapareceram por conta da venda total de suas terras aos sojicultores. O jornal completa: “Os que abandonaram suas comunidades por espontânea vontade [sic] venderam suas terras ‘por uma bagatela’ e se mudaram para o centro urbano. Os expulsos, saíram debaixo de ameaças de morte ou de dano, foram forçados a abandonar o campo”. Dessa forma, já em 2003, era possível diagnosticar processos de degradação ambiental e de violência no campo. Ambos os processos surgem como subproduto da busca por desenvolvimento representada nas ações de empresas, sojicultores e desmatadores da região.

Graças aos conflitos em níveis judiciais, o porto graneleiro da Cargill foi fechado duas vezes, uma em 2004 e outra em 2007, pela inexistência de um EIA/RIMA que orientasse as ações da empresa. Ambos os momentos foram observados com bons olhos pelos grupos contrários à soja, enquanto, para os grupos do agronegócio foram momentos de grande incerteza e impactos econômicos. Se lembrarmos a Tabela 6, podemos observar que os anos de 2004 a 2007 foram os anos de conflitos mais evidentes com relação à temática da soja. Com a judicialização dos processos contra a Cargill, diferentes grupos se lançaram como oponentes ou como apoiadores das atividades da empresa. O funcionamento da Cargill é central para todo escoamento da produção de soja na área de influência da BR-163. Um possível fechamento da empresa seria sentido por todos os agricultores de grãos, por isso que esse assunto seria tão estratégico: por um lado poderia frear a expansão das atividades exploratórias e degradantes na Amazônia, por outro seria um prejuízo enorme para todos os agricultores e outros atores que investiram em qualquer setor vinculado à produção de soja.

Os lados se tornaram polarizados durante esse período e vários acontecimentos esquentavam os ânimos dos envolvidos no conflito. ONGs, STTR e Igreja Católica organizavam protestos em defesa da Amazônia e contra a soja; instituições e empresários olhavam com preocupação tais mobilizações e cobravam maiores proteções legais e garantias aos governos. Em janeiro de 2004, acontece o primeiro fechamento do porto por decisão

judicial: vários grupos saíram em defesa da empresa ao mesmo tempo que protestos contrários continuavam a ocorrer.

Por outro lado, no campo, os conflitos vinham ocorrendo por conta da pressão fundiária: já havia casos de violência por parte de grileiros e desmatadores, mas a violência praticada por sojicultores não era somente física, mas também simbólica. Uma reportagem de 22 de outubro de 2004, do jornal O Impacto, mostra uma das ocasiões de conflito no campo decorrente das ações de sojicultores. A reportagem tem como título “Agricultores ameaçam confronto armado com sojeiros”, e diz:

“A região do Corta-Corda, na área de planalto, divisa de Santarém com o município de Placas, está se tornando zona de conflito. [...] A mais recente enxurrada de problemas pelos quais os trabalhadores rurais têm de passar está relacionada à expansão do setor agrícola com o crescente cultivo de grãos no Município. O que não estava previsto é a invasão de terras do patrimônio da União, já demarcadas para serem transformadas em assentamento, como foi denunciado pelo presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Água Azul.

[...]

De acordo com o relato dos produtores, os problemas começaram em 2003, quando um grupo de plantadores de soja andou à caça de terras para comprar. ‘Não houve ninguém que quisesse vender, no começo. Mas logo depois, alguns chefes de famílias assentadas aceitou [sic] negociar e já venderam vários lotes’. [...] A situação é tão grave que os agricultores já pensam em medidas drásticas. ‘São quase 33 mil hectares já invadidos, comprados ilegalmente ou grilados. [...] Só um tal de ‘Carlão’ tem uma área de 11 mil hectares’. Ele [o produtor rural denunciante] diz que a invasão é liderada por grupos sojeiros que vieram da região Sul. [...] ‘Têm famílias indo embora, largando suas terras para não morrer’ [...]. Ele fala do caso de um rapaz identificado pelo prenome Sivaldo, que deixou sua residência e a sua lavoura sob ameaças do tal grupo de sojeiros. ‘Ele foi ameaçado de morte. Se não saísse de lá, morria. Tudo porque não quis vender as terras’.

[...]

[...] Além de ter[em] que defender suas áreas, essas famílias [do assentamento] ainda precisam conviver com a desassistência do governo. [...]

[Os representantes do movimento da associação de pequenos produtores] vieram também [à Santarém] para dar um ultimato à Polícia Federal (PF), ao Incra e ao Ibama. ‘No próximo dia 24 (domingo), as famílias vêm à Santarém. Na segunda-feira (25), vamos ao Incra pedir providências. Queremos conversar, negociar, fazer um acordo. Se não der resultado, nós mesmo vamos invadir. [...] vamos invadir área que é nossa. E vamos com a cara e a coragem. Agora, queremos alertar que, se acontecer qualquer coisa com um de nós, nós sabemos o que fazer. Se preciso for, nós

vamos à Brasília. Vamos a qualquer lugar, mas processaremos a Polícia Federal, o Incra e o Ibama, por causa da falta de atitude deles”.

Dessa forma, é interessante perceber que o conflito de Corta-Corda apresenta vários elementos que também são similares com os elementos percebidos em Boa Esperança: a pressão fundiária é realizada por um grupo do Sul e tem por resultado a concentração fundiária e algumas ocasiões de ameaças por parte de sojicultores; a busca por adquirir terrenos é, primeiro, baseado na oferta de compra, e se tal investida não der certo, meios alternativos de pressão são utilizados: violência física, verbal e/ou simbólica, e; o governo e os órgãos fiscalizadores são percebidos como omissos. Esses elementos são constantes, são variáveis presentes, em todo o contexto do Planalto Santareno.

O ano de 2005 continua seguindo a mesma linha de eventos: protestos, conflitos judiciais, apreensão por parte dos sojicultores e agentes do agronegócio culminando em incerteza quanto ao futuro da sojicultura na região, conflitos no campo, novas áreas desmatadas e/ou griladas, tensões entre sojicultores e pequenos produtores rurais. Entretanto, há um fato que raramente surge nos diferentes níveis de pesquisa que realizei (seja para organização de dados primários ou secundários; seja para obtenção de dados sobre a macrorregião de Santarém ou a realidade local de Boa Esperança). Considero esse fato como um giro nas questões de conflitos socioambientais da Amazônia: o assassinato da Irmã Dorothy Stang.

Dorothy Mae Stang nasceu em Dayton, Estados Unidos, no dia 7 de junho de 1931 e foi assassinada dia 12 de fevereiro de 2005, no município de Anapu (PA). De acordo com informações da internet⁸⁵, desde 1966 a Irmã atuava junto a trabalhadores rurais com projetos de geração de emprego e renda ao mesmo tempo que buscava a minimização de conflitos fundiários. Participava da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Com o auxílio destes dois grupos buscava atuar ao lado da vida e da luta dos trabalhadores do campo, procurando a realização de uma reforma agrária justa. Sofreu várias ameaças de morte pois seus trabalhos incomodavam fazendeiros que atuavam por meio de práticas ilegais nas regiões em que ela passava. Pouco antes de ser assassinada declarou: “Não vou fugir e nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade sem devastar”⁸⁶. Morta por 7 tiros, a memória de sua atuação e o trauma de seu

⁸⁵

<https://noticias.cancaonova.com/brasil/biografia-de-irma-dorothy/>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Dorothy_Stang, ambos acessados em 03/06/2020.

⁸⁶ Disponível em <https://noticias.cancaonova.com/brasil/biografia-de-irma-dorothy/>, acessado em 03/06/2020

assassinato persiste como ícone (e também como mártir) em qualquer manifestação em favor do meio ambiente e da sociedade na região.

A morte da Irmã Dorothy, acredito, também chegou à dinâmica social de Santarém como um possível destino para aqueles ou aquelas que se destacassem na luta socioambiental na Amazônia, assim acreditavam ser possível que mais assassinatos ocorressem “para justificar a fama do Pará, onde a terra tem sido encharcada de sangue”⁸⁷. O acirramento do conflito em torno da soja, na cidade de Santarém, fez surgir eventos cada vez mais radicais e violentos: pessoas eram espancadas em protestos públicos, sojicultores tentavam dispersar membros do Greenpeace atirando rojões contra eles enquanto os ativistas realizavam manifestações públicas contra a Cargill, ativistas do Greenpeace eram constantemente detidos pelas intervenções que faziam contra a empresa. O ano de 2006 é especialmente rico em acontecimentos que nos ajudam a entender o passado e a situação atual de conflitos socioambientais em Santarém. Para além da moratória da soja⁸⁸ outro fato importante ocorre em Santarém nesse ano.

De acordo com o site do Repórter Brasil⁸⁹, que possui o link que nos redireciona ao blog de Jeso Carneiro⁹⁰, dois padres foram ameaçados de morte pela antiga rede social Orkut. De acordo com redator do Repórter Brasil:

“os embates entre o movimento socioambiental e o setor do agronegócio produtor de soja no Pará, mais especificamente na região de Santarém, tem se acirrado por conta de uma série de protestos e manifestações de ambas as partes. A polarização de opiniões acabou em ameaças de morte ao padre Edilberto Sena, coordenador da rádio Rural e membro da Frente de Defesa pela Amazônia, e José Boeing, advogado e pároco da igreja São Francisco, publicadas no site de relacionamentos Orkut por Derick Figueira, um jovem de Santarém, membro da comunidade do Orkut ‘Fora Greenpeace’”.

Os indivíduos contrários às ações de protesto contra a soja organizaram no Orkut uma comunidade intitulada “Fora Greenpeace”. Sabe-se também que, para além da comunidade no Orkut, o “Fora Greenpeace” foi nome de um movimento popular que organizava protestos contra a ONG e contra grupos contrários a soja. Defendiam a exploração dos recursos naturais da Amazônia como forma de se alcançar o prometido desenvolvimento. Foi dentro desse contexto do movimento, e na página da comunidade do Orkut que Derick escreve as ameaças (Figura 21).

⁸⁷ Retirado de <https://jesocarneiro.blogspot.com/2006/05/querem-outro-cadver.html>, acessado em 03/06/2020

⁸⁸ O primeiro capítulo contém maiores informações sobre o processo e a abrangência da Moratória da Soja.

⁸⁹ <https://reporterbrasil.org.br/2006/06/ambientalistas-sao-ameacados-de-morte-no-para/>, acessado em 03/06/2020

⁹⁰ <https://jesocarneiro.blogspot.com>, acessado em 03/06/2020

Figura 21- Ameaças de morte no Orkut, fonte: <https://jesocarneiro.blogspot.com/2006/05/fora-greenpeace-padres-so-ameaados-de.html>



Para além do Padre Edilberto Sena e do Padre José Boing, o Frei Henri Burin des Roziers também é ameaçado de morte. Quem denuncia é o próprio José Boing, afirmando que a morte do Frei Henri Burin vale R\$ 100 mil, e de R\$ 50 mil para qualquer religioso que atue em prol dos direitos humanos no Pará⁹¹. Mas não só os preços de mortes de religiosos foram divulgados por José Boing, mas também é “conhecimento de qualquer grileiro, fazendeiro ou trabalhador que viva na região de conflitos pela posse de terras no sudeste do Pará” que a vida de um sindicalista custa R\$ 10 mil e a de posseiros e lavradores R\$ 5 mil⁹².

Todos estes elementos contribuem para identificarmos o ano de 2006 como o ápice do conflito em torno da soja em Santarém. Passados os anos, o Greenpeace perdeu sustentação de suas ações em Santarém e se tornou um ator sem atuação direta no município atualmente. Os apoios dados à Cargill por grupos de empresários, políticos, governadores fizeram com que a empresa ganhasse as disputas judiciais nas quais estava envolvida. A impressão que se passa – e que precisa ser verificada por mais pesquisas e estudos – é que os movimentos sociais, após 2006, foram perdendo capacidades de articulação e mobilização entre si e a população, facilitando o processo de naturalização de degradações ambientais e sociais resultantes da

⁹¹ Retirado de <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/padre-denuncia-que-sua-morte-vale-r-50-mil-a91lrzu5gvia4c017d1weej2/>, acessado em 03/06/2020.

⁹² Retirado da mesma reportagem da Gazeta do Povo.

sojicultura. A saída do Greenpeace e as vitórias judiciais da Cargill auxiliaram na concentração de poder nas mãos da empresa e dos grupos vinculados ao agronegócio, criando um abismo entre as capacidades de mobilizar recursos e ações destes grupos (do agronegócio *versus* agricultores familiares, moradores de comunidades rurais, e outras entidades). Outros fatores influenciaram ao longo do tempo, contribuindo para a estruturação das dinâmicas sociais da maneira como elas são atualmente - como por exemplo os problemas de ordem econômica que resultam em perdas de liberdades reais (SEN, 2010) de grupos menos favorecidos. Entretanto, o que os relatos e dados históricos recentes mostram é que os grupos envolvidos no processo não realizaram, após 2007, protestos e ações de enfrentamento direto contra os grupos envolvidos com a sojicultura da região. Essa percepção do não-engajamento em situações de conflito em Santarém e suas comunidades rurais me surgiu como um elemento aparentemente contraditório – e tal contradição precisaria ser analisada.

3. Contradições aparentes (ou os discursos contextuais)

Quando penso em contradições estou querendo evidenciar uma lista de fatos que apontam para tensionamentos, relações ásperas e conflitivas, e a forma como estes elementos se relacionam com o ato de fala dos moradores. Em muitas situações anotei casos de violência, ameaças, desarticulação social e percepção, ao mesmo tempo, que os moradores se esquivavam ou evitavam, de algum modo, expor o agressor ou o agente causador (ou influenciador) da degradação (social, econômica, ambiental) que sofrem. Dessa forma, para analisarmos essas contradições, optei por separar este tópico em dois subtópicos que se diferenciam entre dados e como conceituar conflitos. Isso é, o primeiro subtópico oferece ao leitor ou leitora os dados primários e secundários que provocaram o interesse de pesquisa sobre o conflito em Boa Esperança; já o segundo como essa pesquisa aborda e conceitualiza o conflito.

3.1. Dados primários e secundários

3.1.1. Os dados do INCT-ODISSEIA

Como dito anteriormente, essa pesquisa está ligada às ações do projeto INCT-ODISSEIA, ao mesmo tempo que, enquanto dissertação de mestrado, trilha seus próprios

caminhos, na produção de dados e na construção de uma reflexão teórica. Assim, pude trabalhar em conjunto com a equipe do INCT fornecendo auxílio, ao mesmo tempo que contava com o apoio de uma rede de pesquisadores e atores locais para desempenhar esta pesquisa. Por outro lado, como pesquisador associado, pude ter acesso aos dados elaborados a partir da aplicação dos questionários famílias e comunidades. Para apresentarmos o universo que estamos interessados em discutir, selecionamos algumas variáveis para serem apresentadas aqui. Iniciaremos com alguns dados sobre comunidades.

O questionário dedicado às comunidades apresentava a pergunta “12.1. E hoje em dia, quais são os principais problemas que a comunidade enfrenta?”. Na tabela abaixo, organizei as respostas que foram dadas por municípios e por áreas temáticas das respostas. Ao lado do nome dos municípios estão, entre parênteses, o número de comunidades entrevistadas dentro de cada município. Muitos entrevistados apontaram mais de um problema. Cada resposta está separada por um ponto final da outra resposta. É preciso notar que algumas respostas dadas estão relacionadas com mais de uma área temática, portanto, o esforço foi de alocá-la na área mais propícia.

Tabela 9 - Relação problemas por municípios

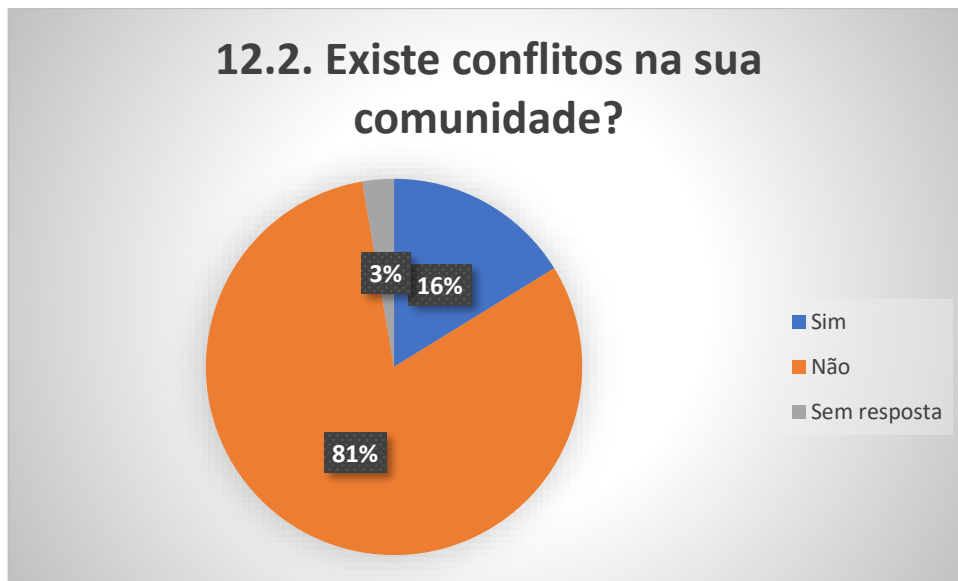
Município	Belterra (15)	Mojú dos Campos (9)	Santarém (13)
Área temática			
Política	Perseguição política. Corrupção. Falta de apoio dos governantes. Representantes políticos. Falta de apoio do poder público. Eleger representante legal		Falta de assistência do poder público
Saúde	Falta de médicos. Saúde não tem carro de apoio. Área de saúde. Falta de saúde. Falta de médicos. Falta de posto de saúde.	Vômitos, mal estar	Cheiro de Veneno. Drogas. Problemas respiratórios. Luta contra ao uso dos agrotóxicos. Saúde
Coesão Social	Socialização das pessoas. Falta de comunicação. Reunir o povo	Enfraquecimento das organizações. Se organizar melhor, pois tem poucas famílias se organizam. Organização.	Organizações de reuniões e coletividade
Transporte	Falta de transporte. Falta de Estradas. O acesso tudo distante, transporte.	Estrada ruim. Estrada. Estrada.	Estradas e transportes. Os ramais são ruins. Estradas mal cuidadas
Educação	Educação. Educação.		

Agricultura Familiar	Falta de recursos para agricultura familiar		
Produção		Diminuição da produção. Sem condição de produzir pois não tem incentivos	
Renda	Falta de apoio aos pobres	Venda dos produtos	
Soja		Soja. Aplicação de agrotóxicos.	Avanço da soja. A luta contra o uso de agrotóxicos
Fundiário		Diminuição da comunidade	Venda de terra para soja. Falta de terra.
Limpeza			Lixo da comunidade.
Segurança Pública			Assalto. Assaltos que começaram
Recursos Hídricos		Micro sistema de água	Micro sistema de água

Observa-se, pela tabela, que o universo de problemas enfrentados pelos comunitários gira em torno de várias temáticas distintas. Os problemas relacionados à sojicultura são apenas um dos elementos das dificuldades reais do cotidiano das populações rurais. É interessante perceber que a incidência da soja e relatos de problemas existem em todo o Planalto Santareno, mas existem elementos que naturalizam os impactos da sojicultura nas comunidades, como por exemplo a visão de que “os sojeiros são gente boa”. Dessa forma precisamos perceber a subjetividade das pessoas que responderam ao questionário e a forma como a pergunta orientava as respostas. A Tabela 9 foi elaborada a partir das respostas para a pergunta “12.1 E hoje em dia, quais são os principais problemas que a comunidade enfrenta?” do questionário comunidades. Essa realidade, de uma naturalização dos impactos da sojicultura, pode ser explicada pelo auxílio de percepção nativa: “existem problemas, mas as pessoas tem medo de entrar no conflito”. Essas afirmações tem implicações na dinâmica do conflito que serão elaboradas melhor ao longo do capítulo.

Entretanto, por hora devemos continuar nossa investigação. Quando perguntados sobre “12.2. Existe conflitos na sua comunidade?”, as respostas (Gráfico 4) apontam para uma realidade cujos problemas parecem impactar menos na vida dos comunitários do que a hipótese inicial do pesquisador.

Gráfico 4 - Existe conflitos na sua comunidade? Fonte: questionário comunidades



As experiências de campo me mostravam uma realidade que os comunitários narravam processos de degradação e/ou dificuldades em vários aspectos: sociais, ambientais, econômicos, fundiários, na saúde, na educação, nos transportes, nas condições de produção da agricultura familiar. Como estava, no início da pesquisa, muito influenciado pelas abordagens de Simmel (1983) sobre conflito, a realidade apontava para a existência de conflitos, mas os atores que viviam essa realidade o negavam. Para Simmel o conflito é uma forma de interação social destinada a resolver dualismos divergentes (1983). Desta forma, estava interpretando que o fato de os comunitários apontarem os “problemas” escancarava a diferença entre expectativa e realidade; portanto estaríamos diante de uma situação contrastante de dualismos divergentes – e, portanto, de uma situação conflituosa. Quando se aponta um “problema”, o indivíduo está apontando para a realidade e um desejo de melhora. Por exemplo, ao narrar que um dos principais problemas é a “aplicação de agrotóxicos”, o indivíduo indica que: 1) existe aplicação de agrotóxicos a ponto de criar uma situação de mal-estar, e 2) existe o desejo de que essa situação cesse de ocorrer. Mas a identificação de um conflito não é tão cartesiana quanto esperava: o Gráfico 4 demonstrou a incidência das respostas para a pergunta “existe conflitos na sua comunidade?”. Foram dadas 37 respostas.

Até esse momento estava tratando problemas e conflitos como sinônimos, como uma relação direta: se há problemas, há conflitos. Mas os dados recolhidos não favoreceram essa hipótese. Na verdade, os interlocutores da pesquisa pareciam entender o conceito “conflito” como um fato relacionado a agressões (físicas ou verbais, principalmente). Em uma dinâmica de grupo realizada pelo INCT-ODISSEIA, na qual estava presente, um dos interlocutores – que era morador de uma comunidade rural, mas não de Boa Esperança - nos explicou:

“Interlocutor 1: Lá pro pessoal da minha comunidade conflito... conflito é sair na mão mesmo, [inaudível] brigar pela terra, não deixar nem um palmo de terra para o outro. E para mim também é, por causa que eu sou acostumado desse jeito. Nasci e estou convivendo com o pessoal desse jeito, aí a pessoa vai se acostumando assim.” (com adaptações)

Mas os participantes dessa dinâmica também percebem que a dimensão do conflito é regulada por relações de poder. Isso é, grupos com contrastes marcantes no que tange ao poder são menos propensos a engajar esse tipo de conflito – explicado pelo interlocutor 1:

“Intelocutor 2: e também na questão do conflito tem aquela questão da relação de poder, né? Como o pequeno lá dentro da comunidade ele é pequeno, ele é pequenininho e se vê pequeno na família dele, e diz ‘não, *sojeiro* ele tem dinheiro, tem maquinário, tem muita coisa, eu não vou mexer com ele, deixa ele lá. Enquanto ele não mexer comigo eu... não querer vir na porrada comigo eu estou tranquilo aqui.’ Não! Tem uma questão de interesse muito palpável para ele, né? [inaudível] Há uns conflitos... há umas divergências tudo lá, mas a gente vai deixando isso aí que é coisa que não é palpável” (com adaptações)

A fala destes interlocutores são elucidativas com relação ao contexto do Planalto Santareno, assim, apontam para o fato de que o entendimento social sobre conflitos é baseado na existência de agressões físicas, principalmente, e na influência que as relações de poder exercem. Fica evidente que não há engajamento ao conflito quando os grupos envolvidos possuem diferentes níveis com relação à capacidade de mobilizar o poder. O poder, nesse caso, é entendido como capacidade de mobilizar redes de apoio, capital, pessoal, políticas públicas e meios para mobilidade. Na dicotomia entre comunidades rurais e sojicultores, os primeiros possuem menos capacidade para mobilizar esses elementos, enquanto o segundo grupo possui mais capacidade. Também há outro elemento: os conflitos tendem a ser originados pelo segundo grupo, que tem mais poder, enquanto o primeiro fica na espera desses acontecimentos.

Esse fato se torna curioso quando se observam as respostas dadas à pergunta 12.2., demonstrada páginas atrás. 16% das entrevistas, isso contabiliza 6 comunidades em um universo de 37 comunidades, responderam positivamente à existência conflitos. Boa Esperança é uma dessas comunidades.

Tabela 10 - Os tipos de conflito. Fonte: questionário famílias

Comunidade	Município	Tipo de conflito
Santa Luzia	Belterra	-
Cipoal 2	Santarém	-
Boa Esperança	Santarém	Ligado ao uso do agrotóxico.

Volta Grande	Santarém	Divisão da comunidade ⁹³
Serra Grande	Santarém	Individualismo
Nova Esperança do Ituqui	Santarém	Contra as pessoas que trabalham na comunidade mas são de outras

A coluna “tipo de conflito” foi preenchida analisado a pergunta 12.2.1. do questionário comunidades: “Quais são os principais conflitos que você observa?”. Das 4 respostas, não contando os quadros em branco, duas parecem estar ligadas a questões de cooperação (Volta Grande e Serra Grande), uma à questão de competição por emprego (Nova Esperança do Ituqui) e somente uma à soja (Boa Esperança). O que se pode inferir, levando em consideração a ideia de conflito, é de que há tendência para manifestação e verbalização do conflito quando os grupos ou atores envolvidos no processo são da mesma classe social – ou pelo menos não apresentam extremas disparidades de poder entre si.

3.1.2. Os dados da pesquisa de campo

Devo lembrar que a estrutura da pesquisa para investigação do conflito em Boa Esperança não foi uma elaboração direta, isso é, eu não iniciei a pesquisa com a intenção de estudar na Boa Esperança - essa escolha ocorreu entre a segunda e terceira viagem ao campo, entre julho e agosto de 2019. Tal escolha ocorreu em função dos dados dos questionários famílias e comunidades, bem como com a experiência que fui tendo ao longo da experiência em campo.

Pelos dados elaborados pelo INCT-ODISSEIA, Boa Esperança era uma comunidade rural que percebia a utilização dos agrotóxicos, por parte dos sojicultores, como um elemento conflituoso. Ainda mais: havia rumores de que a “explosão” de casos de câncer na comunidade era devido ao uso de agrotóxicos. A inserção em Boa Esperança também foi facilitada pelos interlocutores que me receberam e as redes de relacionamento na qual fui inserido.

Entretanto, a grande contradição que encontrei durante o campo é que muitos dos moradores negam o conflito – ou pelo menos não caracterizam a situação social na qual vivem como “conflituosa” -, diferentemente do dado da pergunta “12.2. existe conflito na sua comunidade?”. Nesse contexto de pesquisa, surgiu uma fala de um interlocutor que pude anotar em meu caderno de campo. Ele explicou que “existem problemas, mas as pessoas tem medo de

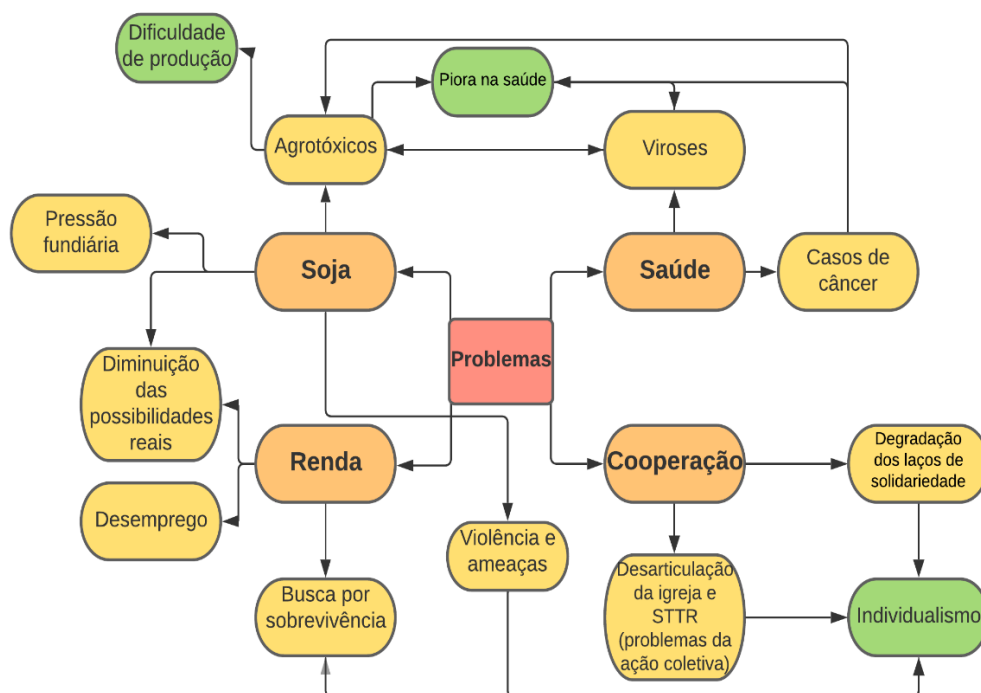
⁹³ A resposta original dada foi “divisão terço da comunidade”. Acredito que a palavra “terço” foi mal escrita pelo ou significa algo similar à “racha”. Portanto optei por limpar esse termo da resposta.

entrar no conflito”. É, provavelmente, por esse motivo que muitos moradores negam a existência do conflito. Mas quais são os problemas enfrentados pela comunidade? E como se comportam os envolvidos para podermos caracterizar tal situação com ambígua e paradoxal? Começarei relembrando os problemas enfrentados pela comunidade; o próximo tópico aborda o comportamento dos atores.

3.2. Problemas enfrentados pela comunidade

A elaboração dos dados registrados em campo fornece uma abstração dos problemas de Boa Esperança em 4 grandes áreas: existem os problemas relacionados à soja, os problemas relacionados à renda e trabalho, problemas relacionados à saúde, e problemas relacionados à cooperação social. Para os problemas ligados à soja, existem: 1) a pressão fundiária – baseado no processo de compra de terrenos por atores do agronegócio e as externalidades do processo produtivo que interferem na produção da agricultura familiar; 2) o uso de agrotóxicos – que impacta na saúde dos moradores, além de atrapalhar a produção de outras culturas próximas aos campos de soja; 3) a violência e as ameaças – expressão da disparidade de poder entre moradores e sojicultores; e 4) a diminuição das possibilidades reais (SEN, 2010) – fato ocorrido a partir do processo de compra de terras e início da produção que exclui os moradores das comunidades de partilharem dos ganhos da produção de soja. É preciso ressaltar que estes problemas apontados estão relacionados entre si, conforme exposto no diagrama a baixo:

Figura 22 - Fluxograma dos problemas. Elaboração própria



Entretanto, esses problemas possuíam uma curiosa relação com a maneira como moradores manifestavam conhecimento e indignação quanto à essa realidade. O que quero dizer é que enquanto pesquisador – e também como um agente vindo de fora, acostumado a ver outra realidade – a realidade local me surpreendia: os moradores sabiam narrar a maioria destes problemas apontados ao mesmo tempo que negavam ou focavam, na fala, somente em um ou dois problemas. Como por exemplo:

“Lara: Por exemplo, daqui vindo pra cidade. Você olha pro lado é aquele campo limpo de plantação de soja. Eu não ia fazer isso aí não [se eu plantasse soja]. Eu ia deixar, por exemplo, eu ia deixar um meio hectare - duas tarefas, como se diz, né? Eu ia deixar o mato aqui. Eu não ia deixar aquele limpo. Para não prejudicar ninguém. E por exemplo, ali na vila tem um senhor que planta. Ele passa veneno. Isso tá errado, né? Por exemplo, se ele fosse ter deixado uma beira de mato, o [veneno] não vinha nas casas. Tem outro logo aqui também. Tá errado, né? Não era pra ter feito isso. Eu nunca ia fazer uma coisa dessa. Eu não ia prejudicar. Eu podia plantar soja, mas eu não ia fazer isso aí não. Em cada roça que eu ia plantar eu ia deixar uma beira grande de mata, né? Aí não ia fazer mal. Eu ia plantar, mas não ia fazer isso. Ia ajudar muito. Com certeza que ia ajudar.

Caio: Por que a senhora acha que as pessoas não fazem isso?

Lara: Eu acho que é ganância. Porque isso não ia fazer mal, deixar uma beira. Aí não vai pro quintal do vizinho. Por exemplo, esse ali que planta logo ali a mulher não planta mais verdura que quando ele passa veneno mata a verdura dela. É errado, né?

Caio: É, com certeza.

Lara: É errado, né? É dentro da vila.

Caio: E tem muitos problemas assim?

Lara: Problema assim de saúde ou...

Caio: Não, problema assim de sojeiro invadir a terra ou de passar veneno e as pessoas não conseguem mais fazer...

Lara: Não, eu acho que não porque ali dentro o menino estava passando veneno que estava muito forte, e foi falado com ele lá e ele não passou. Mas tem veneno que é muito forte, né? Ai ele não passou mais para não prejudicar a roça do outro”
(Entrevista com Lara, com adaptações)

Mas essa não é a percepção de todo morador. Dona Maria tem uma percepção diferente:

“Caio: E quando eles chegaram? Sempre foi uma relação problemática?

Maria: Sempre foi, porque desde então que eles chegaram já começou... eles derrubando tudo, a mata nativa, eles já começaram a... já começou a desaparecer as grandes áreas, as grandes áreas começaram a ficar limpa e foi assim... e logo veio o veneno. E o desmatamento, junto com os agrotóxicos, tudo isso veio como um impacto só, né? Tipo no ambiente. E os agricultores ao redor que ainda tinham as lavouras, foram tomadas pelos insetos que já vinham da plantação deles. Como eles jogavam os venenos, eles [os insetos] se deslocavam para as plantações vizinhas.

Caio: E aí ficou mais difícil pro pessoal produzir?

Maria: Ficou muito difícil pro pessoal produzir. Pra você ter uma ideia, eu tô aqui faz 6 anos, morando aqui. 6 anos que eu me mudei pra cá. E... logo que a gente chegou aqui, eu comecei a plantar umas plantinhas, e quando eles jogam veneno, as guias das plantas queimam todos. Aí tem a mangueira ali na frente, a guia da mangueira novinha, fica queimada: como se passasse fogo, devido ao veneno. e assim, eles tacam o veneno pra afugentar os insetos, para secar a mata, para secar o produto deles, para secar mais rápido. Então é muito veneno. É muito veneno. Pra quem... tava dando ataque de alergia nas crianças, muito forte, vômito, diarreia, muita, muita coisa... eu que tenho alergia, passo muito mal. Vai fechando aqui [região do nariz, garganta] aquele... vai sufocando. Dá muita dor de cabeça, né? E assim, o índice, também, que a gente observou, apesar de eles dizerem que não é do agrotóxico, a questão do câncer. Aumentou... o índice aqui, na região, aumentou assim consideravelmente. Assim, muito muito muito. A gente pensa que o causador seja os produtos, né?

[...]

Eles sabem o prejuízo que eles causam na... na... na comunidade. Por exemplo, é para eles plantarem, segundo a lei, é para eles plantarem 100 metros longe [inaudível] da comunidade. E eles plantam bem *rézinho* aqui na cerca. Se não tivesse muro eles...

Caio: Invadiam a propriedade?

Maria: Invadiam a terra. Você está entendendo como é que é? Aí no asfalto você vê, é bem... não tem limite. E eles vão fazendo a cerca, agora estão fazendo a cerca mais lá na... se você passar...aonde? Ali na... na comunidade... aí, não é no Jacamim.”

Logo depois dessa entrevista, um membro do STTR – que me acompanhava no dia – contou para mim os problemas que ele teve na comunidade em que mora – cerca de 20 km de Boa Esperança:

“E é isso mesmo que a Dona Maria estava falando, Caio. Se bobear, eles derrubam marco, derrubam cerca. Tem um problema comigo agora, isso é outra coisa, lá em Boa Fé, o cara derrubou minha cerca, nós tivemos um problema grande. Eu fiz ele levantar pau por pau. Ele queria me pagar. Eu disse ‘não, eu não quero o seu dinheiro. Você é que vai levantar’. Ele pagou os caras, colocou pedra e levantou do jeito que estava. Mas nós tivemos um problema por mais de três meses. Eu digo, eu quero ver, vou desafiar, qual é a justiça que vai tirar meu dinheiro aqui. Pelo dinheiro eu até que perco, mas pela lei não. E eles não venceram. Porque eu... eu também sou muito fácil pra pessoa, se eu tiver errado eu entrego os pontos logo, mas se eu tiver direito eu vou fundo na coisa. Tá lá feito. E eu, cara, a única coisa que você tem que pedir pra Deus te livrar é a covardia, mas da lei... E derrubaram minha cerca, todinha. Diz ele que foi, alegando, que foi o trator dele na hora de limpar pegou o canto da cerca com a lâmina e foi até o... Eu disse: ‘você está errado. você viu que derrubou o primeiro, por que você não afastou isso de banda? Então você vai fazer’. Passamos três meses na justiça. Aí por fim, um dia, chegou a carta lá em casa dizendo que eu tinha ganhado a questão. E olha, esse cara tá com o olho desse tamanho pra cima de mim. Até hoje ele não se conformou. Se o errado é ele, como é que?... que ele ficou com raiva de mim?”

Esse tipo de situação narrada pelo membro do STTR é comum devido a extrema proximidade dos campos de soja com os terrenos de moradores. Pelas medições que realizei utilizando o Google Earth com o auxílio da ferramenta de “régua”, a distância que separa a casa dos moradores aos campos de soja são de, aproximadamente, 20 metros.

Durante a pesquisa de campo também pude recolher relatos sobre situações de ameaça e violência. Cito três casos ocorridos em Boa Esperança. Para proteção dos envolvidos, algumas informações e detalhes estão omitidos e/ou alterados para dar a devida proteção e anonimato às vítimas. O primeiro caso a ser narrado ocorreu durante uma reunião de planejamento para a cidade de Santarém, nessa ocasião foram chamados representantes das comunidades, bem como sojicultores e diversos outros representantes da sociedade civil, de empresas privadas e do governo. De acordo com a vítima:

“os sojeiros estavam lá reivindicando os portos, e eu estava lá e eles me ameaçaram e eu não me calei perante eles, né? Porque eles querem a prosperidade deles, o progresso deles. Né? Para nós que se acabe tudo. Então é assim, o negócio é a gente... É assim,

pra quem está no movimento é não deixar se intimidar. Mas é claro, a gente tem receio, a gente tem família, a gente tem... tem esse... um dos sojeiros me ameaçou a passar com o carro por cima de mim. Ele disse ‘se eu te encontrar na rua, passo com o carro por cima de você’. Hoje ele é... se diz ser meu amigo, né? Que a gente foi lá e veio cá, e... mas assim, a gente contornou a situação”.

Em outro momento de conversa, a vítima ainda me contou que as ameaças não foram direcionadas apenas a ele, mas também a sua família – fato que abalou profundamente, pois gerou medo. Esse abalo ficou claro quando perguntei sobre o que ela achava em se candidatar a vereador. Ela me contou que tem muito medo pois assim é uma forma de ficar muito exposta. Como a vítima disse “sempre ter compromisso com a verdade”, em algumas situações isso poderia se tornar perigoso e tem muito medo de ser morta – da mesma forma que ameaças já ocorreram com ela sendo alguém apenas vinculado à comunidade. Dessa forma o medo foi paralisante quando colocam a família no meio do conflito. Disse: “estar na luta e estar sozinha é uma coisa. Agora quando ameaçam a família...”. Assim, deixou a entender que a ameaças à família é um preço muito alto, maior do que o preço a pagar pela própria vida.

Outra vítima de violência me relatou que após a eleição de Bolsonaro, exatamente após o resultado das eleições no segundo turno, um grupo passou em frente à sua casa e atentou contra ela. Ele explica:

“O pessoal está muito envenenado. Pelo... a... a ideia do outro. Devo disser que santo de casa não faz milagre, né? E isso é muito verdadeiro. Eu tenho assim, grande... Por exemplo, medo, né? Um familiar diz as vezes pra mim ‘tenha cuidado porque esse pessoal é perigoso’. Você pensa que a gente não corre risco de vida aqui? A gente corre risco de vida todo dia aqui. Se você for pra uma igreja, se você for falar de meio ambiente na igreja, se você for falar aqui das injustiças sociais, você pode... Depois você pode estar causando... Ter problemas, né? Então você tem que ter cuidado. Eu mesmo tive uma experiência triste. As pessoas tentaram me... Atentaram contra minha casa, minha família, quando eles soltaram uma bomba de efeito moral lá, não sei de onde, para me intimidar, né? E a gente sabe quem foi. Mas as vezes, por exemplo, você não vai mexer porque você tem uma família. Você tem os filhos que circulam livremente aqui, trabalham aqui, então a gente participa na igreja. Então você vira uma [inaudível]. Você termina ficando temeroso. E esse pessoal eles metem medo. Não adianta a gente pensar, a gente falar com outras línguas. É por isso que a gente fica muito cauteloso, e o pessoal daqui eles, as vezes são muito... a mente está muito envenenada pela ideia do outro, né? Não tem os meios de comunicação [inaudível] fazem aquilo que eles querem, né?

Caio: Mas como que o senhor explica que... é o acontecimento desse atentado? Por que chegou nesse nível?

Vítima: Eu acho que... É pelas ideias que a gente fica colocando... As colocações, diz a razão, porque esses acontecimentos estão acontecendo, o que que você... Eu sempre pego, e digo assim, para as pessoas: via Boa Esperança uma comunidade pobre, mas não miserável. Hoje eu já digo que a gente tá bem diferente: Boa Esperança pobre e miserável. Você vai ter pessoas passando necessidade brava aqui. Então, *aí* quando você começa, por exemplo eu... me declaro opositor. Totalmente contra o agronegócio. Eu não quero que uma Amazônia, vamos dizer, que assim, que você não quer nada assim, uma Amazônia com todos os... as infraestruturas, as estradas asfaltadas, com saneamento básico, tudo isso aí, mas... Defendo também que eu acho que muita das coisas, das florestas não podem ser derrubadas pra plantar soja. Eu vejo muito isso. Se você aproveita campos que já foram feitos há 20, 30 anos atrás, beleza. É natural. Mas você continuar derrubando uma floresta, continuar né, tirando dali uma coisa que levou mil anos pra estar daquele tamanho, é uma aberração.

Caio: E você estava denunciando isso?

Vítima: Fui falar disso! Tem um dizer do Dom Helder Câmara que eu nunca me esqueço: ‘quando eu dou comida pros pobres, me chamam de santo; quando eu digo pros pobres porque eles são pobres, me chamam de subversivo’. [a citação original não é “subversivo”, e sim “comunista”]. Então isso acontece muito. Você quando falar que a maior parte... todos os nossos produtores são [inaudível] no país. E todos eles têm uma cabeça capitalista selvagem. Não adianta a gente... Não tem nenhuma dinâmica assim, que você possa, consolidar, pelo menos, um processo de... de igualdade.”

Ao conversar mais com a vítima, ela me explicou sobre os acontecimentos durante o “atentado” que fizeram ele criar condições de reunir provas para realizar uma denúncia. De acordo com ela, os envolvidos na agressão - que estavam na caçamba de uma caminhonete - não sabiam que a rua da casa havia se tornado um beco sem saída há pouco tempo (devido a construção de uma nova casa que impediu a passagem de uma rua para outra). Dessa forma, ao chegar no final da rua, os agressores se depararam com a rua sem saída e tiveram que dar meia volta. Isso foi tempo suficiente para a vítima conseguir sair de casa e fotografar o veículo com as pessoas e registrar a placa. Mesmo tendo os elementos necessários para fazer uma denúncia, ela não o fez pois sente muito medo de algo acontecer contra ele e sua família. A sua família percebe essa situação conflitiva e incentiva a vítima a falar menos. A vítima, dessa forma, de acordo com a família, não deveria criticar tanto e não ser tão combativo contra a soja. A vítima escutou essas recomendações familiares, mas mesmo assim, disse que no dia do “atentado” quis procurar a violência como forma de resolução de conflitos - mas não o fez. Mais uma vez, o medo e pensamento que comparou os custos com o benefício dessa ação o fizeram recuar de qualquer ação. Até o momento da escrita não houve nenhuma denúncia aos agressores.

A última situação que denuncia o conflito existente na região, foi narrada como ocorrida durante o festival da tapioca de 2018. Nesse caso, como há várias incertezas da produção desse dado, dos atores que estavam envolvidos, se os ameaçadores eram ou não vinculados à Boa Esperança, pode fragilizar a relevância analítica deste dado. De qualquer forma, é mais um acontecimento que nos ajuda a entender o estado da arte do conflito em Boa Esperança. Durante a realização da festa, um voluntário – o qual pude entrevistar – estava trabalhando durante a festa. Por motivos comunitários, a festa naquele ano veio a ocorrer em novembro. O contexto já era de polarização política e muito apoio do mundo rural ao Bolsonaro. Ele, andando pelo evento, escutou de uma mesa de sojicultores algo mais ou menos assim: “a gente deveria matar o Padre Edilberto”. Ele ficou muito espantado pois admira muito o padre. Amedrontado, ele disse que apenas optou por sair de perto. Descobri, posteriormente, que esse voluntário admira o Padre por suas ações de oposição à soja. Juntamente a isso, ele falou sobre o medo que os membros da Igreja Católica têm de chamar o Padre para celebrar missas em Boa Esperança, por mais que gostem muito. Isso se deve aos sojicultores católicos que frequentam as missas. O Padre Edilberto, com sua postura combativa, poderia causar mal-estar entre os fiéis e a Igreja de Boa Esperança. Ele ainda complementou a fala dizendo que muitos comunitários não entendem a crítica à soja e isso poderia criar situações de mais tensão na comunidade.

Dessa forma, o que vimos até o momento é que, de maneira geral, houve escalada das tensões após a chegada da Cargill entre as visões de mundo pró-soja *versus* anti-soja. Por volta de 2006 os tensionamentos chegaram em seu ápice na cidade de Santarém, acompanhando movimentos regionais de acirramento do conflito – por exemplo as tensões e conflitos envolvendo a Irmã Dorothy Stang que culminaram em seu assassinato em 2005. As repercussões da morte da missionária trouxe dificuldades para ambos os lados: podemos sugerir que este acontecimento gerou tanto maiores inseguranças para os grupos de defesa das pessoas e questões do campo, ao mesmo tempo que demonstrou o alto custo – não somente no sentido econômico, mas de impactos negativos ao agronegócio – de casos extremos de violência quando os agressores são descobertos e punidos.

Santarém possui um histórico considerável de diversos conflitos socioambientais. Com base nos dados disponibilizados pela CPT, realizei um levantamento sobre esses conflitos e concentrei-os numa tabela. Dos dados fornecidos pelos cadernos “Conflitos no Campo Brasil”, pesquisei dados dos cadernos de 2002 até 2018, e não levei em consideração apenas os casos de trabalho escravo para compor tal tabela. A íntegra desses dados estão nos Anexos. Dessa forma, argumento que o conhecimento de casos de assassinatos e a crença de que estar

envolvido em conflitos de maneira combativa representa perigo de morte aos envolvidos contrários ao agronegócio, representam freios e desincentivos para o engajamento de uma postura combativa. Dessa forma, continuar vivo fazendo o que é possível sem entrar em situações de perigo é um dos tipos de comportamento existentes para lidar com conflitos dessa natureza. Outra forma de comportamento possível aos envolvidos do lado menos poderoso do conflito é o silenciamento e/ou renúncia de divulgar os pontos de vista críticos ao “desenvolvimento”. O que percebemos, deste modo, é que entender essas situações como ambíguas é uma abstração mental extremamente falha do pesquisador, que não considera a realidade de quem vive o perigo, o medo e a incerteza gerada pela falta de proteção estatal e pelo passado violento. Quero terminar este tópico argumentando que as “contradições” são apenas aparentes. Elas não existem na prática e minha análise inicial surgiu pela observação da superficialidade dos fatos. Ao analisarmos em maior profundidade percebemos que o comportamento adotado pelos atores justifica diferentes respostas, diferentes formas de ver e responder ao mundo (ou pelo menos compartilhar isso com outro indivíduo). A depender de cada contexto e/ou relação que o indivíduo se encontra, ele optará por interagir, argumentar, discursar de uma forma em detrimento de outra. É por este motivo que sojicultores, cujos companheiros sentados à mesa do festival da tapioca são todos pró-agronegócio, podem falar com naturalidade que “o Padre Edilberto deveria morrer”. Do mesmo modo, meu relacionamento com uma das vítimas das agressões, criando uma atmosfera de proteção ao indivíduo e às informações, criou um ambiente propício para se narrar vários casos de ameaças – como por exemplo, quando um sojicultor ameaçou passar com o carro por cima dela e ameaçou sua família. Mas ao perguntar a ela se poderia gravar, com anonimato (e gravar, nesse sentido, pode ter sido interpretada pela vítima como uma maneira de divulgar e mexer com pessoas “perigosas”), ela apenas me respondeu “acho melhor não, Caio”.

Antes de avançarmos para a análise dos comportamentos dos atores envolvidos, precisamos fazer um parêntese para explicar e debater os conceitos (acadêmicos e nativos) sobre o conflito. Com essa empreitada, oferecemos um entendimento sobre conflito capaz de abranger os casos e situações registradas com essa pesquisa.

3.3. Os conceitos de conflito

3.3.1. Os conceitos acadêmicos

Para começarmos a entender o conceito de conflito é necessário observar o passado da produção sociológica com o escrito de Georg Simmel (1858-1918) intitulado *A Natureza Sociológica do Conflito* (SIMMEL,1983). De acordo com este escrito, o conflito é, antes de tudo, uma forma de sociação⁹⁴, e uma sociação destinada a resolver dualismos divergentes. Em outras palavras é um modo de relacionamento que busca conquistar algum tipo de unidade, mesmo que através da aniquilação de uma das partes do conflito. Nesse sentido, para Simmel, o conflito tem como finalidade a resolução de tensão entre contrastes. Entretanto, como o conflito surge?

Simmel explica que a origem do conflito está nas formas de dissociação contrastantes (ódio, inveja, necessidades, desejos e objetivos divergentes) e mútuas – pois um conflito “não pode ser exercido por um indivíduo apenas – deve certamente ser considerado como sociação” (1983, p.122). É preciso observar que na teoria de Simmel, o conflito parte de um extremo ao outro (com exceção da indiferença, que não estabelece sociações). Dessa forma, o conflito existe em todo espectro que parte da mínima diferença ideológica entre os indivíduos, por exemplo, até a busca mútua por aniquilação da(s) parte(es) contrária(s).

Observando o contexto em que Simmel escreve, ele se insere no debate com os Funcionalistas (como Émile Durkheim) que buscavam analisar apenas as forças de coesão, de criação de unidade, dentro de uma sociedade – argumentando assim que forças negativas eram destrutivas e deveriam ser controladas/punidas para a sociedade continuar operando. De acordo com Simmel, a unidade é fator importante para o desenvolvimento de uma sociedade, contudo um grupo absolutamente harmonioso e centrípeto, coesos numa união perfeita, “é empiricamente irreal, como não poderia mostrar processo de vida real.” (1983, p.124).

Nesse sentido, o autor cita a sociedade de Santos que Dante vê na Rosa do Paraíso: uma sociedade totalmente perfeitamente una, sem a existência de conflitos. Essa é uma sociedade que nunca mudará. Por outro lado, a assembleia sagrada dos Patriarcas da Igreja na *Disputa* de Rafael mostra,

“se não um conflito verdadeiro, ao menos uma considerável diferenciação de ânimos e direções de pensamento, de onde fluem toda a vitalidade e a estrutura realmente orgânica daquele grupo. Assim como o universo precisa de ‘amor e ódio’, isto é, de forças de atração e forças de repulsão, para que tenha uma forma qualquer, assim também é a sociedade, para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e de competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis.” (1983, p.124)

⁹⁴ O conceito de sociação significa as formas ou modos pelos quais os atores sociais se relacionam.

Continuando, Simmel argumenta que há um mal-entendido segundo o qual um tipo de interação [conflito] desfaz os laços sociais e o outro [harmonia] constrói. Ele argumenta que esse mal-entendido deriva do duplo sentido do conceito de unidade. Por um lado, unidade é

“o consenso e a concordância dos indivíduos que interagem, em contraposição a suas discordâncias, separações e desarmonias. Mas também chamamos de ‘unidade’ a síntese total do grupo de pessoas, de energias e de formas, isto é, a totalidade suprema daquele grupo, uma totalidade que abrange tanto as relações estritamente unitárias quanto as relações duais”. (1983, p.125).

Dessa forma, o conceito de Simmel sobre conflito é extremamente abrangente e útil para enriquecermos a discussão sobre conflito em Boa Esperança. O ponto de partida para identificação de um conflito é a constatação de que pelo menos dois grupos estão interagindo entre si e possuem divergências contrastantes. Em Boa Esperança, essa divergência conceitual opera: na relação que os grupos mantem com a natureza, na forma de produção, na capacidade e interesses econômicos e políticos e pela quantidade de ônus que cada grupo sofre pela atividade produtiva do outro.

Essa teoria de Simmel é relevante para pensarmos as formas de mudança social de qualquer grupo – visto que para ele o conflito é um dos motores da mudança social. Boa Esperança, sendo uma unidade de forças contrastantes pode persistir ao longo do tempo com o convívio das forças desarmônicas, da mesma forma que as forças opostas possam levar à casos de eliminação do outro, como foi o caso das comunidades do Prata e da Paca que desapareceram em função da soja – de acordo com a reportagem de 27 de setembro a 03 de outubro de 2003 do Jornal de Santarém e Baixo Amazonas.

Entretanto, por mais que tal forma de compreender o conflito seja coerente com a análise das relações sociais, por ser extremamente abrangente, essa abordagem não oferece riqueza analítica em casos onde o conflito surge por um elemento específico: a disputa por espaços, recursos naturais e meios de produção. É por esse motivo que pensamos o conflito de Boa Esperança como “socioambiental”. Para Little (2001), o conceito de conflito socioambiental diz respeito às

“disputas entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural. O conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos” (2001, p.104).

E para melhor caracterizar estes conflitos, Little segue caracterizando o conflito de acordo com suas características. A primeira está relacionada com os *conflitos em torno do*

controle sobre os recursos naturais. Nessa primeira tipologia os conflitos têm contornos políticos, sociais e jurídicos: 1) A dimensão política é expressa por meio das disputas sobre a distribuição de recursos naturais. 2) A dimensão social destes conflitos é expressa por meio das disputas sobre o acesso aos recursos naturais. 3) A dimensão jurídica destes conflitos é expressa por meio das disputas do controle formal sobre os recursos, isso significa conflitos “Quando dois ou mais grupos mantêm dispositivos legais sobre uma mesma área geográfica, muitas vezes vinculados a distintas instituições governamentais” (LITTLE, 2001, p.110).

Existem também os *conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural.* Conflitos dessa tipologia “provocam problemas tanto pelas ameaças à saúde dos afetados quanto pela injustiça [pois uns sofrem mais em detrimento dos outros] da ação. Podemos identificar três subtipos básicos de impacto negativo: contaminação do meio ambiente, esgotamento dos recursos naturais e degradação dos ecossistemas” (2001, p.111). Dessa forma, estes conflitos podem ser relacionados: 1) Os casos de contaminação do meio ambiente são muitos e geram impactos negativos diferenciados nas populações do ambiente onde ocorre. 2) O esgotamento de recursos naturais também gera impactos diferenciados nos grupos sociais, que não são fáceis de quantificar porque a profundidade do impacto somente ficará em evidência no futuro. Caso da perda da biodiversidade, esgotamento de lençóis freáticos, etc. e 3) A degradação dos ecossistemas é vinculada aos processos de contaminação e esgotamento. Nesse processo existem algumas particularidades que podem extrapolar o nível local, como por exemplo:

“Quando processos de destruição natural são extensivos, podem afetar ecossistemas inteiros em tal grau que seus ciclos naturais começam a quebrar. Um caso grave deste fenômeno no Nordeste é o processo de desertificação, na qual os solos perdem sua qualidade ao ponto que não permitem mais agricultura. Isto[...] acelera ainda mais os movimentos demográficos de fuga do campo e o enchimento humano das grandes cidades, provocando outro conjunto de problemas ambientais e sociais.” (2001, p.112)

E por fim, existe também os *conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais* – isso significa dizer que cada grupo social tem seus conhecimentos ambientais específicos. Esse tipo de conflito também se caracteriza: 1) em torno de percepções de risco que incrementam-se cada dia devido ao fato de que novas tecnologias estão produzindo impactos que não serão facilmente mensuráveis. Como por exemplo as sucessivas liberações de novos agrotóxicos para a circulação em mercado Brasileiro. 2) sobre o controle formal dos conhecimentos ambientais que residem na figura legal da propriedade intelectual, dando exclusividade ao uso de

informação à pessoas ou ao grupo considerado como criador ou dono dessa informação. E por fim 3) em torno dos lugares sagrados que colocam distintas cosmovisões em choque.

Para complementar essa situação de conflito, ainda podemos utilizar o pensamento de Zhouri e Laschefski (2014(?)) situações de conflito surgem das diferentes práticas de apropriação do mundo material. Essa apropriação é ideológica, e portanto, orienta os discursos e ações dos grupos de acordo com a visão que cada um possui sobre como o espaço deve ser utilizado. Dessa forma:

“Quando há disputa entre sentidos atribuídos à natureza por determinados grupos com posições sociais desiguais, os impactos indesejáveis que comprometem a coexistência entre distintas práticas socioespaciais estimulam a organização de membros de grupos sociais atingidos contra a atividade que os gera.” (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2014(?): sem página)

A contribuição dos autores é relevante para apresentar o último elemento acadêmico destinado a enriquecer nossa análise: o conceito de injustiça ambiental. Nessa linha de argumentação, os autores percebem que esses conflitos denunciam contradições do desenvolvimento, além de demonstrar que existem grupos que recebem o ônus do processo produtivo.

Vimos, portanto que o conflito é, antes de tudo, uma forma de sociação: uma maneira pelo qual grupos se relacionam. Deste modo, atestando as diferenças contrastantes de pontos de vista entre moradores e sojicultores, percebe-se que estes grupos estão em conexão por relações de cooperação, cooptação, diferentes capacidades de poder e por relações de oposição. O elemento para o conflito, do ponto de vista simmeliano, está dado.

Contudo a oposição e as forças de tendências desarmônicas não foram o suficiente para a cisão da unidade societária de Boa Esperança. Os casos das comunidades da Paca e do Prata, que desapareceram em função da soja, são exemplos de sociedades que sucumbiram à força de aniquilação exercida pelo grupo dos sojicultores: ou venderam as terras, ou abandonaram as terras, ou sofreram ameaças a ponto de se tornar impossível a continuidade de uma comunidade no local impactado pela sojicultura.

As teorias de Simmel (1983) são extremamente importantes para percebermos o caráter sociológico das situações de conflito. Entretanto sua definição, por ser extremamente abrangente, é incapaz de fornecer leituras e análises mais ricas quando observamos que as oposições estruturantes do conflito estão ancoradas em problemáticas ambientais – além das sociais. O uso indiscriminado de agrotóxicos, a pressão fundiária, a desarticulação econômica e as degradações das relações ambientais e das relações de solidariedade comunitária nos

indicam a dimensão socioambiental do conflito. Seguindo as tipologias de Little (2001), o conflito socioambiental, que são “as disputas entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural.” (2001, p.104), que ocorre em Boa Esperança tem por características: 1) os impactos gerados pela ação humana e natural, na qual a pesquisa de campo constatou a existência da a) dimensão política, que é expressa por meio das disputas sobre a distribuição e controle da terra; b) dimensão social, que é expressa por meio das disputas sobre o acesso à terra. Quando lembramos que existem poucas áreas produtivas para agricultura familiar em Boa Esperança, e que os pequenos agricultores são receosos com a possibilidade do avanço da sojicultura para a área do Chapadão, percebemos que o conflito socioambiental é ocasionado por disputas em torno da terra, que é um meio de produção. 2) Os conflitos também são gerados em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural. Nessa situação se percebe que as disputas ocorrem a) nos casos de poluição do meio ambiente por agrotóxicos. Esses impactos negativos são sentidos de maneira diferenciada pelos atores de Boa Esperança, população que mora e estuda na comunidade sofre com os agrotóxicos, enquanto sojicultores que somente produzem na comunidade, mas moram em outra localidade não sentem tantos impactos; 2) Pelo o esgotamento de recursos naturais, no caso áreas disponíveis para plantio da agricultura familiar, que também gera impactos diferenciados aos grupos sociais.

Por fim, ainda existem os conflitos que 3) giram em torno do uso dos diferentes conhecimentos ambientais. Essa dimensão do conflito em Boa Esperança tem por características as a) diferenças em torno de percepções de risco que incrementam-se cada dia devido ao fato de que novas tecnologias estão produzindo impactos. Como por exemplo a necessidade de limpeza de grandes áreas para o plantio e a forma de produção. Na perspectiva do agronegócio, quanto mais tecnológico e menos trabalhadores necessários, mais vantajoso e menor é o custo da produção. Para a agricultura familiar, se não houver necessidade de trabalho com mão de obra, sua razão ontológica de existência se cessa.

Todos esses elementos demonstram a existência de diferentes capacidades de produção e de mecanismos para se lidar com as externalidades do processo produtivo. Nesse sentido, percebe-se que a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento atinge moradores das comunidades rurais. Essa dinâmica se caracteriza como um caso de injustiça ambiental (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2014(?)).

3.3.2. *Conceito Nativo*

Por mais que a concepção sociológica do conflito seja de fácil observação, as contribuições das perspectivas antropológicas – que trazem ao debate as percepções nativas – demonstram que a concepção de conflito para os moradores da comunidade rural é concebida a partir de outros elementos. Antes de tudo não é a diferença ou oposição que cria as possibilidades de surgimento de situações de conflito, mas sim a existência de violência, agressões, lesões ou ameaças que se repetem frequentemente ao longo do tempo. Se percebermos a realidade de repetição ao longo do tempo, conseqüentemente se observa a criação de uma relação (como Simmel propõe). Se as violências, agressões, lesões e ameaças são frequentes, os atores envolvidos no processo estão ligados por relações negativas. Aí está um elemento da realidade local: a pesquisa de campo criou condições de perceber que os moradores das comunidades rurais percebem todos as externalidades da sojicultura, mas escolhem, por diversas vezes, não criar respostas de maneira frequente às violências, agressões, lesões e ameaças pois percebem as diferenças de poder e os perigos que essas ações podem acarretar contra sua própria vida. Isso demonstra uma realidade social em que “existem problemas, mas as pessoas têm medo de entrar no conflito” – como um morador me relatou. O conflito, na perspectiva nativa – isso é, como uma forma de dois atores se relacionarem negativamente ao longo do tempo - ele pode existir quando grupos possuem similares condições de garantia de sua existência material, ou quando estão dispostos a desempenhar ações para alterar a realidade em seu favor. Nesse último sentido apontado, a percepção dos riscos é um elemento moderador para a tomada de decisão e de engajamento social.

Esse tipo de leitura nos faz voltar ao resultado da pergunta 12.2. “Existe conflitos na sua comunidade?” do questionário comunidades. Ao analisar a forma como esse dado foi produzido, precisamos observar que as pessoas entrevistadas foram escolhidas seguindo critérios chaves. Ao perguntar se existe conflito em sua comunidade, a resposta surge como uma opinião pessoal – que as vezes é diferenciada da opinião majoritária do grupo. Em minha pesquisa, a ambiguidade deste dado (o questionário apontando para a existência de conflitos enquanto boa parte dos moradores negava) surgiu como um paradoxo ao entendimento da questão. Contudo, como já observamos mais a fundo, devido as características da realidade social, a negação de um conflito em Boa Esperança não significa necessariamente que a população não entenda ou desconheça casos de conflitos, mas sim que é um posicionamento estratégico de um grupo de pessoas que não pretendem se organizar para realizar ações contra a sojicultura e os impactos da produção.

Portanto, ao observar o pensamento social da comunidade, também se percebe o elemento relacional existente no conflito: é necessário haver frequência nos acontecimentos para podermos caracterizar a comunidade como conflituosa. Problemas acontecem e passam de maneira esporádica, sendo interpretados como casos isolados, sem conexão com tendências sistêmicas de como os relacionamentos operam.

Desta forma, se estamos preocupados em analisar como os atores se relacionam, precisamos nos debruçar sobre a investigação em relação ao comportamento dos atores em Boa Esperança e suas orientações ideológicas que guiam suas ações.

Demonstrados quais elementos estão em jogo para caracterizarmos uma situação de conflito, precisamos passar para a análise dos grupos que estão interagindo. Dado o passado histórico dos acontecimentos conflituosos em Santarém, tem como pressuposto que os atores envolvidos no conflito agem de maneira lógica dentro de um sistema social que possui suas características próprias. Essas características são: sentimento de ausência do Estado; disputas por terras; histórico de conflitos; desarticulação social e problemas de ação coletiva nas populações rurais; e a busca por um desenvolvimento que nunca chegou. Dessa forma, pressupõem-se que os atores agem de maneira mais ou menos guiada pela busca de interesses e a percepção de sua capacidade de garantir sua sobrevivência e conquistar seus objetivos.

4. Comportamentos e Discursos mobilizados

Demonstrados quais elementos estão em jogo para caracterizarmos uma situação de conflito, precisamos passar para a análise dos grupos que estão interagindo e suas ideologias. Dado o passado histórico⁹⁵ dos acontecimentos conflituosos em Santarém, temos como pressuposto que os atores envolvidos no conflito agem de maneira lógica e estratégica dentro de um sistema social que possui suas características próprias. Essas características próprias são: um passado de conflitos conhecido que orienta ações; abandono governamental; estrutura existente para escoamento de commodities para o mercado internacional; necessidade de alterações na composição da renda familiar rural – na qual componentes agrícolas perdem participação na composição da renda; a relação da população com a floresta. Dessa forma, pressupõem-se que os atores agem de maneira mais ou menos guiada pela busca de interesses

⁹⁵ Orlandi (2009) oferece outro conceito para essa mesma ideia que apresento. Ela explica como as “formas encarnadas na história” são utilizadas para produzir sentido numa “forma material”: ideia proveniente das elaborações a partir do materialismo histórico

e a percepção de sua capacidade de garantir sua sobrevivência e conquistar seus objetivos. Também é preciso destacar que o comportamento e discurso dos atores é moldado pelo contexto na qual está inserido: suas respostas e interações são controladas buscando adequar o comportamento de forma a conseguir ou não prejudicar sua busca por interesses. Com essas observações, podemos iniciar a descrição dos comportamentos e dos discursos mobilizados por cada grupo.

4.1. Dos sojicultores

Desde quando cheguei em Santarém para realizar um de meus campos, tive a curiosa experiência de ser atendido por um motorista de aplicativo que já tinha trabalhado com sojicultores. Quando descobri essa característica de seu passado, me engajei em perguntar sobre a relação que ele tinha com seus antigos patrões: “muito gente boa”, me dizia. Essa qualidade, “gente boa”, foi um adjetivo que ouvi em diversas outras situações em vários contextos santarenos diferentes. Ao realizar pesquisa de campo pude constatar que tal característica é atribuída ao comportamento de oferecer coisas aos trabalhadores agrícolas ou moradores das comunidades. Dessa forma, exemplos como convidar pessoas para participarem de seus churrascos, oferecer carona para pessoas que esperavam ônibus ou percorriam seu trajeto a pé, oferecer pequenas partes da produção de milho para os moradores das comunidades que recebiam seus empreendimentos, eram as “bondades” mais recorrentes que realizavam.

Podemos interpretar essas “bondades” como formas estratégicas de legitimar as ações deste grupo. Isso é, os sojicultores são, em sua maioria, “gaúchos”; se comportar desta maneira, oferecendo coisas para a população local é uma forma de mostrar aos nativos que esse grupo que veio de fora está buscando construir boas relações em Santarém. Esse ideal também se destaca quando se percebe que os sojicultores se sentem como agentes do desenvolvimento. Em outras palavras, sentem-se responsáveis pela melhora da condição de vida de toda a região. Esse sentimento de responsabilidade, porém, é seletivo pois prioriza ações desse tipo – benfeitorias localizadas no tempo e no espaço – em detrimento de uma alteração das práticas que são realmente degradantes. Mas não somente: ao serem “gente boa” e oferecer os mais diversos atos de bondade à população, estão, também, comunicando que suas ações bem-intencionadas são frutos de um “desenvolvimento”. Assim é possível pensar que quanto mais desenvolvimento (quanto mais portos exportadores existirem, quanto mais incentivos agrícolas,

quanto mais terras disponíveis para plantações de soja), mais eles poderão contribuir com a sociedade.

A naturalização dos impactos ambientais é outro elemento característico desse grupo. Sobreutilização de agrotóxicos, desmatamento da floresta para abertura de novas áreas cultiváveis são elementos inevitáveis, por um lado, e parte constitutiva do progresso que atores do agronegócio estão em busca. Essa ideia, por exemplo, é muito evidente na fala que tive com José, trabalhador das plantações de soja – descrito no capítulo 2 – que afirmava que a existência de órgão que fiscalize e libere a utilização de agrotóxicos faz com que os defensivos agrícolas liberados para uso sejam seguros; isso é, se os agrotóxicos são registrados, estão disponíveis para a venda, é porquê não devem fazer mal.

Lembrando do passado histórico, da forma material (ORLANDI, 2009), a relação agressiva dos grupos do agronegócio com as ONGs, principalmente do Planalto Santareno, é de fácil compreensão. Como dito diversas vezes por atores do agronegócio com os quais tive contato durante a pesquisa, a busca final do agronegócio é o lucro⁹⁶. Se o lucro é a principal finalidade, preocupações sociais e ambientais são secundárias nessa lógica. É dessa forma que por diversos momentos durante essa pesquisa pudemos constatar que é interessante para o agronegócio a flexibilização de leis ambientais bem como existir um maior interesse em não compartilhar seus lucros reais com moradores de comunidades rurais⁹⁷. Dessa forma, a atuação de ONGs, no passado, causou certos prejuízos à produção graneleira, como foi o caso do documento *Eating up the Amazon*, lançado pelo Greenpeace em 2006 que resultou na moratória da soja. Esse foi um dos elementos para a criação da campanha *Fora Greenpeace* que ocorreu em Santarém e financiada por empresários cujas atividades foram impactadas negativamente pelas ações de tal grupo. É por causa de conflitos como esses que as ONGs são mal vistas por integrantes do agronegócio.

É dessa forma que as ideias sobre análise de discurso (ORLANDI, 2009) podem nos ajudar a compreender as ações dos grupos. Como acabamos de perceber, a memória dos acontecimentos passados influencia na atualidade discursiva e comportamental dos atores.

⁹⁶ Dois exemplos: “fazendeiro ama esse número: dinheiro. Infelizmente, quer queira, quer não, é isso que move!” – fala de um fazendeiro da região; “o que nós queremos é dinheiro no bolso. Se investir na produção em Santarém significa dinheiro no bolso, então nós investiremos.” – fala de um empresário do agronegócio que falava do potencial agroindustrial santareno.

⁹⁷ Dar uma saca de milho para uma família, ou oferecer uma carona à cidade não apresenta nenhum dispêndio por parte dos sojicultores. Era comum ouvir reclamações de moradores que falavam que os sojicultores só cuidavam do que era deles. Um exemplo: para chegar em uma das comunidades visitadas pelo projeto INCT-ODISSEIA, tivemos que passar por uma estrada repleta de plantações de soja. Até chegar na comunidade, a estrada era relativamente bem cuidada, enquanto na comunidade era extremamente precária. Os moradores relatavam que os sojicultores não cuidavam de “nem um palmo a mais” da estrada que eles não utilizavam.

Assim percebemos como o sentido se produz no ato da fala. Nas palavras de Orlandi: “Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiramos os sentidos” (2009, p.33). Esse método de análise é replicável nas análises de todos os grupos que essa pesquisa busca descrever e compreender.

Há, também, um outro lado menos divulgado, e portanto, menos reconhecido da atuação dos sojicultores na região do Planalto Santareno. Como foi relatado por um dos moradores entrevistados, o primeiro movimento é “adocicar” qualquer grupo ou indivíduo que seja obstáculo para a obtenção dos objetivos dos sojicultores. Essa era uma das estratégias de entrada, conquista de confiança com a finalidade de obter terras, que as vezes se mostrava falha. Essas primeiras tentativas de compra estavam condizentes com a qualidade de “gente boa”, mas logo que recebiam respostas negativas, passavam para atuar de formas mais violentas – seja uma violência simbólica, seja com ameaças.

Quando me refiro a violência simbólica estou com a seguinte imagem em minha cabeça: existem relatos de comunidades que desapareceram em função da chegada da sojicultura. Nessas comunidades, é possível pensar que sua extinção porque

“muito dos moradores que tinham lotes ou usam áreas coletivas deixaram de usá-la já que estas passaram a ser de propriedade particular e sua entrada ali não era algo bem quisto, causando ameaças de morte e violência, sem ter onde plantar e manter seu modo de vida, os antigos povos migraram para outras regiões [...] A extinção das comunidades se dá justamente devido a esta migração, já que não era mais possível manter uma escola com três, quatro alunos, sairia caro para o Estado prestar tal serviço, o mesmo ocorreu com os demais serviços, mesmo os privados, tais como linhas de ônibus (transporte) e comércios, as igrejas se foram, não havia mais fiéis suficientes, assim, gradativamente os vilarejos simplesmente sumiram do mapa, a exemplo das comunidades de Tracua, Paca e Jenipapo, que ficam no que é hoje o município de Mojuí dos Campos” (BARBOSA & FERRER, 2015, p.41)

Dessa forma, é uma violência simbólica perceber, enquanto morador de uma comunidade que foi extinta, que o grupo social na qual você fazia parte foi desestruturado por agentes do agronegócio ao mesmo tempo que não houve entidade, grupo ou poder público a possuísse poder suficiente para impedir tal acontecimento.

Por sorte a região do Planalto Santareno não é, de fato, conhecida por conflitos socioambientais violentos, entretanto isso não significa afirmar que não haja nem conflitos socioambientais nem ações violentas. Como dito anteriormente, ameaças de morte, agressões e pressão fundiária são parte das agroestratégias. Desta forma, as agroestratégias não buscam

remover somente “obstáculos jurídico-formais” (ALMEIDA, 2010, p.102); elas buscam remover obstáculos sociais – e, nesse sentido, obstáculos sociais também dizem respeito às populações humanas que habitam territórios que limitem a expansão de terras dos interesses agroindustriais.

Por fim, é preciso lembrar que as atividades dos atores do agronegócio, na região de Santarém, foram e são de cobrar do Estado incentivos, crédito, infraestrutura, apoio econômico e político, de modo a orientar as ações do poder público para agir em prol de seus próprios interesses. Não é por outro motivo que sojicultores e fazendeiros viram no governo Bolsonaro oportunidades reais de expandir suas atividades agroindustriais por meio de ações, na teoria, ilegais. Essa realidade, infelizmente, se mostrou factual recentemente quando o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, argumentou que o governo deveria aproveitar a cobertura que a imprensa dá ao Covid-19 para “ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas [ambientais]”⁹⁸. Os dados de abril, por exemplo, já mostram que neste mês de 2020 houve um crescimento de 171% do desmatamento na Amazônia, sendo o maior em 10 anos⁹⁹. Dessa forma, é necessário evidenciar que “a soja, as pastagens, a grilagem de terras públicas e a extração madeireira fazem parte de um mesmo processo” (PNUMA, 2006, p.57).

4.2. Dos moradores

Antes de começar a analisar os discursos e ações dos moradores de comunidades rurais, precisamos lembrar que este grupo não pode ser analisado da mesma forma em sua totalidade. Por mais que possamos compreendê-lo como um grupo unitário (no sentido simmeliano), não podemos tecer análise desta unidade em oposição aos sojicultores, porque há uma parcela dos moradores que é favorável ao agronegócio, da mesma forma que há uma parcela dos moradores que é indiferente. Excluídos esses dois subgrupos da análise, temos o restante, que se opõe à sojicultura orientado por um sentimento de descontentamento. Esse sentimento de descontentamento é uma constante nesses moradores, pois eles observam a degradação ambiental e as dificuldades causadas pela utilização de agrotóxicos.

⁹⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/declaracao-de-salles-de-passar-a-boiada-provoca-guerra-de-anuncios.shtml>, acessado em 07/08/2020

⁹⁹ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2020/05/19/desmatamento-da-amazonia-em-abril-e-o-maior-em-10-anos.htm>, acessado em 07/08/2020

Para esse grupo, a forma material (ORLANDI, 2009) que é orientadora de suas ações diz respeito ao término da “época de ouro”, à inserção da sojicultura como promessa do desenvolvimento e à frustração destas promessas. Como população rural, é plausível argumentar que a morte de Dorothy Stang, em 2005, também foi um acontecimento que impactou a memória deste grupo. Para todos estes elementos ainda se soma o sentimento de abandono estatal que se traduz no desejo de criação do Estado do Tapajós como forma de valorização econômica da região e cidadã dos moradores.

É nesse contexto que observamos a emergência das seguintes falas dos moradores entrevistados:

“Chico: Agora só uma coisa eu vou lhe dizer. Se o governo não frear o desmatamento aqui na nossa região, as futuras gerações vão ver coisa que ninguém nunca viu.

Caio: Tipo oque?

Chico: Seca. [inaudível] começando aí as coisas, o calor, tudo aumenta, falta de chuva.

Caio: O senhor se preocupa com o desmatamento?

Chico: Me preocupo. Me preocupo porque é a vida desse povo; de quem mora; da classe indígena; do povo. Por isso. Quem mora nas regiões. Se não chover o que é que vai se produzir? A soja não. Sujeito que planta soja, com três meses já tem soja boa. E a plantação de mandioca demora anos, e é o que o povo tem. Se não frear...”

(Fragmento entrevista com Seu Chico)

“Eu não quero que uma Amazônia, vamos dizer, que assim, que você não quer nada assim, uma Amazônia com todos os... as infraestruturas, as estradas asfaltadas, com saneamento básico, tudo isso aí, mas... Defendo também que eu acho que muita das coisas, das florestas não podem ser derrubadas pra plantar soja. Eu vejo muito isso. Se você aproveita campos que já estão feitos a 20, 30 anos atrás, beleza. É natural. Mas você continuar derrubando uma floresta, continuar né, tirando dali uma coisa que levou mil anos pra estar daquele tamanho, é uma aberração.” (Fragmento entrevista com Seu Antônio)

“Desde que eles [os sojicultores] chegaram já começou [o desmatamento]... eles derrubando tudo, a mata nativa, eles já começaram a... já começou a desaparecer as grandes áreas, as grandes áreas começaram a ficar limpa e foi assim... e logo veio o veneno. E o desmatamento, junto com os agrotóxicos, tudo isso veio como um impacto só, né? Tipo no ambiente. E os agricultores ao redor que ainda tinha as lavouras, foram tomadas pelos insetos que já vinham da plantação deles. Como eles jogavam os venenos, eles [os insetos] se deslocavam para as plantações vizinhas.” (Fragmento entrevista com Dona Maria)

“Caio: E como que era Boa Esperança? Quando a senhora chegou?

Lúcia: Olha Caio, [inaudível]. Não teve quase mudança aqui. A mudança que teve aqui foi que aumentou mais os aradados. Aumentou o desmatamento. Isso foi o que aumentou mais. E as doenças foi o que mais aumentou aqui. Entendeu? Melhoramento mesmo aqui, muita pouca coisa. Entendeu?

[...]

A mãe natureza chora de tristeza pela devastação, desmatamento” (Fragmento entrevista com Dona Lúcia)

“Lara: Muito desmatamento, né? Isso aí, é... você vai lembrar dos anos atrás que nós viemos pra cá. Nós viemos lá da cidade até aqui, era que nem... verde, que era tudo muito bonito. Aí agora... tanto desmatamento. É... Olha, naquele tempo que chegamos aqui. Não tinha trovão, não tinha relâmpago. É, eu me lembro quando viemos lá do Sul lá era... dava temporal, relâmpago, trovão. E agora.... tem trovão, tem relâmpago. Como que mudou. E é muito quente. Parece que cada ano está mais quente. Mais quente. Me lembro que nós dormíamos de noite sem ventilador. Agora, uh.... Deus me livre.” (Fragmento entrevista com Dona Lara)

O que é interessante de observar em todas as falas é que se percebe um valor dado à natureza que é negado pelos sojicultores. Quando comparamos as falas dos sojicultores com a dos moradores percebemos essa oposição estruturante com relação à natureza: enquanto os primeiros querem o domínio e a flexibilização das leis ambientais; o segundo grupo percebe a influência da natureza sobre o clima, sobre a produtividade e sobre a incidência de doenças. Quanto à incidência das doenças, este tema está mais relacionado ao uso de agrotóxicos do que com o desmatamento em si. Mas, o uso de agrotóxicos é relacionado a outro elemento de degradação ambiental, que é comumente chamando de poluição ou contaminação – e relacionado com o sentimento de abandono estatal que cria condições para desrespeitos com a natureza e com o povo que mora nas comunidades:

“Caio: O que a senhora acha daquela ideia da criação do Estado do Tapajós?

Dona Lúcia: Olha Caio, eu achava que... eu achei que a ideia foi muito boa. Pena que não vigorou, né? mas pra mim é isso. Seria uma ótima ideia.

Caio: O que poderia mudar?

Dona Lúcia: eu acho que poderia mudar, Caio, que com certeza teria aqui... era para ter mais respeito, né? Principalmente pelas nossas águas. Você sabe que hoje tudo é a poluição né? Ai poderia ser que acontecesse com mais respeito. Eu tenho certeza que com a criação do Tapajós seria muito melhor. Eu tenho pra mim que seria assim. Eu tenho pra mim que melhoraria. Que aí poderia ser que as pessoas averiguassem, que as pessoas fossem mentalizar as coisas e poderia se amenizar muita coisa. Melhorar.

Podia ser que melhorasse as coisas. Se houve conscientização do povo. Pelo povo, por nós. Tem que todo mundo entender a dar valor às coisas preciosas que têm porque hoje as coisas estão se acabando tudo.” (Fragmento entrevista com Dona Lúcia)

Há outro elemento que podemos considerar extremamente relevante para compreender o comportamento dos moradores: durante as conversas que tinha, mais ainda em contexto de entrevista – onde as respostas são controladas pelo emissor dada a formalidade da ocasião -, os moradores apontavam vários problemas da realidade (que são impactos da ação produtiva da sojicultura) mas não apontavam os sojicultores como responsáveis por tais impactos. É claro que isso ficava entendido com o contexto da conversa, mas a ação de apontar para este grupo era, de certo modo, uma ação tímida. Como demonstrado anteriormente, a primeira perspectiva que adotei para entender esse fenômeno era chamando-o de contradição; mas com reflexões posteriores – que expus nas páginas anteriores – seria errado compreender tal fenômeno como contradição. O que, de fato, parece ocorrer é resultado de um pensamento estratégico de todo o grupo de moradores que opta por não evidenciar ou enfatizar qualquer responsabilidade das degradações ambientais que os sojicultores realizem. É por esse motivo que o apontamento de críticas, por parte dos moradores, muitas vezes é direcionado à um sujeito ocultado pela construção textual: quando a entrevistada falou que “A mãe natureza chora de tristeza pela devastação, desmatamento”, existe um processo de personificação - ao mesmo tempo que se atribui agência - para a natureza, enquanto há um ocultamento do sujeito que realiza as ações de devastação e desmatamento. Esse ocultamento do sujeito desmatador também é uma forma de não atribuir a responsabilidade do desmatamento a esse grupo.

Mas por quais motivos ocorrem esse processo de ocultação do sujeito mesmo quando se conhece o grupo responsáveis por tais degradações? Esta pesquisa foi capaz de indicar três fatores que influenciam esse comportamento: o primeiro diz respeito a forma material (ORLANDI, 2009) de criação de sentidos. Isso é, quando se lembra que no contexto amazônico, e mais especificamente paraense, houve assassinatos, perseguições e ameaças contra quem denunciava ilegalidades, existem bases históricas para acreditar que é perigoso denunciar degradações socioambientais na Amazônia. Junto a isso ainda existe, como segundo fator, a ausência e deficiência do Poder Público para garantir a integridade e segurança de seus cidadãos. Prova disto se faz em relação às reclamações da ação policial e demandas por frota maior e maior cobertura policial durante os dias – visto que, na comunidade de Boa Esperança, o policiamento ocorre em alguns momentos do dia; isso é, mesmo que tenha a estrutura do posto policial, os policiais não estão disponíveis 24h por dia.

Por outro lado, os moradores também vieram sofrendo com outros elementos que minaram as redes de cooperação e solidariedade comunitária ao longo dos anos. Um destes exemplos é a inserção da farinha de polvilho que encerrou o auge das casas de farinhas (unidades de trabalho familiar que geravam trabalho e renda para pessoas fora do círculo familiar). Esse processo de degradação dos laços sociais implantou um sentimento de individualismo latente nas pessoas da comunidade. Isso é demonstrado pela fala de Antônio, quando argumenta que na atualidade vê Boa Esperança como uma comunidade “pobre e miserável” – no passado, Boa Esperança poderia ser pobre, mas não miserável. Com pessoas passando “necessidade brava”, de acordo com Antônio, podemos lembrar da explicação do Padre Edilberto, que conhece toda a região do Planalto. Perguntando ao padre sobre as possíveis explicações para o individualismo nas comunidades rurais, ele me respondeu que a pobreza cria situações de vulnerabilidade que faz com que aquele que passa necessidades pense em garantir, antes de tudo, suas condições materiais de existência.

Juntando todos os elementos que reunimos até o momento percebemos que o comportamento dos moradores recai em problemas de ação coletiva (OLSON,1999), isso é, quando grupos inteiros deixam de agir ou seus membros deixam de agir pela percepção da relação de ação *versus* benefício. Nesse sentido Olson explica que em grupos grandes (sem explicar quando um grupo deixar de ser “pequeno” e se torna “grande”), o interesse comum não é elemento coesivo dentro deste agrupamento de pessoas; se não houver nenhuma coerção ou incentivo para a ação, as pessoas, em geral, tendem a agir individualmente. É interessante perceber, que de acordo com Olson (1999), que existem casos em que a “filiação a um grupo não é tanto pela sensação de pertencer, mas mais pela possibilidade de conseguir algo através deste pertencer” (1999, p.18). Nesse sentido, percebemos que em Boa Esperança existe um interesse comum entre os moradores – maior respeito às pessoas e ao meio ambiente, maior possibilidades de emprego e renda, menos degradação ambiental; elementos estes ligados às externalidades do plantio de soja -, entretanto não há incentivo, nem coerção, para que os indivíduos participem de grupos com poder de ação para pautar suas demandas. Ao contrário: como já vimos, a coerção existente é para que indivíduos não se unam em grupos que possam reivindicar interesses da população rural por medo de ameaças, perseguições e assassinato. Esse pensamento, a partir dos problemas da ação coletiva de Olson (1999), nos faz compreender o fato de vários indivíduos estarem indignados (possuem interesse comum de melhorar a realidade) com a situação socioambiental e política de Boa Esperança ao mesmo tempo que sentem medo de mais coerções e represálias contra si e suas famílias.

5. Conclusão do Capítulo 3

Após toda a argumentação realizada percebemos as características do conflito em Boa Esperança. Perceber o conflito como uma forma de sociação (SIMMEL, 1983) é abrir espaço para a análise das características do relacionamento que os grupos estabelecem entre si. No caso de Boa Esperança tem-se que o conflito ocorre entre sojicultores e moradores; entretanto nem todo morador entrou em nossa análise: excluímos os pró-agronegócio e os indiferentes. Essa escolha metodológica funciona atentando para a finalidade dos conflitos: que é resolver dualismos divergentes (SIMMEL, 1983). Grupos que não apresentam dualismos, dificilmente terão situações de conflito.

O dualismo divergente mais evidente no contexto dessa comunidade rural é as diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento e suas consequências: enquanto os sojicultores querem flexibilização das leis ambientais, extinção do trabalho das ONGs na Amazônia, maiores incentivos agrícolas e financeiros, melhor infraestrutura para escoar produção, lucro antes de preservação ambiental, utilização abundante de insumos e agrotóxicos, maquinário tecnológico, variedades de sementes mais geneticamente modificadas, os moradores se opõem por querer um desenvolvimento que leve em consideração a floresta, o clima e os moradores das comunidades rurais. O que se pode perceber em campo é que não há um plano coeso de desenvolvimento comum entre todos os indivíduos de comunidades rurais. O que é comum é um sentimento de frustração pois a soja – como vários outros ciclos econômicos – não trouxe a posição de município desenvolvido que sempre foi sonhado para Santarém. Essa é a base material para a construção da ideologia que move a resposta dos moradores quando perguntados sobre os benefícios da soja para a região. Sempre que perguntados, eles me respondiam: “o desenvolvimento que eles falam é só para eles”.

Para além do conflito, percebemos que a realidade social de Boa Esperança é como ZHOURI e LASCHEFSKI (2014(?)) e Svampa (2019) argumentam: estamos perante um caso de injustiça ambiental. Mas o conflito em Boa Esperança possui suas particularidades – para além de ser caracterizado como “conflito socioambiental”. O fato de sempre existirem respostas contrárias à existência de conflito, mesmo com a resposta positiva à pergunta “12.2 existe conflito em sua comunidade” do questionário comunidades (realizado pelo INCT-ODISSEIA) levantava um problema sociológico sobre a ambiguidade do conflito. Em campo, por exemplo, sempre me perguntava se eu deveria ouvir os moradores e pensar que não existe conflito ou se

deveria seguir a orientação acadêmica, identificar os elementos do conflito semelhantes entre a teoria e a realidade social e rotular a realidade como conflituosa – como sugeriam os autores. Essa perspectiva se mostrou errada pelos elementos que pudemos descobrir sobre o conflito. Responder negativamente à pergunta se há ou não conflito é uma forma de pensamento estratégico, difundida entre a classe dos moradores das comunidades rurais, que protege esse grupo de possíveis agressões em um contexto de violências reais passadas somadas ao sentimento de abandono estatal. Nesse sentido, bancar o conflito, ou a postura conflituosa – a partir do senso comum do conceito – significa correr grandes riscos. Na maioria das vezes, pude perceber que os interlocutores da pesquisa não estavam dispostos a correr tais riscos. Isso porque operam mecanismos coercitivos que minam a capacidade de ação coletiva deste grupo, baseadas nas ações dos sojicultores que influenciam negativamente na articulação dos moradores.

A coerção de fato existiu e foi registrada em Boa Esperança: dois casos de ameaças foram descritos durante esse capítulo. Esses acontecimentos funcionam como manifestação do poder de um grupo em detrimento de outro, ao mesmo tempo que carrega uma mensagem simbólica que afirma “é isto que fazemos com quem ficar no nosso caminho”. Essa mensagem e/ou *modus operandi*, infelizmente, não foi só percebido em Boa Esperança, mas também no caso da comunidade próximo ao Corta-Corda que resolveu buscar meios violentos para combater a violência dos sojicultores. Desta forma, o que quero dizer é que, quando as primeiras estratégias de “adocicamento” para a compra de terrenos falham, é necessário apelar para formas que vão se tornando mais violentas ao longo do tempo: começando de pressão fundiária, impactos dos agrotóxicos, até chegar em ameaças. Essa faceta descoberta do agronegócio precisa ser inserida no conceito de agroestratégias (ALMEIDA, 2010), na qual se pensa que as agroestratégias não só se removem “obstáculos jurídicos-formais à expansão do cultivo de grãos (2010, p.102), mas também se removem os obstáculos humanos por diferentes meios – pela cooptação econômica amigável ou pela pressão fundiária e ameaças de caráter violento.

Desse modo, se o objetivo dessa dissertação era investigar a ocorrência do conflito em Boa Esperança, podemos afirmar que esse propósito foi alcançado: com toda a discussão percebemos que Boa Esperança é uma comunidade em que existe conflitos, mas que não é uma sociedade conflituosa. A ideia de ser ou não conflituosa está baseada na percepção temporal e de frequência com relação aos conflitos: quanto mais frequentes e recorrentes, mais tende a ser conflituosa. Mas para além desta característica é preciso analisar a diferença de poder que separa os grupos envolvidos no conflito: se um grupo é extremamente mais poderoso que

outro(s) grupo(s), o primeiro terá mais condições de orientar as ações dos outros grupos (mesmo que tendo ideologias e objetivos diferente) em direção dos seus próprios interesses. Agir dessa maneira é minimizar casos concretos de conflito e realizar a manutenção de um sistema de coação que desestimula ações coletivas contra o grupo mais poderoso.

Há, ainda, um último elemento que precisa ser brevemente refletido. Me refiro a manifestação da “violência” e como este conceito as vezes é dissociado do conceito de conflito. Obviamente nem todo caso de conflito é violento, mas existem situações de conflitos que o são – e ainda existem exemplos de conflitos específicos que são violentos. E no contexto de Santarém, o que se pode argumentar é sobre a banalização das relações violentas em todo o contexto do Planalto Santareno. Meu estranhamento enquanto pesquisador que vem de outra realidade se deu pela observação que ações violentas (como assassinatos, estupros, agressões e relações abusivas) são um elemento comum e mediador das relações sociais como um todo na sociedade santarena. Isso também significa dizer que a violência naturalizada é, de certo modo, esperada – ou pelo menos aceitável em situações que a resolução de qualquer acontecimento poderia ser menos agressiva. Neste ponto não estou me referindo somente às relações no campo, mas relações de todo um contexto cultural que engloba tanto a realidade urbana quanto a rural. Posso dar um pequeno exemplo para elucidar essa percepção que tive: realizando pesquisa documental, ao procurar por dados em jornais da década de 1990, pude constatar que praticamente toda publicação de jornal deste período publicava notícias de assassinatos, agressões, chacinas e suicídios – com as fotos das vítimas. Essa naturalização da morte e da violência pelos jornais é reflexo da naturalização destes acontecimentos na realidade. É claro que com o passar dos anos os jornais pararam de publicar esse tipo de material explícito, mas acredito que a realidade de naturalização das violências apenas se tornou mais camuflada ou menos evidente.

Em campo, em Boa Esperança, pude ouvir várias histórias recentes de violência que foram narradas com uma certa naturalidade: ouvi situações que um grupo de pessoas entrou dentro de uma das plantações de soja, armadas de facão, para brigarem até a morte; ouvi situações de que um familiar de uma entrevistada foi assassinado pelo companheiro dentro da própria casa – sendo esse o motivo para a entrevistada se mudar para Boa Esperança; ouvi casos homicídios ocorridos dentro da mata porque a vítima foi confundida com a caça e, portanto, baleada; ouvi casos de violência policial contra comunitários e participantes do festival da tapioca em que os agentes do Estado apontaram os fuzis “deste tamanho” (em referência ao interlocutor boquiaberto pelo tamanho do armamento policial que contou-me esse

acontecimento); ouvi casos de briga de bar; acertos de contas em garimpo; dentre vários outros casos. Nesse cenário, analisei que a ameaça de um sojicultor de passar com o carro por cima de um morador da comunidade não seria nenhum fato excepcional, ou estranho à sociedade, nem mesmo a sugestão de que “o Padre Edilberto deveria morrer” seria tão reprovável ou assustadora assim. Para uma sociedade que está acostumada com casos de violência tão explícitos e presentes no cotidiano, a violência no campo é naturalizada da mesma forma como a violência passional que matou o parente de um dos meus interlocutores.

Pode-se afirmar que a violência é tão recorrente e difundida que mesmo durante o período de atuação do INCT-ODISSEIA, um fato ocorrido em Belterra atrapalhou o levantamento de dados que estava sendo realizado – mas que depois de passado o acontecimento, foi contado aos risos pelos moradores de Belterra que me contaram esta história. Em maio de 2019, durante os trabalhos do INCT, ocorreu uma série de assassinatos que foram denominados como “chacina” pela mídia. Deixo o link para a reportagem em nota de rodapé¹⁰⁰.

Talvez esse elemento também nos ajude a compreender mais uma das características que fazem a percepção do conflito ser branda: quando a violência, agressões, ameaças são um elemento comum na cultura de uma sociedade, os conflitos que são baseados em violências, agressões e ameaças passam a ter menos relevância – ou menos reprovação social contra o agressor – do que em contextos onde direitos humanos estão difundidos na sociedade com o auxílio da proteção institucional à esses indivíduos.

Por fim, com a análise realizada neste capítulo, foi possível perceber que a dinâmica do conflito é multifacetada: sofre a influência de diferentes elementos (políticos, econômicos, produtivos, relacionais) ao mesmo tempo que é uma percepção individualizada por parte dos moradores. A ação de denunciar um conflito ou até mesmo afirmar que um conflito existe é um comportamento situacional, na qual não se pode esperar que os atores envolvidos no conflito – mesmo ele sendo sociologicamente presente – sempre deem o mesmo tipo de resposta positiva. É nesse sentido que podemos utilizar as ideias de Peirano (2000) em que se pode perceber que grupos humanos podem dizer uma coisa e fazer algo completamente diferente. Existe relação entre atos e discursos, mas essa relação não é direta: assim surge a análise do discurso como uma forma de se perceber a ideologia – base mental que orienta as ações – e, assim, analisar a ideologia nos contextos situacionais. É dessa forma que é possível concluir que Boa Esperança

¹⁰⁰ <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2019/05/28/a-procura-de-suspeito-de-chacina-em-mojui-dos-campos-suspeito-encontra-mais-dois-corpos.ghtml>, acessado em 06/06/2020

é uma comunidade que tem conflitos, mas não é uma comunidade conflituosa. Não é conflituosa porque, tanto em nível individual quanto em nível comunitário, os moradores optam por não pautarem suas críticas e reivindicações de modo a atrapalhar a busca de interesses dos sojicultores. Soma-se a isso a falta de proteção e falta de lideranças que ajam em prol de uma ação coletiva (OLSON, 1999). Assim, os moradores (influenciados pelo medo e com menos liberdades reais (SEN, 2010)) preferem cada um agir individualmente – pois não há incentivos e mobilização para ações deste tipo ao mesmo tempo que os custos de uma oposição aberta e constante pode ser a morte.

Conclusões Gerais

Para encerrar essa dissertação, apresento uma pequena conclusão geral sobre questões centrais que essa pesquisa abordou durante os três capítulos. Faço isso como uma forma de concentrar as contribuições para compreender as implicações do “desenvolvimento” na comunidade rural de Boa Esperança, com foco na investigação do conflito.

Dessa forma, percorremos o seguinte percurso analítico: durante o capítulo 1 concentramos esforços para compreender a relevância dos discursos e ideologias que influenciam as perspectivas sobre desenvolvimento e como essa relação ocorreu historicamente no contexto de Santarém. O capítulo 2 buscou investigar a realidade etnográfica de Boa Esperança, percebendo quais elementos desse contexto maior (acontecimentos históricos, políticas de colonização, atividades econômicas e relação centro-periferia com Santarém) influenciaram a realidade local ao mesmo tempo que buscou-se analisar características endêmicas dessa comunidade. Isso é, mostramos elementos particulares e como esses elementos se relacionam com tendências gerais que ocorreram no Planalto Santareno. Nesse capítulo também apresentamos o gancho para pensar as relações de conflito que ocorrem na comunidade: cuja investigação orientou o capítulo 3.

Para todo esse processo, foi necessário delimitar o conceito de “ideologia” para analisar as dinâmicas que estavam ocorrendo e justificar a escolha metodológica de trabalhar com análise de discurso. Dessa forma, o conceito de ideologia que trabalhamos foi baseado nas contribuições de Marilena Chauí (2008). Essa autora entende ideologia como um “conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar” (2008, p.108), agir, sentir e hierarquizar a realidade. Isso significa, em outras palavras que a ideologia é orientadora das ações de um indivíduo, ao mesmo tempo que também pode ser aprendido por um indivíduo a partir de uma tendência social¹⁰¹.

Observando a influência que a ideologia exerce na vida individual e social, foram mobilizados os recursos de análise de discurso, na perspectiva de Orlandi (2009), a fim de desnudar as ideologias em que os discursos são baseados. Essa estratégia metodológica foi relevante para poder separar “o joio do trigo” com o intuito de organizar e distinguir as ideologias que produzem os diferentes sentidos sociais e discursivos dos atores envolvidos. Em

¹⁰¹ Como foi o caso do esforço do governo norte-americano, pelo governo de Henry Truman, de fazer com que o mundo subdesenvolvido alcançasse os padrões de desenvolvimento de seu país. Isso incluía compartilhar com o mundo a crença no progresso científico, no liberalismo, nos valores modernos, e na manipulação da natureza.

outras palavras, a análise de discurso foi uma forma de investigar a ideologia, que é o elemento primordial para a constituição dos sujeitos e dos sentidos que esses sujeitos constroem em seus atos (ORLANDI, 2009).

O desenvolvimento também pode ser considerado uma ideologia pela capacidade que essa ideia possui de influenciar atos e ações de indivíduos, grupos ou até mesmo sociedades. A análise histórica desse conceito também está presente no capítulo 1. O que se quis mostrar com esse exercício é que as raízes do passado ainda nutrem as ações do presente. Isso significa argumentar que se o “desenvolvimento” é uma ideologia, cujas origens têm uma localização no tempo e no espaço, ela chega aos tempos atuais por um percurso, por um processo que foi orientado pelas elites que estruturaram as bases científicas e econômicas de nossa sociedade. Nessa ideologia do desenvolvimento, há a crença de que a ciência e a técnica são as bases do progresso de nossa civilização, que também são as bases de nossa capacidade de manipulação da natureza (ROSSI, 2000). Dadas as bases históricas, o desenvolvimento é pressuposto ideológico de vários organismos internacionais (como o Banco Mundial) que influenciam na tomada de decisões de países subdesenvolvidos, como foi o caso do Brasil.

O capítulo 1 também demonstrou como o Brasil sempre foi influenciado para buscar os níveis de desenvolvimento a partir da exploração das riquezas naturais condicionado a alimentar os mercados internacionais. Essa perspectiva *eldoradista* (SVAMPA, 2019) se ampliou quando o bloco dos países sul-americanos embarcou no Consenso das Commodities. O Brasil também adequou suas políticas para alimentar seu crescimento econômico a partir da superprodução de commodities visando a exportação. Dentro desse contexto de Consenso das Commodities, iniciados a partir dos anos 2000~2003, o Brasil apenas aproveitou novamente a janela de oportunidade para a expansão da sojicultura como carro-chefe da economia brasileira. Devemos lembrar que a soja já passava por um processo de expansão de sua fronteira desde os anos 1970 no Brasil. E nos anos 1990, que a sojicultura chega em Santarém, acompanhando o movimento de expansão da fronteira agrícola em direção ao norte.

É nos anos 2000 que as primeiras atividades da sojicultura começam a ser percebidas pelos moradores de comunidades rurais do Planalto Santareno. Esse acontecimento é acompanhado com o início da primeira fase do neoextrativismo, chamada de fase da *positividade* (SVAMPA, 2019). Nessa fase, acreditava-se que tal atividade desenvolvimentista iria reduzir desigualdades graças ao crescimento econômico. É nessa primeira fase, que em nível etnográfico, percebemos as diversas propagandas que afirmavam que a sojicultura seria a “esperança” para Santarém. Finalmente se alcançaria o sonhado “desenvolvimento”.

Entretanto, essa leitura positiva não foi compartilhada por todos. Logo nos primeiros momentos que a sojicultura chegou ao Planalto Santareno se iniciou a percepção de seus impactos (a venda de terrenos e esvaziamento de terras destinadas à agricultura familiar, o desmatamento e a utilização de agrotóxicos) e as reações de diferentes atores: STTRs com a campanha “Não abra mão de sua terra”, atividades do Greenpeace, diversos pedidos contrários à Cargill pelo MPF, protestos contra a soja na Amazônia. Surgiram reações aos movimentos críticos: protestos contra o Greenpeace, prisões de ativistas, ameaças de morte, casos de violência em Santarém e no campo, apoio governamental à sojicultura e aos empreendimentos neoextrativistas.

Em Boa Esperança também foram sentidos tais impactos, mas é preciso lembrar que a sojicultura não instalou processos de degradação ambiental na comunidade; esses já ocorriam devido às externalidades de outros ciclos econômicos vivenciados em Boa Esperança. Entretanto, a sojicultura foi um marco porque catalisou tendências e iniciou novas dinâmicas no campo, como por exemplo a pressão fundiária e a utilização de agrotóxicos a ponto de prejudicar a produtividade dos agricultores familiares da comunidade. A partir da introdução da sojicultura em Boa Esperança, as relações sociais, espaciais e produtivas foram alteradas de maneira que os próprios moradores reconhecem esse momento de virada.

É interessante notar que da mesma forma como o “desenvolvimento” foi debatido na centralidade de Santarém, também foi debatido pela comunidade de Boa Esperança – que elaborou sua própria forma de ler e agir perante essa nova realidade. Ao receberem os sojicultores “gaúchos” em sua comunidade aceitaram abrir mão de terrenos que possuíam pois sonhavam com a melhora econômica para sua comunidade. Pouco tempo depois de iniciado o processo produtivo da soja, perceberam que o “desenvolvimento” que os sojicultores e o governo falavam era somente destinado aos agentes envolvidos com o agronegócio. É com esse sentimento que muitos moradores falam: “o desenvolvimento é só para eles lá”. Essa situação nos permite ver como a ideologia opera para criar contrastes e dualismos divergentes. Enquanto os atores do agronegócio em Boa Esperança estão convictos no “desenvolvimento” que a sojicultura traz, a parcela crítica dos moradores evidencia o abismo de diferenças que tal empreendimento criou. Em outras palavras, essa parcela da população observa as perdas de liberdades reais (SEN, 2010) que tal processo produtivo introduziu na comunidade. Isso é, não concordam com um “desenvolvimento” que prioriza o crescimento econômico de uns tendo como sacrifício as liberdades reais de outros.

Outro comentário se faz necessário: para conseguirmos elaborar tal análise, também foram necessários sacrifícios metodológicos que funcionam abstratamente e didaticamente, mas que alteram a realidade. Trabalhamos com a perspectiva de análise a partir da elaboração de grupos homogêneos. Seria impensável fazer um levantamento na qual todas as variações de discursos existentes fossem catalogadas, organizadas e analisadas por apenas um pesquisador em um período de pesquisa de, aproximadamente, um ano. Não desconsideramos a existência de diversos níveis que influenciam a atividade social, mas acessar o universo subjetivo dos indivíduos para uma análise das intenções pessoais seria um esforço impensável. Dessa forma, não descartamos a existência de vários níveis subjetivos, distinções e escolhas que influenciam no comportamento dos atores que estão em interação, mas focamos na leitura de grupos: a análise dos dados da pesquisa de campo forneceu indicativos para se pensar que grupos agiam de maneira mais ou menos similares e, portanto, poderiam ser analisados enquanto tal. Mas uma contribuição que pudemos perceber, ao analisar as contradições de comportamento de membros desses grupos, é que o momento e os interlocutores com o qual determinado indivíduo interagia, alterava substancialmente a forma como ele se apresentava, comportava e discursava (podendo, inclusive, manipular a ideologia e as percepções que se desejavam transmitir aos interlocutores). Isso é, a análise dos grupos como entidades mais ou menos homogêneas foi suficiente para perceber que os indivíduos desses grupos possuíam estratégias pessoais para lidar com as relações de poder extremamente antagônicas e desiguais. Mesmo sendo classes antagônicas e diferentes, agricultores familiares e sojicultores tinham relações “polidas” e de fraca cooperação, mas não era deliberadamente narrada como conflito em Boa Esperança. Isso tem um motivo.

Antes de explicar o motivo dessa estratégia de manipulação das relações, é preciso falar da centralidade do conceito das “agroestratégias” (ALMEIDA, 2010). Esse conceito foi central para a análise contida em todos os capítulos porque concentra um elemento primordial para nossa análise: as atividades do agronegócio contam com uma elaborada rede de cooperação, de apoiadores e de mecanismos jurídicos-formais para a eliminação de barreiras para implementação e expansão das atividades agrícolas. Dessa forma é possível interpretar: que as reportagens de jornal (utilizadas amplamente no capítulo 1) que apoiaram a entrada da soja; os agentes que alocaram recursos para influenciar, expandir, convencer e justificar ações; as propagandas de banco pregando o “desenvolvimento”; a atuação de professores universitários e técnicos especializados demonstrando argumentos científicos sobre os benefícios do agronegócio; o esforço estatal e empresarial para implantar e consolidar a soja na região; todos

esses elementos foram e são utilizados como agroestratégias para expandir e consolidar o agronegócio.

Pela leitura oferecida por Sahlins (2016) e a correlação das ideias desse autor com a dinâmica da relação humano-natureza, essa pesquisa também interpretou o avanço da fronteira agrícola para a Amazônia em seu aspecto simbólico. Isso é, o esforço da sojicultura em se consolidar na Amazônia foi fator simbólico para evidenciar a vitória humana sobre o meio ambiente. Plantar soja na Amazônia é uma metáfora que afirma ser possível controlar a natureza e extrair dela as riquezas econômicas necessárias ao desenvolvimento. Esse é um elemento extremamente importante para a compreensão da ideologia desenvolvimentista do agronegócio brasileiro e de seu ímpeto em continuar crescendo, expandindo e explorando. Tal perspectiva se materializa no contínuo crescimento das áreas destinadas à soja, bem como o esforço de construção do porto da EMBRAPAS, em Santarém. Em outras palavras, “quanto mais, melhor”, pois esse grupo continua imerso no modo de produzir baseado no consenso das commodities. Tal perspectiva é, muitas vezes, pouco compreendida e aceita por populações que cresceram em contato com a floresta – como o caso de muitos agricultores familiares do Planalto Santarém e da tradição indígena. Diferentemente dos atores do agronegócio, muitos moradores percebem valores que estão além do valor de uso e valor de troca na natureza. Muitas vezes acreditam que a natureza, a floresta, possui um valor intrínseco – e talvez seja essa a maior oposição ideológica entre a maneira de pensar do agronegócio e a maneira de pensar de alguns moradores críticos à soja. Enquanto os atores do agronegócio pensam o “desenvolvimento” baseado em tendências neoextrativistas, o grupo crítico ao agronegócio pensa outros “desenvolvimentos” que levem em consideração o bem-estar dos povos e os limites ecossistêmicos.

Desde o meio do capítulo 2, a importância das relações de poder entre sojicultores e agricultores familiares se torna evidente, além de ser uma variável sociológica extremamente relevante para a compreensão das dinâmicas sociais da sociedade. Como demonstramos, a disparidade econômica e a disparidade de poder são elementos centrais no que dizem respeito à capacidade de cada ator conseguir mobilizar recursos a fim de atingir seus interesses. Como a disparidade é evidente entre estes grupos, é possível perceber que existem situações em que grupos específicos sofrem mais com as externalidades do processo produtivo do que outros grupos. Da mesma forma, grupos específicos usufruem mais dos benefícios da sojicultura do que outros grupos. Esse, portanto, cenário é compreendido como uma situação de injustiça ambiental.

A relação entre sojicultores e moradores de Boa Esperança também é analiticamente rica pelo fato de os moradores, em sua maioria, negarem a existência de conflitos na comunidade. O capítulo 2 se encerra apresentando esse gancho para a discussão elaborada no capítulo 3. Mesmo que Boa Esperança seja uma comunidade pautada em profundas desigualdades sociais, econômicas e de poder, além de serem permeadas por injustiças ambientais, observamos que as relações entre sojicultores e moradores teriam, teoricamente, uma série de elementos para ser considerada como “conflituosas”, mas não o são. Assim, o capítulo 3 se debruçou em entender esta realidade: por quais motivos os moradores respondem negativamente à existência de conflitos na maioria dos casos?

A primeira consideração que fizemos é sobre o conceito de conflito. Esse conceito, diz respeito ao conflito como forma de sociação, e que necessita da divergência entre os grupos envolvidos para poder existir. Em outras palavras significa dizer que o conflito ocorre em situações que a diferença se evidencia. Um dos dualismos divergentes mais evidente no contexto dessa comunidade rural é com relação as diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento e suas consequências: enquanto os sojicultores querem flexibilização das leis ambientais, extinção do trabalho das ONGs na Amazônia, maiores incentivos agrícolas e financeiros, melhor infraestrutura para escoar produção, lucro antes de preservação ambiental, utilização abundante de insumos e agrotóxicos, maquinário tecnológico, variedades de sementes mais geneticamente modificadas, os moradores se opõe por querer um desenvolvimento que leve em consideração a floresta, o clima e os moradores das comunidades rurais.

Dessa forma, a vivência do trabalho de campo demonstrou que os conceitos e explicações sobre incidência de conflitos socioambientais falhavam em analisar essa situação de negação de conflitos. Me perguntava o que esse elemento significava na prática e quais contribuições essa realidade poderia oferecer às análises sobre conflito. Significaria dizer que o conflito não existia ou era somente uma concepção analítica e acadêmica descolada da realidade? A análise histórica, o levantamento de dados dos “conflitos no campo Brasil” da CPT e os registros de ameaças aos moradores de Boa Esperança demonstrou que por mais que situações de ameaça e morte fossem pouco frequentes, elas eram altamente eficiente pois funcionam como um ótimo elemento para que pessoas não se engajem contra os planos do agronegócio. Assim, em forma de metáfora, o medo é uma cicatriz marcante dessa ferida que foram as experiências de conflito do passado. Por mais que Boa Esperança não seja uma comunidade conflituosa, os conflitos que aconteceram nela (além das notícias de outros

conflitos, violência e casos de morte em toda região de Santarém e do Pará, bem como o passado histórico violento) influenciam na tomada de decisões dos moradores, alterando o tipo de comportamento que eles terão frente às degradações ambientais, econômicas e de saúde que impactam suas vidas. Esse é um elemento pouco explorado pela bibliografia que lancei mão (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2014(?); LITTLE, 2001), mas que todos os dados apontam para destacar sua relevância: em contextos de extrema diferença de poder e de falta de proteção, o medo é elemento que leva as pessoas a não bancarem, fugirem ou, até mesmo, negarem o conflito. Isso explica a frase que pude ouvir em campo: “existem problemas, mas as pessoas têm medo de entrar no conflito”.

Esse ponto nos leva para uma segunda contribuição teórica. Em Boa Esperança, e em outras comunidades do Planalto Santareno existe um desdobramento das agroestratégias (ALMEIDA, 2010). Isso significa dizer que quando as primeiras estratégias de “adocicamento” para a compra de terrenos falham, é necessário apelar para formas que vão se tornando mais violentas ao longo do tempo: começando de pressão fundiária, impactos dos agrotóxicos, até resultarem em ameaças aos opositores. Em outras palavras significa dizer que as agroestratégias não só se removem “obstáculos jurídicos-formais à expansão do cultivo de grãos (2010, p.102), mas também se removem os obstáculos humanos por diferentes meios – pela cooptação econômica amigável ou pela pressão fundiária e ameaças de caráter violento.

Por fim, o último comentário dessa conclusão se refere à inerente situação de conflito que o “desenvolvimento” insere em sociedades culturalmente diversas. O contexto de Santarém é composto pelos mais diversos grupos que são orientados pelas mais diversas ideologias e interesses: lá existem diferentes sociedades indígenas, agricultores familiares (que podem ser, por sua vez, nortistas, nordestinos ou sulistas), atores políticos dos mais diferentes partidos, religiosos comprometidos com a temática socioambiental, madeireiros, grileiros, sojicultores, empresários, ONGs nacionais e internacionais de interesses contrastantes entre si, além de um Estado que ora compactua com a ideia de desenvolvimento baseada no consenso das commodities (SVAMPA, 2019), ora se ausenta e não realiza suas atribuições de proteções de direitos e cumprimento das leis (ABRAMOVAY, 2019). Nesse contexto de diversidade cultural e assimetrias nas relações de poder, acrescido da ambígua presença estatal para garantia de direitos e cumprimento de leis, há um campo de batalha na qual se disputam espaços, narrativas e recursos naturais. Diferentes grupos buscam a preservação da floresta e de seus territórios enquanto outros buscam a exploração econômica de caráter neoextrativista (SVAMPA, 2019). Esse é, provavelmente, o elemento de divergência característico que origina os conflitos sociais

que estão disputando leituras hegemônicas sobre o “desenvolvimento”. Assim, os grupos como os sojicultores, empresas vinculadas à agropecuária ou ao agroindustrial, e os governos Municipais, Estaduais e Federal parecem reproduzir lógicas e implementação de projetos na perspectiva *top-down*, na qual os grupos afetados raramente são consultados sobre tais projetos, bem como não participam da partilha dos lucros e bônus desses empreendimentos. Para alguns grupos mais combativos, como o caso dos Munduruku do Planalto resta a resistência, enquanto para outros, que optam por vias de adaptação, como os agricultores familiares, resta a criação de estratégias para garantir a reprodução e perpetuação de suas atividades frente à um contexto de degradação socioambiental e expansão do agronegócio.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza. 1.Ed. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A.; CARVALHO, G. (Orgs.). *O Plano IRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica*. Belém: Fase, Observatório Comova; UFPA, 2009.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, S. e ALMEIDA, W. (org.). *Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas*. Brasília, Editora da UnB, 2011. p. 27-44.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. (et al). *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p.101-143.
- AMBIOVE. Para Entender a Moratória da Soja: o cultivo responsável. Cartilha. Sem ano. Disponível em: http://www.bunge.com.br/downloads/sustentabilidade/cartilha_moratoria.pdf, acessado em 10/03/2020
- ARMENTANO, Isabella Maria Davenis. A integração e a não-integração da região amazônica ao território nacional. AUP 270 – Planejamento de Estruturas Urbanas e Regionais II. Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2010. Disponível em: http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/6t-alun/2010/m6/10armentano-nao-integracao-Am.pdf
- ARRAES, Esdras. Entre Reses e Almas: questões sobre urbanização, arquitetura e arte das missões jesuíticas dos sertões das capitâneas do Norte. *Revista Pós*, v.21 n.36, dez. São Paulo. p.84-100, 2014.
- ASCELRAD, Henri; BEZZERA, Gustavo. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In: ALMEIDA, A. (et al) *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p.211-255.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – ABA. Protocolo de Brasília: laudos antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2015.
- BALSADI, Otavio Valentim. Mudanças no Meio Rural e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v.15, n. 1, p.155-165, Jan. 2001. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100017&lng=en&nrm=iso. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000100017>. Acessado em 30/04/2018
- BARBOSA, Josimar Alves; FERRER, Gabriel Real. O Agronegócio da Soja e as Violações do Direito à Cidadania e ao Desenvolvimento Rural: em estudo de caso das comunidades locais de Santarém-PA, Brasil. In: III Encontro de Internacionalização do CONPEDI, 1(12), 34–53. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.26668/2448-3931_conpedilawreview/2015.v1i12.3485
- BÔAS, Orlando Villas; BÔAS, Cláudio Villas. A Marcha para o Oeste: A epopeia da Expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. 1 ed. São Paulo: Zahar, 1988.
- BRASIL, Marília. Os Fluxos Migratórios na Região Norte nas Décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. *Cad. Est. Soc. Recife*, v. 13, n. 1, p.61-84, jan/jun, 1997.
- BURSZTYN, Marcel; PERSEGONA, Marcelo. A Grande Transformação Ambiental: uma cronologia da dialética do homem-natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria. Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: Caminhos para a Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- CARNEIRO, Fernando (Org.) Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- CHAUÍ, Marilena. O que é Ideologia. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/388158/mod_resource/content/1/Texto%2014%20-%20O%20que%20%C3%A9%20ideologia%20-%20M.%20Chau%C3%AD.pdf, acessado em 01/03/2020
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1988.
- COSTA, Solange Maria. Agronegócio e terras na Amazônia: conflitos sociais e desterritorialização após a chegada da soja na região do Baixo Amazonas no Pará. In: SAUER, S. e ALMEIDA, W. (org.). Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília, Editora da UnB, 2011. p.69-89.

- DIACCON, Todd. Rondon: o marechal da floresta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- DRUMMOND, José Augusto. Conceitos Básicos para a Análise de Situações de Conflito em torno de Recursos Naturais. *In*: BURSZTYN, M. (org.). A difícil sustentabilidade. Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond. p.123-147, 2001.
- DURKHEIM, Émile. As formas Elementares da Vida Religiosa: O sistema totêmico na Austrália. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- EL-HUSNY, Jamil Chaar; ANDRADE, Emeleocíprio Botelho de. Soja no estado do Pará. *In*: EMBRAPA. Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental (Belém, PA). Programa de melhoramento genético e de adaptação de espécies vegetais para a Amazônia Oriental. Belém, 1999.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000
- ESCOBAR, Arturo. El desarrollo (de nuevo) en cuestión: algunas tendencias en los debates críticos sobre capitalismo, desarrollo y modernidad en América Latina. *In*: ESCOBAR, A. Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014. p.25-66
- FEARNSIDE, Philip M. O cultivo da soja como ameaça para o meio ambiente na Amazônia brasileira. *In*: L.C. Forline, R.S.S. Murrieta and I.C.G. Vieira (eds.) Amazônia além dos 500 Anos. Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006. p.281-324.
- FONSECA, Wilde. Santarém: Momentos Históricos. Instituto Cultural Boanerges Sena, Santarém, 2015
- FREUD, Sigmund. O Mal-Estar da Civilização. *In*: Sigmund Freud Obras completas volume 18 (1930-1936). Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIDDENS, A. Sociologia. Tradução: Sandra Regina. 4ª ed. Editora Artmed: Porto Alegre, 2005
- GREENPEACE. Eating Up the Amazon. 2006. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/documentos/amazonsoya.pdf>, acessado em 10/03/2020
- GOFFMAN, E. A representação do Eu na vida cotidiana. Editora Vozes, Rio de Janeiro. 2005.
- GUEDES, E. & VIEGAS, L. Colonização Dirigida em Uma Faixa da Fronteira Amazônica: o caso da gleba Ituqui no oeste do Pará. Anais XIX Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa, Paraíba. 01 a 07 de julho de 2018.

- IMAFLOA. 10 ANOS DA MORATÓRIA DA SOJA NA AMAZÔNIA: História, impactos e a expansão para o Cerrado / Marina Piatto, Lisandro Inakake de Souza, - Piracicaba, SP: Imaflora, 2017
- LEVI-STRAUSS, Claude. Análise Estrutural em Lingüística e Antropologia. In: Antropologia Estrutural. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. Cosacnaify, 2008. p.43-65. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5224782/mod_resource/content/1/L%C3%89VI-STRAUSS%2C%20Claude.%20Antropologia%20Estrutural%20%281%29.pdf
- LEVI-STRAUSS, Claude. Natureza e Cultura. Revista Antropos – Volume 3, Ano 2, Dezembro de 2009. ISSN 1982-1050
- LITTLE, Paul. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, vol.12, n.25, pp. 85-103, jan./jun. 2006.
- LITTLE, Paul. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In BURSZTYN, M. (org.). A difícil sustentabilidade. Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond. p. 107-122. 2001
- MARIANO, Zilda. et al. A Relação Homem-Natureza e os Discursos Ambientais. *Revista do Departamento de Geografia*, v.22, p.158-170. 20 nov. 2011.
<https://doi.org/10.7154/RDG.2011.0022.0008>
- MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. 2ª ed, 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva In: CASTRO, C. (org.) Textos Básicos de Antropologia: cem anos de tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. p.83-92.
- NASUTI, Stéphanie; Folhes, Ricardo; Abreu, Beatriz; Della Giustina, Caio. 2020. Comunidades rurais muito vivas!. Coleção "Consolidando a agricultura familiar no planalto de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. Odyssea/INCT Odisseia. ISBN: 978-65-00-02239-1
- OLSON, M. A Lógica da Ação Coletiva. São Paulo: EDUSP, 1999.
- ORLANDI, Eni. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Editora Pontes, 2009.
- PEIRANO, Mariza. A Análise Antropológica de Rituais. *Série Antropologia*, 270. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

- PNUMA. Avaliação e Planejamento Integrados no Contexto do Plano BR-163 Sustentável: o setor da soja na área de influência da rodovia BR-163. Unidade de Economia e Comércio. Escritório do Brasil, Brasília, 2006.
- QUIJANO, Alberto. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005. p. 117-42. Disponível em: https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?id_libro=164. Acesso em: 15/06/2020.
- REGO, Gilberto Fernando. AFONSO, José Batista. O Avanço Truculento do Capital no Pará. In: CPT. Atlas de conflitos na Amazônia. 2018. p.74-78. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/25-cartilhas/14066-atlas-de-conflitos-na-amazonia?Itemid=0>
- RIVAS, Gilberto López y. Antropología, Etnomarxismo y Compromiso Social de los Antropólogos. 1ª edição. Editora Ocean Sur. 2010. ISBN: 978-1-921438-88-2
- ROSSI, Paolo. Naufrágio sem Espectador: a ideia de progresso. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- SANTOS, André; SILVA, Deyse; FERREIRA, Elen. Ideologias de Desenvolvimento em jornais de Santarém-PA nas décadas de 1960 e 1970. PRACS: *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. Macapá, v. 9, n. 2, p. 57-71, jul./dez. 2016. ISSN 1984-4352.
- SANTOS, Fernanda. Estratégias de Justificação para a Conversão do Gentio nas Missões Jesuíticas. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IV, n. 12, Janeiro. p.57-80, 2012. ISSN 1983-2850
- SANTOS, Raimundo A.: O Planalto em Destaque: História da Comunidade de Boa Esperança. 2ª Edição. Santarém – Boa Esperança. Sem Editora, 2012.
- SAUER, Sérgio.; MARTINS, Pedro: Cultivo da soja e conflitos por terra na região de Santarém, Pará. In: Terra e Direito em Águas Turbulentas. Livro On-line. 2016. p.21-38. Disponível em: http://ireneveleztorres.net/wp-content/uploads/2018/10/LAR_2016_PORT.pdf
- SIMMEL, Georg. A Natureza Sociológica do Conflito, in Moraes Filho, Evaristo (org.). São Paulo: Ática, 1983.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução: Laura Teixeira Motta; revisão técnica: Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- SAHLINS, Marshall. La Pensée Bourgeoise: a sociedade ocidental enquanto cultura. In: CASTRO, C. (org.). Textos Básicos de Antropologia: cem anos de tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. p.258-267.
- SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). *Mana* [online]. 1997, vol.3, n.1, pp.41-73.
- SCHRÖDER, Peter. Antropologia e 'desenvolvimento': Balanço crítico de uma relação problemática. II Conferência do Desenvolvimento CODE. 2011.
- SILVA, Tiago. et al. Entre o Desenvolvimento e a Decolonialidade: Santarém, os Portos e os Conflitos. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 20, n. 1, p. 125-140, jan./mar. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v0i0.1799>
- SVAMPA, Maristella. As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução: Lígia Azevedo. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos ambientais. Texto on-line. 2014(?). Sem páginas. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI_LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf
- WARNKEN, Philip. A Influência da Política Econômica na Expansão da Soja no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, VIII(1). 1999. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/674>
- WASHINGTON, Haydn. et al. Whyecentrism is the Key Pathway to Sustainability. *The Ecological Citizen* 1. 2017. p.35-41. Disponível em: <https://www.ecologicalcitizen.net/pdfs/v01n1-08.pdf>

Anexos

Anexo 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de entrevista(s), como voluntário(a), para a pesquisa de mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília do estudante e pesquisador Caio Pinheiro Della Giustina. Devemos lembrar que sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua desistência ou retirada de consentimento não terá prejuízo.

A participação não será remunerada, bem como não existirá gastos para os entrevistados. Será conferido o anonimato. Se for de consentimento do(a) entrevistado(a), a conversa será gravada com gravador de voz. Informações sobre o que for conversado são sigilosas, sendo de conhecimento integral somente de Caio Pinheiro Della Giustina.

A pesquisa tem por objetivo estudar questões sobre mudança social: comparar práticas do passado com práticas do presente. Os resultados deste estudo irão subsidiar a elaboração da dissertação de Mestrado do estudante. Caso o participante desejar, a pesquisa será enviada por e-mail assim que finalizada.

Caso você concorde em participar deste estudo, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável pela entrevista. Segue e-mail e telefone do pesquisador responsável, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre sua participação na pesquisa, agora ou a qualquer momento.

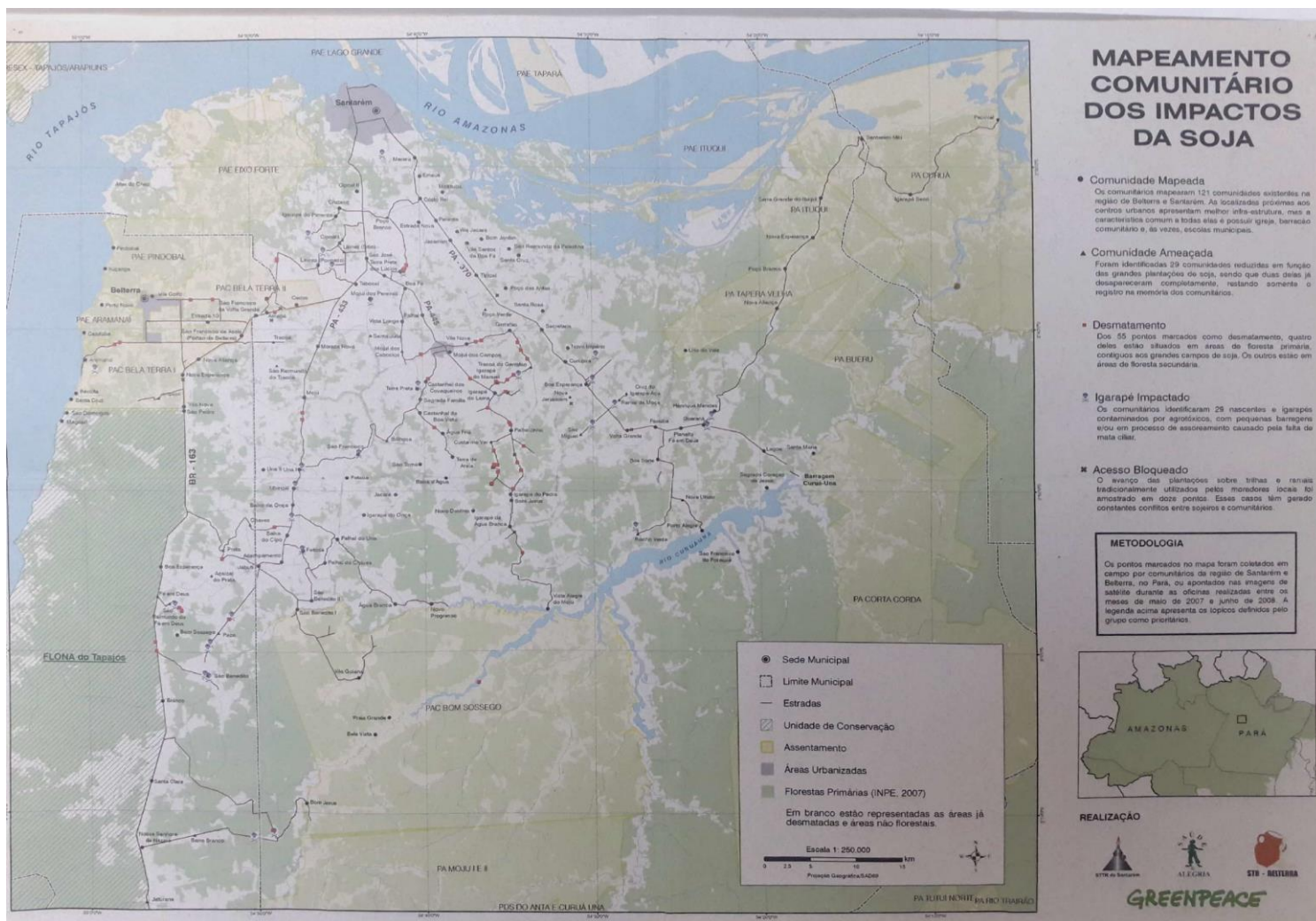
Contatos do Cientista Social responsável pela entrevista: Caio Pinheiro Della Giustina, pesquisador, caiogalileu@live.com, (61)99xxx-xxxx.

LOCAL, ____ de _____ de ANO.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Anexo 2



Anexo 3

Os primeiros 16 minutos da entrevista com Diretor do ICBS.

Diretor: olha... eu participei [do processo de chegada da soja] sem saber que estava participando. Eu... não guardo, assim, exatamente o dia. Mas o ano eu sei. década de 90, século passado, 1995. Foi assim. Que antes, um pouco antes, a... a EMATER já tinha feito uma experiência bem pequenina mesmo, uma minúscula experiência na várzea. Nas áreas de várzea. Plantando com produtores, levamos algumas sementes de soja para lá. Eles plantaram e ela veio bem. E eu tenho, comentava na época, que aquilo ali não seria o pontapé inicial para a introdução da lavoura na região. Mas aquilo acabou, foi um negócio muito pequeno, e sumiu. Quando chegou na década de noventa, meado da década de noventa, eu, engenheiro florestal da EMATER, eu fui convidado à participar de uma reunião na prefeitura onde estavam conversando a respeito de um projeto que iria ser implantado aqui na região por uma empresa do paraná chamada Agrária. Que eles vinham fazer um levantamento das potencialidades das várzeas do médio Amazonas, dos municípios de Santarém, Alenquer e Monte Alegre. Só que eles, por não conhecerem a região... Esse foi um projeto... foi um projeto em parceria com o governo do estado através da secretaria estadual de agricultura, com essa empresa Agrária, do Paraná. Como eles não tinham noção do que vinham ver, eles vieram iniciar o trabalho em maio, quando as águas do rio do amazonas estão cobrindo tudo quanto é várzea. Ai não tinha como conhecer o solo, ver plantação, nada. E como eu, desde oitenta, início de 80 eu trabalhando nessas regiões de Várzea no planalto eu tinha o hábito, o costume de filmar tudo, guardar documentação, conversar com produtor, fazer entrevista, guardar fotografias, eu fui criando um acervo muito grande sobre essa nossa região. E quando o... a prefeitura, junto com o supervisor da EMATER, a SAGRI - na época era SAGRI o nome- e da secretaria municipal de agricultura, junto com o agrônomo que veio do Paraná, eles estavam conversando, o pessoal não tinha o que mostrar. Então eles me ligaram solicitando que eu fosse participar da reunião. Eu fui, porque eles sabiam que eu era um colecionador de informação da região. Já tinha um acervo muito grande aqui... na nossa biblioteca particular em casa. Eu disse "olha, o que vocês querem, eu tenho. Só que tem que ir lá na minha biblioteca particular". Então eles deixaram a reunião lá, e eu vim com o engenheiro, eu posso ver até o nome dele depois, se ti interessar. [...] E nós viemos para casa, para nossa biblioteca. E ele foi perguntando, eu fui mostrando "é isso" que eu estou... os relatórios de EMBRAPA, relatório da EMATER, relatório da SAGRI, que as próprias instituições não tinham, e preparos de área, plantio, colheita, e ele ficou impressionado com a quantidade de informações que nós tínhamos guardado. Bom, quando o... engenheiro agrônomo, que é o dono da Agrária, veio para iniciar o trabalho do projeto que era potencialidades da... que o nome dele era Joaquim Severino, é que ele é vivo ainda - ele não quis mais conversar com o governo, que não tinha informação no governo. Ele foi diretamente comigo. E eu passei a ser então uma pessoa de prestar informação, prestar acessória para eles, né? Pro grupo da agrária, e viajar com eles. E todas as vezes que nós viajavamos, ou de barco ou de avião, nós íamos para o norte de Santarém, atravessávamos o

Amazonas, atravessávamos.... nós subíamos o mapa. E... Santarém, Alenquer e Monte Alegre, viajamos nessa... Eu lembro bem que foi na última viagem de avião que nós fizemos, já estava o projeto se acabando, sendo concluído, depois era só escrever. Eles iam fazer com a equipe muito competente que eles tinham. Eu disse pra ele: "Joaquim, tu precisas conhecer o sul da nossa região. Isso ainda no ar. Nós estávamos no teco-teco. Porque nós só fizemos atravessar o rio na direção do norte. "Tu queres conhecer?" "Então bora". Nós atravessamos.... passamos a voar nas terras do sul, em direção a Rurópolis. Então ele foi vendo, olhando aquilo lá, aquela mata e disse "rapaz, isso daqui dá soja". Passamos por Belterra, sobrevoamos aquela região toda. E isso era um sábado de manhã. Quando nós retornamos para o aeroporto, pegamos o carro, e ele queria conhecer o planalto. Então nós subimos a serra do Piquiatuba e fui mostrar o planalto santareno para ele. Ele queria ver uma área de mata. Eu levei num bosque na região do poço branco - que é perto. De um amigo que que tinha uns 150 hectares de mata ainda preservada. E ele foi lá, olhou aquele solo, cheirou, e coisa e tal [risos] e disse assim: "isso aqui dá soja". Descemos a serra, em direção à Santarém, e como era sábado, fomos [inaudível] que fica em frente ao rio tapajós para tomar uma cerveja saboreando o tira-gosto de peixe frito e vendo aquele deslumbre todo que é o encontro das águas à nossa frente. Papo vai e ele me pergunta: "tu tinhas condições de me indicar um produtor para nós fazermos um experimento de soja?". Eu digo tenho, conheço. "Mas tem que ser um produtor que tenha trator, terra, que goste do negócio". "Eu tenho, conheço". Eu conhecia o Quincó, Chico Quincó, e eu peguei, passei o telefone do Chico Quincó para ele. Eles se encontraram e surgiu daí uma parceria para a implantação dos primeiros 50 hectares de soja plantada na região. Eu participei da seleção, escolha da área. Nas áreas do Quincó nós escolhemos uma na comunidade Diamantino - pertinho daqui. Uns 15km pra ir no porto.

Caio: Do porto da Cargill?

Diretor: Da Cargill. Naquela época não tinha Cargill. Do porto, que tinha o porto CDP, que é pertinho da Cargill. E... foi aquilo lá e parara e eles trouxeram um... muitas variedades para fazer o teste. Eu vou dar um chute, mas acho que mais de 20 variedades de soja. Eu tenho o relatório do...

Caio: Acho que o senhor me passou

Diretor: Já passei. Eu não sei exatamente quantas variedades foram. E aquilo foi cultivado, um agrônomo veio, veio um agrônomo deles para tomar conta, e... colhe, foi uma festa na colheita e tal, veio governador, veio prefeito, todo mundo, né? O interessante é que várias espécies, várias variedades de soja deram uma produtividade igual, e em algumas até maior do que a média nacional. Com um detalhe que mais chamava atenção deles, principalmente do Joaquim que era dono da agrária, ele era acostumado a trabalhar... é que eles estavam a 15 km do porto de exportação. O prefeito na época era o Joaquim Lira Maia, agrônomo, vice prefeito era o Alexandre Ron, que depois foi... o sucedeu e chegou a ser prefeito também. Então, eles pegaram aquele resultado como bandeira para levar a boa nova da soja da... da capacidade de produção de soja aqui em Santarém. Porque a soja ela veio subindo do mapa

de uma maneira veloz. Veio, veio, veio, chegou no cerrado, que todo mundo dizia que eram áreas improdutivas quando eu estudei, eram áreas improdutivas o cerrado. E hoje a soja transformou no maior polo produtor de grãos do Brasil. Pra ver como é uma transformação pro ambiente em função da capacidade de produzir na terra. Bom, não sei o que é que vai ser o cerrado daqui a pouco, daqui mais uns anos, né? Daqui umas décadas, né? Se aquilo vai... vai... vai acontecendo o que os especialistas dizem que aquilo vai acabar, que vai não sei o que. Essa é outra história. Bom, e voltando pra cá, eles... o... o... Eles fizeram uma propaganda em cima daquele negócio e se baseando num trabalho que tinha sido feito uns anos anteriores, de... que era dum órgão chamado... do... não vou lembrar do nome. Era uma... faziam um levantamento do município de Santarém. Quando Santarém ainda tinha Belterra e Mojuí dos Campos no seu território e depois foi desmembrado. E esse levantamento que eles fizeram feito por órgãos do governo, e... me fugiu...

Caio: Foi o ministério?

Diretor: Foi.

Caio: Acho que eu lembro. Ministério da agricultura, da pesca e da Amazônia legal?

Diretor: Não, não. Foi antes disso. Bom, e o que que aconteceu? Ele dizia, esse relatório dizia que em Santarém, o município de Santarém tinha seiscentos mil hectares de áreas já alteradas, antropizadas. Então que não precisaria desmatar. Esse foi moche. Não precisava.... "venham para cá que não precisa desmatar".

Caio: Porque a ideia era então as áreas já estão mais ou menos abertas. Não vai ter devastação da floresta

Diretor: Essa era a ideia.

Caio: E essa foi a propaganda também?

Diretor: Foi... foi uma propaganda que basearam nesse relatório do PRIMAZ, era o nome do órgão, PRIMAZ. Programa não sei o que da Amazônia. Bom, o que que aconteceu. Vieram para cá os primeiros produtores de soja. E no meio deles vieram os picaretas. Tá entendendo? Aí houve grilagem, teve gente presa, polícia entrou pelo meio, aí foi pra Alenquer, pra Monte Alegre, pra tudo. Aonde a Agrária tinha feito o levantamento que era Alenquer, Monte Alegre, que te falei, Santarém. Então isso aí invadiu. E eu sempre trabalhei com agricultura familiar, que não tinha condições de colocar soja [inaudível] mecanizada. Então eu saio da história. E passei a acompanhar através de jornais, de notícias de rádio, vendo as transformações que aconteceram no campo, né? Com a agricultura familiar, aonde as propriedades foram sendo adquiridas, foram sendo vendidas por preço baixíssimo, né? Aonde as grandes áreas que eram matas, fora dos 600 mil hectares começaram a ser abertas. Houve uma transformação total da paisagem da região ao longo de Santarém-Cuiabá. Então houve tudo isso e isso tudo foi acontecendo concomitantemente. Escolas foram sendo fechadas porque eles compravam as áreas compradas em volta das escolas e quando chega a época da aplicação do veneno, aquilo ficava insuportável... passava dois, três, quatro dias sem ter aula. E as escolas tinham que fechar, porque não tinha mais aluno. Linhas de ônibus também foram fechadas porque não tinha mais passageiros. E isso seria um estudo interessante de fazer,

qual foi a população dessas comunidades que foram murchando em função do... das áreas que foram sendo adquiridas e quem tentava permanecer era expulso, basicamente, pelo veneno e por outras [inaudível]. Então isso, veio acontecendo ao longo do tempo e hoje nós estamos já em 2015... 2019. Lá se vão... lá se vão....

Caio: Quase 30 anos. Não, 25 anos né?

Diretor: 25 anos. Foi assim. É... E hoje é uma realidade, né? Depois veio a Cargill, se instalou aqui. Depois colocou o porto dela. E há essa briga constante através da imprensa de quem é a favor e quem é contra a introdução da soja, dos grãos, da produção de grãos aqui na região.

Anexo 4

Criação do distrito de Boa Esperança (documento transcrito por Santos, 2012)

Prefeitura Municipal de Santarém, Pará.

Praça Barão de Santarém

CEP: 68.000-100

Lei nº 13.433 de 11 de março de 1991 cria o Distrito de Boa Esperança no km 43 da PA-370, Rodovia Santarém Curuá-Una e das outras providências. O doutor Ronan Manoel Liberal Lira, prefeito constitucional de Santarém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Santarém aprovou e ele sancionou a seguinte lei:

Artigo 1º Fica criado o Distrito de Boa Esperança no Km 43 da PA 370, rodovia Santarém Curuá-Una neste Município e Estado.

Artigo 2º As limitações e coordenadas geográficas serão discriminadas pelo poder Executivo Municipal.

Artigo 3º As exigências contidas na Lei nº 5.584 de 18 de Janeiro de 1990 serão cumpridas pelos órgãos competentes.

Artigo 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santarém em onze de Março de mil novecentos e noventa e um.

Doutor Ronam Manoel Liberal Lira

Prefeito Municipal

Oswaldo de Andrede Figueira

Secretário de Governo

Eugênia Marlete Damasceno Soares

Secretária Municipal de Administração

Publicado na Secretaria Municipal de Administração, aos onze do mês de Março do ano de mil novecentos e noventa e um.

Doutor Antônio Rêbello.

Secretário Municipal de Administração

Programação 42ª Feira Agropecuária e Agroindustrial do Baixo Amazonas

PROGRAMAÇÃO

DIA 10.08.2019 - SÁBADO

7:00 às 17:00 – Recepção de animais/ Montagem de stands
07:30 - Concentração da Carreata / Cavalgada da Feira Agropecuária
Local: Sindicato Rural de Santarém

08:00 - Desfile de abertura com máquinas e animais pelas ruas de Santarém

11:00 – Chegada da Carreata / Cavalgada no Sirsan

19h30 – Abertura oficial da 42ª Feira Agropecuária

21h00 – Show regional

Dia 11.08.2019 - DOMINGO

7:00 às 17:00 – Recepção de animais / Montagem de stands
8:00 às 23:00 - Visitação pública aos expositores e stands
21h00 - Show regional

Dia 12.08.2019 - SEGUNDA

7:00 às 17:00 – Recepção de animais
8:00 às 23:00 – Visitação pública aos expositores e stands
21h00 – Show regional

Dia 13.08.2019 - TERÇA

8:00 às 23:00 – Visitação pública aos expositores e stands
8:00 às 12:00 – Visita de estudantes da rede municipal / estadual
09:00 às 12:00 – Palestras técnicas
14:00 às 17:00 – Palestras técnicas
18:00 – Secagem Oficial do Torneio Leiteiro
21:00 – Show regional

Dia 14.08.2019 - QUARTA

06:00 – 1ª Ordenha do Torneio Leiteiro

8:00 às 23:00 – Visitação pública aos expositores e stands
8:00 às 12:00 – Visita de estudantes da rede municipal / estadual
09:00 às 12:00 – Palestras técnicas
14:00 às 17:00 – Palestras técnicas
18:00 – 2ª Ordenha do Torneio Leiteiro
21:00 – Show nacional Zé Neto e Cristiano/ Hungria Hip Hop

Dia 15.08.2019 - QUINTA

06:00 – 3ª Ordenha do Torneio Leiteiro
8:00 às 23:00 – Visitação pública aos expositores e stands
8:30 – A hora da roça
18:00 – 4ª Ordenha do Torneio Leiteiro
21:00 – Show regional

Dia 16.08.2019 - SEXTA

8:00 às 23:00 – Visitação pública aos expositores e stands
8:00 às 12:00 – Visita de estudantes da rede municipal/ estadual

09:00 às 12:00 – Palestras técnicas
14:00 às 17:00 – Palestras técnicas
18:00 – Divulgação de Resultados do Torneio Leiteiro
20h00 – 8ª Leilão Pérolas do Tapajós
21:00 – Show regional

Dia 17.08.2019 - SÁBADO

8:00 às 23:00 – Visitação pública aos expositores e stands
09:00 – Shopping de Animais
09:00 às 12:00 – Palestras técnicas
17:30 – Pet Show
19:00 – Entrega da Premiação do Torneio Leiteiro
21:00 – Show regional

Dia 18.08.2019 - DOMINGO

8:00 às 23:00 – Visitação pública aos expositores e stands
11:00 – Festival do Chopp
14:00 – Encerramento oficial da feira
21:00 – Show regional



Dia 13/08/2019

Mesa Redonda – Unama – Agronegócio e Feira Agropecuária
Local: Tatersal
Horário: 09:00 às 12:00

Programa Pecuária Sustentável
Local: Auditório
Horário: 14:00 às 17:00



PALESTRAS

Dia 14/08/2019

Palestra: Estação de monta e eficiência reprodutiva em bovinos de corte.

Palestrante: Prof. Kedson Neves (UFOPA)

Local: Tatersal

Horário: 9:00h às 10:00h

Palestra: Utilização da cana de açúcar na alimentação de bovinos.

Palestrante: Prof. Ronaldo Lima (UFOPA)

Local: Tatersal

Horário: 10:00h às 11:00h

Palestra: Formação e manejo de pastagens.

Palestrante: Rudinelis Maia Matos (Agropecuária Campo Belo)

Local: Tatersal

Horário: 11:00h às 12:00h

Palestra: Controle de Plantas Daninhas com foco em Capim Amargoso

Confiança Sementes

Local: Tatersal

Horário: 19:00



A Hora da Roça

Dia 15/08/2019

Local: Tatersal

Palestra: A importância da Assistência Técnica para a agricultura familiar "Boas Práticas de ATER na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária"

Consulte/SEMAP

Horário: 9:30

Palestra: A importância da modernização na Produção Familiar

TSA INDUSTRIA

Horário: 10:30

Palestra: Crédito Rural na Agricultura Familiar

BASA/Amazônia Florescer

Horário: 14:00

Palestra: Turismo de Base Comunitária, Geração de renda na agricultura familiar. Secretaria Municipal de Turismo - SEMTUR

Horário: 15:00

Palestra: Mercado da Carne

Palestrante: Guilherme Minssen

Local: Auditório do Sirsan

Horário: 15:30

Palestra: Implantação do Projeto Promebull na região Oeste do Pará

Local: Auditório do Sirsan

Horário: 16:30



42ª FEIRA
SINDICATO RURAL DE SANTARÉM
AGROPECUARIA E AGROINDUSTRIAL
DO BAIXO AMAZONAS
1979 - 2019

PALESTRA
Dia 16/08/2019

Palestra: Biosseguridade e Qualidade de Água
Palestrante: Dra. Joyce Torres de Paula
Médica Veterinária
Horário: 09:00 às 12:00
Local: Tatersal

Anexo 6

Tabela de conflitos socioambientais em Santarém (PA) de acordo com os cadernos “Conflitos no Campo Brasil” de 2002 até 2018, cuja autoria é da CPT.

Ano	Local ou nome do conflito	Acontecimentos	Informações
2003	Gleba Pacoval/ comunidade Raisan	1. Conflito Trabalhista 2. Assassinato 3. Ameaça de morte	1. 70 vítimas exploradas 2. José Orlando de Souza, liderança, 37 anos 3. Masayoshi Kokay, 60 anos.
	Vila Alter do Chão	Tentativa de assassinato	Duas tentativas de assassinar Ronildo Alves de Jesus, liderança, idade anônima
2005	Cargill/TNC/Soja	Ameaça de morte	1. Maria Ivete Bastos, liderança, sem idade 2. Pe. Edilberto Sena, religioso, sem idade 3. Pe. José Boing, religioso, sem idade
	Assentamento Piá Moju	Assassinato	Raimundo Moraes Pinheiro, liderança, sem idade
2007	Gleba Nova OLinda	Ameaça de morte	Odair José Alves de Souza, liderança indígena, sem idade
	Cargill/TNC/Soja	Ameaça de morte	Maria Ivete Bastos dos Santos, presidenta do STTR, sem idade
2009	Gleba Nova OLinda	Conflitos por terra	300 famílias
2010	Com. Quilombola Saracura e Arapemã	Conflitos por terra	Quilombolas
	Gleba Nova Olinda/Madeiraira Rondobel/Coepa/14 Comunidades Ribeirinhas e 3 Aldeias Indígenas	1. Conflitos por terra 2. Ameaça de morte	1. 74 famílias indígenas 2. Odair José Alves de Souza, liderança indígena, sem idade
	Gleba Pacoval/Corta-Corda/Raisan/PDS Sta. Clara	1. Conflitos por terra 2. Ameaça de morte	1. 160 famílias assentadas 2. Valdeci dos Santos Gomes, liderança, sem idade
2011	Quilombo Bom Jardim	Conflitos por terra	70 famílias quilombolas
	Gl. Nova Olinda/Madeiraira Rondobel/Coepa/14 Com. Ribeirinhas e 3 Aldeias Indígenas	Ameaça de morte	Odair José Alves de Souza, liderança indígena, sem idade
2012	T.I. Açaizal	Conflitos por terra	54 famílias indígenas
2014	1. Comunidade Perema 2. Quilombo do Murumuru 3. T.I. Maró	Conflitos por terra	1. 47 famílias sem terra 2. 80 famílias quilombolas 3. 43 famílias indígenas
	1. Quilombo do Murumuru 2. T.I. Maró	Ameaça de morte	1. João Lira, liderança quilombola, sem idade 2. Odair José Alves de Souza, liderança indígena, sem idade
	T.I. Maró	Conflito por terra	43 famílias indígenas
	PDS Serra Azul	Tentativa de Assassinato	Luís Paulo da Silva, liderança, sem idade

2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. PDS Serra Azul 2. T.I. Maró 	Ameaça de Morte	<ol style="list-style-type: none"> 1. Luís Paulo da Silva, liderança, sem idade 2. Odair José Alves de Souza, liderança indígena, sem idade
2016	<ol style="list-style-type: none"> 1. Resex Tapajós-Arapiuns/UHE Tapajós/PAC (região de Aveiro e Santarém) 2. índios Borari/Vila Alter do Chão 3. T.I. Açaizal 4. T. I. Maró 	Conflito por terra	<ol style="list-style-type: none"> 1. Famílias indígenas 2. 134 famílias indígenas 3. 54 famílias indígenas 4. 300 famílias indígenas
2018	<ol style="list-style-type: none"> 1. PAE Lago Grande/Com. Aldeia/Jacarecapá/Passagem e Outras (região de Monte Alegre e Santarém) 2. Gl. Pacoval/Corta-Corda/Raisan/PDS Sta. Clara/PAE Curuá II (região Prainha e Santarém) 3. Comunidade quilombola Tingu 4. PAE Eixo Forte 5. T.I. Maró 6. T.I Munduruku/Planalto Santareno 	Conflito por terra	<ol style="list-style-type: none"> 1. 8500 famílias assentadas 2. 460 famílias assentadas 3. 86 famílias quilombolas 4. 136 famílias assentadas 5. 60 famílias indígenas 6. 150 indígenas
	Comunidade quilombola Tingu	Assassinato	Haroldo Betcel, quilombola, sem idade
	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	Tentativa de assassinato	Raoni Bernardo Maranhão Valle, aliado, 41 anos
	Comunidade quilombola Tingu	Ameaça de morte	Nome não informado, liderança quilombola, sem idade